

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

VINICIUS SARAGIOTTO MAGALHÃES DO VALLE

Religião, lulismo e voto: A atuação política de uma Assembleia de Deus e  
seus fiéis em São Paulo – 2014-2016

Versão corrigida

São Paulo

2018

Vinicius Saragiotto Magalhães Do Valle

Religião, Lulismo e voto: A atuação política de uma Assembleia de Deus e seus fiéis em São Paulo – 2014-2016

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas da Universidade de São Paulo, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. André Vitor Singer

De acordo: \_\_\_\_\_

Professor Dr. André Vitor Singer

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V181r Valle, Vinicius Saragiotto Magalhães  
Religião, lulismo e voto: A atuação política de uma Assembleia de Deus e seus fiéis em São Paulo – 2014-2016 / Vinicius Saragiotto Magalhães Valle ; orientador André Vitor Singer Singer. – São Paulo, 2018.  
265 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política.

1. Lulismo. 2. Comportamento Eleitoral. 3. Voto Religioso. 4. Pentecostalismo. I. Singer, André Vitor Singer, orient. II. Título.

VALLE, V. S. M. Religião, Lulismo e voto: A atuação política de uma Assembleia de Deus e seus fiéis em São Paulo – 2014-2016. Tese apresentada à faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca examinadora

Professor Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Professor Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Professor Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Professor Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Professor Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



## RESUMO

Esta pesquisa consiste em um estudo de caso realizado no município de São Paulo, no qual se explorou a dinâmica eleitoral por dentro de uma igreja evangélica pentecostal que pertence à denominação Assembleia de Deus, Ministério Belém, durante o período de 2014 a 2016. A investigação se deu tanto no plano da instituição religiosa em questão, separando os níveis do alto clero e de um templo comum periférico, quanto no plano dos seus fiéis. Na dimensão institucional, procurou-se observar qual o discurso político-eleitoral veiculado pela instituição religiosa, e como ela se organiza em termos eleitorais para difundi-lo. Já no plano dos fiéis, identificou-se como eles agem em relação às posições políticas da igreja, tanto em termos amplos de visão política, quanto no voto em si. Para discutir o papel e a força política da igreja, foi preciso levar em conta também a conjuntura política que o país passava no período, e como os fiéis a liam em cada um dos pleitos. A pesquisa abrangeu tanto as eleições legislativas quanto executivas. Nas duas eleições observadas, perceberam-se diferentes tipos e intensidades de engajamento da instituição religiosa entre as eleições legislativas e executivas, e também um crescente discurso antipetista. Entre os fiéis, encontrou-se forte apoio aos candidatos promovidos pela instituição, mas diferenças subjetivas na impressão sobre cada um deles. Nas eleições municipais de 2016, observou-se o surgimento de um grupo de fiéis que discordou da indicação da igreja. Encontrou-se também o crescimento do antipetismo entre os fiéis, ao longo do tempo, o que culminou no quase desaparecimento do grupo de lulistas na eleição de 2016. Analisando o comportamento dos fiéis ao longo do tempo, foi possível identificar diferenças de lógicas de pensar e de escolha dos votos entre a eleição legislativa e executiva, e procurou-se explicar tal diferença pela forma como que eles entendiam cada uma das esferas, sendo o legislativo visto como uma arena de disputa de valores, e o executivo como o lócus de disputa material da sociedade.

Palavras-chave: Comportamento Eleitoral; Pentecostalismo; Voto Religioso; Lulismo



## ABSTRACT

This research analyses the electoral dynamics within a Pentecostal church of the denomination Assembly of God, in one of its main ministries, the ministry of Belém, during the election of 2014 and 2016 in São Paulo, Brazil. The investigation approached both institutional and membership levels. In the institutional dimension, I analyzed what speeches were delivered, in the high clergy and in a common temple, and how the institution were organized in electoral terms to manifest this speech. In the membership dimension, I analyzed how they react to the institution acts and speeches, and also the shaping of the points of view and how they affected them in the electoral level, considering the influence of the church and also socioeconomic issues. The observation conducted covered both legislative and executive levels. This investigation found different types and intensities of engagement from the institution in the legislative and executive levels, and also the growth of the anti-PT speech. In the membership dimension, I found a strong support of the candidates promoted by the church in the proportional level, but also subjective differences between them. In 2016 election, we observe the emergence of a group of members that disagreed of the church's promoted candidate. We also found the growth of the anti-PT along the period, what resulted in the near disappearance of the lulista group in 2016. Analyzing the behavior and the points of view of the members, the found important differences in the ways they think and chooses politics in legislatives and executives elections. We explained these differences by this way of thinking in each one of these levels, where the legislative is seen as an arena dispute of values, and the executive as the level of material disputes.

Keywords: electoral behavior; pentecostalism; religious vote; Lulismo



## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de relações e parcerias estabelecidas tanto na vida acadêmica quanto na pessoal. Dessa forma, gostaria de agradecer às pessoas e instituições que foram, de muitas formas e diferentes modos, essenciais para a concretização desta etapa da minha formação.

Em primeiro lugar, agradeço a todos os membros, fiéis e pastores do setor 104 da Assembleia de Deus – Ministério Belém. Muito obrigado pela confiança em compartilhar histórias e visões de mundo, pelas conversas e momentos compartilhados, e por toda a paciência e entusiasmo com que lidaram com minhas dúvidas e questões ao longo de todos esses anos.

Agradeço aos professores e colegas do curso de inverno “What is Caesar’s, what is God’s?”, que realizei na Universidade de Kyoto, em parceria com a Universidade de Heidelberg, pelas contribuições que forneceram para este trabalho e para a minha formação. Agradeço ao Santander Universidades pelo financiamento que tornou esta experiência possível.

Agradeço também aos antigos e aos presentes funcionários do DCP-USP, Rai, Ana, Vasne, Márcia, Aureluce e Leo, pela atenção e suporte em diversas situações.

Agradeço ao meu orientador André Singer, pela confiança depositada, pelas conversas, críticas, elogios e sugestões, sempre cirúrgicas e de grande valia. A generosidade e a postura intelectual, acadêmica e política de Singer são para mim lições de vida e fonte de grande admiração.

Aos alunos, professores e a toda comunidade da Faculdade Santa Marcelina, agradeço pela recepção e pelo aprendizado que está só se iniciando.

Agradeço aos amigos de graduação e de vida: Jéssica, Mariel, Maysa, Breno, Guilherme Tupi. À Mari pelo apoio no início de tudo e até hoje. À Ju Heredia e Felipe, pela amizade e carinho entre vizinhos. Agradeço também aos amigos e colegas de pós-graduação do DCP, tanto da época do mestrado quanto no doutorado, pela convivência, pelas sempre proveitosas discussões acadêmicas e



pelo compartilhamento das angústias sobre a política e a Universidade brasileira: Camila Rocha, Henrique Costa, Christian Jecov, Caetano Patta, Daniela Costanzo, Rafael Marino, Rômulo Manzatto, Camila Goes, Leonardo Britto e Thais Pavez. À Patricia Ferreira, do PPGAS, agradeço à amizade, as conversas e lições sobre a academia e o além dela. Agradeço aos amigos de Serra Negra e de uma vida toda, parceiros para o que der e vier: Renan, Yuri, Ricardo, Bruna, Marcel, Du, Katherine e Patricia.

À minha família, agradeço profundamente pelo apoio fundamental de sempre. À Nona, que foi embora, mas está aqui. À minha avó Tereza, que me apresentou aos livros e ao conhecimento. Ao meu avô Dirceu, tio Odair, tia Célia, minhas primas Thaisa e Marília. Aos meus pais, Marisa e Junior, por tudo, sempre. Aos meus irmãos Flávia e Rodrigo, pela amizade e parceria.

À Daniela Fernandes, pela alegria, pelos sorrisos e sonhos que sua presença me proporciona. Por toda a paciência, carinho, parceria e amor.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento a esta pesquisa.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Distrito do Campo Limpo em São Paulo .....	26
Figura 2 – Templos do Setor do Campo Limpo da Assembleia de Deus, Ministério Belém. ....	27
Figura 3 – Subprefeitura do Campo Limpo .....	73
Figura 4 – Tipos de Habitação – São Paulo.....	74
Figura 5 – Indicadores de qualidade Ambiental Urbana – Subprefeitura de Campo Limpo (2000) .....	78
Figura 6 – Material Escola Bíblica 1 .....	119
Figura 7 – Material Escola Bíblica 2.....	119
Figura 8 – Jornal Mensageiro da Paz .....	126
Figura 9 – Material de Campanha Marta Costa e Paulo Freire 1.....	132
Figura 10 – Material de Campanha Marta Costa e Paulo Freire 2.....	132
Figura 11 – Disposição Geográfica dos Votos – Marta Costa (PSD) -2014 .....	135
Figura 12 – Disposição Geográfica dos Votos – Paulo Freire (PR) – 2014 .....	136
Figura 13 – Disposição Geográfica dos Votos – Paulo Freire (PR) – 2010 .....	137
Figura 14 – Material de Campanha de Serginho Matos 1.....	138
Figura 15 – Material de Campanha de Serginho Matos 2.....	139
Figura 16 – Material de Campanha de Marta Costa .....	141
Figura 17 – Material de Campanha – Rute Costa 1 .....	153
Figura 18 – Material de Campanha – Rute Costa 2.....	153
Figura 19 – Material de Campanha – Rute Costa 3.....	155
Figura 20 – Material de Campanha – Razões para se votar em Rute Costa.....	156
Figura 21 – Disposição geográfica dos votos Rute Costa (PSD) – 2016.....	158



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil de Renda por Religião .....	69
------------------------------------------------	----



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição Religiosa do Brasil.....	39
Tabela 2 – Votação do PT e adversários no Campo Limpo.....	86
Tabela 3 – Votação entrevistados Legislativo – 2012-2014.....	145
Tabela 4 – Votação dos entrevistados para candidatos ao Legislativo – 2012-2016 .....	159
Tabela 5 – Votação Entrevistados Executivo – 2012-2014.....	188
Tabela 6 – Votação dos Entrevistados para candidatos ao Executivo – 2012-2016 .....	200



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD: Assembleia de Deus

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base

CGADB: Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil

CONAMAD: Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil

CPAD: Casa publicadora da Assembleia de Deus

DEM: Partido Democratas

DIAP: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IURD: Igreja Universal do Reino de Deus

ONG: Organização Não Governamental

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNDH: Programa Nacional dos Direitos Humanos

PRB: Partido Republicano Brasileiro

Prouni: Programa Universidade Para Todos

PSD: Partido Social Democrático

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PR: Partido Republicano

REDE: Rede Sustentabilidade

PSB: Partido Socialista Brasileiro



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1 – EVANGÉLICOS NO BRASIL E NA POLÍTICA: CARACTERÍSTICAS RELIGIOSAS E ECONÔMICAS EM CONFLITO</b> .....	37
<b>1.1. Evangélicos no Brasil: características e expansão</b> .....	38
1.1.1. <i>Evangélicos, pentecostais, neopentecostais: Algumas classificações</i> .....	40
<b>1.2. A Assembleia de Deus</b> .....	43
1.2.1. <i>As mudanças na Assembleia de Deus em seus três períodos</i> .....	44
1.2.2. <i>As diferentes identidades assembleianas</i> .....	50
1.2.3. <i>Síntese assembleiana: Fragmentação e heterogeneidade, mas também aspectos comuns</i> .....	52
1.2.4. <i>Ministério Belém</i> .....	53
<b>1.3. Evangélicos e a Assembleia de Deus na Política Brasileira</b> .....	57
1.3.1. <i>Preponderância conservadora?</i> .....	59
1.3.2. <i>Evangélicos em oposição ao lulismo</i> .....	63
<b>1.4. A pedra no meio do caminho: questões econômicas e a identificação lulista</b> .....	68
1.4.1. <i>Retratos de vulnerabilidades</i> .....	68
1.4.2. <i>Voto guiado por condições econômicas: a hegemonia lulista</i> .....	79
1.4.3. <i>A presença do PT nas periferias paulistanas</i> .....	82
<b>1.5. Síntese: Aspectos socioeconômicos do grupo estudado estão politicamente associados ao PT</b> .....	86
<b>CAPÍTULO 2 – A IGREJA NA VISÃO E VIVÊNCIA DOS FIÉIS</b> .....	88
<b>2.1. O debate da Secularização e a capacidade de a religião contribuir para a formação de identidades sociais nos dias de hoje</b> .....	89
<b>2.2. Dimensões da Identificação religiosa e a identidade confessional</b> .....	95
<b>2.3. A construção da identificação com a Assembleia de Deus Ministério Belém</b> .....	98
2.3.1. <i>Igreja versus mundo</i> .....	98
2.3.2. <i>A sociabilidade religiosa: cotidiano, convívio e sentimento de comunidade</i> ..	108
2.3.3. <i>Acolhimento e pertencimento</i> .....	111
2.3.4. <i>Percepção de Ascensão</i> .....	114



<b>2.4. Da comunidade ao Estado: A igreja na política Institucional .....</b>	<b>117</b>
<i>2.4.1 Pautas materiais e valores comunitários.....</i>	<i>123</i>
<b>CAPÍTULO 3 – AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS: A IMPORTÂNCIA DA IGREJA E DOS VALORES RELIGIOSOS .....</b>	<b>129</b>
<b>3.1. Eleições legislativas de 2014: A Campanha religiosa – A igreja como partido e a aposta na identidade religiosa.....</b>	<b>130</b>
<i>3.1.1. Os conteúdos e elementos substantivos da campanha religiosa .....</i>	<i>140</i>
<i>3.1.2. As falas oficiais.....</i>	<i>143</i>
<b>3.2. A eleição de 2014 sob o olhar dos fiéis: ressonância das pautas comunitárias, mas diferentes engajamentos .....</b>	<b>144</b>
<b>3.3 A eleição legislativa de 2016: a construção de uma nova candidata.....</b>	<b>150</b>
<i>3.3.1. A fala oficial pré-eleição de 2016 .....</i>	<i>157</i>
<b>3.4. O comportamento dos fiéis na eleição legislativa de 2016: votação na candidata oficial, mas com mudanças subjetivas .....</b>	<b>159</b>
<b>3.5. Síntese: Campanhas engajadas e fiéis dispostos a defender as pautas da Igreja.....</b>	<b>166</b>
<b>CAPÍTULO 4 – AS ELEIÇÕES EXECUTIVAS DE 2014 E 2016: AS PAUTAS MATERIAIS E A DERROCADA DO LULISMO.....</b>	<b>168</b>
<b>4.1. A conjuntura política dos pleitos eleitorais e o fortalecimento do antipetismo .....</b>	<b>168</b>
<b>4.2. A eleição de 2014: antipetismo e lulismo desconfiado .....</b>	<b>183</b>
<i>4.2.1. As ações da Igreja diante da eleição executiva de 2014: baixa mobilização e o discurso antipetista.....</i>	<i>183</i>
<i>4.2.2. O posicionamento dos fiéis na Eleição executiva de 2014 .....</i>	<i>188</i>
<i>4.2.2.1. O aumento do discurso antipetista.....</i>	<i>190</i>
<i>4.2.2.2. O lulismo insatisfeito .....</i>	<i>193</i>
<b>4.3. A eleição executiva de 2016: a crise do lulismo toma forma.....</b>	<b>198</b>
<i>4.3.1. A atuação da Igreja diante da eleição executiva de 2016: a “fala política” antipetista .....</i>	<i>199</i>
<i>4.3.2. A eleição para prefeito entre os fiéis: Antipetismo e desilusão com a política .....</i>	<i>200</i>
<i>4.3.3. O crescimento e o conteúdo do antipetismo .....</i>	<i>202</i>
<i>4.3.3.1. Antigos lulistas: pessimismo, críticas e decepções.....</i>	<i>204</i>
<i>4.3.3.2. Ex-lulistas votam em Dória (PSDB) .....</i>	<i>213</i>



<i>4.3.4. Os remanescentes do lulismo</i> .....	216
<b>4.4. A conjuntura socioeconômica prevalecendo nas eleições para o executivo: a lógica do voto e o papel da Igreja</b> .....	<b>222</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>232</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>241</b>
<b>ANEXO 1 – FICHA DOS ENTREVISTADOS</b> .....	<b>255</b>

## INTRODUÇÃO

A influência da religião nas eleições brasileiras é objeto de estudo acadêmico e debate político fora da academia. Na Legislatura de 2015 a 2018, segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), setenta e quatro deputados compõem a bancada suprapartidária evangélica na câmara dos deputados, do total de 513 de integram a Câmara<sup>1</sup>. Isso significa que, caso pertencessem a um único partido, esse teria a maior das bancadas eleitas em 2014<sup>2</sup>.

Esta pesquisa procura contribuir para a compreensão da relação entre religião e voto no Brasil. Mais especificamente, aborda uma configuração comumente encontrada ao se tratar dessa relação: a existência de Igrejas com discurso político conservador<sup>3</sup>, dirigido a um público de fiéis de classe baixa. Trata-se de um Estudo de Caso, realizado durante as eleições federais e estaduais de 2014 e nas eleições municipais de 2016, ambas na cidade de São Paulo, nas quais exploramos a dinâmica eleitoral dentro de uma igreja evangélica pentecostal da denominação Assembleia de Deus, ligada ao Ministério Belém, em um bairro periférico da capital paulista.

Neste estudo de caso, procuramos conferir, de um lado, qual o discurso político-eleitoral veiculado por essa instituição religiosa e como ela se organiza em termos eleitorais para veiculá-lo. De outro, conferimos como agem os fiéis em relação às posições políticas da igreja, tanto em termos amplos de visão política, quanto, mais pragmaticamente, no voto em si. O objetivo da tese, portanto, é analisar tanto a ação institucional da Igreja Assembleia de Deus – Ministério Belém, quanto o posicionamento dos seus fiéis em termos eleitorais. Como a Igreja não está à parte do mundo, para fazer essa incursão sobre seu papel político é preciso considerar e discutir a conjuntura política que o país passava no período. Nesse

---

<sup>1</sup> DIAP. Atualização da bancada evangélica. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/24534-bancada-evangelica-levantamento-preliminar-do-diap-identifica-43-deputados> Acessado em 2 de agosto de 2017.

<sup>2</sup> Na eleição de 2014, o PT, que foi o partido com maior número de deputados eleitos, elegeu 65 deputados. O PMDB, segundo partido com maior número de eleitos, elegeu 65.

<sup>3</sup> O adjetivo “conservador”, conforme será explicado mais adiante, se refere a um conservadorismo moral, voltado a questões como o aborto e a sexualidade. Eleitoralmente, esse conservadorismo se traduz num antilulismo, apoiando-se em candidatos e partidos que apoiam plataformas liberais no sentido econômico. No decorrer deste trabalho, tais questões serão melhor debatidas.

sentido, procuramos argumentar nas páginas seguintes, mais especificamente, que é preciso discutir o papel do lulismo e o posicionamento dos fiéis e da Igreja em relação a este fenômeno político.

Ao final deste trabalho pretende-se, portanto, ter traçado o *modus operandi* da seção periférica da Assembleia de Deus escolhido como objeto, e a sua eficácia ao transmitir seus valores e posicionamentos eleitorais aos fiéis, observando como eles se posicionam perante a Igreja, bem como às eleições. O fato de a pesquisa se ater a dois pleitos – 2014 e 2016 – e remeter a um terceiro – o de 2012, por meio do diálogo com meu trabalho de mestrado –, possibilitou a observação de mudanças e continuidades ao longo dos anos e também distinguir efeitos de candidatos específicos e aspectos político-ideológicos mais gerais e estruturantes.

Antes de avançar, é necessário explicar brevemente que a Assembleia de Deus não é uma igreja unitária. Não há um órgão central que regule ou referencie todas as igrejas e templos. Grande parte dela, no entanto, é composta de diferentes redes de igrejas que funcionam, cada uma, com suas formas de culto e com diferentes estatutos – são os chamados ministérios. Os ministérios podem se agrupar em diferentes convenções, que determinam diretrizes e acumulam força política. É preciso constar ainda que nem todo ministério precisa fazer parte de uma convenção, assim como nem todo templo precisa ser vinculado a um ministério – há templos que funcionam de forma totalmente autônoma e carregam o nome de Assembleia de Deus. Por conta disso, sociólogos como Gedeon Alencar (2010) defendem que se diga *Assembleias de Deus* no plural.

Esta pesquisa se concentrou em apenas um desses ministérios – o Ministério Belém. No entanto, tal ministério é muito relevante dentro do conjunto da Assembleia de Deus. Seu líder, o pastor José Wellington Bezerra da Costa e sua família comandam a Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB) – o órgão que reúne o maior número de ministérios e templos de Assembleias de Deus. Por tal motivo, os candidatos que o ministério lançava para as disputas eleitorais, bem como os políticos de fora da instituição apoiados por ele, eram também apoiados por outros ministérios que compunham a CGADB. Além disso, o perfil do ministério Belém – ou seja, seu padrão geográfico na cidade, o tamanho de seus templos, a sua forma de culto e os seus usos e costumes, bem como o perfil de fiéis

que o compõem – é semelhante a outros ministérios da Assembleia de Deus que compõem a CGADB. Essas características serão mais detalhadas no tópico seguinte, que explica a metodologia da pesquisa e a escolha do caso, bem como no capítulo 1, que trata das características religiosas e econômicas do grupo pesquisado.

Antes de seguir para os próximos tópicos, é necessário dizer também que esta pesquisa é uma continuação do meu trabalho de mestrado, realizado entre 2011 e 2013, no qual observei as eleições municipais de 2012 em São Paulo, no interior da mesma igreja. Tal pesquisa foi estruturada metodologicamente de forma semelhante ao presente trabalho, porém, dadas as características do mestrado, seu alcance e amplitude foram menores. Para uma explicação breve do trabalho, nela constatamos e pudemos explorar de forma inicial o importante papel da sociabilidade religiosa e os fortes laços comunitários existentes dentro da igreja, o que se refletia em termos políticos-eleitorais. Assim, pôde-se conferir que havia uma confiança dos fiéis com a instituição, que destoava com a desconfiança que estes tinham em relação aos partidos e a políticos tradicionais, tidos como corruptos. Quando a igreja lançava seus candidatos oficiais para o legislativo, passava a eles a confiança e credibilidade que tinha entre os fiéis, o que fornecia uma conexão próxima entre os membros da igreja e aqueles políticos. Por essas características, encontramos um forte apoio dos fiéis para com a candidata a vereadora da igreja naquela eleição. Todos os membros entrevistados e que deram depoimentos, que efetivamente votavam, declararam seu voto na candidata da igreja. Além de votar, eles o faziam justificando também os valores morais defendidos pela instituição, como a “defesa da família” e o limite às políticas de combate à homofobia.

Por outro lado, na mesma pesquisa verificou-se que a comunidade religiosa ficou dividida no âmbito da eleição para prefeito. Parte dos fiéis acabou ignorando a indicação da Igreja em José Serra (PSDB) e votou, orientada por questões socioeconômicas, em Fernando Haddad (PT), o que demonstrava a identificação com as políticas lulistas que, segundo os próprios eleitores, teriam melhorado suas condições de vida. A pesquisa de Caio Barbosa (2016), também estruturada metodologicamente de forma semelhante e realizada em uma seção periférica da Igreja Universal do Reino de Deus no pleito de 2014, encontrou uma identificação parecida dos fiéis com as políticas lulistas, bem como diferenças nas eleições para o

Legislativo e para o Executivo<sup>4</sup>.

Os achados do mestrado abriram uma série de questões a serem exploradas e expandidas na presente pesquisa. Por que o apoio à Igreja perde força nos pleitos executivos? O que explica, com relação às pautas religiosas e morais, elas serem tão fortes politicamente na eleição para o legislativo e se perderem na esfera executiva? Como a adesão ao lulismo convive com a forte influência da igreja? Essas perguntas nortearam a investigação realizada no doutorado.

Além das questões que se abrem a partir das dissertações de mestrado de Caio Barbosa (2015) e minha (Valle, V. 2013), este trabalho buscou validar nas eleições seguintes os achados anteriores. A continuidade da pesquisa com a mesma comunidade religiosa trouxe a possibilidade de observar as mudanças e permanências ao longo do período, observando o que é estrutural, o que é conjuntural, e também verificando as mudanças e elementos novos que surgem conforme a conjuntura passa por transformações. O período analisado ao longo do mestrado e do doutorado foi recheado de grandes fatos e eventos na política nacional, o que, para esta pesquisa, foi riquíssimo. Passou-se pelo auge do lulismo, com a taxa de popularidade recorde da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) e a eleição de Fernando Haddad (PT) no município de São Paulo em 2012. Poucos meses depois, assistimos a um dos grandes eventos da política recente, ainda objeto de polêmica e diferentes leituras: as manifestações de junho de 2013. No ano seguinte, em 2014, Dilma Rousseff conseguiu se reeleger em uma eleição apertadíssima, com 51,54% dos votos. Os anos seguintes foram uma avalanche de acontecimentos: a operação Lava-jato produziu terremotos na política nacional; Eduardo Cunha tornou-se presidente da Câmara dos Deputados e ganhou protagonismo na política nacional ao instaurar uma queda de braço com o governo; os movimentos organizados pelas redes sociais, como o MBL, o Vem Pra Rua e o Revoltados Online, conseguiram mobilizar contingentes enormes da população com um discurso fortemente antipetista e antilulista; instaurou-se o processo de *Impeachment*, que derrubou a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) e levou Michel Temer (MDB) ao poder. Todos esses fatos fizeram com que a política tomasse uma

---

<sup>4</sup> Ver BARBOSA, Caio Marcondes Ribeiro. A cruz e o lulismo: um estudo de caso na periferia de São Paulo com fiéis da Igreja Universal nas eleições de 2014. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

importância e um espaço impressionantes na esfera pública. Procuramos traçar como esses eventos foram entendidos na percepção dos fiéis e como influenciaram no entendimento da política e, mais pragmaticamente, no seu comportamento eleitoral. De forma mais específica, a pesquisa procurou também aferir como ficou a identificação dos fiéis com o lulismo e se, diante delas, a igreja ganhou mais força política.

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

### **Estudo de caso**

É importante, neste ponto, explicitar o que se entende por “estudo de caso” e por que se opta por essa estratégia de pesquisa. Dentre as diversas definições do que seria um estudo de caso, utilizamos aquela que o considera uma metodologia que faz análise de um único caso, com o intuito de produzir explicações e interpretações densas de um fenômeno (Gerring, 2004). Esse tipo de abordagem, ainda que se centre na compreensão de casos específicos, busca ir além de uma observação que busque interpretações, reflexões e explicações válidas unicamente do caso em questão, uma vez que tem como propósito fazer conexões profundas com teorias e métodos mais gerais (Gerring, 2004, 2007).

No que se refere ao tema da relação entre religião e política no Brasil, há uma série de ganhos que o método de estudo de caso pode agregar. Ele possibilita que se explore com profundidade elementos religiosos, teológicos e políticos que podem ter grande influência para a constituição de visões de mundo que toquem a esfera política e que não seriam observáveis por meio de estudos quantitativos. Além disso, no universo de fragmentação das igrejas evangélicas pentecostais brasileiras, os estudos quantitativos perdem elementos particulares de certas vertentes religiosas no interior do segmento evangélico. No estudo de caso, no que se refere à vertente pentecostal que o caso escolhido está inserido, é possível tanto observar seus elementos particulares – fazendo uso da comparação com outros grupos

evangélicos pelo diálogo com a bibliografia – quanto perceber os elementos que são comuns aos evangélicos pentecostais.

Este estudo também tem a particularidade de contar com elementos de Etnografia da Política, que possibilitam pontuar elementos do cotidiano, da política vivida pelas pessoas, das informações e do entendimento formulados pelos investigados nos seus próprios termos – ou seja, um olhar atento às minúcias dos processos políticos no âmbito das experiências vividas. Buscou-se, portanto, trazer elementos envolvidos nas decisões políticas cotidianas, que por vezes passam despercebidos nas análises quantitativas que buscam padrões e relações de causalidade entre variáveis predeterminadas e quantificáveis.

Na Ciência Política atual não são comuns os estudos de caráter etnográficos. A trajetória de constituição da Ciência Política como disciplina autônoma da Sociologia no Brasil, incorporando os pressupostos e métodos da Ciência Política norte-americana, ajuda a explicar tal quadro<sup>5</sup>. Consideramos, entretanto, que essa relativa ausência acaba por distanciar das pesquisas desse campo do saber diversos fenômenos políticos relevantes. O estudo etnográfico traz vantagens no entendimento sobre as dinâmicas locais, a interação entre as instituições e as pessoas, as noções de grupo e identidade, e o funcionamento da política no dia a dia (BAIOCCHI, G. CONNOR, B. 2008), que explicam e iluminam muitos pontos que nas análises macrossociais ou estatísticas não são percebidos. Por tal motivo, o diálogo entre os âmbitos micro e macro, entre as análises etnográficas e as interpretações estatísticas, enriquecem a explicação dos fenômenos políticos.

## **Metodologia**

O desenho desta pesquisa se estruturou nos moldes de um Estudo de Caso com caráter etnográfico, em que utilizamos três métodos associados: (i) A observação reflexiva das atividades na igreja selecionada, as quais envolvem cultos,

---

<sup>5</sup> O artigo de Forjaz, intitulado “Emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais” (FORJAZ, L. M. S 1997) fornece um bom parâmetro da constituição do campo da Ciência Política no Brasil.

reuniões da escola bíblica, eventos diversos relacionados à campanha eleitoral e eventos sociais da instituição; (ii) Coleta de documentação de interesse, tais como materiais de estudo da escola bíblica, materiais de campanha dos candidatos indicados e apoiados pela instituição, jornais e informativos da Igreja que trataram das eleições ou aspectos sociais/políticos; e (iii) Entrevistas com auxílio de um questionário semiestruturado com pastores e fiéis da Igreja selecionada. A ideia ao combinar o material coletado nas entrevistas e nos documentos com a observação – tanto das relações dos fiéis entre si, quanto dos fiéis com os líderes religiosos e com as suas próprias práticas – foi buscar um maior entendimento sobre o papel das pregações, valores transmitidos, visão religiosa e dinâmica de sociabilidade nos aspectos propriamente políticos e eleitorais desse grupo.

É importante constar que procuramos fazer a análise do posicionamento institucional da Igreja observando e distinguindo dois níveis: (i) o nível oficial, composto pelos seus pastores líderes e (ii) o discurso e as ações proferidas em um templo comum, no caso, o do bairro do Campo Limpo, na cidade de São Paulo<sup>6</sup>. Como mencionado anteriormente, além do discurso e das ações realizadas pela instituição religiosa, buscamos conferir o ponto de vista dos fiéis desse templo, questionando-os sobre sua ideologia ou “visões de mundo”, e suas reações e opiniões com relação ao cenário político do momento eleitoral, as plataformas políticas em questão, os candidatos e a posição dos líderes religiosos. Esse procedimento foi realizado nas eleições de 2014 e 2016, analisando o nível municipal, estadual e federal, tanto os planos majoritários quanto proporcionais. Essa postura de não delimitação significa que estivemos abertos aos acontecimentos e ações da Igreja em qualquer plano da esfera política-eleitoral no momento pesquisado, na tentativa de investigar a dinâmica eleitoral da forma mais ampla possível<sup>7</sup>.

Ao longo do período de pesquisa, em que o campo se estendeu, principalmente entre 2014 e 2017, frequentei cerca de uma centena de cultos, sendo

---

<sup>6</sup> Esse templo é o templo sede do Ministério Belém nesse distrito.

<sup>7</sup> Apesar de estar aberto às eleições tanto no nível municipal, quanto estadual e federal, não foram analisadas aqui as eleições para governador. Essa decisão se deu por considerar que tal eleição no estado de São Paulo mereceria um estudo de caso específico, devido a características como a presença do PSDB no comando do estado há mais de 20 anos, bem como o fato de seus principais políticos não manifestarem identificação e marcas notáveis de gestão, segundo entrevistas dos fiéis realizadas por nós.

a grande maioria deles aos domingos à tarde, mas também às terças, quintas e sábados à noite. Também frequentamos cerca de 15 encontros da escola bíblica dominical, todos eles, com exceção de um, ligado ao grupo de jovens da Igreja<sup>8</sup>. Presenciei rituais de Santa Ceia, vigílias, correntes de oração, cultos em praça pública, festival em rua pública, um congresso de jovens, dois congressos de mulheres e um de adolescentes<sup>9</sup>. Presenciei também, no próprio templo pesquisado, pregações com pastores e presbíteros convidados dos mais diferentes cantos do país. Nos cultos, assisti a dezenas de músicos, cantores e cantoras *gospels*, alguns amadores e outros com certo nível de inserção profissional, alguns de outros ministérios e denominações, e também dos mais diferentes lugares, além de presenciar ensaios da banda da igreja. Frequentei um culto na sede do Ministério Belém, com pastores de todo o Brasil e presença de diversos políticos e candidatos<sup>10</sup>. Visitei também uma clínica religiosa de recuperação de dependentes químicos ligada à Assembleia de Deus<sup>11</sup>.

Ao acompanhar o dia a dia dos fiéis na sede do setor do Campo Limpo da Assembleia de Deus Ministério Belém, pude conferir conversões, afastamentos da igreja, reaproximações, casamentos entre fiéis, separações, intrigas por conta de tarefas ou compromissos com a instituição, fiéis que se tornaram pastores, e outros que deixaram o Ministério Belém para se tornarem pastores em outro ministério. Presenciei campanhas, com entrega de materiais, expressões de apoio, mas também discussões e debates políticos, com momentos de mal-estar de fiéis entre si e de fiéis com presbíteros. Conversei informalmente com cerca de uma centena de

---

<sup>8</sup> No capítulo seguinte relata-se um pouco sobre a divisão de grupos da igreja e sua função para a sociabilidade da comunidade. No caso do grupo de jovens, esse era formado por homens e mulheres acima de 14 anos até o período de casamento. Suas reuniões da escola bíblica tinham, geralmente, de 10 a 20 membros.

<sup>9</sup> Os rituais de Santa Ceia simbolizam a última Ceia de Cristo. Eles ocorrem no final do culto, sábado, uma vez por mês, e nele as pessoas comem um pedaço de pão embebido em suco de uva. As vigílias correspondem a um período dedicado a algum evento/fato, em que as pessoas passam horas (às vezes noites) na igreja orando. As correntes de oração são orações conjuntas para determinada causa ou fiel. Os cultos em praça pública são eventos em que a Igreja destina pastores e fiéis para orarem e pregarem em local público para os transeuntes. Os congressos correspondem, grosso modo, a dias de culto seguidos com um tema bíblico específico e tocado por determinado grupo da Igreja.

<sup>10</sup> Visitei a sede do Ministério Belém no Bairro do Belenzinho, em 17 de setembro de 2014, na data de celebração de bodas de casamento do Pastor presidente José Wellington Bezerra da Costa e sua esposa, dona Wanda. Na ocasião, que é relatada melhor no capítulo 3, estavam presentes diversos políticos e candidatos.

<sup>11</sup> A convite da instituição, visitei um centro de recuperação à qual a igreja era vinculada, para conhecer o local e o trabalho da instituição na área.

fiéis da Igreja escolhida, além de dezenas de fiéis de congregações do setor. Visitei fiéis em suas casas e estive em confraternizações de aniversário.

Mesmo já se tendo observado cultos em outras instituições para a escolha da igreja pesquisada, para se ter uma comparação, frequentei cultos de outras denominações, ministérios, bem como cultos em outras igrejas do Ministério Belém – tanto em São Paulo, quanto no interior do estado.<sup>12</sup>

Como material secundário, foram analisadas diversas edições do jornal *Messageiro da Paz*, editado pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), do jornal *Ceifeiros*, que é um boletim informativo da CONFRADESP (Convenção Fraternal das Assembleias de Deus no Estado de São Paulo), três livros de conteúdo da Escola Bíblica Dominical, editado também pela CPAD, além de diferentes materiais de campanha política. Também acompanhei os *sites* oficiais do Ministério Belém, da CGADB, e as páginas oficiais dos candidatos lançados pela Igreja, bem como seus respectivos perfis na rede social Facebook, bem como os perfis de alguns dos fiéis com que mais houve aproximação.

O material principal de análise consistiu em 36 entrevistas (gravadas) em profundidade, acumulando cerca de 40 horas de áudio – isso somente para a presente tese, sem contar as entrevistas feitas no mestrado e retomadas aqui. As entrevistas se deram com dois pastores, uma assessora política da instituição e 20 fiéis. Em torno de quinze desses fiéis eram encontrados em quase todos os cultos, nos quais, na medida do possível, iam se atualizando conversas e informações das entrevistas. Quatro deles foram entrevistados três vezes, formando um núcleo de aprofundamento do estudo de caso, enquanto cinco foram entrevistados duas vezes.

Durante o trabalho de campo, mesmo tendo me apresentando como pesquisador, senti que, principalmente no início, a grande maioria das pessoas não compreendia minha presença e minha atividade no local. Apesar de muito bem acolhido, sentia desconfiança por parte de alguns fiéis, o que foi se diluindo com o decorrer do tempo, chegando até o ponto de eu sentir que em alguns momentos me consideravam quase “um deles”. No entanto, eu percebia a todo o momento os

---

<sup>12</sup> Frequentei um culto no templo de Salomão, da IURD, cultos no Ministério Brás da Assembleia de Deus, no Campo Limpo. Um culto no Ministério Perus e uma parte de outro culto no Ministério Santo Amaro, ambos na Assembleia de Deus. Do Ministério Belém, frequentei cultos no bairro de Pinheiros, em São Paulo, e no município de Serra Negra, no interior do estado.

marcadores de classe e origem social atuando para nos diferenciar. Durante os cultos e atividades, minha postura era, basicamente, me comportar como um fiel comum. No início, fui alvo de diversas tentativas de conversão, pedidos para que aceitasse Jesus – o que acabou acontecendo – e, até o fim, insistência para que me batizasse pelo Espírito Santo nas águas. Cheguei a “aceitar Jesus”<sup>13</sup> em três oportunidades, e fui chamado à frente do púlpito para orações, com outros fiéis, uma porção de vezes. Durante visitas para entrevistas, tanto eu quanto meu trabalho fomos alvo de orações, e em mais de uma ocasião, cheguei a ter bênçãos e conquistas profetizadas para o meu trabalho.

Também cheguei a cometer algumas gafes. No primeiro culto que presenciei um ritual de santa ceia, vendo os fiéis pegar o pão e comerem, repeti o gesto e também comi o pão. Só depois de já ter comido que fui avisado que não me era permitido fazê-lo, pois eu não era batizado. O fato foi encarado com bom humor entre os que viram a cena, e disseram que, como eu não tinha conhecimento, minha atitude não seria um pecado. Na escola bíblica, mais de uma vez me pediram para ler excertos da Bíblia e eu demorei muito mais do que o comum entre os fiéis para achar o texto. Em outra ocasião, também na escola bíblica, me pediram para fazer a oração de encerramento. Para quem não sabe, diferentemente do que acontece na Igreja Católica, em que as orações são decoradas, nas Igrejas evangélicas as orações são improvisadas, feitas na inspiração e no “fogo do espírito”. Pois bem, ao ser designado a improvisar a oração de encerramento da aula, tentei começar algumas palavras, mas tive que pedir ajuda do professor, e com ele guiando, fui repetindo as suas palavras.

### **Escolha do caso**

É importante constar que, apesar deste ser um estudo realizado em uma

---

<sup>13</sup> Aceitar Jesus significa aceitar que Jesus é filho de Deus e salvador de quem o aceita. Em termos práticos, significa ir em frente ao púlpito quanto requisitado que se aceite Jesus, para receber uma bênção e oração. Tendo uma formação familiar cristã católica e uma fé pessoal heterodoxa e recheada de sincretismos, nunca achei essa atitude um problema. O fato desse aceite ter se dado por três vezes se deu por conta de que em todo final de culto há um apelo para tal. Nesses apelos, os pastores também chamam não só quem nunca aceitou Jesus, mas também quem estava há um tempo sem vir à igreja.

única Igreja, de estar centrado na esfera local e se organizar de forma “micro”, é possível dialogar com outros estudos de caso e com formulações mais amplas da Ciência Política e da Sociologia recente no plano dos estudos sobre o comportamento eleitoral, voto religioso das camadas populares e pentecostalismo. Como procurarei demonstrar no decorrer do trabalho, o templo escolhido apresenta diversas características que são semelhantes a outros templos e até mesmo outras instituições. Por tal motivo, pode-se esperar que os métodos de mobilização e convencimento encontrados sejam semelhantes aos empregados em outros casos. Nesse sentido, estudos de caso em diferentes denominações, como, por exemplo, o já mencionado trabalho de Caio Barbosa (2016), realizado em uma Igreja Universal, vem mostrando práticas e resultados também encontrados nesta pesquisa. É possível, portanto, verificar formas de atuação utilizadas pelas instituições religiosas evangélicas em geral. Espera-se, assim, que este estudo de caso possibilite a exploração de elementos da ética religiosa pentecostal que formam a visão de mundo e a visão política dos fiéis de modo amplo.

Tendo esse objetivo em vista, é importante explicar como se deu a escolha do caso. Tal reflexão é fundamental, visto que essa decisão é um elemento determinante para as possibilidades e o alcance da pesquisa – por exemplo, quanto mais a escolha for representativa do quadro teórico que se busca explicar, mais tal explicação, por meio das suas devidas mediações, poderá jogar luz sobre quadros mais amplos.

O processo de escolha da Igreja se deu no meu trabalho de mestrado (VALLE, 2013) e passou por diferentes etapas, indo desde a escolha da instituição em questão, até a escolha do templo específico, o que envolve a escolha também de determinadas localizações dentro de um território com suas características próprias. No início, a decisão foi sobre qual a melhor denominação religiosa para realizar a pesquisa, tendo em vista o perfil socioeconômico esperado de fiéis, e o próprio perfil da Instituição – procurei uma Igreja que tomasse posições públicas acerca da política, tanto em termos mais amplos quanto na política eleitoral, a fim de verificar como (e se) ela influenciava politicamente os seus fiéis. Diante de tais critérios, optei pela denominação Assembleia de Deus, que aparece com destaque na relação de deputados evangélicos, tendo 27 deputados na Câmara naquele

momento <sup>14</sup>. Além desse fato, segundo os dados disponíveis, seu perfil socioeconômico era destacadamente de menor renda em comparação com as outras grandes religiões <sup>15</sup>. Considerei também como relevante a Assembleia de Deus por ser a maior denominação evangélica do País, segundo o censo do IBGE, sendo inclusive a segunda maior confissão religiosa nacional, somente atrás da Igreja Católica.

A partir daí surgiu um problema, ligado à própria organização e “natureza” da Assembleia de Deus. Conforme já adiantado, diferentemente de outras Igrejas da vertente evangélica, como por exemplo, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a Assembleia de Deus não apresenta uma organização centralizada – chamada de episcopal. Ao contrário, cada templo tem relativa autonomia, e os mecanismos de centralização são os chamados “ministérios”, que compreendem uma rede de Igrejas que funcionam sob o mesmo estatuto e seguem os mesmos princípios teológicos e práticas de pregação. Além dos ministérios – que são vários – há diferentes convenções, que funcionam como reuniões dos ministérios e dos pastores organizados autonomamente. As principais convenções que existem são a Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB), que reúne vários ministérios, e a Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil – Ministério Madureira (CONAMAD), que como o próprio nome diz, congrega principalmente o Ministério Madureira. Além dessas duas principais, outras Convenções menores foram fundadas nos últimos anos e há templos que não pertencem a nenhuma convenção. Essas informações e outras características do campo religioso são mais trabalhadas no capítulo 1.

Nesse quadro de fragmentação, além de diferenças nas práticas religiosas, surgem também diferenças políticas entre os distintos segmentos da Assembleia de Deus. Nas eleições presidenciais de 2010, por exemplo, o Bispo Manoel Ferreira, presidente da CONAMAD, apoiou formalmente a candidatura de Dilma Rousseff (PT), enquanto que as Igrejas ligadas à CGADB, na mesma eleição, apoiaram o

---

<sup>14</sup> As informações sobre a religião dos parlamentares foi tirada do DIAP ([http://www.diap.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14637&Itemid=296](http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14637&Itemid=296)). Tais dados se encontram incompletos, e foram completados pela pesquisa própria do autor deste trabalho. Alguns deputados evangélicos, no entanto, não tiveram sua denominação encontrada. Portanto, é possível que mais parlamentares – talvez em mais partidos – sejam filiados à Assembleia de Deus.

<sup>15</sup> As informações socioeconômicas desagregadas por denominação religiosa estão disponíveis no estudo Novo Mapa das Religiões, da FVG (2011), disponível em <http://www.cps.fgv.br/cps/religiao/> acessado em 2 de agosto de 2017. Esses dados podem ser vistos no gráfico 1, no capítulo 1.

candidato Serra (PSDB). Tendo isso em vista, como esta pesquisa tinha o interesse de verificar a identificação dos setores de baixa renda ao PT em um ambiente religioso hostil ao campo petista, optei por realizar esta pesquisa no principal ministério que compõe a CGADB – o Ministério Belém. Desde 1989 a alta cúpula de tal ministério – bem como diversos outros segmentos evangélicos – se posicionam eleitoralmente contra os candidatos e o discurso eleitoral petista. Em São Paulo, o ministério tem uma relação conflituosa com a ex-prefeita Marta Suplicy (PT) e, nas eleições municipais de 2012, apoiou o então candidato José Serra (PSDB).

É importante frisar que, durante todo o tempo em que esse processo de escolha perdurou, frequentei cultos em diversas igrejas, de diferentes denominações evangélicas, diferentes ministérios dentro da própria Assembleia de Deus, e diferentes templos dentro do mesmo ministério, fazendo contatos dentro do meio, explicando meus objetivos e colhendo informações. A partir desse “pré-campo”, obtive respaldo para escolher em qual região de São Paulo e qual templo iria realizar esta pesquisa. Os critérios que levei em consideração foram a presença de informantes, a receptividade dos fiéis, além, é claro, da presença majoritária de fiéis dentro do perfil socioeconômico esperado e a localização dentro das áreas da cidade que, ao menos nas últimas duas eleições, foram regiões em que o PT tinha obtido maioria dos votos para o executivo nas eleições municipais e federais. A Igreja que mais satisfatoriamente reuniu essas condições foi a do Ministério Belém do bairro do Campo Limpo, na zona sul da cidade de São Paulo. A localização do bairro pode ser vista na figura 1, a seguir, enquanto suas principais características serão também discutidas no capítulo 1.

Figura 1 – O Distrito do Campo Limpo em São Paulo

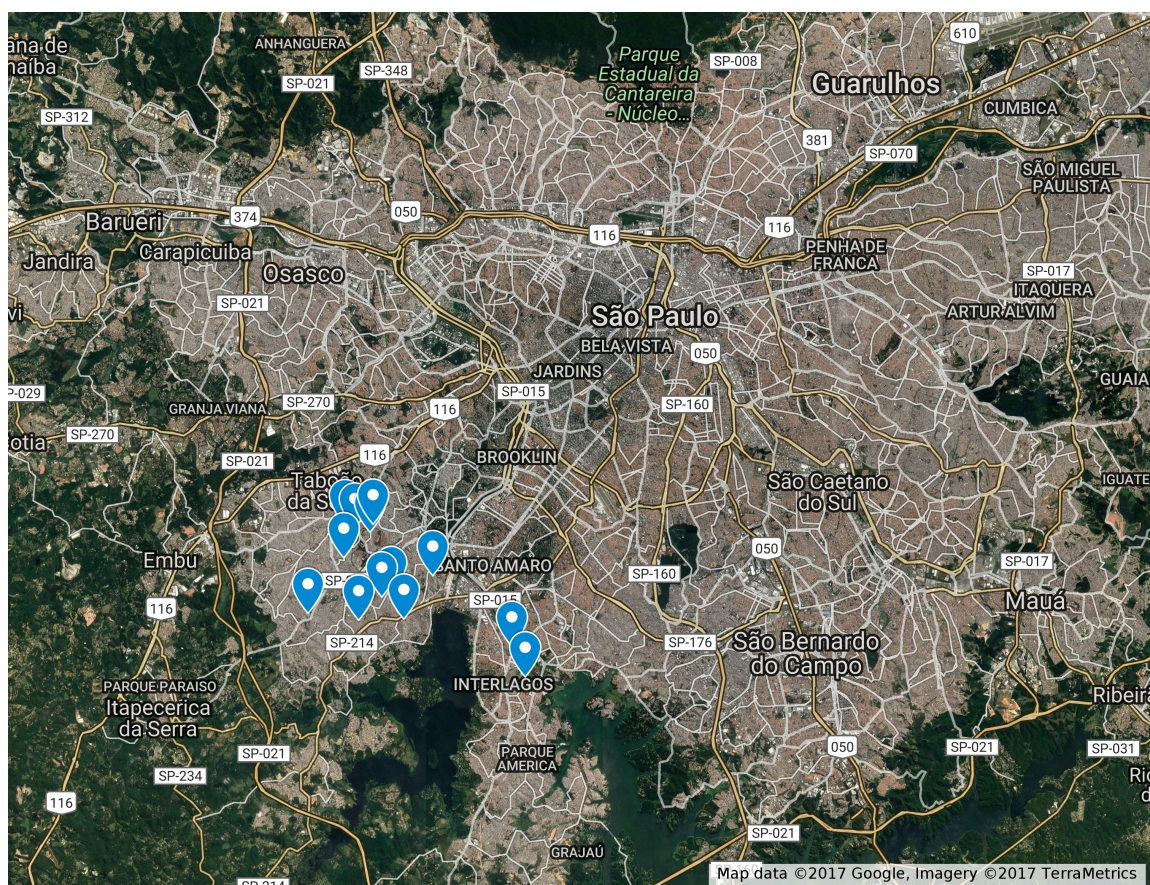


Dentro da organização administrativa do Ministério Belém, o templo escolhido é a sede de um setor e responsável por outros 12 templos menores, a maioria nos arredores do bairro, que são chamados de “congregações do setor”. Os pastores dessas congregações respondem ao pastor responsável pela “sede” do setor, que é também o pastor que dirige os cultos nesse templo. A igreja estudada foi aberta em 1994, construída no esquema de “mutirão”, pelas mãos dos pastores e dos próprios fiéis. Apresenta, além do espaço para cultos, um espaço que serve de estacionamento, lugar para festas, além de salas destinadas a fins administrativos. A localização na cidade, tanto da Igreja sede quanto das congregações, segue o padrão descrito por Almeida e D’Andrea (2004) e Almeida (2004). Tais autores

ressaltam que os templos da Assembleia de Deus estariam dispostos justamente nas áreas de maior vulnerabilidade da cidade, próximos aos locais de moradia dos seus fiéis.

O templo é frequentado por famílias e indivíduos que residem nas suas redondezas, a sua maioria na Vila Pirajussara, um dos bairros incluídos no Campo Limpo, mas também no Jardim Elisabeth, Jardim Paris, Jardim Maria Virginia, todos esses no distrito do Campo Limpo, na periferia de São Paulo, além de moradores do Jardim Clementino, já no município de Taboão da Serra. Esses fiéis não destoam do restante dos moradores dessas localidades em termos econômicos, ou seja, não correspondem a uma classe média desses locais, que de forma aparente possuem casas melhores, mais carros ou carros mais novos, e uma dinâmica diferenciada do restante do bairro. Em termos de renda, entre os entrevistados a renda familiar mensal *per capita* não ultrapassava os dois salários-mínimos. No capítulo 1, serão exploradas mais observações socioeconômicas do grupo.

Figura 2 – Templos do Setor do Campo Limpo da Assembleia de Deus, Ministério Belém.



Fonte: Elaboração própria.

A rotina das atividades da Igreja estudada consiste na realização de cultos quase diariamente, a depender da semana e do calendário de festividades religiosas. Aos sábados, uma vez ao mês, acontece a cerimônia que representa a Santa Ceia de Cristo. No domingo, além do culto, há a escola dominical, que funciona na formação de pequenas classes de aula, em que a Bíblia é estudada. Além dessas atividades sistemáticas, esporadicamente ocorrem vigílias nas quais, por vezes, os fiéis chegam a passar até 24 horas seguidas no espaço físico do templo, além de outras atividades, como cruzadas evangelísticas, etc. A Igreja tem grupos fixos que se organizam para atividades diversas durante o ano: o grupo de jovens, grupo de mulheres, grupo dos adolescentes e grupo de crianças, além do “grupo da banda”. O número de fiéis presentes nos cultos oscila de acordo com os dias da semana e as atividades da Igreja. Nos fins de semana, costuma haver cerca de 120 membros no culto. Nos dias de semana, em torno de 20. Em cultos especiais, em que há jornadas e eventos dos grupos, os presentes ultrapassam os 200. Os cultos começam, em geral, às 19:00 horas.

## **REFERÊNCIAS E INSPIRAÇÃO TEÓRICA**

### **Visão de mundo e ideologia**

Este trabalho sofreu importante influência das discussões e leituras realizadas pelo Grupo Pensamento e Política Brasileira do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, que durante cerca de dois anos – praticamente metade do período em que esta pesquisa foi realizada – leu atentamente parte da obra do pensador e dirigente comunista sardo Antonio Gramsci. Ainda que os conceitos e a abordagem desse autor necessitem de graus de mediação para serem empregados nesta pesquisa, eles serviram de inspiração para o olhar e a interpretação aqui realizados. Por isso, convém fazer uma breve retomada desses conceitos e da forma com que foram aqui apropriados.

A noção gramsciana de *concepção de mundo*, que utiliza a ideologia como

elemento que estrutura as formas de pensar e agir politicamente, foi a base para pensar o comportamento político dos fiéis, bem como a relação com o voto. Para Gramsci, *filosofia* e *ideologia* correspondem a uma mesma categoria histórica, sendo distinguidas apenas em relação ao grau de formulação e abstração. Nesse sentido, Gramsci aponta que todos os homens seriam filósofos, pois eles atuam praticamente e "nesta sua ação prática (nas linhas diretoras de sua conduta) está contida implicitamente uma concepção do mundo, uma filosofia" (Caderno 10, [I]§10, p. 302). Dessa forma, os sujeitos subalternos são entendidos como "filósofos espontâneos", mas em seu pensamento coexistiriam ideias e opiniões esparsas que se combinam de forma, por vezes, disparatadas (Pavez, 2015). Por isso, o senso comum seria marcado pela desagregação e pelo pensamento imediato, muitas vezes incoerente e inconsequente (Caderno 10, [II] §17, pp. 325-326).

Também a religião, para Gramsci, pode ser entendida como uma ideologia ou filosofia. Toda religião seria, na verdade, uma multiplicidade de religiões distintas e até mesmo contraditórias, pois a religião seria entendida e reinterpretada de diferentes formas de acordo com as diferentes classes sociais que a professassem. Com base nessa noção, para os termos que esta pesquisa propõe, podemos pensar a existência de um pentecostalismo dos intelectuais – na concepção gramsciana do termo –, presente entre o alto escalão das Igrejas, e um dos fiéis comuns. Tal noção se relaciona com a intenção desta pesquisa de observar diferentes níveis de discursos, desde o alto escalão, passando pelo pastor da periferia e até chegar ao fiel comum, identificando como a mesma religião pode ser entendida e reinterpretada de forma distinta nas diferentes classes sociais.

Buscamos interpretar a ação prática dos fiéis como ligada a uma *visão de mundo*, uma *ideologia*. Em outras palavras, a proposição é de que os valores, atitudes e ações cotidianas dos fiéis estariam conectados com uma forma de pensar, portanto, com uma referência ideológica, por mais que essa se apresente com distintos graus de formalização e estruturação em relação ao pentecostalismo dos intelectuais. Ao centrar na concepção gramsciana de ideologia, sendo essa uma fase intermediária entre o plano filosófico e o do vivido, coloca-se no horizonte a possibilidade da relação entre indivíduo, prática, cultura e história (PAVEZ, 2015). Para tal, é importante a ideia gramsciana de que a ideologia se apresenta como "uma estrutura substancial, um campo significativo, cujos modos se distinguem

gradativamente em função do nível de formalização – sistematização atingido” (SANTOS, 1977 apud PAVEZ, 2015). Essa abordagem é útil para se compreender que, no conjunto do material pesquisado, os relatos e entrevistas tratam não só das trajetórias, opiniões e reflexões individuais, mas refletem constelações ideológicas mais gerais, ainda que conflituosas, relacionadas às diferentes camadas sociais.

Por fim, a abordagem gramsciana fornece, como forma de compreensão entre as representações do mundo e a política, o conceito de *hegemonia*. Esse conceito é entendido por nós como uma forma de direção ideológica da sociedade. A hegemonia política da sociedade se dá num quadro de lutas e disputas, com direções contrastantes que se enfrentam. Gramsci afirma que as massas populares estariam à mercê de uma hegemonia exercida pelas classes dominantes (GRAMSCI, caderno 11). As instituições religiosas podem ser utilizadas nesse processo, fornecendo um discurso associado às classes dominantes – ainda que tal discurso seja passível do confronto com outras formas de ver o mundo que se pretendem contra-hegemônicas e também chegam aos fiéis.

### **A política brasileira e o lulismo**

Sendo este um estudo centrado na política brasileira atual, é importante também contextualizar as referências teóricas e bibliográficas que se utiliza para abordá-la. Partiu-se da tese de André Singer de que no período que vai desde meados de 2003 até meados de 2016, o Brasil vive sob uma orientação governamental calçada no fenômeno lulista. O lulismo, na definição de Singer, seria:

[O] encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, [...] sem confrontar os interesses do capital.”

(SINGER, A. Os Sentidos do Lulismo. São Paulo: Companhia das Letras 2012, p. 15).

Ele é, dessa forma, um produto tanto da dinâmica interna do PT quanto do seu suporte social, contando aí os seus interesses e a sua ideologia. Nesse sentido, Singer (2012) aponta que o lulismo se adequou e se moldou à ideologia do subproletariado, sendo por ela caracterizado. Justamente por esse motivo, teria conseguido um importante suporte social que possibilitou que vencesse as eleições presidenciais de 2006 a 2014.

Para Singer, a ideologia do subproletariado resulta na combinação de certos elementos de esquerda e de direita. Nos elementos de direita, encontram-se os aspectos ligados à defesa da ordem, como repulsa a greves, ocupações, manifestações, movimentos sociais e desestabilizações econômicas. Por trás desse aspecto, explica Singer (2012), estaria a própria fragilidade das camadas sociais mais pobres, que em condições de desemprego ou subemprego, sem direitos trabalhistas e organização sindical, não têm mecanismos sociais de autodefesa e proteção. Já do lado dos aspectos de esquerda, encontra-se a demanda por combate à pobreza e à desigualdade social.

Essas características foram unidas pelo lulismo e manifestaram-se em políticas públicas a partir do primeiro mandato presidencial de Lula (PT). Os programas de transferência de renda, com o aumento sistemático do salário-mínimo e do crédito consignado, dentre outras medidas, beneficiaram milhões de famílias em situação de vulnerabilidade<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo, foram realizadas sob uma política econômica que manteve a estabilidade dos preços, a livre circulação de capitais, o superávit primário e a responsabilidade fiscal. O conjunto dessas políticas representa, para Singer (2012), a materialização do programa de combate à pobreza dentro da ordem, que reconfigura a política nacional, moldando o fenômeno do lulismo.

O lulismo foi o fenômeno que balizou a política brasileira desde o primeiro

---

<sup>16</sup> Há todo um debate político e acadêmico em torno do alcance de tais medidas, das condições ainda precárias e vulneráveis dessa população, bem como do seu efeito real de combate à pobreza. Para esta pesquisa, contudo, o fato essencial é que essas medidas causaram um efeito contundente no plano ideológico, político e eleitoral.

mandato de Lula (PT), organizando as forças e os discursos em torno ou em oposição a si. De um lado, angariou uma ampla massa composta pelo subproletariado, e de outro, ancorado na classe-média tradicional, formou o *antilulismo*, que centrou o exercício de oposição principalmente no discurso de combate à corrupção.

### **Pressões cruzadas**

Uma característica importante a ser considerada na Igreja pesquisada, que é semelhante em parte das igrejas pentecostais do país, é a situação de *pressões cruzadas* pelas quais os seus fiéis são submetidos em momentos eleitorais. Tal conceito, utilizado por Seymour Lipset em *O Homem Político* (1967), diz respeito à situação de um grupo social que sofre pressões divergentes, uma que o inclina por um candidato ou partido, outra(s) que o inclina(m) para um candidato ou partido distinto (LIPSET, S. 1967: 214).

Tal fato acontece na igreja pesquisada nesta tese. Dentre as características socioeconômicas que marcam seus fiéis, como mencionado anteriormente, está o fato de serem moradores de periferia e de baixa renda. Ampla literatura sobre comportamento eleitoral no Brasil destaca a variável renda como estruturadora das clivagens eleitorais. Em diversos estudos recentes, cientistas políticos demonstraram que, a partir de 2006, as camadas de menor renda da sociedade brasileira tendem a votar no PT nas eleições presidenciais. Para Singer (2012), tais camadas – que o autor classifica como “subproletariado”<sup>17</sup> – teriam constituído uma identificação com a figura de Lula e, posteriormente, com o seu partido, o PT. Em São Paulo – local delimitado pela pesquisa aqui proposta – Limongi e Mesquita (2008) demonstram que a identificação dos eleitores de baixa renda com o PT, em oposição aos partidos de direita e centro-direita, já existia no início da década de 1990, e foi ganhando mais força com o tempo.

---

<sup>17</sup> Os pesquisados nesta tese não correspondem, a rigor, ao que Singer (2012) chama de subproletariado. Em termos de renda, eles se encontram até o limite da chamada classe C. No entanto, conforme será abordado no capítulo 1, ainda assim suas características econômicas se relacionam como voto nos candidatos lulistas.

Por outro lado, conforme será explicitado no capítulo 1, desde 1989 a alta cúpula do Ministério Belém da Assembleia de Deus se posiciona eleitoralmente contra os candidatos e o discurso petista. Em São Paulo, o ministério teve uma relação conflituosa com a ex-prefeita Marta (PT) e, nas eleições municipais de 2012, apoiou o então candidato José Serra (PSDB). Em 2014, por sua vez, o ministério apoiou Geraldo Alckmin (PSDB) para governador, Marina Silva (PSB) para presidente e, no segundo turno, Aécio Neves (PSDB) para a chefia do Executivo nacional.

O caso da Assembleia de Deus – Ministério Belém não é particular com relação às pressões cruzadas. No Censo de 2010, os evangélicos correspondem ao grupo religioso com maior proporção de setores de baixa renda. Ao mesmo tempo, importantes líderes evangélicos – como Silas Malafaia (Igreja Assembleia de Deus - Vitória em Cristo), Marco Feliciano (Assembleia de Deus – Catedral do Avivamento), Pastor Everaldo (Assembleia de Deus – Ministério Madureira) e boa parte da bancada evangélica no congresso – fazem oposição ao PT e ao governo Dilma, defendendo pautas conservadoras no campo moral e, por vezes, também econômico. Por isso, este estudo de caso ajuda a iluminar aspectos gerais do comportamento político dos pentecostais.

## **ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO**

O trabalho começa por caracterizar os aspectos sociais que envolvem o grupo estudado. Em seguida, discute-se como essas características agem na vida cotidiana dos fiéis, formando um quadro em que o papel da religião e da Igreja é muito presente. Em um terceiro momento, se apresentam os achados da pesquisa, no que se refere ao comportamento político nos momentos eleitorais. Por fim, discute-se a lógica por trás das escolhas eleitorais dos fiéis, e mais especificamente, dos diferentes elementos para justificar o voto nos pleitos legislativos e executivos.

O primeiro capítulo, baseado principalmente em discussão bibliográfica, busca apresentar as características dos evangélicos, em geral, e da Assembleia de Deus, em particular, na sociedade e na política brasileira. Dentro da discussão sobre

a Assembleia de Deus, procurei localizá-la no tempo, em suas diferentes fases, bem como dar conta da sua fragmentação. Nesse sentido, procuro discutir como o Ministério Belém se localiza dentro de tal quadro, bem como quais das suas características podem ser encontradas em outros ministérios. Ainda nesse capítulo, também busquei mostrar o crescimento dos evangélicos nas últimas décadas, que vêm acompanhado do crescimento da sua atuação política. Busco expor, por fim, que apesar dos setores evangélicos não constituírem um bloco politicamente único, há uma forte preponderância conservadora, o que progressivamente faz com que se posicionem em oposição ao lulismo.

Ainda no capítulo 1, procurei mostrar que os frequentadores da igreja poderiam ser caracterizados sociologicamente como pertencentes a uma fração pobre da classe trabalhadora urbana que, ainda que esteja acima do que Singer (2012) chama de *subproletariado*, constitui um setor que convive com privações, reside na periferia, não possui acesso a serviços privados de saúde e educação e está sujeito a empregos precários e instáveis. Em termos de renda, os entrevistados situam-se todos abaixo do limite superior da chamada Classe C. Além da caracterização mais ampla em termos de classe, procurei também tratar das características locais do bairro e da relação que estabelecem com a cidade. Da mesma forma que realizado na discussão dos aspectos religiosos, busquei na caracterização socioeconômica tratar dos aspectos associados aos elementos locais e de classe que os fiéis se integram. Dessa forma, apresento que essa oposição dos grupos evangélicos ao lulismo cria uma situação de pressões cruzadas aos fiéis mais pobres, cujas características socioeconômicas são associadas ao apoio ao lulismo, enquanto as religiosas são associadas ao antilulismo.

O segundo capítulo busca discutir a forma com que a Igreja e a religião compõem a vida e a visão de mundo dos fiéis. Ele inicia com uma discussão teórica sobre a secularização e a capacidade da religião atuar na vida pública nas sociedades ocidentais e, especialmente, no Brasil, para em seguida descrever a partir da etnografia o papel da Igreja para os fiéis pesquisados. Um dos pontos centrais encontrados seria a clivagem Igreja *versus* Mundo, que perpassa toda a visão dos membros da instituição. Observei também que os elementos do acolhimento, da percepção de ascensão e do oferecimento de uma ordem pessoal constituem características importantes da vivência e da sociabilidade evangélica,

gerando uma identificação dos membros com a instituição religiosa. Procurei demonstrar que é a partir desses elementos que os fiéis se orientaram para a eleição de quadros religiosos promovidos pela Igreja para o legislativo nas eleições pesquisadas.

Ainda, no segundo capítulo, foi feita a análise da ação política da Instituição Assembleia de Deus - Ministério Belém. Baseado na etnografia, na pesquisa de documentos e materiais da igreja e em entrevistas com pastores, busquei explicar a organização e as lógicas do discurso da instituição que visam à sua atuação política. Procurei descrever as estruturas institucionais que a Igreja criou para atuação política, como elas funcionam e quais são seus principais desafios. No plano discursivo, foram tratados tanto dos argumentos teológicos que justificam a atuação da igreja perante o Estado, bem como suas principais bandeiras políticas, quanto os argumentos ligados à representação e ao favorecimento material da comunidade religiosa. Nesse sentido, procurei demonstrar como os aspectos comunitários e identitários constituem o combustível da força política da igreja.

O terceiro capítulo inaugura a análise da instituição e dos fiéis nos momentos eleitorais. Ele trata especificamente das eleições legislativas acompanhadas por dentro da instituição – isto é, das eleições para deputado federal e estadual em 2014, e das eleições para vereador em 2016. Procurei mostrar a Igreja fortemente mobilizada em torno dos quadros escolhidos para representá-la, lançando mão de um discurso que ressalta a vinculação dos seus candidatos à comunidade religiosa e a necessidade de defesa dos seus valores diante de uma sociedade, na visão deles, degenerada. Entre os fiéis, destacou-se o amplo apoio encontrado aos candidatos religiosos, que é convertido em votos. Mostro, entretanto, diferenças importantes de percepção e interpretação entre cada um dos candidatos e cada um dos pleitos: em 2014, uma das candidatas - Marta Costa (PR) - conseguia apoio mais significativo dos fiéis do que Paulo Freire (PR), outro candidato lançado pela instituição, enquanto que em 2016 houve um processo de rejeição de parte dos fiéis a todo o sistema político, o que incluía também a candidata da igreja de então, Rute Costa (PSD).

O capítulo 4, por sua vez trata das eleições executivas acompanhadas por esta pesquisa – ou seja, as eleições para presidência da República em 2014, e a

eleição para a prefeitura do município de São Paulo, em 2016. Quanto ao pleito eleitoral de 2014, retratamos uma situação na qual a Igreja passou a fazer um discurso mais contundente em oposição ao PT. Quanto aos fiéis, no geral, eles demonstravam incertezas e desconfianças sobre o futuro. Há relatos e interpretações dos fiéis que ressaltam que o governo Dilma Rousseff (PT) não estava sendo visto positivamente, mesmo para aqueles fiéis que eram identificados com o lulismo. Apesar dessa avaliação, encontramos que, mesmo considerando o governo Dilma (PT) pior do que os governos Lula (PT), a maior parte dos fiéis identificados com o lulismo continuou apoiando a sua continuidade no governo. Já aqueles do campo antilulista construíram um discurso fortemente contrário ao PT, associando-o aos escândalos de corrupção no país. A eleição de 2016, por sua vez, foi caracterizada pelo desmoronamento do lulismo entre os fiéis, que acabou dando lugar a um discurso que culpava o PT pela situação de crise econômica e de corrupção no país.

Buscamos também, ainda no capítulo 4, tratar das mudanças e continuidades dos posicionamentos dos pesquisados diante dos candidatos de 2012, 2014 e 2016. Aqui discutimos o paradoxo de que, ao mesmo tempo em que a dimensão da identificação religiosa gerava quase automaticamente nos fiéis o apoio aos candidatos da igreja no legislativo, sem que questões econômicas ou materiais entrassem em conta, no plano das eleições executivas o debate se dava justamente pela conjuntura econômica e pelas condições materiais que os fiéis vivem. Argumentamos, então, que os fiéis possuem um entendimento do sistema político brasileiro que possibilita com que tal comportamento não seja visto como contraditório. Nesse sentido, a arena legislativa seria vista como um ambiente de disputa de valores e construção de leis – e quando não, de forma simplesmente clientelista – enquanto o executivo seria visto como o gestor da dinâmica material e econômica da sociedade.

Na conclusão, procuramos sintetizar as formas de organização e militância da Igreja enquanto instituição, e no plano dos fiéis, argumentar que, a despeito do apoio da Igreja para a eleição de quadros legislativos, no âmbito das eleições para o executivo, os debates eleitorais se dão em termos da conjuntura político-econômica nacional e em termos materiais. Isso estaria ligado à compreensão, muitas vezes não verbalizada que os fiéis têm do sistema político brasileiro. Dessa forma, mesmo um candidato religioso que se lançasse para um cargo executivo teria que ancorar seu discurso nos aspectos materiais da conjuntura política.

## **CAPÍTULO 1 – EVANGÉLICOS NO BRASIL E NA POLÍTICA: CARACTERÍSTICAS RELIGIOSAS E ECONÔMICAS EM CONFLITO**

O presente capítulo busca discutir a presença e as características dos evangélicos brasileiros e, mais especificamente, da Assembleia de Deus, e mais particularmente ainda, do Ministério Belém, bem como sua relação com a política brasileira nas últimas décadas. Buscarei apontar, primeiramente, o crescimento dos evangélicos no Brasil, que se dá ao mesmo tempo do declínio do catolicismo. Em seguida, busco discutir as características religiosas desse grupo religioso, destacando seu subgrupo mais relevante: os pentecostais. Procuo, então, explicar as diferenças internas que existem entre os pentecostais, tendo como base a teoria das três “ondas” do pentecostalismo brasileiro, e a tipologia criada pelo sociólogo Ricardo Mariano (1999). Para encerrar a caracterização religiosa, procuro apresentar e discutir a Assembleia de Deus e, no seu interior, o Ministério Belém, a partir tanto da discussão bibliográfica quanto da experiência de campo desta pesquisa.

Após a discussão sobre as características religiosas, avanço para a discussão dos aspectos político-eleitorais do grupo estudado. Por meio da revisão bibliográfica, procurei demonstrar como os evangélicos possuem posicionamentos políticos plurais e diversos entre si, tanto em termos de organização, quanto em termos partidários e ideológicos. No entanto, apesar de identificar a forte fragmentação, argumento que é possível dizer que há uma preponderância conservadora entre os evangélicos, no geral, na política brasileira. Esses aspectos conservadores envolvem, de um lado, uma posição no que tange aos costumes e valores sociais, a qual se opõe ao direito ao aborto, à discussão sobre os papéis de gênero na sociedade, ao combate à homofobia e a quaisquer direitos e políticas positivas voltadas à população LGBTT. De outro lado, o segmento religioso dos evangélicos também é marcado por ser majoritariamente oposto ao campo político lulista<sup>18</sup>. Por fim, procuramos caracterizar mais especificamente como a Assembleia de Deus e o Ministério Belém se posicionam na política nacional, em termos de apoio aos grupos políticos e lançamento de candidaturas.

---

<sup>18</sup> Ainda que tenha havido alianças de segmentos evangélicos com o lulismo, como é o caso da Igreja Universal do Reino de Deus, que via PRB, se aliou ao lulismo nacionalmente e em alguns estados.

Além de discutir as características religiosas e os elementos políticos e ideológicos associados a elas, para os objetivos deste trabalho, foi importante também caracterizar o grupo segundo seus aspectos socioeconômicos. Assim, neste capítulo são discutidos os aspectos econômicos ligados aos evangélicos – o grupo religioso com maior índice de pessoas que recebem até três salários-mínimos mensais – bem como as características específicas dos pesquisados, tanto abordando aspectos de renda e classe, quanto a vivência na periferia de São Paulo (distrito do Campo Limpo).

Ao final do capítulo, além de ter caracterizado o grupo pesquisado em seus aspectos religiosos, econômicos e políticos, pretendemos deixar claro que, bem como uma parte considerável dos evangélicos no país, o grupo está politicamente em meio a uma situação que o cientista político Seymour Lipset denomina de pressões cruzadas, com os aspectos religiosos associados a um comportamento político mais conservador e antilulista, enquanto os aspectos econômicos se associam com o lulismo.

### **1.1. Evangélicos no Brasil: características e expansão**

Há diferentes índices e discursos sobre o número de evangélicos no país. Movidos pela percepção geral de aumento de fiéis, sem preocupação em ancorar seus discursos em dados e buscando ostentar poder, diversos pastores dizem em cultos e pregações que os evangélicos estão chegando quase a metade da população brasileira<sup>19</sup>. O dado mais atualizado, de 2016, fornecido pelo instituto Datafolha<sup>20</sup>, registra um total de 29% de evangélicos no país. No último censo do IBGE, de 2010, os evangélicos correspondiam a 22,2% da população brasileira.

---

<sup>19</sup> Em 2011, a Sepal (Serviço de Evangelização para a América Latina), organização protestante de estudos teológicos e pesquisas, lançou a expectativa de que, em 2020, metade da população do país seria evangélica. Apesar de especialistas contestarem a estimativa, tal fato foi incorporado no discurso de muitos líderes evangélicos. Uma reportagem sobre a pesquisa e sua repercussão foi realizada pela revista *Época* e pode ser conferida em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI74084-15228,00-METADE+DO+BRASIL+SERA+EVANGELICA.html>

<sup>20</sup> Pesquisa disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-catolicos.shtml>

Ainda que os dados sejam distintos, o fato é que o índice de evangélicos vem aumentando ao longo do tempo, evidenciando uma mudança significativa na configuração religiosa do país. Tomando como base os censos do IBGE, temos que em 1980 o Brasil era um país basicamente católico (88,9%). Já em 2010, ainda que a população que se autodeclara católica continue preponderante, ela caiu para 64,6%, atingindo pouco menos de dois terços da população. Em contrapartida, há um aumento significativo de evangélicos, conforme se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1 – Composição Religiosa do Brasil

<b>Religião</b>	<b>1980 (%)</b>	<b>2010 (%)</b>
Católica	88.9	64.6
Evangélica (total)	6.6	22.2
Evangélica histórica (missão)	3.4	4.9
Evangélica pentecostal	3.2	13.3
Evangélica não determinada <sup>21</sup>	-	4.8
Espírita	0.7	2.0
Afro-brasileiras	0.6	0.3
Outras	1.2	2.7
Sem religião	1.6	8.0
Total	100	100
Pop. Total do Brasil	119.011.052	190.755.799

Fontes: IBGE(1982); IBGE (2010).

Como procuraremos abordar nos tópicos seguintes, politicamente, esse afastamento dos pobres do catolicismo, e a aproximação desses segmentos com os evangélicos pode ter como consequência o ganho de um viés mais conservador,

<sup>21</sup> Classificação do IBGE que abrange denominações não classificadas entre históricas e pentecostais.

visto que durante os anos 1970 e 1980, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) católicas, que representavam o setor da igreja mais próxima aos pobres, eram ligadas à teologia da libertação, e tiveram forte conexão com o PT (KECK, 2010).

### 1.1.1. *Evangélicos, pentecostais, neopentecostais: Algumas classificações*

É preciso ter em mente que quando falamos do crescimento dos evangélicos estamos falando principalmente do segmento evangélico pentecostal. Nesse ponto, é importante que passemos por algumas terminologias e classificações. Segundo Mariano (1999), na América Latina, o termo “evangélico” encobre um campo religioso extenso, que vai desde as Igrejas do chamado “protestantismo histórico”, até as diferentes modalidades de Igrejas pentecostais<sup>22</sup>. Como protestantismo histórico se entende Igrejas como a Luterana, Presbiteriana, Anglicana, Metodista e Batista, nascidas e descendentes da reforma protestante europeia do século XVI, trazidas ao Brasil pela imigração. Tais denominações são caracterizadas por um baixo grau de proselitismo, com um comportamento mais “fechado” – ou seja, uma sociabilidade em que predominam as pessoas da própria religião. Já as Igrejas Pentecostais abarcam um conjunto extenso e heterogêneo, compreendido por Igrejas como a Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Evangelho Quadrangular, Deus é Amor, Internacional da Graça, Universal do Reino de Deus, Mundial do Reino de Deus, entre muitas outras.

O movimento Pentecostal tem origem nos Estados Unidos no início do século XX. Sua origem social remete a grupos populares e negros (MACHADO, 2006), enquanto sua inspiração bíblica se baseia no livro *Atos dos Apóstolos*, cuja leitura levou à crença na contemporaneidade dos dons do Espírito Santo, tais quais os dons de manifestar línguas (glossolalia), de cura e de discernimento dos espíritos. Dessa forma, os pentecostais creem que Deus age por meio do Espírito Santo na cura de doenças, na expulsão de demônios, entre outros milagres – e é com base

---

<sup>22</sup> O termo evangélico no Brasil é diferente do “*evangelical*” utilizado nos Estados Unidos, associado a um conservadorismo teológico que coloca ênfase na Bíblia, na salvação pessoal e no evangelismo. No Estados Unidos, o campo que estuda a relação entre religião e voto é bastante consolidado, e importantes pesquisas (Kellstedt e Noll, 1990) mostram que os protestantes têm uma forte inclinação para o partido Republicano.

nessas crenças que as práticas religiosas, os cultos, festividades e eventos são realizados.

Mariano (1999), dialogando principalmente com Paul Freston (1993), o primeiro a dividir o movimento pentecostal nacional em três ondas, cria uma verdadeira tipologia do pentecostalismo brasileiro, formulando três tipos ideais: o pentecostalismo clássico, o deuteropentecostalismo e o neopentecostalismo. O pentecostalismo clássico seria composto pelas duas primeiras denominações pentecostais que chegaram ao Brasil, respectivamente em 1910 e 1911: a Congregação Cristã do Brasil e a Assembleia de Deus. As duas Igrejas ocuparam sozinhas o universo pentecostal brasileiro até meados da década de 1950. Mariano (1999) afirma que essas Igrejas, no seu início, eram compostas majoritariamente por pessoas pobres e de baixa escolaridade, que eram discriminadas, de um lado, pelas Igrejas protestantes históricas – que até esse momento abarcavam somente algumas comunidades de imigrantes que as trouxeram –, e de outro, pela Igreja Católica. Como principais características desse tipo pentecostal, Mariano (1999) aponta o anticatolicismo, a ênfase no “dom das línguas” – que seria a manifestação de “línguas estranhas” pelos fiéis –, a crença na volta iminente de Cristo e o comportamento radical de sectarismo e ascetismo de rejeição ao mundo exterior.

Por sua vez, o deuteropentecostalismo é composto pelo que Freston (1993) chama de segunda onda pentecostal. Ele teve início em São Paulo, na década de 1950, com a vinda de dois missionários dos Estados Unidos, vinculados à igreja do Evangelho Quadrangular. Eles trouxeram ao Brasil o evangelismo de massa, difundido pelo rádio e centrado nas mensagens de cura divina. Eles aproximaram também setores pobres da população, muitos dos quais migrantes nordestinos recém-chegados a São Paulo. Na esteira desse movimento nasceram as Igrejas Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, entre outras. Mariano (1999) aponta que, apesar da ênfase maior nos dons de cura, as igrejas do deuteropentecostalismo não apresentam diferenças teológicas com as igrejas do pentecostalismo clássico. As grandes diferenças entre os dois movimentos, além do horizonte temporal, são oriundas das inovações evangelísticas, tais como o uso do rádio, as tendas evangelísticas, e a ênfase maior em alguns aspectos da doutrina dos dons do espírito santo, como a cura divina e, em menor grau, nos exorcismos.

Por fim, temos o terceiro tipo descrito por Mariano (1999), o Neopentecostalismo, termo que já era utilizado por outros autores, como Ari Pedro Oro (1992), Wilson de Azevedo, entre outros, mas sem a mesma sistematização. Esse movimento, segundo Mariano, teve sua origem no Brasil a partir dos anos 1970, e tem como sua figura mais representativa a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Entre as características dos neopentecostais, destacam-se a ênfase na guerra espiritual contra o Diabo e seus anjos – geralmente associados a figuras de religiões mediúnicas e afro-brasileiras – a Teologia da Prosperidade, e a maior flexibilidade nos costumes e condutas exigidas dos fiéis. Há de se destacar também, conforme ressaltado por Oro (1992), a estrutura organizativa das Igrejas na forma empresarial. Além dessas características, observam-se também outras, já encontradas em algumas das denominações do movimento Deuteropentecostal e Pentecostal Clássico, tais como: as lideranças fortes, a pouca inclinação à tolerância, a alta expressividade emocional nos seus cultos, os rituais de cura e exorcismo e a participação política. Um aspecto importante a ser ressaltado é que o neopentecostalismo, em diversos dos seus aspectos, como a flexibilização dos costumes e a própria teologia da prosperidade, rompe com o sectarismo e o ascetismo dos movimentos anteriores. Por esse motivo, Mariano (1999) aponta que o neopentecostalismo é a primeira vertente pentecostal de afirmação do mundo.

A tipologia criada por Ricardo Mariano (1999) ajuda a compreender o quadro do pentecostalismo brasileiro até os dias atuais. No entanto, é preciso ter em mente que não podemos encarar esses tipos como estanques, nem suas características como presença obrigatória em cada igreja pentecostal do país da sua respectiva vertente. Também é preciso ter em mente que os tipos ideais não buscam traduzir plenamente a realidade, mas sim ordená-la e facilitar a sua compreensão. Além disso, cabe-nos constatar que, nos últimos anos, diversas mudanças vêm acontecendo no mercado religioso nacional. Conforme Mariano já adianta em seu livro (1999), mesmo igrejas como a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil vêm flexibilizando os seus costumes e modificando suas práticas e organização – ou seja, podemos dizer que o neopentecostalismo vem exercendo influência no pentecostalismo clássico e no deuteropentecostalismo. Hoje é comum observar diversas das práticas neopentecostais em Igrejas que, pouco tempo atrás, eram tidas como fortemente ascéticas. É o caso da Assembleia de Deus, em que

mesmo suas vertentes mais conservadoras, já se observam práticas como a flexibilização dos costumes, tais como a não exigência de uso de certas vestimentas e a tolerância com práticas de cuidado de si, que antes eram consideradas pecaminosas, além do uso de mídias de massa e discursos incentivadores da prosperidade material.

## 1.2. A Assembleia de Deus

A Assembleia de Deus pode ser vista como a principal denominação pentecostal e evangélica do país. Segundo o censo de 2010 existiam 12.314.410 de assembleianos no Brasil. Isso representa 35,6% dos pentecostais e 29,1% dos evangélicos brasileiros. Segundo o sociólogo Gedeon Alencar (2012), sua editora, a CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus), com seus 630 títulos publicados, milhões de livros, revistas, CDs, etc., por ano, constitui a maior editora evangélica brasileira.

Sendo a segunda igreja pentecostal a surgir no território nacional, logo depois da Congregação Cristã do Brasil, que chega ao país em 1910, a Assembleia de Deus tem sua origem a partir da imigração de dois missionários suecos, Daniel Berg e Gunnar Vingren, que chegam em 1911, no Estado do Pará, inicialmente congregando pela Igreja Batista. Poucos meses depois de sua chegada, ocorre um cisma, devido ao acontecimento de uma “mensagem pentecostal”<sup>23</sup> sobre os dois missionários, que não bem recebida pela Igreja Batista, ocasionou a exclusão de 19 fiéis da Igreja Batista, incluindo aí os missionários mencionados, que formariam outra comunidade religiosa, denominada à época de “missão de fé apostólica”. Nos anos seguintes, novos missionários suecos chegariam ao Brasil integrando a nova Igreja, que no ano de 1918 seria registrada oficialmente com o nome Assembleia de Deus.

Segundo Alencar (2010), no início do século XX, havia um espaço reduzido para a expressão da religiosidade popular, em parte ocupado e alargado pela presença da Assembleia de Deus (AD). As missas da Igreja Católica eram

---

<sup>23</sup> Ou seja, uma revelação divina.

realizadas em latim, os cultos da Igreja Luterana em alemão, da Anglicana em inglês, e até mesmo a Congregação Cristã do Brasil realizava seus cultos em italiano. Soma-se a isso a falta de reconhecimento e até mesmo a perseguição aos cultos de origem africana. Havia um sufocamento das expressões religiosas populares. Nas primeiras décadas, o crescimento da AD se deu principalmente nas regiões Norte e Nordeste, para depois penetrar no resto do território nacional. O sociólogo Gedeon Alencar, em seu doutorado, realiza uma tipologia da identidade assembleiana e uma periodização da instituição no Brasil. Assim, a Assembleia de Deus é dividida em três períodos: de 1911 a 1946, de 1946 a 1988, e de 1988 aos dias atuais<sup>24</sup>.

### *1.2.1. As mudanças na Assembleia de Deus em seus três períodos*

O primeiro período da AD, entre 1911 e 1946, é caracterizado por Alencar (2012), pela existência de uma vivência religiosa que aproximava a Igreja de um movimento. Cada membro era um militante e apesar de existirem “títulos” de pastores, diáconos e presbíteros, a liderança destes era exercida não por elementos tradicionais ou racionais-burocráticos, mas sim pelo carisma de determinados fiéis associados às suas mensagens. Alencar (2012) ressalta que o ethos sueco vindo de seus fundadores fazia com que a AD tivesse aversão à institucionalização, o que fazia com que as igrejas tivessem um caráter congregacional, isto é, um sistema de governo descentralizado e nas mãos dos fiéis. A igreja seria mais verdadeira conforme fosse mais livre. Isso não impedia, entretanto, a Igreja de ter sua personalidade jurídica. Assim, em 1918, a nova igreja-movimento seria registrada com o nome de Assembleia de Deus.

Num ambiente em que não existia competição entre ministérios, e com a legitimação do carisma servindo como base para o funcionamento e as conversões, na esteira dos fluxos migratórios em direção ao Sudeste e Sul, a igreja foi chegando

---

<sup>24</sup> Originalmente, Alencar (2012) postula 2011, o último ano de sua pesquisa, bem como o ano de celebração do centenário da Assembleia de Deus no país, como o último ano do terceiro período da AD. Tomou-se a liberdade de estender o período até o presente momento, dado que não me parece haver um evento que sinalize outra ruptura temporal.

cada vez mais longe e ganhando adeptos. Outro elemento que gerava aproximação e uma dinâmica de movimento para os assembleianos eram os cultos caseiros. Nos primeiros anos, não existiam templos, e os cultos eram realizados nas casas, gerando maior participação da família e uma identificação da igreja-movimento com a própria vida dos fiéis, desde a sua esfera privada e íntima. Além dos cultos caseiros, havia as atividades proselitistas de pregação nos bairros e praças (ALENCAR 2012).

As práticas de oração e cultos nas casas, nos bairros e nas praças também conquistavam seguidores, ao mesmo tempo que geravam reações de perseguição. Segundo Alencar, no entanto, as perseguições e represálias aos pentecostais eram encaradas dentro da mítica do Atos dos Apóstolos, em que a questão da perseguição aos seguidores de Cristo é colocada. Portanto, essa perseguição acabava também sendo um combustível para o exercício da religiosidade e gerando um *ethos* de sofrimento que resultava em mais motivação e engajamento. Outro combustível colocado pelo autor, que podemos conferir até os dias atuais, é o exercício da legitimação religiosa a partir da leitura e pregação da Bíblia que a prática religiosa oferecia (Alencar 2012).

Sobre esse período, Paul Freston afirma que os membros da AD:

[...] eram portadores de uma religião leiga e contracultural, resistentes à erudição teológica e modesta nas aspirações sociais. Acostumados com a marginalização, não possuía preocupação com a ascensão social [...] reagem com uma religiosidade fervorosa e um tanto anti-intelectual, pois não tinham possibilidades de se defender com as mesmas armas do centro. [...] em vez da ousadia de conquistadores, tinham uma postura de sofrimento, martírio e marginalização cultural. (FRESTON, 1994: 78)

O segundo período, correspondente aos anos 1946 até 1988, é marcado por um aprofundamento da institucionalização e pelo surgimento das divisões. O ano de 1946 é escolhido como marco justamente por ser nele o registro oficial da criação da Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Brasil (a CGADB), convenção que reúne a instituição em torno de ministérios e pastores do Brasil. Nesse período, também a AD perde a exclusividade de ser a única igreja pentecostal no país – até então a Congregação Cristã do Brasil ainda era basicamente uma igreja étnica, e na

década de 1950 chegam a Igreja do Evangelho Quadrangular, a Brasil para Cristo e Deus é Amor.

Com o passar das décadas, as Assembleias de Deus foram se institucionalizando, e com isso criando memória e tradição. As lideranças ficam cada vez mais marcadas, e surge a figura do “pastor presidente”, das “igrejas sede”, presentes em cada um dos grupos existentes. O primeiro fracionamento existente, apontado por Alencar (2012), se deu no Rio de Janeiro, ainda na década de 1930, entre Gunnar Vilgreen, que sai da “Igreja-mãe” de Belém para assumir outra igreja no Rio de Janeiro, e encontra a resistência de um obreiro, Paulo Leivas Macalão, que inicia então outra Assembleia de Deus em Madureira. Tem-se, a partir de então, a cisão entre as Igrejas “de Missão”, em referência à missão dos pastores suecos, e as de “Madureira”, em referência à criada por Macalão.

Essa história, relatada por Alencar (2012), pode ser vista como um símbolo ou padrão das divisões que vieram a seguir. Foi justamente Paulo Leivas Macalão o primeiro a se intitular “pastor presidente”, o que acaba se reproduzindo em cada um dos campos e esferas de influência. Esses “pastores presidentes” acabavam tendo esse título e posição de comando de forma vitalícia, ficando décadas no poder de suas respectivas áreas de influência. Em São Paulo, essa divisão se manifestou entre o Ministério Belém, oriundo da missão sueca, e o Ministério Brás, em movimento semelhante ao do Rio de Janeiro, mas com outros personagens no comando dos respectivos segmentos. Segundo Alencar, no entanto, a existência desses diferentes pastores presidentes, que dirigiam diferentes ministérios dentro da Assembleia de Deus não implicava, nesse período, uma política de enfrentamento entre si. O que acontecia, segundo o autor, é que cada ministério atuava e se via independente dos demais.

Outro aspecto ressaltado é que, nesse período, também a influência dos pastores suecos passa a ser diminuída, e a influência norte-americana passa a prevalecer<sup>25</sup>. Um dos efeitos disso acaba sendo a crescente demanda para que os pastores tivessem educação formal teológica – que era algo que desagradava os

---

<sup>25</sup> Segundo Alencar (2012), a Assembleia de Deus brasileira não tem relação institucional e formal com a Assembly of God americana. As duas surgem dentro dos seus contextos nacionais de forma independente. No entanto, há uma influência americana no pentecostalismo brasileiro, de forma geral. Na Assembleia de Deus, segundo Alencar, os pastores suecos consideravam que havia uma “invasão americana”, e tentaram se contrapor a esse movimento.

suecos e brasileiros das primeiras décadas da AD. Outra influência é a criação da CPAD, a Casa Publicadora da Assembleia de Deus, em 1946, como um órgão de imprensa e de produção do seu material. Segundo Alencar (2010), a CPAD foi construída com recursos norte-americanos, e significou o momento em que a influência norte-americana passa a ser preponderante – constituindo, então, um momento importante dentro da AD. A mídia escrita, tal como no período anterior, era muito importante para as ADs, visto que nesse período o rádio ainda era considerado pelos pastores como “mundano” e, portanto, um meio de comunicação não utilizado.

Por fim, temos ainda o terceiro período da história das Assembleias de Deus, que se dá a partir de 1988 até os dias atuais. O marco temporal não é por acaso: esse ano representou a expulsão do Ministério Madureira da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB). O evento é símbolo do que Alencar (2012) postula como a principal característica desse novo período: a disputa interna entre os grupos de poder.

Já com sete décadas de existência na década de 1980, a AD havia se espalhado de forma impressionante pelo território nacional, ao mesmo tempo em que ganhou institucionalização e profissionalização interna. Segundo Alencar, a CPAD assume um modelo profissional, dando um salto na quantidade e qualidade das suas publicações, o que lhe dá a capacidade de competir com qualquer empresa de editoração do país. Com a CGADB acontece um fenômeno semelhante: crescimento, profissionalização de um corpo técnico e estrutura cada vez melhor para os eventos e convenções. Em termos de crescimento, as Assembleias de Deus passam de 1.506.258 fiéis em 1980, o equivalente a 1,26% da população brasileira, para 12.314.410 em 2010, o equivalente a 6,41% dos brasileiros (Alencar, 2012). Esse crescimento, no entanto, faz com que a AD fique cada vez mais parecida e menos distinta do todo da população, fazendo valer a máxima “quanto mais uma religião cresce, mais ela fica parecida com a sociedade na qual está inserida”.

Entre os ministérios, a polarização entre aqueles de “missão” e os de “Madureira” acabou sendo pluralizada, pela existência de cada vez mais ministérios fora dessa lógica, disputando poder e o mercado assembleianos entre si. Uma das manifestações dessa disputa se deu justamente na expulsão do Ministério Madureira

da CGADB. Além disso, com frequência surgem novos ministérios, seja a partir do zero ou do fato de setores já existentes acabarem se afastando das igrejas-sede, ganhando autonomia. É preciso ressaltar que, por não haver uma instância ou órgão que reúne todas as Assembleias de Deus, não sabemos também quantos são os ministérios existentes – apesar de se supor que a grande maioria dos fiéis se encontra sob o Ministério Belém ou Madureira. Alencar (2012) elenca quatro situações típicas de ganho de autonomia pelos ministérios:

- Autonomia por expansão: ocorre quando uma igreja ganha fiéis ao longo do tempo pela conversão e consegue com seu crescimento manter o seu próprio sustento. A partir daí passa a não acatar mais os comandos do pastor-presidente e da igreja-sede, tornando-se autônoma.
- Autonomia por disputa de campo: ocorre a partir das disputas, motivadas por diversos fatores, sejam eles políticos, teológicos, financeiros, etc. entre campos ou ministérios. Nesse caso, uma igreja pode ser “tomada” para outro campo, ganhando autonomia nesse processo.
- Autonomia por disputa teológica. Por conta de diferenças em interpretações teológicas, uma igreja pode romper com seu campo e tornar-se autônoma.
- Autonomia por disputa familiar. Ocorre por conflitos entre familiares que dirigem um ministério, quando um pastor-presidente morre ou mesmo em vida quer impor seu filho ou genro na liderança da igreja, gerando aí um “racha” no seu campo.

Nesse período, também a forma de exercício e transmissão do poder pelos pastores-presidentes se altera. O pastor presidente passa a ganhar muito mais, e a ter uma condição financeira familiar muito acima das demais famílias pastorais. Seus filhos e genros passam também a assumir cargos e funções ministeriais, gerando uma situação de controle familiar sobre os ministérios. Um exemplo seria a família Bezerra da Costa, na qual os filhos de José Wellington Bezerra da Costa assumem diversas posições eclesiais no Ministério Belém, na CGADB e na CPAD, bem como o caso de Silas Malafaia, que “herda” o Ministério da Penha – RJ, por ser genro do pastor José Santos, como inúmeros outros casos.

Além dessa grande politização interna, principalmente em torno de órgãos importantes como a CGADB, a CPAD e outros, há também uma politização externa e partidária. A partir do Congresso constituinte e das eleições nacionais, municipais e estaduais da Nova República, a CGADB passa a se posicionar apoiando candidatos e se manifestando em torno de temas em discussão na sociedade.

Outra mudança também se deu na formação dos pastores. A CGADB passa a ter uma Comissão de Educação e Cultura Religiosa, que posteriormente é transformada no Conselho de Educação e Cultura, que incentiva, cataloga e reconhece cursos de formação teológica. A formação em institutos bíblicos simples da própria Assembleia de Deus não é mais suficiente, é preciso que os cursos sejam reconhecidos pelo MEC. No Rio de Janeiro, nasce a Faculdade Evangélica de Tecnologia, Ciências e Biotecnologia da CGADB (FAECAD), com graduação e pós-graduação, inclusive com um curso de pós-graduação em Administração Eclesiástica.

Outra mudança importante se dá na parte de mídia da Igreja: as Assembleias de Deus passam a usar a televisão, o rádio e quaisquer outras mídias e meios de comunicação. O debate deixa de ser sobre “se” se deve usar ou não, e passa a ser “como” usar os meios da melhor forma. Por fim, temos as mudanças em torno dos templos. Nessa fase, os templos de periferia pouco sofrem mudanças, mas as igrejas-sede acabam se tornando vultuosas, confortáveis, abrigando a venda de uma porção de produtos eclesiais, e preparadas para serem mostradas na televisão.

Em termos de disposição geográfica, Almeida e D’Andrea (2004) e Almeida (2004), ao analisar os templos da denominação, retratam que eles estariam dispostos justamente nas áreas de maior vulnerabilidade da cidade, nas franjas próximas aos locais de moradia dos seus fiéis. Segundo afirma Novaes (2001), essa disposição das igrejas evangélicas, que conseguem se estabelecer em lugares inalcançáveis para outros segmentos religiosos, seria inclusive um elemento que explica o crescimento desses grupos. Do lado oposto, segundo o mesmo levantamento de Almeida e D’Andrea (2004), as igrejas neopentecostais se situariam em locais de grande circulação de pessoas, próximos a metrô e avenidas importantes, mesmo quando nos bairros mais afastados do centro.

Essa configuração representa diferentes estratégias dessas Igrejas – enquanto as neopentecostais apostam em grandes templos em locais visíveis, demonstrando poder econômico, as pentecostais clássicas e a AD especificamente buscam estar mais próximas das residências. Também representa diferentes formas de relação e sociabilidade dentre essas denominações, com os templos pequenos e próximos dos locais de moradia, possibilitando uma vivência religiosa mais coletiva.

### *1.2.2. As diferentes identidades assembleianas*

Durante as três fases da história das Assembleias de Deus existiram, segundo Alencar (2012), quatro diferentes tipos de identidades assembleianas, que perpassam ministérios, zonas geográficas e por vezes se encontram até no mesmo templo. Seriam o assembleísmo rural; o assembleísmo urbano; o assembleísmo autônomo; e o assembleísmo difuso.

O assembleísmo rural é dominante nas primeiras décadas, em que o próprio país é rural. No entanto, ele está presente até hoje, principalmente porque os templos da AD, em sua maioria, são pequenos e compostos de relações próximas. Suas principais características são a mentalidade rural, a estrutura patriarcal da liderança e o abismo de diferença entre as igrejas sedes e congregações – ou seja, igrejas menores controladas pela sede.

Sobre a mentalidade rural, Alencar (2012) enfatiza que ela não está restrita ao ambiente rural, mas sim existe nas cidades pequenas e até nas periferias das metrópoles. Ela é marcada pelas relações próximas entre os membros e entre esses e os pastores. As relações são de compadrio, tendo resquício do catolicismo rural, com sua adoração aos santos, que no caso assembleiano se converte no modelo da “bibliolatria”, das orações e revelações dos profetas. A estrutura patriarcal das lideranças, por sua vez, também remete aos tempos de coronelismo, ainda que esteja presente também no meio urbano. Ela se traduz no mandonismo e nas relações clientelistas entre os fiéis e as lideranças. Já a questão da diferença entre as igrejas sedes e congregações se dá principalmente em relação aos usos e costumes. Enquanto nas igrejas sede as vestimentas e o comportamento tradicional

não são cobrados, nas congregações e pequenas igrejas, uma postura mais tradicionalista é imposta pelos pastores, que possuem justamente as relações mandonistas – e é aí que reside a identidade assembleiana rural.

A identidade do assembleísmo urbano, por sua vez, é retratada por Alencar como mais ligada à pluralidade existente nas ADs do que a uma mentalidade urbana em si. Com a existência de dois ou mais ministérios na mesma cidade, e às vezes no mesmo bairro, o fiel pode mudar de ministério ou circular entre eles sem perder a identidade assembleiana. Isso acaba refletindo nas relações entre pastores e fiéis, e na própria diversidade e no trânsito das pessoas dentro das igrejas. Da mesma forma, as igrejas e pastores comuns possuem maior autonomia perante a sede e os pastores presidentes, pois podem se autonomizar ou mesmo mudar sua filiação ministerial. Essas características diminuem fortemente o efeito de mandonismo entre fiéis e pastores, e pastores de templos menores e maiores.

O assembleísmo autônomo é retratado por Alencar (2012) como sendo expressão do fato de que, independente de filiação a qualquer ministério ou organização, cada templo é um templo. Cada igreja é Assembleia. Isso estaria na herança sueca presente na denominação, em que a ligação das igrejas é, sobretudo, “espiritual”. A identidade autônoma apareceria, dessa forma, na heterogeneidade dos cultos e na autonomização da forma de viver a religião que existe em cada templo. É uma identidade que está ligada ao indivíduo e ao seu(s) local(is) de culto, independentemente de organizações ministeriais ou de qualquer natureza.

Por fim, há o assembleísmo difuso, que advém do fato da Assembleia de Deus ser uma referência para todo o pentecostalismo que surgiu depois. É um tipo de identidade que preserva apenas alguns aspectos da tradição da AD, como os hinos e a fala “a paz do senhor”, enquanto os outros aspectos, teológicos e doutrinários sofreram relativizações. Está presente naquele membro que circula entre diferentes igrejas.

### 1.2.3. Síntese assembleiana: Fragmentação e heterogeneidade, mas também aspectos comuns

Como pudemos conferir, tratar do que é a Assembleia de Deus não é uma tarefa simples, dado a multiplicidade de vertentes, fases, segmentos e identidades. Passando por todas essas fases e tendo todas essas características de identificação, podemos dizer que, atualmente, a Assembleia de Deus corresponde, na verdade, a várias Assembleias, com características particulares, mas também com algo em comum.

Essa multiplicidade, entretanto, não pode ser vista como algo exclusivo da Assembleia de Deus. Gramsci já colocava, no seu caderno 11, que existe uma religião dos pobres e outra do alto clero e isso pode ser observado na AD, mas também em outras denominações. Na AD, a multiplicação de ministérios e grupos de poder faz com que não exista uma autoridade única, como nunca teve, e como muitas outras Igrejas e religiões também não têm. O que chega mais perto de uma autoridade central é a CGADB, que reúne diferentes ministérios, tendo influência em uma parte grande das ADs. Há também a CPAD e suas produções (como o jornal *O Mensageiro da Paz* e os livros da escola bíblica) que chegam a maior parte dos templos. Ainda assim, a CGADB não postula uma autoridade em termos de guiar uma direção política e mesmo teológica para seus membros e também não abarca todos os ministérios – como é o caso do Ministério Madureira e outros. Também, como mencionado anteriormente, há templos que não são vinculados nem a convenções e nem a ministérios.

Ainda assim, podemos constatar aspectos comuns. Alencar (2012) diz que, além da questão institucional/organizacional, há algumas características típicas assembleianas, como a hinologia, os usos e costumes, o estilo de liderança, militância proselitista e o isolamento do mundo (Alencar 2012, p. 77). Assim, se é correto, como defende Alencar, que falemos em “Assembleias de Deus”, no plural, é correto também considerar que essas diferentes assembleias possuem elementos semelhantes.

#### 1.2.4. *Ministério Belém*

O templo que frequentei para esta pesquisa faz parte do Ministério Belém. A história desse ministério é contada oficialmente como tendo início em 1927, quando o missionário Daniel Berg e sua esposa vieram de Belém para São Paulo, com o objetivo de trazer a Assembleia de Deus, já estabelecida em outros lugares pela mesma prática dos seus membros, que buscavam espalhar a igreja, ainda no período de que a lógica interna era do tipo “movimento”, como descrito por Alencar (2012) sobre o primeiro período da AD. Segundo a história oficial, eles não conheciam ninguém na cidade, e tampouco tinham qualquer contato, sendo guiados apenas pela “direção divina”. Com poucos recursos, alugaram uma casa num bairro distante, a Vila Carrão, na Zona Leste. A casa em que viviam era o palco dos cultos religiosos. O primeiro deles foi realizado no mesmo dia da chegada, em 15 de novembro de 1927, data que foi considerada a fundação oficial da Igreja em São Paulo (CONDE, 1960; VILGREEN. 1987). Essa história, no entanto, é questionada por Alencar (2012), que afirma que, na época da chegada de Berg a São Paulo, já existia locais de culto da Assembleia de Deus, trazida por migrantes que saíram da região norte do país devido a crise da economia da borracha (ALENCAR, 2012).

Com a chegada de Berg em São Paulo, no início, os cultos tinham presença reduzida, somente contando com poucos vizinhos e outro casal de missionários suecos, Simon e Linnéa Lundgren. Com o tempo, porém, o público e a membresia foi se ampliando. Em março de 1928 ocorreram os batismos dos primeiros três convertidos na cidade. Pouco tempo depois, a casa dos Berg já não comportava os cultos e foi preciso alugar um salão para as práticas religiosas, que se situou na Avenida Celso Garcia, 1209 (CONDE, 1960; VILGREEN. 1987).

Com o crescimento dos membros, a igreja foi construindo novos templos e a sua sede mudou de lugar. Depois da Celso Garcia mudou-se para a rua Candido no Vale, depois para a rua Vilela, ambas no bairro do Tatuapé. Passou também por dois endereços no bairro do Brás, até ir para o bairro Belém, também na Zona Leste da cidade. Por conta dessa localização, e do fato dos pastores terem trazido a igreja de Belém do Pará, o ministério passou a ser chamado de “Ministério do Belém”, ou simplesmente “Ministério Belém”.

Com o passar dos anos, o ministério foi crescendo por toda a cidade, ganhando o interior e conseguindo também penetrar em estados do centro-oeste. A liderança do Ministério Belém sobre outros ministérios também foi aumentando, o que também gerava rivalidades. Em São Paulo, a divisão entre “Assembleia de Missão” e “Assembleia de Madureira”, assinalada no tópico anterior, tomou forma a partir da instalação de uma congregação ligada a Madureira, inicialmente no bairro da Liberdade, no ano de 1938. Poucos anos depois, a igreja mudou-se para o bairro do Brás, originando o “Ministério Brás”<sup>26</sup>, ainda ligado à Igreja de Madureira, que rivalizava com o “Ministério do Belém”, advindo diretamente da atividade de missão dos pastores suecos da Assembleia de Deus originária, em Belém do Pará.

A liderança do Ministério Belém se deu na seguinte sequência (COHEN, E. 1991):

- 1º – Daniel Berg (1927-1930);
- 2º – Samuel Nyström (1930-1932);
- 3º – Samuel Hedlund (1932-1935);
- 4º – Simon Lundgren (1935-1938);
- 5º – Sylvio Brito (1938);
- 6º – Francisco Gonzaga da Silva (1938-1939);
- 7º – Bruno Skolimovski (1939-1946);
- 8º – Cícero Canuto de Lima (1946-1980)
- 9º – José Wellington Bezerra da Costa (1980 – dias atuais).

O pastor José Wellington é o mais longevo pastor presidente do ministério e é também tido por Gedeon Alencar (2012) como o personagem principal da Assembleia de Deus no seu terceiro período – o atual. José Wellington já tomou posse como pastor presidente com o ministério espalhado por todos os bairros da capital e em quase todas as cidades do interior. Na época eram 500 congregações,

---

<sup>26</sup> Ver <http://www.adbras.com.br/2016/quem-somos/> acessado em 1/9/2017.

com 70 mil membros<sup>27</sup>. A organização do ministério já era rígida e estruturada de forma em que os vínculos entre as igrejas eram fortes. Essa organização consistia em: “setores” na grande São Paulo e “campos” no interior, cada um deles com uma congregação sede, com um pastor responsável, e outras congregações a ela vinculadas. José Wellington manteve essa estrutura, reforçando-a e continuando o crescimento do ministério. Hoje são mais de 500 mil fiéis só na Grande São Paulo, com mais de 2.500 congregações, em 86 setores, fora as do interior e de outros estados.

Em termos de organização interna, o Ministério Belém é composto por uma diretoria, setores eclesiais e departamentos. A diretoria é composta, além do Pastor Presidente, por um vice-presidente, três secretários e dois tesoureiros. Atualmente esses cargos são compostos pelo pastor José Wellington (presidente), seu filho, o pastor José Wellington Junior (vice-presidente), Pr. José Pereira da Silva (1º secretário), Pr. José Prado Veiga (2º secretário), Pr. Paulo Rodrigues de Moraes (3º secretário), Pr. José Amaro da Silva (1º tesoureiro) e Pr. José Roberto Freitas Pedro (2º tesoureiro). Na parte administrativa do ministério trabalham também cerca de 200 funcionários.<sup>28</sup>

Dentro do conjunto das Assembleias de Deus, o Ministério Belém é tido como um dos mais conservadores em relação aos costumes. Na sua organização, os divorciados não podem assumir funções importantes, o casamento é um dos critérios de progressão nos postos da Igreja, e as vestimentas típicas – correspondentes ao uso de saias pelas mulheres, e abdicção de artefatos que demonstrem vaidades, como joias, maquiagem, etc., e para os homens traje social – ainda que não sejam obrigatórias, são predominantes entre os fiéis. É claro que essas características, conforme apontado por Alencar (2012), variam também entre os templos sede e as congregações, bem como entre os setores mais centrais e os periféricos, sendo nas congregações e nos setores periféricos os usos e costumes mais rígidos e há um maior controle dos pastores sobre a vida dos fiéis, o que é uma manifestação da já mencionada identidade rural assembleiana (ALENCAR, 2012).

Já em termos teológicos, oficialmente, o Ministério Belém rechaça a chamada

---

<sup>27</sup> Segundo o site da instituição: <http://www.leadsp.com.br> acessado em 1/9/2017.

<sup>28</sup> Idem a nota 14.

Teologia da Prosperidade<sup>29</sup>. No entanto, em alguns cultos que presenciamos, observamos pregações que trazem elementos dessa teologia, tais como pregações afirmando aos fiéis que, ao seguir no “caminho correto”, as bênçãos de Deus se derramariam sobre a vida deles, trazendo a prosperidade material. É necessário frisar, contudo, que mesmo tendo observado essas práticas, as consideramos insuficientes para que se pudesse dizer que a ênfase dos cultos era na questão prosperidade, ou que esse tema era um dos mais importantes tratados. Em nossa avaliação, o tema da prosperidade era presente de forma mais marginal do que em outros setores da própria Assembleia de Deus, como o Ministério Vitória em Cristo, no Rio de Janeiro, ou o Ministério Brás, de São Paulo, bem como em Igrejas neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

Por fim, é importante constar que o Ministério Belém se tornou muito importante politicamente dentro do conjunto da Assembleia de Deus, principalmente a partir da presidência do pastor José Wellington Bezerra da Costa. Segundo Alencar:

[Pr. José Wellington] é caudilho, patrimonialista e nepotista, mas é competente. Competente, inclusive, para não ser derrubado por outros grupos políticos similares da família Ferreira, no Ministério de Madureira; e da família Câmara, no Ministério de Belém do Pará (e muitas outras oligarquias assembleianas por este país, que também gostariam de estar nesse lugar), pois esses também articulam e manobram o poder da mesma forma, mas parecem com muito menos resultados. (Alencar, G. 2012 p. 178)

O fato é que o Pr. José Wellington, com sua família e seus aliados do Ministério Belém, conseguiu ascendência sobre as Assembleias de Deus e suas instituições, como a CGADB e a CPAD, controlando os principais recursos e dando diretrizes políticas e ideológicas para os demais ministérios. Uma das medidas tomadas pelo seu grupo, inclusive, foi expulsar da CGADB o Ministério Madureira em 1988, tornando-se a maior referência dentro do órgão. Por décadas, José

---

<sup>29</sup> A chamada Teologia da Prosperidade é uma das características fundamentais das igrejas do tipo neopentecostal, como a IURD. De forma muito sucinta, ela se caracteriza pela ênfase na prosperidade material dos fiéis, a qual seria uma graça dada pelo senhor e uma consequência da boa prática religiosa, principalmente no hábito sistemático dos dízimos e ofertas.

Wellington foi presidente tanto do Ministério Belém quanto da CGADB, só abandonando o cargo no ano de 2017, sendo substituído pelo seu filho, José Wellington Bezerra da Costa Jr. Além do poder dentro do ministério e conjunto da Assembleia de Deus, a família Bezerra da Costa possui posições políticas no estado de São Paulo: Paulo Freire (PR), Marta Costa (PSD) e Rute Costa (PSD), todos filhos de José Wellington, são, respectivamente, Deputado Federal por São Paulo, Deputada Estadual em São Paulo, e vereadora em São Paulo. Todos os cargos foram conseguidos a partir da mobilização dos fiéis, tanto no Ministério Belém quanto em outros sob sua influência.

### **1.3. Evangélicos e a Assembleia de Deus na Política Brasileira**

O crescimento do número de evangélicos trouxe implicações importantes para a sociedade, alcançando também o âmbito político. Na literatura sobre o tema, é possível encontrar um debate sobre a existência ou não de um voto “em bloco” desses setores, isto é, se é possível encontrar uma clivagem que faz o conjunto de denominações evangélicas apoiarem um único candidato ou partido – o que faria com que o voto religioso tivesse maior peso para a política brasileira.

Nesse debate, Simone Bohn (2007) argumenta que o sistema político brasileiro, devido ao seu multipartidarismo, dificultaria a inclinação de um partido que atraísse os evangélicos em bloco. O sistema norte-americano, bipartidário, ao contrário, possibilitaria a reunião de clivagens em um partido específico.

Apesar desse argumento de Bohn (2007), é possível encontrar diversos trabalhos que mostram que, quando há um candidato evangélico em pleitos majoritários, há um maior índice de votação dos evangélicos nesse candidato. Em termos de eleições presidenciais, um desses casos encontra-se discutido em um texto da própria Simone Bohn (2004). A partir dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002, Bohn mostra que 51% dos evangélicos votaram no candidato Garotinho (PSB), evangélico, no primeiro turno daquela eleição. Caso os evangélicos tivessem se comportado como os demais grupos religiosos no Brasil, o candidato do PT, Lula, teria sido eleito já no primeiro turno das eleições daquele

ano<sup>30</sup>.

Outro trabalho que mostra clivagens religiosas significativas em pleitos eleitorais é o de Pierucci e Prandi (1995), que mostra que na eleição de 1994 os católicos das Comunidades Eclesiais de Base, os adeptos das religiões afro-brasileiras e os sem religião registraram maior índice de apoio a Lula (PT), que teve menos apoio dos católicos carismáticos e dos pentecostais. Já o candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB) obteve maior índice de apoio nos kardecistas e católicos tradicionais.

Depois de Garotinho, a próxima figura evangélica a disputar a presidência foi Marina Silva, em 2010 e em 2014, respectivamente pelos partidos PV e PSB. Em ambos os casos, trabalhos mostraram associação entre pertença religiosa evangélica e o voto nessa candidata (PEIXOTO, V. RENNO, L. 2011; AMARAL, O. RIBEIRO, P. 2015).

A despeito desses trabalhos mostrarem associações entre evangélicos e determinados candidatos, não podemos dizer que tais associações constituam um efeito definitivo do voto evangélico, quando há um político religioso na eleição, visto que o número de pleitos analisados é pequeno, e o próprio índice de votos dados pelo segmento evangélico não foi semelhante ou mesmo próximo entre os candidatos relatados. Há casos em que essa associação também não apareceu ou não foi importante, como o caso do Pastor Everaldo (PSC), candidato a presidente em 2014. Esses trabalhos também são estruturados a partir de métodos quantitativos, que mostram essas associações e correlações de forma estatística, mas não exploram o que as move em um sentido ideológico, quais são as pautas que fazem sentido para esse eleitorado, tampouco a forma com que esses fiéis refletem sobre a própria política evangélica e como essa política se relaciona com outros elementos da sociedade e da política institucional que estariam presentes fora do universo da igreja, no mundo – pontos esses que esta pesquisa busca explorar.

---

<sup>30</sup> Este trabalho, conforme será visto adiante, traz resultados distintos dos apresentados por Bohn. Na eleição de 2014, em que o pastor Everaldo (PSC) foi um dos postulantes à presidência da República, não encontramos fiéis que declararam nele seu voto. No entanto, nessa mesma eleição, encontramos fiéis que votaram em Marina Silva (PSB/Rede), também evangélica.

### 1.3.1. Preponderância conservadora?

A despeito de ser possível observar uma pulverização dos apoios de lideranças evangélicas em diferentes políticos e partidos ao longo do tempo, e mesmo em cada um dos pleitos específicos, podemos conferir que, predominantemente, a atuação política dos grupos religiosos evangélicos, no geral, e pentecostais, em particular, se dá em favor de candidatos conservadores. Como procurarei demonstrar, essa preponderância se deu desde o Regime Militar e se reforçou nos anos recentes.

Durante o período da ditadura militar brasileira, entre 1964 e 1985, Alves (1979) ressalta que, se a Igreja Católica representou – por meio principalmente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – um forte polo de resistência ao regime, o oposto se deu nas chamadas Igrejas protestantes. Freston (1999), na mesma linha, ressalta que a única Igreja protestante a contestar oficialmente a repressão no Brasil foi a Luterana.

No que se refere à representação política, Freston (1999) destaca que os evangélicos do tipo históricos (tais quais os luteranos, calvinistas, entre outros), ainda que de forma discreta, se elegem para o Congresso Nacional desde a década de 1930. No entanto, a presença dos evangélicos pentecostais nas disputas eleitorais tem seu início somente no processo constituinte que culminaria na carta de 1988. Nesse período, em 1986, o jornalista e assessor parlamentar Josué Sylvestre, membro da AD, escreveu um livro intitulado *Irmão vota em Irmão (1986)*. Tal livro, escrito em tom de manifesto, defende a importância dos evangélicos discutirem e participarem da Constituinte. Tal obra foi amplamente divulgada nas igrejas da AD e pode ser considerada um marco para a constituição de um eleitorado evangélico (TEIXEIRA, 2012). O livro acaba com a seguinte frase, na qual se evidencia a construção da categoria “evangélico” em oposição aos setores progressistas de sua época:

A Igreja Romana, os Comunistas, os heréticos adeptos do Rev. Moon, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, todos estão ativíssimos em função da Constituinte. E nós, evangélicos, vamos ficar de braços cruzados?

(Sylvestre, 1986: 106)

Segundo Pierucci (1989) e Paul Freston (1993), a Constituinte contou com 33 parlamentares evangélicos, sendo 18 deles pertencentes ao campo pentecostal. Analisando a atuação de tal bancada, Pierucci (1989), mesmo reconhecendo a existência de uma “esquerda evangélica”, ressalta o caráter conservador da maior parte desse grupo – em especial, os pentecostais. Para ele, esses parlamentares comporiam o que denomina de uma “nova direita”, que além da defesa de bandeiras socioeconômicas tradicionais do campo conservador – como a defesa da propriedade, a resistência em relação à reforma agrária e à ampliação da intervenção estatal na economia – incorporariam um discurso em que se autoproclamam como os “guardiões da moralidade familiar e social”.

Avançando cronologicamente, destacamos o estudo de Flávio Pierucci e Ricardo Mariano (1992), que analisa o envolvimento dos evangélicos pentecostais na eleição presidencial de 1989, que elegeu Fernando Collor (PRN). Os autores ressaltam que as lideranças pentecostais tiveram, no primeiro turno, uma atuação mais contida, recomendando apenas para que os fiéis orassem antes de tomar a decisão, e que não votassem em candidatos “extremistas” – entendendo-se aí “extremistas” como “candidatos de esquerda”. No segundo turno, entretanto, os autores relatam uma atuação forte, militante e incisiva por parte dessas lideranças. Com a eleição sendo composta pela polarização esquerda *versus* direita, ordem *versus* rompimento, os pentecostais teriam optado pela direita e pela ordem, apoiando o candidato Fernando Collor (PRN). O envolvimento teria sido intenso a ponto de uma das principais lideranças pentecostais – justamente o pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente do Ministério Belém e da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil – declarar: “quem elegeu o Collor foram os evangélicos” (PIERUCCI, A. F. & MARIANO, R. 1993).

No que diz respeito ao pleito de 1994, temos o estudo já mencionado de Pierucci e Prandi (1995), que por meio da análise de *surveys* de grande amplitude, buscam ponderar a importância da filiação religiosa para o resultado do pleito. Entre os achados, destaca-se a identificação de que os evangélicos compuseram o grupo religioso que mais rejeitou a candidatura de Lula (PT), o que indica a permanência

do padrão conservador da eleição de 1989. No mesmo sentido, Campos (2006) mostra que nas eleições presidenciais de 1998, a maioria evangélica manifestou o voto em Fernando Henrique Cardoso (PSDB), contra Lula (PT) (CAMPOS, 2006).

Avançando nos estudos da última década, temos o também já mencionado trabalho de Simone R. Bohn (2004), que engloba análises tanto a respeito do perfil socioeconômico e informacional dos evangélicos, quanto a respeito dos determinantes do seu comportamento político. A análise dos dados feita por Bohn sobre essas questões mostra que, de fato, os evangélicos se apresentam com posturas mais tradicionalistas, revelando-se como defensores mais árdios da moral social e da aplicação dos valores desse código na regulação coletiva: formaram o grupo que mais se posicionou a favor da proibição do aborto em quaisquer circunstâncias, bem como o grupo que mais classificou a homossexualidade como doença e motivo de vergonha. No entanto, ressalta Bohn, a postura tradicional e “guardiã da moral” não se refletiu diretamente em conservadorismo em outras esferas, tais quais a econômica. Tal diferenciação entre “conservadorismo moral” e “conservadorismo econômico-político” é uma indicação importante.

Além da análise do perfil ideológico, outro aspecto analisado por Bohn é o voto nas eleições presidenciais de 2002. Nesse âmbito, como mencionado anteriormente os dados da votação do grupo evangélico no primeiro turno revelam que esse foi o único grupo que não votou em maioria no candidato Lula, do PT. Em vez disso, destacou-se a votação em Garotinho (PSB) – justamente o único candidato evangélico no pleito eleitoral daquele ano. Tal votação foi expressiva, representando mais de 50% do total de votos do segmento. Ao se considerar o segundo turno, em que Garotinho (PSB) não esteve presente, os dados apresentados indicaram que a tendência do voto evangélico segue o padrão das demais agremiações religiosas, com a maior parte dos votos indo para o candidato Lula, em detrimento do candidato Serra. Ao que parece, tal eleição foi a primeira em que importantes setores religiosos apoiaram a candidatura petista. Tal apoio veio, inclusive, do candidato evangélico derrotado no primeiro turno, Garotinho (PSB). Na eleição de 2006, em que não houve um candidato evangélico na eleição presidencial, tal como foi Garotinho na eleição anterior, Bohn (2007) mostra um quadro semelhante ao do segundo turno da eleição de 2002, com os evangélicos seguindo o padrão dos demais grupos religiosos (BOHN, S. 2007).

Sobre o pleito eleitoral de 2010, o sociólogo Flávio Pierucci assinala: “Não lembro, e certamente ninguém há de lembrar, de uma campanha eleitoral em que a intromissão da religião tenha sido tão grande e ido tão longe (...)” (PIERUCCI, 2011, p. 5). Tal autor destaca a mobilização de temas e apoios religiosos pela candidatura de José Serra (PSDB). Entretanto, considera que tal empreitada tenha sido malsucedida. Em sua análise, afirma que o uso de pautas religiosas teria criado o que chama de “efeito fariseu”. Tal efeito ocorreria quando a utilização eleitoral de temas, critérios e apelos religiosos obtém do eleitor conservador resposta contrária à esperada. Seria um tipo específico de “efeito bumerangue” da apelação aos sentimentos religiosos da população, que ocorreria justamente quando:

Os apelos à religião se excedem, vão longe demais do convencionalmente admissível, mas principalmente — eis aí o efeito fariseu por antonomásia — quando o mote da persuasão desliza para a “personalidade religiosa” do candidato (PIERUCCI, 2011, p. 10).

Para o autor, tal fenômeno teria como exemplo máximo o caso de um panfleto distribuído pela campanha do candidato José Serra (PSDB) que vinha acompanhado pela sentença “Jesus é a verdade e a justiça”, e trazia abaixo da frase a assinatura do candidato em questão. Tal fato, somado com outros episódios e com a caracterização “demoníaca” da candidata adversária, Dilma Roussef (PT), teria sido identificado como uma postura artificial, gerando o efeito contrário o esperado e afastando os pentecostais da candidatura de José Serra (PSDB).

Ainda sobre a eleição de 2010, um estudo realizado por pesquisadores do IBOPE chega a conclusões contrárias à de Pierucci (2011). Os pesquisadores sustentam que a questão do aborto consistiu em uma pauta decisiva, que determinou as oscilações ocorridas durante o processo eleitoral, sendo inclusive a questão fundamental que teria determinado a ocorrência do segundo turno. Tendo como base uma análise a diversas séries de correlações estatísticas, o estudo mostra que segmentos evangélicos, em maior grau, e católicos, em menor, seriam os responsáveis pelas oscilações e pelo percurso que a campanha tomou, culminando no posicionamento oficial dos candidatos, que se comprometeram a não

modificar a legislação em torno do aborto no Brasil. (CERVELLINI; GIANI; PAVANELLI, 2011)

### 1.3.2. *Evangélicos em oposição ao lulismo*

Com relação à postura dos líderes evangélicos pentecostais perante o PT, a bibliografia aponta a existência de uma tensão e oposição desde os primeiros pleitos eleitorais do atual período democrático. Conforme assinalam Pierucci e Mariano (1992), no já mencionado artigo que trata do envolvimento dos pentecostais na Eleição de 1989, tal grupo teria feito uma forte oposição à candidatura de Lula (PT) para a presidência da República, apoiando o candidato Fernando Collor de Melo (PRN). Os dois principais argumentos para a rejeição do candidato petista eram: A preocupação com o fato do PT ter ligações com setores da Igreja Católica, e o “medo do comunismo”, que pretensamente iria destruir a liberdade religiosa no país. É claro que, no mesmo artigo, os autores apontam que existia uma esquerda evangélica, mas os próprios ressaltam que essa era minoria, e era composta principalmente por evangélicos históricos, e não por pentecostais.

De fato, a questão da liberdade religiosa e a associação política entre católicos e petistas já constava no rol de preocupação de Josué Sylvestre ao publicar o mencionado livro *Irmão vota em irmão* (Sylvestre, 1986). Esses fatos mostram que, nesse período, não só os líderes evangélicos pentecostais tinham uma relação de antagonismo com a esquerda, como também o tinham especificamente com o PT. Sinal desse fato é mostrado também por Pierucci e Prandi (1995), no já mencionado artigo em que demonstram que evangélicos compuseram o grupo religioso que mais rejeitou a candidatura de Lula (PT) – esse caso, no entanto, mostra que não só entre as lideranças, mas entre os próprios fiéis havia essa relação de distanciamento.

Nos anos em que o PT ocupou a presidência da República, no entanto, muitos deputados evangélicos – inclusive pentecostais – estavam inseridos em partidos da base de sustentação do governo. O caso da Igreja Universal do Reino de Deus é particularmente interessante, pois, tendo os seus parlamentares

concentrados todos em um único partido – o PRB – (VALLE, 2015), podemos dizer que esteve aliada com o lulismo entre 2006 e 2016<sup>31</sup>. No caso de outras denominações, nenhuma delas está concentrada apenas em um partido político e tem o controle sobre este. No entanto, várias das figuras eminentes da bancada evangélica, de diferentes denominações, estiveram na base governista. É o caso do pastor Marco Feliciano, entre 2010 e 2014, quando o seu partido, o PSC compunha o governo Dilma. Os pastores Paulo Freire e Magno Malta, ambos do PR, também, a partir de 2010, estiveram na mesma situação.

O fato de estarem na base aliada e em posições do governo, entretanto, não foi suficiente para que essas figuras convivessem de forma harmoniosa no edifício lulista. Durante o período de aliança, os atritos entre o PT e os personagens pentecostais foram constantes, fazendo com que houvesse um afastamento gradual dos pentecostais em relação ao lulismo, até o ponto de uma oposição política clara da parte organizada politicamente desse segmento perante o PT. Como procurarei argumentar a seguir, os principais eventos que causaram essa oposição foram o Projeto de Lei 5003/2001-122/2006, o terceiro Plano Nacional de Direitos (PNDH3) e diversas diretrizes educacionais que visavam combater a homofobia, discutir a temática de gênero e expandir o conceito de família nas escolas.

No meu trabalho de mestrado, levantei a hipótese – tratando especificamente do Ministério Belém, mas creio, que estendível aos pentecostais de forma geral, com exceção dos segmentos evangélicos “inclusivos” – isso é, que igrejas que não condenam práticas homossexuais –, e da IURD – de que:

A Instituição religiosa, bem como parte de sua base de fiéis, demandam a defesa da ordem para além da esfera econômica. Para esse grupo, mais do que a rejeição a greves, à desestabilização da ordem econômica e política, existe a rejeição ao que consideram ser a “deterioração dos valores morais” da sociedade. Nesse âmbito, os temas ligados à sexualidade e a esfera da família são cruciais.

(VALLE, V. 2013 p. 108)

---

<sup>31</sup> O PRB compôs a chapa de Lula na Eleição de 2006, tendo inclusive a vice-presidência, com José Alencar. Ocupou – s durante o segundo governo Lula e os governos Dilma, só saindo da base lulista em 2016, em meio ao processo de impeachment da ex-presidenta. Ver <http://www.prb10.org.br/destaques/nota-oficial-prb-decide-sair-da-base-de-apoio-do-governo-dilma/> acessado em 2/09/2017.

Os eventos citados se encontram, para os fiéis, justamente dentro dessa categoria de “deterioração dos valores morais”. O Projeto de lei 5003/2001, apresentado pela deputada federal Iara Bernardi (PT-SP), posteriormente tornado, quando no Senado, PL-122/2006, pretendia determinar sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual, sobretudo em virtude do tratamento diferenciado ou proibição de ingresso em espaços comerciais ou prestação de serviços (BRASIL, 2001). No entanto, ele foi visto pelos evangélicos como uma tentativa de criminalização da sua prática religiosa e até mesmo da Bíblia<sup>32</sup>. O efeito dessa percepção fez com que os pentecostais se mobilizassem em torno da oposição ao PL, o que envolvia, além de discursos e pregações em programas televisivos, na internet e em cultos<sup>33</sup>, o uso das chamadas marchas para Jesus como palco para suas manifestações<sup>34</sup>. Como resultado dessa pressão, o PL foi arquivado em 16/12/2014, após anos no Senado, sem conseguir aprovação.

O PNDH 3, por sua vez, buscava aprofundar medidas já apontadas nas duas versões anteriores, ambas lançadas nas gestões de Fernando Henrique Cardoso no Governo Federal (respectivamente, em 1994 e 2002). No entanto, apesar da continuidade estabelecida com as versões anteriores, o programa obteve críticas inéditas, que anteriormente não tiveram a mesma amplitude e repercussão. Os principais veiculadores dessas críticas foram justamente o dos grupos evangélicos pentecostais<sup>35</sup>.

Essas críticas podem ser agrupadas em dois eixos principais: a diretriz de alargamento da autorização legal para a prática do aborto, e de outro lado, uma série de medidas que buscam expandir os direitos e a conscientização sobre a população LGBTT. Quando a esse segundo ponto, o PNDH 3 ocupa uma sessão

---

<sup>32</sup> Segundo discurso do Pr. Silas Malafaia, presente na matéria: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/marcha-para-jesus-vira-ato-contra-uniao-homoafetiva/n1597044443203.html> acessado em 5/9/2017.

<sup>33</sup> Ver, por exemplo, <https://www.youtube.com/watch?v=MFjnIWlaP9M> acessado em 05/09/2017

<sup>34</sup> Ver, por exemplo: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/marcha-para-jesus-vira-ato-contra-uniao-homoafetiva/n1597044443203.html> ; <https://oglobo.globo.com/rio/marcha-para-jesus-pastor-diz-que-devolvera-verba-de-culto-riotur-4945185> ; <http://odia.ig.com.br/portal/rio/ato-religioso-contra-lei-que-criminaliza-a-homofobia-1.26799>

<sup>35</sup> Ver, por exemplo, o vídeo do Pastor Silas Malafaia sobre o projeto: <http://www.youtube.com/watch?v=AsSpI9StZU4> . O PNDH 3 também obteve reações contrárias de outros grupos e setores da sociedade, que atacavam um suposto viés “esquerdista” e “antidemocrático” do programa. Tais críticas podem ser conferidas em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2201201008.htm>; <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1201201008.htm>

exclusiva, denominada “Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero”. As principais ações programáticas propostas, nesse sentido, seriam:

a) Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social dos Direitos Humanos da Presidência da República [...]

b) Apoiar projeto de lei que disponha sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo. [...]

c) Promover ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos. [...]

d) Reconhecer e incluir nos sistemas de informação do serviço público todas as configurações familiares constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), com base na desconstrução da heteronormatividade. [...]

e) Desenvolver meios para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais. [...]

f) Acrescentar campo para informações sobre a identidade de gênero dos pacientes nos prontuários do sistema de saúde. [...]

g) Fomentar a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), principalmente a partir do apoio à implementação de Centros de Referência em Direitos [...]

h) Realizar relatório periódico de acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT, que contenha, entre outras, informações sobre inclusão no mercado de trabalho, assistência à saúde integral, número de violações registradas e apuradas, recorrências de violações, dados populacionais, de renda e conjugais. [...]

Fonte: PNDH 3 (disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>)

Todos esses pontos foram vistos, pelos setores evangélicos, como um enfrentamento aos seus valores, fazendo com que estes se mobilizassem contra sua aprovação.

Por fim, temos as questões envolvendo materiais didáticos e diretrizes educacionais para o combate à homofobia e a heteronormatividade nas escolas. O primeiro episódio em que houve uma polêmica de grande repercussão foi em 2011, quando o governo federal pretendia lançar o material chamado “escola sem homofobia”, que foi rapidamente apelidado como “kit gay” pelos setores conservadores/religiosos. Nesse episódio, as principais vozes de oposição pública contra o material no congresso eram o pastor e deputado Marco Feliciano (PSC), o senador Magno Malta (PR), o deputado ultraconservador Jair Bolsonaro (PSC)<sup>36</sup>. Fora da esfera institucional, mais uma vez o pastor Silas Malafaia foi um dos grandes críticos e mobilizadores dos que condenavam o material. O fato também foi explorado pelo Ministério Belém e outros setores evangélicos na eleição paulistana de 2012, conforme relato em minha pesquisa de mestrado (Valle, 2013).

A partir do episódio do material “escola sem homofobia”, os setores evangélicos passaram a observar e discutir as diretrizes educacionais, e elegeram a discussão sobre gênero e sexualidade como o novo campo de batalha. A expressão “ideologia de gênero” passou a circular entre as vozes religiosas e conservadoras para designar os estudos que vêem o gênero como uma construção social e cultural. Essa discussão, é verdade, tomou também a Igreja Católica, que se posicionou também contrária à “ideologia de gênero” nas escolas<sup>37</sup>, no entanto, foram os evangélicos os mais ativos no congresso e nos seus canais de mídia como opositores a qualquer discussão sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Paralelo a esses episódios concretos em que os evangélicos pentecostais se posicionaram publicamente contrários e em bloco contra essas políticas encabeçadas pelo PT, um fato político também acabou polarizando esse segmento religioso com o partido: a eleição do pastor Marco Feliciano (PSC) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em de março de 2013. Esse fato ganhou grande visibilidade, pois o mencionado pastor, nesse momento, já havia se tornado um líder das vozes conservadoras e religiosas no congresso, tendo a época várias declarações

---

<sup>36</sup> Ver, por exemplo, <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/projeto-de-distribuir-nas-escolas-kits-contrario-homofobia-provoca-debate.html> acessado em 7/9/2017.

<sup>37</sup> Ver <http://cnbb.net.br/educacao-e-ideologia-de-genero/> acessado em 7/9/2017.

consideradas homofóbicas e racistas<sup>38</sup>. Diante dessa situação, os setores de esquerda, incluindo o PT se mobilizaram e polarizaram as pautas e a discussão pública com o referido pastor, que por sua vez ganhou apoio da bancada evangélica – que havia articulado sua eleição na comissão – e de pastores em torno de todo o país.

Todos esses fatos e episódios, em conjunto, geraram grande polarização entre a bancada evangélica e o PT, mobilizando também os principais segmentos evangélicos na sociedade. Como resultado, na votação do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), 93% da bancada evangélica votou pelo seu afastamento<sup>39</sup>, inclusive o pastor Paulo Freire, do Ministério Belém.

#### **1.4. A pedra no meio do caminho: questões econômicas e a identificação lulista**

##### *1.4.1. Retratos de vulnerabilidades*

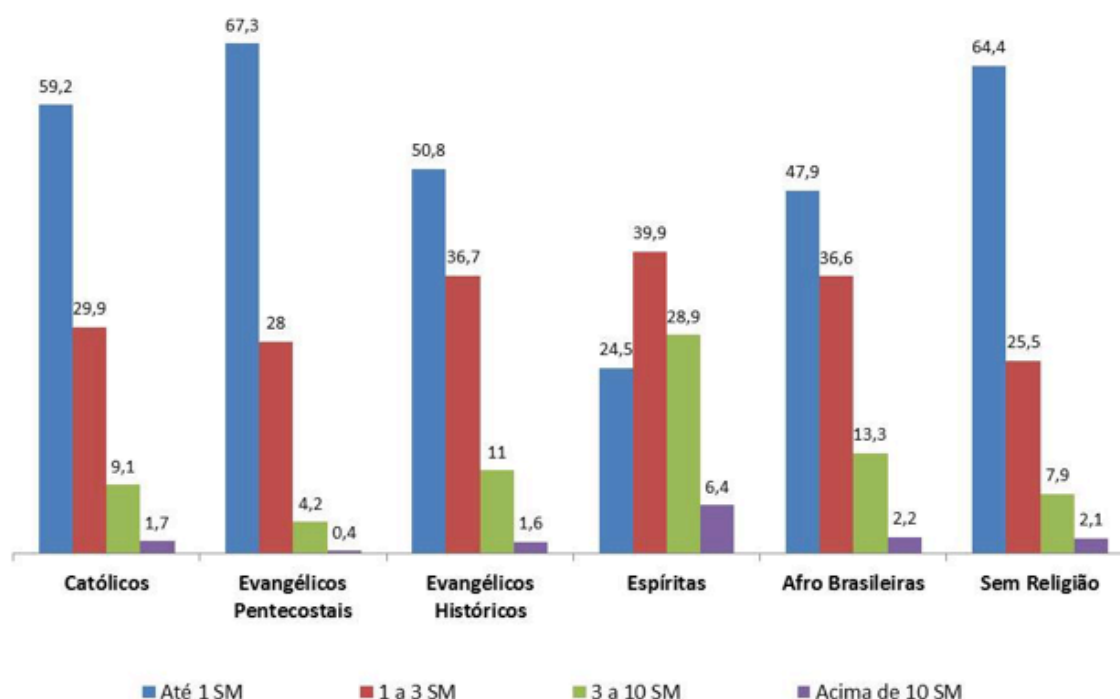
Se é verdade que as denominações evangélicas têm se colocado de forma preponderantemente conservadora e que, nos últimos anos, assumiram cada vez mais uma postura antilulista, as características socioeconômicas da base dos seus fiéis apontam politicamente para o sentido oposto. Os dados do censo 2010 mostram tal grupo religioso – e principalmente os do segmento pentecostal – como os que têm maior proporção de fiéis com renda per capita inferior a um salário-mínimo. Entre os pentecostais, esse número corresponde a 67,3% do total de pertencentes. Tais dados podem ser conferidos no Gráfico 1.

---

<sup>38</sup> Ver, por exemplo, <http://exame.abril.com.br/brasil/15-tuites-polemicos-do-pastor-e-deputado-marco-feliciano/> acessado em 7/9/2017.

<sup>39</sup> <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/93-dos-deputados-da-bancada-evangelica-votaram-pelo-impeachment/>

Gráfico 1 – Perfil de Renda por Religião



Os pentecostais são, portanto, o grupo religioso com maior número de pessoas de baixa renda. Para além de questões meramente de renda, são associados a condições marginalizadas. Novaes (2001) afirma que os pentecostais conseguem penetrar nas franjas da sociedade, em termos também geográficos, em áreas que têm se mostrado inalcançáveis para outros segmentos religiosos. No caso de São Paulo, conforme já abordado, Almeida e D’Andrea (2004) e Almeida (2004) retratam que os templos da AD estão dispostos nas áreas de maior vulnerabilidade da cidade, próximos aos locais de moradia dos seus fiéis.

No caso da comunidade pesquisada, não temos os dados referentes a sua totalidade – para tal, seria necessário entrevistar cada fiel e pastor. No entanto, entre os que foram entrevistados em profundidade, a renda familiar *per capita* não ultrapassava os 2 salários-mínimos – o que condiz com o perfil geral dos evangélicos mostrado acima. Além disso, os fiéis também retratavam, no início da pesquisa, um efeito que também foi percebido por economistas e sociólogos que estudaram a pirâmide social brasileira durante a primeira década do século XXI: uma

melhora das condições de renda e vida, que configurou uma pequena, mas importante, ascensão social.

Segundo estudo do economista Marcelo Neri (2009), entre abril de 2004 e abril de 2008, o estrato correspondente ao que economistas e publicitários denominam de “Classe C” teve um aumento de 22%, composto por pessoas que, anteriormente a esse período, compunham a faixa de renda das “Classes D e E”. Com esse processo, a partir de 2007 o país passou a integrar o grupo de países de alto IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Para Neri, o aumento de pessoas nessa camada de renda faz com que a maior parte da população brasileira (51,89%, em 2008) situe-se na “classe média” brasileira. O argumento de Neri para considerar a “classe C” como “média” é de que tal camada representa a renda média da sociedade, sendo, portanto, a classe “média no sentido estatístico”. Segundo o autor, o aumento de pessoas a essa camada de renda se deu principalmente pela recuperação do mercado de trabalho, que passava por crises no período anterior a esse processo.

A designação dessa camada como “classe média”, no entanto, passa longe de ser consensual. Em um artigo ainda em 2008, o economista Waldir Quadros afirma que o que se chama de “classe C” seria, na realidade, a “classe média baixa” brasileira. Para esse autor, a classe média tradicional seria composta pelas classes A e B, que correspondem a pessoas com acesso a bens e serviços diferenciados, tais quais escolas particulares, planos de saúde, viagens, etc. Os integrantes da classe C, ao contrário, teriam um acesso muito limitado a esses itens, ficando em uma posição em que não possuiriam privações básicas características da pobreza, sem, no entanto, usufruir de uma condição econômica confortável (Quadros, 2008).

Outros pontos importantes separam também as visões dos dois autores. Sem apresentar o otimismo de Neri, Quadros (2008) afirma que o conjunto de fatores que proporcionou a ascensão social se deu em condições macroeconômicas desfavoráveis às estruturas produtivas mais complexas e tecnologicamente avançadas. Dessa forma, o crescimento econômico e os empregos não teriam se dado nos setores produtivos de maior valor agregado, onde os salários e condições de trabalho são melhores. Desse modo, para ele, os empregos e oportunidades criadas a partir de 2004 estariam nas faixas de menor remuneração e que

apresentam um “teto” social mais baixo. Como consequência, há uma ascensão das camadas mais baixas, que se distanciam das privações da pobreza e podem consumir mais, mas não chegam a acessar educação de qualidade, moradias de melhores condições e serviços especializados, dado que os serviços públicos permaneceram de baixa qualidade, e as alternativas privadas ainda seriam inacessíveis.

O debate a respeito das mudanças na estrutura social brasileira e na caracterização do que seria a “classe C” passou também por outros autores. Já em 2009, Bolívar Lamounier e Amaury Ribeiro lançam um livro sobre o tema, no qual apresentam o resultado de estudos em parceria com o IBOPE. Nesse estudo, os autores aproximam fortemente a “classe C” às classes médias tradicionais:

ao lado da chamada classe média A/B, constituída pelos estratos médios mais antigos, coexistindo com ela e adquirindo hábitos semelhantes, observa-se cada vez mais a presença de indivíduos e famílias provenientes da chamada classe C. (SOUZA, A. LAMOUNIER, B, 2009, p.1)

Continuando esse debate sobre as mudanças da estrutura social brasileira e as características das camadas recém-emergentes, em 2010, Jessé Souza lança os livros *Os Batalhadores Brasileiros* e *A Ralé Brasileira*. O termo “ralé” é utilizado pelo autor em tom provocativo, para designar os indivíduos da camada mais baixa da pirâmide social brasileira, a qual viveria em uma situação de pobreza caótica e que “sequer é notícia fora das páginas policiais”. Para esse autor, a “ralé” teria sido fortemente beneficiada pelo crescimento econômico e as políticas do governo Lula, como o Bolsa Família e o microcrédito. No entanto, por sua própria configuração e características, essa camada necessitaria de muitos mais estímulos econômicos para ser incluída no mercado competitivo.

Já o termo “batalhadores brasileiros” é empregado justamente em contraposição ao termo “nova classe média” e “classe C”, utilizados pelos outros autores – e, em especial, da forma como utilizado por Lamounier e Souza (2009). Para Jessé de Souza, os “batalhadores” se oporiam à “Ralé”, pois se os últimos viveriam em uma situação de “caos da pobreza”, os primeiros se encontram em uma situação de estruturação maior, inclusive familiar, para ascender socialmente, por

meio de grandes esforços pessoais, suor e trabalho. O processo de ascensão recente dos batalhadores teria também sido também fortemente beneficiado pelas políticas governamentais recentes.

Jessé de Souza também defende o caráter empreendedor dos “batalhadores”, associado justamente à busca por melhores condições por meio do trabalho árduo. Porém, diferentemente de Lamounier e Souza (2009), vê a ação do Estado como positiva para fomentar esse empreendedorismo. Assim, vê, por exemplo, políticas como o Bolsa Família como fundamentais para fomentar a economia em municípios e localidades pobres. Para Jessé de Souza, o Estado deveria justamente incentivar e fomentar esse empreendedorismo dessa camada da população.

Ainda nesse debate, Marcio Pochmann, na época presidente do IPEA, lança um livro denominado *Nova Classe Média?* (2012). Com o título provocativo, Pochmann rebate a ideia de que há uma “nova” classe média. Tampouco há para ele uma nova classe trabalhadora, ou nos termos de Jessé Souza, novos “batalhadores”. Pochmann mostra que há sim uma ascensão de trabalhadores, ascensão essa que se dá pela via do consumo, fruto de uma combinação de fatores, como o aumento real do salário-mínimo, do crédito consignado e aumento de emprego formal. No entanto, destaca que essas novas vagas criadas estão situadas principalmente na faixa de remuneração de até 1,5 salários-mínimos. Boa parte desses trabalhos estão na área da construção civil, além de ter havido, segundo dados apresentados, um deslocamento de trabalhadores da indústria para o setor de serviços. Tal quadro não representaria o melhor dos mundos e jogaria água no moinho dos críticos ao otimismo excessivo das mudanças recentes.

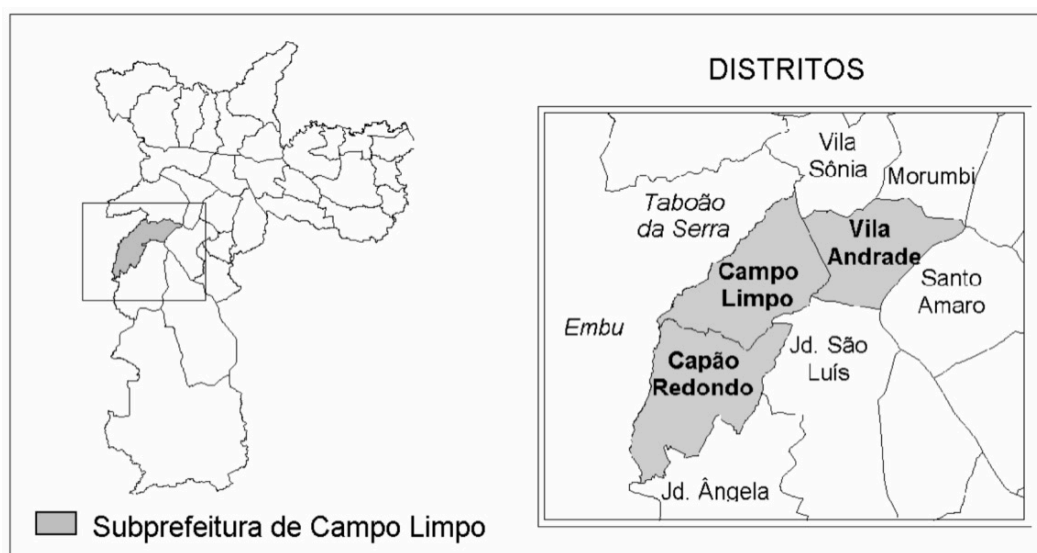
A despeito de o debate acadêmico aproximar ou afastar essa camada social da classe média, tanto em termos de classificação quanto de real participação na economia e acesso a serviços, os entrevistados por essa pesquisa, no primeiro contato, eram unânimes em dois pontos: todos registravam que haviam melhorado de vida nos últimos anos, tendo mais acesso a produtos de consumo e oportunidades. Por outro lado, nenhum deles se considerava como classe média. Viam-se, ao contrário como pessoas de classe baixa ou pobres, que haviam ganhado melhores condições sem abandonar as dificuldades.

Para entender melhor as condições objetivas de vida desse grupo social, tão

importante quanto a questão da renda são as condições que os fiéis vivem, que englobam e se relacionam com as condições do bairro, de moradia, de transporte e de acesso a serviços públicos em geral.

Nesse sentido, temos que o Campo Limpo se situa na Zona Sul do município de São Paulo, fazendo divisa com os distritos de Capão Redondo, Jardim São Luís, Vila Andrade, Vila Sônia, além do município de Taboão da Serra, a seu lado oeste. O distrito está a uma distância de vinte quilômetros do marco zero da cidade. Na figura abaixo podemos localizá-lo.

Figura 3 – Subprefeitura do Campo Limpo



Fonte: MORATO R, KAWAKUBO, F.; LUCHIARI, A. Geografia da desigualdade ambiental na Subprefeitura de Campo Limpo Município de São Paulo/SP. In Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil 16-21 abril 2005, INPE, p. 2.281-2.288.

O processo de formação e urbanização do bairro está inserido num contexto maior, que é o qual a antropóloga Tereza Caldeira (2000) chama de “urbanização periférica” de São Paulo, que por sua vez, segundo Caldeira (2000), segue o percurso típico das metrópoles do sul global, cujas periferias foram erguidas pelas mãos dos próprios trabalhadores pobres, num processo de autoconstrução norteado pelas próprias necessidades de sobrevivência. Segundo Mautner (1999), a periferia pode ser entendida como um espaço em constante mutação e, portanto, com grande

diversidade. Nas suas palavras:

[Periferia é] um local onde vivem os pobres, é socialmente segregada, e o preço da terra é baixo, porém, ao mesmo tempo, é um local mutante, sempre reproduzido em novas extensões de terra, enquanto velhas periferias são gradualmente incorporadas à cidade, ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital (MAUTNER, 1999: p. 254) (grifo da autora).

A figura a seguir mostra o mapa da cidade de São Paulo com a sua área urbanizada e as regiões de favelas, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais. Nele, ainda que possamos observar uma grande diferença entre a região central e as periféricas, observamos também a existência de grande diversidade nas próprias periferias.

Figura 4 – Tipos de Habitação – São Paulo

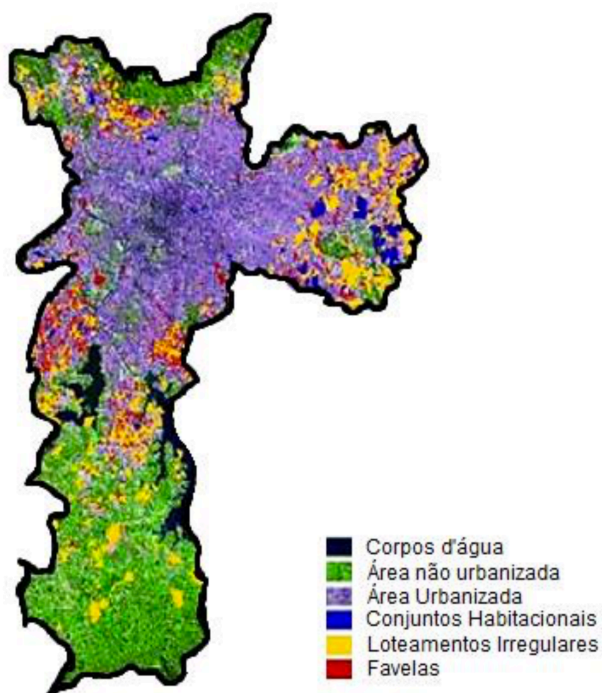


Imagem de Satélite da área metropolitana de São Paulo, com a localização de favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais. Elaboração de Camila Saraiva in: A PERIFERIA CONSOLIDADA EM SÃO PAULO: categoria e realidade em construção. Apud: PATTA, Caetano. 2017. Contestando a Ordem: um Estudo de Caso com Secundaristas da Zona Leste Paulistana.

Em termos gerais, esse processo de urbanização periférica consiste na chegada de trabalhadores migrantes pobres que vêm para trabalhar em uma zona de industrialização, mas sem moradia garantida. A saída para eles, então, é a compra de terras em áreas não urbanizadas e afastadas, nas margens da cidade. Nesses locais, eles constroem e expandem suas residências em um processo de longo prazo, com o próprio trabalho e com os rendimentos das suas atividades laborais. Para Caldeira (2000), são três as características principais da urbanização periférica: o longo prazo do processo, um engajamento articulado com diferentes lógicas oficiais, e a criação de política com práticas que produzem novos tipos de cidadãos, demandas, circuitos e contestações. Esse processo acontece em uma área da cidade, que vai tomando forma, ganhando casas, ruas, asfaltos e equipamentos públicos – ainda que precários – o que produz, de um lado, um processo de mobilidade social para aqueles moradores e, de outro, com a valorização do bairro, gera um efeito de inviabilizar aquela área para os mais pobres, o que desloca a periferia novamente para um lugar mais distante.

A Zona Sul de São Paulo viveu intensamente esse processo de urbanização periférica. Atualmente, porém, podemos enquadrar o distrito do Campo Limpo como uma periferia consolidada. Esse termo é utilizado de muitas formas na literatura. Segundo Cardoso et al (2007), a periferia consolidada estaria em oposição à periferia em expansão. Ela corresponde a áreas com “altas taxas de crescimento populacional entre os anos 1940 e 1970 (...) [com concentração de] população pobre, com menor escolaridade, mais jovem, mais negra e com pouco acesso a serviços e equipamentos urbanos” (p. 7-8). Ribeiro (2001), por sua vez, associa o termo se referindo a regiões que teriam sofrido um processo de elitização moderada, atraindo pessoas de *status* social mais elevado, ao mesmo tempo em que os próprios residentes antigos também passarem por essa ascensão relativa. Já Torres (2005) classifica como periferia consolidada as áreas da cidade com a taxa de crescimento demográfico entre 0 e 3% ao ano, já com presença de equipamentos sociais e políticas voltadas à melhoria dos serviços públicos, e não mais só a sua implantação – ao contrário das áreas de fronteira urbana, onde “tudo estaria por construir” (TORRES, 2005 p. 108). Vera Telles (2006), de forma semelhante, descreve as periferias consolidadas como áreas com ruas pavimentadas, razoável cobertura de serviços e equipamentos urbanos. Por fim, Rachel Rolnik (2000), as

descreve como áreas “cuja ocupação encontra-se consolidada à força de persistentes microinvestimentos privados e lutas pela provisão de infraestrutura no sentido de superar a precariedade original” (ROLNIK, 2000, p. 85-86).

Como podemos observar, ainda que o conceito seja utilizado de formas distintas em termos de periodização e abrangência de especificidades, há o elemento comum entre todos os autores, que é a caracterização da periferia consolidada em oposição tanto à periferia recente quanto à cidade consolidada, situando em posição intermediária entre esses polos – tanto em termos conceituais quanto geográficos.

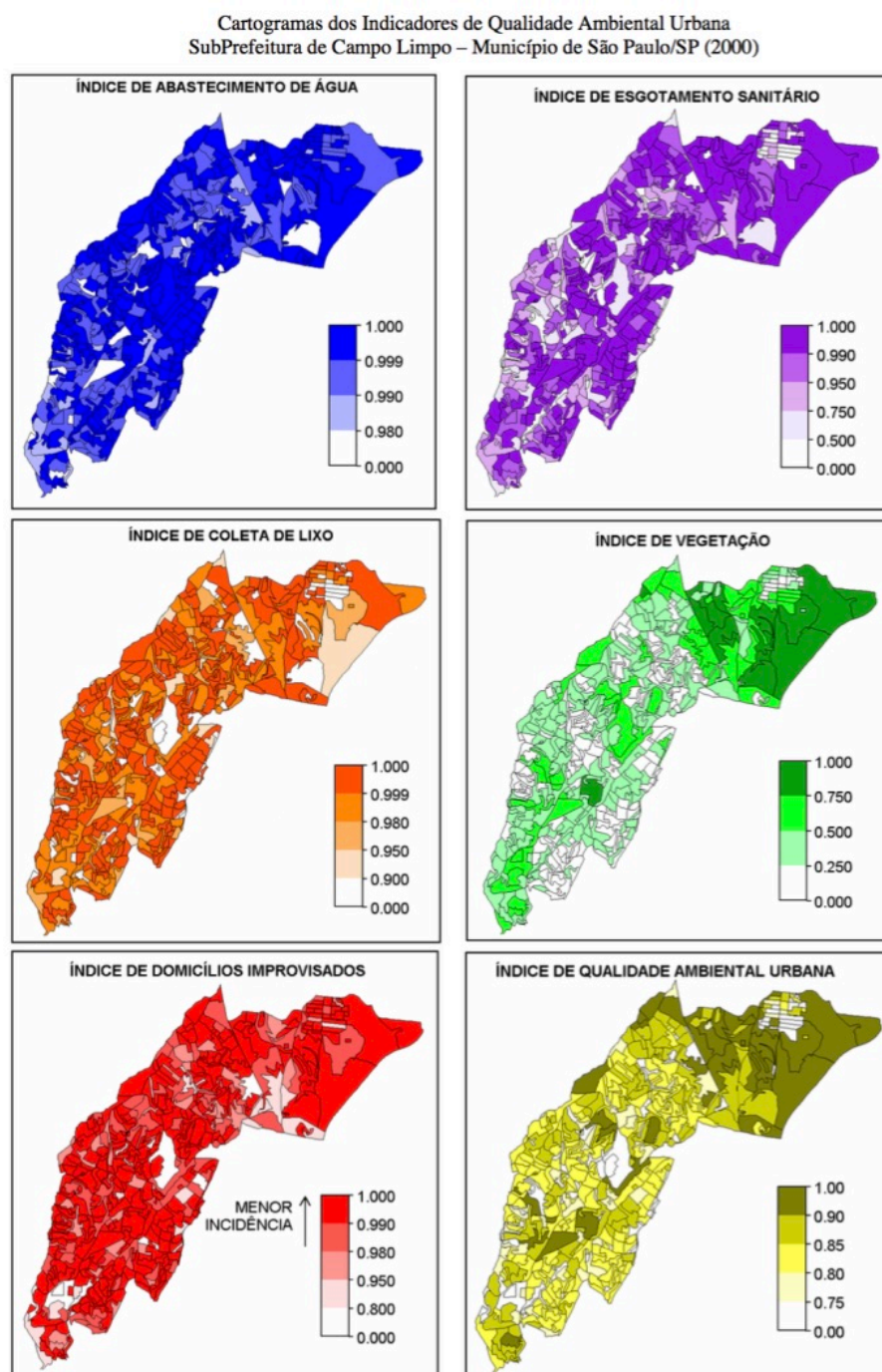
O distrito do Campo Limpo, segundo informações da subprefeitura, foi inicialmente formado por chácaras e áreas verdes, que foram sendo loteadas a partir da década de 1960 ao longo da principal via do bairro, a Estrada do Campo Limpo. O seu processo de crescimento na forma periférica urbana se inicia a partir dessa década, com o surgimento ocupações precárias em áreas sem qualquer infraestrutura, em um processo que se acentuou nas décadas de 1970 e 1980 – a partir daí, entretanto, já com a existência de movimentos sociais de moradores que reivindicavam equipamentos e melhorias do setor público. Durante a década de 1970 e 1980, o crescimento dessa região ocorreu de forma intensa, sem que tenha existido um planejamento dos órgãos e serviços públicos. A partir da década de 1990, ainda de acordo com informações da subprefeitura e da prefeitura municipal, o Campo Limpo passa por um processo de crescimento imobiliário, com grandes empreendimentos cercados por muros, com segurança e área de lazer interna, o que atraiu moradores de classe média, interessados na localização próxima a centros, como a região da Avenida Luiz Carlos Berrini e da Avenida Santo Amaro. Esse processo de isolamento, criação de tecnologias e estratégias de proteção, e segregação é semelhante ao que Tereza Caldeira descreve em *Cidade de Muros* (2001).

Na década de 2000, o bairro ganhou melhorias, como um CEU (Centro Educacional Unificado), o terminal Campo Limpo, que concentra as linhas de ônibus em toda a região, uma Universidade – Uniban, que depois se tornou Anhanguera –, a ampliação do comércio, além de investimentos em canalizações e piscinões, que conseguiram diminuir os índices de enchentes e alagamentos comuns na região.

Segundo o censo de 2010, a região conta com 216.098 habitantes. Durante o período de realização da pesquisa de campo, pude conferir que o comércio da região era bem desenvolvido, ocupando boa parte da Estrada do Campo Limpo e da Avenida Carlos Lacerda. Entre os tipos de habitações, conferi a presença tanto de casas com fachadas e acabamento, se aproximando da estética de casas de classe média de bairros mais centrais, quanto aglomerações de casas em situação de precariedade, com deficiências de estrutura e sem acabamento. Mesmo dentro das moradias próximas a córregos e em estado de maior vulnerabilidade que visitei se encontravam bens de consumo como televisões, computadores e geladeiras.

Abaixo, podemos conferir alguns mapas com informações da região referentes ao abastecimento de água, coleta de lixo, esgotamento sanitário, vegetação, domicílios improvisados e qualidade ambiental urbana.

Figura 5 – Indicadores de qualidade Ambiental Urbana – Subprefeitura de Campo Limpo (2000)



Fonte: MORATO R, KAWAKUBO, F.; LUCHIARI, A. Geografia da desigualdade ambiental na Subprefeitura de Campo Limpo Município de São Paulo/SP. In Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil 16-21 abril 2005, INPE, p. 2281-2288

Neles, podemos observar que há uma diferença nítida, principalmente nos

mapas de esgotamento, coleta de lixo, vegetação e qualidade ambiental urbana<sup>40</sup>, entre o distrito de Vila Andrade e os do Campo Limpo e Capão Redondo<sup>41</sup>, em que o primeiro consegue os melhores índices. Apesar dessa diferença, o índice de abastecimento de água e o de domicílios improvisados são favoráveis, indicando, respectivamente, o baixo número daqueles sem acesso à rede de água e em condições improvisadas e degradadas. O índice de vegetação é o mais baixo, e também o mais desigual entre os distritos do Campo Limpo/Capão Redondo e o de Vila Andrade. Todas essas informações corroboram o já exposto quadro do Campo Limpo como uma periferia consolidada, com índices razoáveis de equipamentos públicos.

#### *1.4.2. Voto guiado por condições econômicas: a hegemonia lulista*

Tendo realizado essa caracterização das condições socioeconômicas dos fiéis e seu local de moradia, cabe analisar as características políticas e eleitorais. No Brasil, ao contrário das clivagens analisadas por Lipset (1967) na Europa, a população mais pobre possuía uma ligação com os setores mais conservadores da política nacional. A trajetória do conservadorismo na política recente brasileira é traçada por Mainwaring, Meneguello e Power, no livro *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo* (2000). Para esses autores, o conservadorismo é visto como característica preponderante na história política nacional, com exceção de alguns períodos, como por exemplo, entre 1961 e 1964. Sobre o período pós 1985, que é o momento focalizado pelo livro em questão, os autores ressaltam que o sucesso eleitoral dos partidos e políticos conservadores seria a chave para entender a política brasileira. Em termos de clivagens sociais, os dados apresentados indicam que os simpatizantes conservadores diferem substancialmente do resto do eleitorado de acordo com o tamanho do município, a região, além da faixa etária – se apresentando, respectivamente, com mais frequência nos municípios pequenos, nas regiões menos desenvolvidas e na população mais idosa. Apresentam, também,

---

<sup>40</sup> O índice de qualidade ambiental urbana é uma média dos cinco indicadores básicos: esgotamento, coleta de lixo, vegetação, abastecimento de água e domicílios improvisados.

<sup>41</sup> Os mapas trazem os três distritos juntos, para visualizar separadamente, olhar o mapa da figura 3.

um menor nível de renda – o que para nós é o ponto central.

A partir de 2002, no entanto, esse quadro passou por uma importante mudança. Nessa eleição, o candidato do PT, já havia conquistado os votos de uma grande parte das camadas mais pobres. Na eleição de 2006, no entanto, esse quadro se radicaliza. Os dados eleitorais mostram que, apesar do resultado eleitoral ser muito próximo ao da eleição de 2002, a composição do voto havia mudado consideravelmente entre esses pleitos.

Diversos autores debruçaram sobre essa mudança na composição do voto em Lula (PT) e sobre as razões que explicariam sua reeleição. Timothy Powell e Wendy Hunter (2007), assim como Cesar Zucco (2006), afirmam que além do efeito de proporcionar ascensão social, os programas de transferência de renda – em especial o Bolsa Família – são responsáveis pelo amplo apoio eleitoral das faixas de renda D e E à candidatura petista. O apoio das camadas mais vulneráveis da sociedade aos candidatos conservadores havia, dessa forma, se invertido.

Tendo esse argumento em vista, e procurando fazer uma análise detalhada sobre as correlações entre renda e voto em Lula em 2002 e 2006, Denilde Holzacker e Elizabeth Balbachevsky(2007) demonstram que, no ano de 2002, a diferença do voto em Lula entre as classes baixa, média-baixa, média-média e média-alta não foi grande suficiente para se destacar um padrão. Na análise da eleição de 2006, entretanto, esse padrão pode ser encontrado: quanto mais elevada a classe social, mais a intenção de voto em Lula diminui, enquanto quanto mais baixa a classe social, mais o voto em Lula (PT) é observado. Tomando como base esses estudos, e levando em consideração as mudanças ocorridas na estrutura socioeconômica brasileira, que tratarei adiante, seria possível sustentar a tese de que os eleitores das camadas mais baixas da população, impactados pelas políticas do governo federal, estariam exercendo um voto econômico a partir de 2006, optando pelo voto em Lula (PT). Em paralelo, os eleitores das camadas superiores teriam optado pelo voto no candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Há que se constar que, para esses autores, os elementos da escolha eleitoral teriam sido econômicos, e não psicológicos ou de qualquer outra natureza. Em outras palavras, o deslocamento do voto teria se dado porque os eleitores, individualmente, estariam escolhendo o candidato que melhor teria atendido aos seus interesses.

Dentro desse debate, o cientista político André Singer analisa a readequação do eleitorado brasileiro resgatando elementos da sociologia, dando destaque para elementos de cunho ideológicos e introduzindo a categoria de classe social (SINGER, 2012). Nesse sentido, o voto, mais do que uma escolha em vista das benesses econômicas, seria a ponta do *iceberg* de visões de mundo e da política mais amplas. Singer (2012) avalia que, entre 2002 e 2006, aconteceu um importante realinhamento eleitoral, em que as camadas mais pobres passaram a apoiar Lula e, posteriormente, o PT. Retomando texto de Scott Mainwaring, Rachel Meneguello e Timothy Power (2000), discorre que as bases sociais dos partidos conservadores eram formadas por pessoas oriundas das camadas mais pobres, menos escolarizadas e concentradas em zonas rurais ou em pequenos municípios. Tal padrão poderia ser observado nos votos tradicionais da direita no país. No período democrático, essa população teria apoiado Collor (PRN) em 1989, e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o candidato à direita de Lula (PT), em 1994 e 1998. Após o pleito eleitoral de 1998, tal camada passa a “mudar de lado”. Se em 2002 ainda esse setor não estava marcadamente com Lula, em 2006, o realinhamento estaria claro.

Para Singer (2012), o elemento que daria esse realinhamento seria a mistura de ingredientes de esquerda e direita incorporados na política lulista. Tal política seria caracterizada pela manutenção da ordem e da ortodoxia econômica, com um processo de redução da pobreza e combate às desigualdades. Tal configuração seria o cerne do lulismo, que resultaria na identificação das camadas mais pobres – que Singer classifica como subproletariado – com a figura de Lula (PT) e, posteriormente, com o seu partido, o PT. A partir dessa análise, a eleição da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2010, pode ser vista dentro dessa mesma lógica, marcando o momento em que o lulismo, como fenômeno político, aparece sob outra figura que não o ex-presidente Lula (PT).

Em se tratando do caso da cidade de São Paulo, os cientistas políticos Fernando Limongi e Lara Mesquita (2008) demonstram que a identificação dos eleitores de baixa renda com o PT, em oposição aos partidos de direita e centro-direita, já existia no início dos anos 1990, e foi ganhando mais força com o tempo. De outro lado, eleitores de classe média e alta tenderiam a votar no PSDB. O retrato trazido por esses autores é de um crescimento gradual do PT entre essa camada,

até certo ponto passar a representar o cenário político nacional, em que os pleitos são disputados entre o PT e PSDB. Os autores apontam como “fiel da balança” os eleitores de centro, que ora tendem à direita e ora à esquerda. No caso do distrito do Campo Limpo, é de se observar que nas últimas eleições municipais, no plano majoritário, houve uma preferência dos eleitores pela candidatura petista, o que corrobora o quadro exposto por Limongi e Mesquita (2008). Dialogando com os trabalhos de Singer, Diogo Frizzo (2013) aponta que o realinhamento que aconteceu no plano nacional entre 2002 e 2006, em que os mais pobres abarcam a candidatura petista, se deu previamente em São Paulo, nas eleições de 2000. Segundo sua hipótese, a cidade de São Paulo foi uma precursora do fenômeno lulista no plano nacional.

#### *1.4.3. A presença do PT nas periferias paulistanas*

Além das relações entre renda e voto, é importante que consideremos também a os componentes histórico-locais das periferias paulistanas no que diz respeito ao seu engajamento e comportamento políticos. Conforme apontado na seção anterior, as periferias de São Paulo foram erguidas em um processo de autoconstrução em áreas distantes, ainda sem equipamentos públicos e ocupação urbana. Em uma etapa posterior, a formação dessa nova área urbanizada vai resultar na demanda por serviços e equipamentos públicos no local. Nesse processo, novos atores sociais surgem e ganham protagonismo. Esse fenômeno foi bem retratado por Sader (1988), que mostra uma efervescência de diferentes movimentos a partir da década de 1970, tais quais os metalúrgicos no ABC, os clubes de mães e os movimentos de saúde, com grande presença das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que juntos fizeram uma renovação radical da vida política brasileira, e abriram possibilidades e alternativas de outras formas de disputa políticas, inclusive constituindo o Partido dos Trabalhadores (PT).

Esse fenômeno é discutido a partir das periferias também por Tereza Caldeira. A antropóloga afirma que os anos 1970 e 1980, os movimentos sociais urbanos disseminaram-se, reivindicando diversas melhorias específicas e, de forma

geral, o direito a cidade. Nas suas palavras:

Nos últimos anos do regime militar, o movimento sindical foi reorganizado na região metropolitana de São Paulo e movimentos sociais exigindo serviços e equipamentos urbanos articularam-se por toda a periferia. A elite não previra que a propriedade da casa, em vez de ser um meio de estabilidade social e docilidade da classe trabalhadora, iria, ao contrário, politizar os moradores da periferia, levando-os a reivindicar seus direitos à cidade. Tão logo se iniciou a abertura política em meados da década de 70, movimentos sociais emergiram por toda a periferia. Os moradores pobres de São Paulo, que haviam sido esquecidos no silêncio das margens da cidade, aprenderam rapidamente que, se pudessem se organizar, provavelmente poderiam melhorar a qualidade de vida nos seus bairros. A mobilização política daqueles que até então haviam sido excluídos da arena política tornou visível a periferia e ajudou a população de São Paulo a perceber o padrão de segregação social e organização espacial da cidade. O modelo centro-periferia passou a ser invocado em negociações políticas entre os funcionários do governo e os representantes dos movimentos sociais. Foi também o modelo usado pelos meios de comunicação de massa nas suas frequentes reportagens sobre manifestações, e pelos cientistas sociais, que observaram fascinados a politização que não haviam previsto. Esse modelo tornou-se, assim, uma referência comum para moradores, organizações políticas, planejadores e cientistas sociais (CALDEIRA, T. 2000, p. 230).

Esses movimentos tinham à frente famílias de autoconstrutores, com especial destaque para as mulheres, e com uma centralidade forte atribuída à família, tanto no plano da ação quanto no discurso (Caldeira, 2000 ; Feltran 2011). Nesse sentido, Caldeira e Ruth Cardoso (2015) postulam duas características dos movimentos da década de 1970 e 1980: a relação deles com o Estado e a sua capacidade de transformar culturalmente o cotidiano. Sobre essa relação com o Estado, Feltran (2011) afirma que ela se dava pela força de figuração coletiva, bem como a baixa expressão desses atores no contexto do regime autoritário, o que faz com que essa população constitua atores de representação e um projeto político, que seria, nas suas palavras, o “projeto do trabalhador”. Com o longo processo de abertura política e democratização, o Estado, em diferentes níveis, foi incorporando as demandas e

até mesmo a participação popular, a partir de canais institucionalizados, em um processo que também refletiu em uma nova cidadania (Dagnino, 2004). Nesse período, as primeiras prefeituras do PT – mas também de outros partidos – destinaram diversas políticas para as periferias, o que, com a consolidação de canais de participação e a própria promulgação da constituição de 1988, tornou o Estado mais permeável à participação popular (Caldeira, 2015).

Ao longo desse processo, a existência do “projeto do trabalhador” e dos movimentos das periferias, dos sindicatos e demais movimentos de base, acabaram canalizando e servindo de base para a construção e enraizamento do Partido dos Trabalhadores (PT). A formação do PT, para os principais cientistas políticos que abordaram o tema (Hunter, 2007, 2010; e Keck, 1991; Meneghelo 1989; Secco 2011), foi muito distinta da construção de qualquer outro partido no país. Ela teria se dado a partir de movimentos da sociedade, e não do mundo político-institucional tradicional. Dentre esses movimentos, além do movimento sindical, destaca-se os movimentos de trabalhadores nas periferias, além dos movimentos ligados às Comunidades Eclesiais de Base (Sader, 1988).

Com a somatória de diversos processos concomitantes, no entanto, esse cenário de mobilização política canalizado institucionalmente e a partir das periferias sofreu importantes modificações. A institucionalização dos movimentos, que incentivou a segmentação destes, somado ao crescimento da violência (Caldeira 2000, Feltran 2008, 2011), as mudanças no mundo do trabalho, o desemprego, a perda de influência das CEBs, bem como outros fenômenos que fogem ao tema deste trabalho, mudaram de forma significativa as configurações da cidade e suas periferias, e destituíram o que Feltran (2011) chama de “projeto do trabalhador”. O PT também passava por importantes mudanças nesse período, com a vitória em muitas prefeituras e estados no decorrer da década de 1990, até a vitória na eleição nacional em 2002. Para Lincoln Secco, esta década representou a fase em que a oposição na institucionalidade parlamentar prevaleceria sobre a organização e oposição social (Secco, 2011).

Camila Rocha (2013), em pesquisa recente realizada no bairro da Brasilândia, na Zona Noroeste da capital, traz histórias de vida e visões de mundo em que as aspirações, referências e os projetos de vida destoam fortemente do antigo “projeto

do trabalhador”, que passam ao largo da construção política dos movimentos sociais e suas ligações com o PT. No entanto, ainda assim, seu trabalho mostra personagens de idade mais avançada, que têm referência com o PT ainda ancorada do período de maior ligação do partido com os movimentos. A autora mostra que, junto a ligação antiga, uma nova face do PT – a sua face lulista – também constitui referência política para os moradores na região. Essa face tem como característica não mais a visão de um partido próximo dos movimentos sociais e construído a partir deles, mas sim a de um partido mais comprometido com os pobres, “do povo”, que é muito ligado à imagem de Lula e que teria melhorado administrativamente a condição de vida de determinadas populações, principalmente no Nordeste. Vejamos, por exemplo, alguns trechos de entrevistas trazidos por Rocha que ilustram a situação:

Então, independente de quem está lá, eu estou votando no PT, porque eu ainda acho assim, apesar dos pesares, é um partido do povo, então eu voto, mas não acreditando totalmente que ele vai melhorar minha vida, entendeu? (Dulce, 52 anos) (ROCHA, 2013 p.103)

Eu prefiro o PT, por mais coisa errada que eles fazem, eles pensam um pouquinho nos pobres, tudo bem que quando eles pensam nos pobres, eles pensam “o voto vai primeiro”, pobre tem mais filho, tem mais gente pra votar, tem muito pobre, tem muita gente pra votar na família pobre, então, acho que por mais que eles pensam no voto eles pensam de alguma forma no pobre, né? Eu acho que eles fazem, eu gosto do PT não é só por isso não, é que eu brinco muito, mas por causa da minha cidade lá no Nordeste, o PT fez muito lá. (Tatiana, 30 anos) (ROCHA, 2013, p.126).

Dois outros estudos realizados nos últimos anos em comunidades evangélicas de diferentes periferias mostram resultados semelhantes. Meu mestrado (Valle, 2013), realizado em uma Igreja Assembleia de Deus, mostrou que apesar da campanha antipetista realizada pela Igreja nas eleições municipais de 2012, uma parte importante de fiéis continuava se identificando com o lulismo e se opondo às orientações da instituição. No estudo de Caio Barbosa (2016), realizado em uma Igreja Universal do Reino de Deus no bairro da Piraporinha, com uma população ainda mais vulnerável, mostrou uma identificação lulista mais forte, englobando quase a totalidade dos fiéis. Em ambos os estudos, a referência ao PT dos

movimentos sociais era distante ou quase nula, e o partido era mais visto associado à figura de Lula e aos programas sociais que teriam melhorado a vida das pessoas mais pobres.

Em suma, o que temos no plano ideológico dos moradores das periferias, segundo as pesquisas citadas, é, de um lado, uma lembrança dos moradores mais velhos nos movimentos sociais que se ligaram ao PT na fundação e nos primeiros anos do partido. De outro lado, há a ideia presente sobre o partido nos dias atuais. Essa ideia recente é a de um partido já distante do cotidiano, presente exclusivamente no Estado, mas mais voltado aos pobres e com um líder carismático que é tido como representante desses setores.

Em termos de votação absoluta, no Campo Limpo, distrito que se deu essa pesquisa, a votação dos candidatos do PT à presidência da República foi a seguinte:

Tabela 2 – Votação do PT e adversários no Campo Limpo<sup>42</sup>

Votação Candidatos PT	Votação Adversários PT
2000: Marta Suplicy (PT): 62,9%	Maluf (PP): 37,1%
2002: Lula (PT): 54,6%	Serra (PSDB): 45,4%
2004: Marta Suplicy (PT): 53,1%	Serra (PSDB): 46,9%
2006: Lula (PT): 54,9%	Alckmin (PT): 45,1%
2008: Marta Suplicy (PT): 50,1%	Kassab (DEM): 49,9%
2010: Dilma (PT): 57,3%	Serra (PSDB): 42,7%
2012: Haddad (PT): 51,4%	Serra (PSDB): 48,6%
2014: Dilma (PT): 44,8%	Aécio (PSDB): 55,2%
2016: Haddad (PT): 18,3%	Dória (PSDB): 47%

### **1.5. Síntese: Aspectos socioeconômicos do grupo estudado estão politicamente associados ao PT**

Este capítulo procurou explorar as características sociais, econômicas e políticas do grupo estudado. Passamos pelo crescimento dos evangélicos, suas

<sup>42</sup> – Eleições municipais (2000, 2004, 2008, 2012, 2016) e federais (2002, 2006, 2010, 2014). Todos os pleitos os dados se referem à votação do 2º turno, com exceção da eleição de 2016, vencida por Dória (PSDB) no primeiro turno.

principais vertentes e características, bem como a localização da Assembleia de Deus e, mais especificamente, do Ministério Belém nesse universo. Na discussão das características políticas associadas a esse segmento religioso, procurou-se demonstrar que há uma preponderância conservadora, e que com esse conservadorismo, esse segmento vem se posicionando cada vez mais de forma antagônica ao campo lulista, tendo como base principalmente a defesa de pautas morais, como a oposição às políticas de combate à homofobia, a expansão do direito ao aborto e a discussão sobre gênero nas escolas.

O capítulo também explorou as questões econômicas ligadas ao grupo. Procurei tratar tanto do aspecto macrossocial, trabalhando o segmento de renda e as mudanças sociais passadas nessa faixa da pirâmide social brasileira, quanto ao aspecto mais microssocial, compreendido pelas características do bairro, as condições de moradia e a relação do grupo com a cidade. Tanto a partir da visão macrossocial quanto microssocial, o que temos é um quadro de relativa ascensão. Politicamente, tanto o critério macro de renda quanto os aspectos locais estão ligados ao voto e adesão ao PT e, mais precisamente, ao PT lulista.

Conforme já mencionado anteriormente, tal situação configura o quadro de pressões cruzadas, descrito por Seymour Lipset, que ocorre quando um grupo social sofre pressões divergentes, uma que o inclina por um candidato ou partido, outra(s) que o inclina(m) para um candidato ou partido distinto (LIPSET, S. 1967).

## CAPÍTULO 2 – A IGREJA NA VISÃO E VIVÊNCIA DOS FIÉIS

O presente capítulo discute a presença da Igreja e da religião na vida e na visão de mundo dos fiéis e como, a partir daí, são criadas formas de atuação política. A pergunta que nos norteia é: em que medida a Igreja é importante? A religião, durante um período, foi vista como um fenômeno que vinha perdendo adeptos, espaço e influência na sociedade. Nesse sentido, este capítulo começa justamente pela discussão das teorias da secularização que debatem a importância da religião e sua capacidade de gerar identidades e identificações nas sociedades modernas. Esse é um debate propriamente teórico realizado a partir da discussão bibliográfica.

Posteriormente, discutimos, com base na etnografia e entrevistas realizadas, os aspectos da sociabilidade religiosa observados durante a pesquisa. Essa sociabilidade, o sentimento de pertencimento e as redes de apoio que emanam do cotidiano desses fiéis, fortalecem a identidade religiosa do grupo e tornam a religião importante para a vida das pessoas que compõem o grupo pesquisado e, sendo importante nas suas vidas, acaba também ganhando peso nas escolhas políticas desses fiéis – o que ficou claro com o trabalho de campo. O que observamos, nesse sentido, foi a Igreja fornecendo discursos e atuando em todas as áreas da vida dos seus membros, desde a vida íntima, familiar, profissional, até a política institucional.

Nesta parte do capítulo, apresentamos também algumas identidades que permeiam o imaginário dos fiéis e que são acionadas e articuladas de forma relacional de acordo com os contextos em que esses sujeitos se encontram. A identidade de “crente”, por exemplo, muitas vezes é acionada em oposição aos indivíduos do “mundo”, enquanto a de “assembleiano” diferencia o grupo dentro do campo evangélico. Essas identidades, portanto, articulam-se entre si e configuram características importantes dos fiéis, trazendo impactos de diversas formas nas suas vidas, inclusive influenciando os olhares e os comportamentos políticos.

Por fim, apresentamos as justificativas teológicas utilizadas pela Instituição para sua atuação política, bem como a sua pauta de valores e a forma como esta se organiza politicamente.

## 2.1. O debate da Secularização e a capacidade de a religião contribuir para a formação de identidades sociais nos dias de hoje

Ao se discutir o papel das religiões em fornecer aos seus seguidores uma visão de mundo e construir identificações sociais fortes nos dias atuais, é impossível não passar pelo debate acerca do movimento de secularização das sociedades. É preciso ter em mente, entretanto, que esse é um tema de diversas linhas e grupos de pesquisa ao redor do mundo, carregando diferentes concepções e posicionamentos e constituindo uma enorme bibliografia. Nesse sentido, a pretensão deste trabalho se dá mais na direção de apontar o debate, apresentar o caso brasileiro e relacioná-lo com os aspectos relevantes desta pesquisa, a partir do diálogo com a bibliografia sobre o assunto, do que na direção de fazer uma contribuição original ou abordar de forma aprofundada as minúcias da teoria da secularização e da sociologia da religião em si.

A teoria da secularização ganha forma principalmente a partir do clássico sociólogo alemão Max Weber que, entre as suas grandes contribuições para a sociologia, elaborou uma importante sociologia da religião (Weber 1999, 2004, 1988). Weber (1988) argumenta que o *processo de secularização* ocorre com o declínio da religião, conforme se dá a evolução do capitalismo moderno nas sociedades ocidentais. Com esse fenômeno, o sociólogo também identifica um *desencantamento do mundo* – conceito que, conforme Pierucci (2005) ressalta, há um aspecto tanto de *perda de sentido* e de valor, quanto de *desmagificação* das explicações e formas de estar no mundo, advindos da racionalização e da intelectualização da vida pública. Esses processos se dariam a partir da separação entre as esferas pública e estatal, cada vez menos influenciadas pela religião, e a esfera da vida privada, na qual a religião seria resguardada. Fazendo uma síntese da tese weberiana da secularização, temos ainda José Casanova (1994), que separa o paradigma weberiano em três proposições distintas: (a) o declínio do religioso; (b) a separação das esferas; (c) o confinamento da religião ao campo do privado. Ao elaborar essa distinção, Casanova (1994) possibilita que observemos as sociedades e seus movimentos em direções e momentos distintos a depender do eixo que se leva em consideração.

Outro sociólogo fundamental para a teoria da secularização foi Peter Berger, com o seu clássico livro *Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião* (1985). Para Berger, a secularização pode ser definida como “processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos” (BERGER, 1985 p. 118). Para esse autor, em boa parte da história da humanidade a religião detinha o “monopólio” da sociedade, englobando toda a sociedade e as áreas da vida (Ibidem p. 147), mas com o tempo as sociedades foram se diferenciando e várias instituições se separaram e se emanciparam da religião – para ele, primeiramente a economia e, depois, o Estado (Ibidem, p. 141) – em um processo que aconteceu de forma distinta e em diferentes momentos em cada sociedade. A emancipação do Estado em relação à religião, para Berger, também possibilitou a emergência do pluralismo religioso. Este, por sua vez, gera concorrência entre as religiões e faz com que elas se relativizem e percam credibilidade. Nessa nova configuração, as religiões passam a ser concorrentes, passa-se a haver o trânsito religioso – ou seja, o trânsito de indivíduos por diferentes denominações – e a questão da filiação religiosa passa a ser uma escolha do âmbito privado. O pluralismo se relaciona e atua com a secularização e a modernização, e todos esses teriam se espalhado pelo mundo.

A teoria da secularização foi, contudo, objeto de críticas por muitos autores. Mariano (2016) ressalta que historiadores e sociólogos (como Swatos e Christiano, 1999 e Stark e Bainbridge, 2008 apud Mariano 2006) associam o pensamento de Berger com o mito Iluminista de que haveria uma “idade das trevas” anterior ao movimento iluminista, na Idade Média, que se contraporía ao período posterior, de uma “era da razão”. Beckford (2003), também na linha de criticar a leitura histórica da teoria da secularização de Berger, questiona a ideia de monopólio religioso, retratando a diversidade religiosa que existia na Europa e afirmando que um pretense monopólio só pode existir às custas de perseguição religiosa e uso da violência. Esse mesmo autor problematiza a questão da privatização da fé e a própria conceitualização de uma esfera privada individual, que se oporia a uma pública em que estaria o mercado e o Estado.

José Casanova (2006, 1994), conforme afirmamos, também é um importante autor quando tratamos das críticas às teorias da secularização. Ele argumenta que os processos de secularização nas sociedades foram muito diversificados, com

diferenças importantes guiadas pela religião dominante e seu posicionamento diante da secularização em cada sociedade. Nas sociedades de influência latina, em que a polarização entre catolicismo e secularização foi grande, a doutrina política secularista foi construída com base na ideia da emancipação da razão. Já nos Estados Unidos, segundo esse autor, o secular foi difundido pela própria religião, tornando a fronteira entre ambos difusa, fazendo com que, por exemplo, movimentos sociais justificassem suas reivindicações mais em elementos cristãos do que em discursos seculares (Casanova, 2006).

Casanova (1994) também argumenta que a presença e atuação crescente da religião na esfera pública coloca o paradigma do secularismo em xeque. Dessa forma, este autor critica fortemente a visão de que a religião estaria sendo confinada à esfera privada. Stark e Bainbridge (2008), por sua vez, vão questionar a ideia de que a pluralização religiosa levaria à redução dos níveis de religiosidade, argumentando que o resultado pode ser o exato oposto. Outra contribuição importante para o debate foi a de Talal Asad. Esse autor argumenta que a doutrina do secularismo está ligada à formação do Estado Nação e da sua legitimidade, ao propor uma ética universal que se colocasse acima das discussões religiosas-teológicas. No entanto, os fluxos migratórios das últimas décadas (nesse ponto, o autor está falando especificamente da situação europeia) teriam colocado em xeque o princípio político da neutralidade do Estado, ao transformar países em um mosaico de diferentes pertencimentos e formas de vida.

Diante dessas críticas às teorias da secularização, o próprio Peter Berger, em 1999, publicou um artigo revendo algumas de suas posições. Nele, Berger afirma que o mundo atual seria tão “ferozmente religioso quanto antes e até mais em certos lugares” (Berger 2001 p. 10), e vai dizer ainda que “não há razão para pensar que o mundo do século 21 será menos religioso do que o mundo atual” (Idem p. 18).

No Brasil, segundo a antropóloga Paula Montero (2011, 2013), a história da constituição do Estado Nacional está intimamente ligada à Igreja Católica. No regime do Padroado, que vigorou no Brasil até a proclamação da República, as burocracias estatais e religiosas eram entrelaçadas, pouco distinguidas entre si, o que fez que essa instituição tivesse um papel e influência importantes na construção do nosso Estado e no controle da vida cotidiana da população. O padroado fez com a Igreja

Católica fosse uma instituição que se organizasse territorialmente e burocraticamente à imagem do Estado. Foi só com a proclamação da República que esse regime chegou ao fim, portanto, seria só nesse período que poderíamos falar em alguma pluralidade religiosa legítima no país. Ainda assim, se é verdade que foi na República que se teria iniciado nosso processo de secularização e aberto caminho para o surgimento de uma pluralidade religiosa, a influência e a proximidade da Igreja Católica com os símbolos e a identidade nacional perduraram ainda por muito tempo. Montero (2013) afirma que a separação do Estado, apesar de fazer a Igreja Católica perder o controle sobre a vida social, afastando-a do poder e retirando dela o controle da vida familiar e da moral, por outro lado, a fortaleceu enquanto instituição, visto que possibilitou que ela pudesse concentrar e atuar ativamente na construção da sociedade civil.

Esse processo pelo Estado e pela sociedade deu à Igreja Católica um papel duplamente importante na construção do imaginário nacional. Os exemplos dessa presença são marcantes, como por exemplo, a prática da Catequese, que era associada a uma política pública até pelo menos a primeira metade do século XX. Um exemplo dos dias atuais, por outro lado, seria a presença de imagens religiosas católicas nos equipamentos públicos brasileiros.

Montero (2009) ressalta que, a despeito da liberdade religiosa instaurada pela República, o Estado continuou reproduzindo práticas de repressão às atividades consideradas “mágicas”, e não “religiosas” – ou seja, as vertentes religiosas afro-brasileiras. Esse processo fez também com que essas práticas fossem progressivamente se reivindicando e se estruturando de forma “legitimamente religiosa”, e formando progressivamente, com os setores protestantes, até boa parte do século XX, muito minoritários, o pluralismo religioso brasileiro. Sobre esse assunto, o texto de Antonio Flavio Pierucci “*Bye bye, Brasil: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000 (2004)*” faz uma importante análise do quadro religioso nacional, questionando sua diversidade e pluralismo religioso, visto que ao se excetuar católicos, evangélicos e sem religião, seriam só 3,5% aqueles filiados às demais denominações. Pierucci (2004) observa a significativa queda da Igreja Católica, que, contudo, era acompanhada pela queda do protestantismo histórico e da umbanda. Esse quadro, para ele, configurava uma situação de queda das religiões tradicionais, considerada como um efeito tardio da separação entre Igreja e

Estado, que com o processo de modernização social e cultural, conformou o avanço da liberdade religiosa e uma situação de concorrência religiosa típica de sociedades modernas, a despeito do pluralismo brasileiro ser essencialmente cristão.

Pierucci permaneceu um defensor da tese de secularização. Em *Reencantamento e dessecularização: a propósito do autoengano em sociologia da religião* (1997), defendeu que, ainda que não em um processo linear, a sociedade assistia à progressiva queda da importância da religião nas instituições, na produção cultural e artística, nos círculos intelectuais, etc. Sua visão, entretanto, não o impediu de em diversos artigos (1989, 1994, 1995, 1999, 2011) observar uma influência religiosa no plano eleitoral do Brasil. O posicionamento de que as sociedades estariam passando por um processo de secularização, dessa forma, não significa defender de que as religiões não tenham, no atual contexto histórico, ainda presença na sociedade e, inclusive, uma influência eleitoral a ser considerada.

Sobre a existência de grupos religiosos na modernidade, Ricardo Mariano (2016) aponta que mesmo sociedades modernas, pluralistas e dotadas de fortes grupos seculares podem conviver com religiões altamente conservadoras e em conflito com o secularismo. Mariano (2016) retoma as ideias de Christian Smith (2003, 1998), que elabora uma teoria da identidade subcultural da religião, em que afirma que o pluralismo cultural e religioso, em vez de criar crises aos setores religiosos mais radicais, criaria condições para o crescimento e fortalecimento de tais grupos.

Esses setores seriam tão mais bem-sucedidos o quanto fossem apoiados na militância religiosa e enfrentamento de adversários externos, a partir de uma identidade apoiada nesse enfrentamento e na defesa de uma moral e conduta diferenciadas, rígidas com relação aos costumes e valores religiosos. Essa identidade seria capaz de oferecer certezas diante de um mundo de incertezas e riscos, orientando a moral, formando laços de pertencimento e união, assegurando o engajamento em atividades religiosas, sociais e políticas em torno das suas pautas, construindo a partir daí também distinções, tensões e, por vezes, conflitos com outros grupos religiosos ou seculares na sociedade. O caso analisado por Smith é o

dos chamados *evangelicals*<sup>43</sup> norte-americanos, grupo o qual inclui parte importante dos pentecostais locais, que ao contrário de outros segmentos radicais protestantes daquele país, que buscam a salvação pelo isolamento do mundo, procuram intervir na vida social e na arena política.

A partir dos apontamentos de Smith e de teoria da identidade subcultural (1998, 2003), podemos considerar que, ainda que considerássemos o processo de secularização como presente e avançado, poderia haver com ele um espaço para o reforço das identificações com grupos em conflito com aspectos seculares. No Brasil, tal como Smith relata acerca dos Estados Unidos, temos grupos religiosos que atuam de forma semelhante, conforme relatado no capítulo 1, atuando principalmente na polarização política com pautas de direitos humanos. Segundo Smith (2003), seria principalmente por via desse conflito e da polarização que tais grupos criariam uma identificação coletiva.

Esse debate acerca das esferas que a religião se insere e de como ela atua em cada uma delas é de grande importância para o tema estudado na presente pesquisa. A Assembleia de Deus, conforme observamos e procuraremos demonstrar ao longo deste capítulo, é uma das poucas instituições na contemporaneidade que se posiciona sobre as mais diversas questões da vida dos fiéis – desde a esfera privada, assuntos domésticos, passando por questões do mundo do trabalho e até mesmo do crime, chegando à esfera pública e política. Para avançarmos na discussão sobre a importância e o papel da religião e, em especial, da Igreja para o caso aqui pesquisado, é importante uma atenção para os aspectos que envolvem a identificação e a identidade religiosa. Nos tópicos a seguir, pretendemos traçar alguns aspectos teóricos discutidos sobre o tema, para posteriormente, com base neles, refletirmos sobre a comunidade aqui pesquisada.

---

<sup>43</sup> Segundo Mariano (2016), o termo *evangelical* é alvo de diversas disputas e caracterizações. Para fins deste trabalho, o que é importante na sua caracterização é a sua referência como um grupo religioso conservador, em conflito com características modernas e seculares da sociedade.

## 2.2. Dimensões da Identificação religiosa e a identidade confessional

A socióloga francesa Daniele Hervieu-Léger (2005), ao analisar diversas pesquisas realizadas na Europa nas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI, elaborou um quadro com as quatro principais dimensões que envolvem a identificação religiosa e, que segundo ela, seriam identificações cada vez menos articuladas pelas instituições confessionais.

A primeira delas seria a dimensão comunitária, definida pelo conjunto de marcas sociais e simbólicas que delimitam as fronteiras do grupo religioso e que permitem distinguir os que pertencem e os que não pertencem à determinada comunidade religiosa. Seriam, por exemplo, a prática da circuncisão para os judeus, ou o batismo para muitas religiões, ou mesmo a aceitação de um conjunto de práticas e rituais que é seguido pelo crente.

A segunda dimensão, por sua vez, seria a dimensão ética, correspondente à aceitação do indivíduo dos valores ligados à mensagem religiosa acarretada por uma tradição particular. Tal dimensão, segundo Hervieu-Léger, estaria cada vez mais dissociada da dimensão comunitária. Isso se daria por conta de os valores religiosos serem inseparáveis do alcance universal que lhes são reconhecidos, podendo ser apropriados sem implicar necessariamente a pertença a uma comunidade de fiéis claramente identificada. Por exemplo, é possível que alguém reconheça nos evangelhos cristãos a expressão mais elevada de uma ética de amor, aderindo a essa ética sem reivindicar, ou mesmo recusando, a pertença a qualquer igreja cristã.

A terceira dimensão da Identificação, segundo Hervieu-Léger, seria a *dimensão cultural*. Essa envolveria um conjunto de elementos cognitivos, simbólicos e práticos que constituem o patrimônio de qualquer tradição em particular. Correspondem a ela a doutrina, os livros, os saberes e interpretações, a história do grupo, os hábitos alimentares, aqueles relativos a vestimentas, os hábitos sexuais, terapêuticos, etc. Tal dimensão, segundo essa autora, pode ser considerada como um bem comum cultural, sem implicar a adesão pessoal ao sistema de crenças institucionalizado.

Por fim, a quarta e última dimensão abordada por Hervieu-Léger (2005) seria a *dimensão emocional*, que diz respeito à experiência afetiva associada com a identificação. Dela faz parte o que Durkheim, na obra *Formas Elementares da Vida Religiosa* (1996), traça como o impulso primeiro e fundador da experiência religiosa, que seria o sentimento de "fusão das consciências" ou a "emoção das profundezas". Seria uma experiência fervorosa que produziria o sentimento coletivo de um "nós", mesmo que esse "nós" não esteja ligado a uma pertença comunitária efetiva que assegura a sua ativação e reativação regular.

Essas dimensões, segundo Daniele Hervieu-Léger, possuem autonomia relativa, pois apesar de representarem aspectos distintos, estariam sempre se relacionando entre si. Dessa forma, cada uma dessas dimensões pode tornar-se ela própria o eixo e o ponto de partida de uma possível construção ou reconstrução da identidade religiosa. Assim, por exemplo, um jovem que inicia sua participação religiosa por meio de uma reunião de jovens cristãos, pode a partir daí se integrar a um grupo (dimensão comunitária), e com a integração, passar a adquirir os elementos e práticas da cultura religiosa em questão.

As dimensões da identificação, em certa medida, também possuem entre si certas tensões. A primeira tensão se estabeleceria entre as dimensões comunitária e ética. Isso porque as religiões universais afirmam uma mensagem de conteúdo ético que diz respeito a toda humanidade e a cada pessoa em particular, ao mesmo tempo em que praticam um princípio de exclusão, por meio de mecanismos de separação do que é "o outro", o de fora da religião. Seria, portanto, uma relação entre a universalidade e a singularidade.

Outra tensão que surge é da dimensão emocional, correspondente à experiência imediata e afetiva, com a dimensão cultural, que permite a existência de uma tradição, ou seja, uma experiência a partir da memória. Essa tensão seria resolvida no rito religioso, em que a emoção coletiva suscitaria em meio à própria evocação dos elementos da tradição daquele espaço e daquela fé.

A combinação entre as diferentes dimensões também podem gerar diferentes tipos de identificação. Um exemplo possível fornecido por Hervieu-Léger é a combinação da dimensão comunitária e da ética, resultando na intervenção ativa da comunidade na cena pública com vistas a defender, promover ou realizar valores

que se proclamam. Esse tipo de identificação religiosa poderia ser regulada e gestada institucionalmente por uma denominação.

Assim, as instituições religiosas teriam um papel fundamental na gestão dessas dimensões de identificação. Elas seriam capazes de transformar tais dimensões em identidades confessionais associadas a uma religião específica, na medida em que conseguiriam ser as reguladoras dos elementos que as compõem, seja por controlar as práticas e ritos religiosos, seja por conseguir regular as tensões existentes entre distintas dimensões. Assim, as identidades confessionais surgiriam quando a identificação com uma tradição religiosa particular implica a aceitação das condições de identidade (comunitárias, éticas, culturais e emocionais) focadas ou delimitadas pela instituição.

Para Daniele Hervieu-Léger (2005), no entanto, no plano macro da sociedade ocidental, que estaria no processo de secularização, as instituições religiosas estariam cada vez menos conseguindo exercer tal papel. Ainda que afirme isso, no entanto, isso não quer dizer que não mais exerçam, ou mesmo que não existam instituições religiosas que são mais eficientes que outras em gerar tal identificação.

No caso do universo evangélico brasileiro, consideramos possível dizer que as instituições religiosas vêm obtendo êxitos importantes em criar e regular experiências associadas com essas dimensões de identificação religiosa. Dessa forma, consideramos que as denominações evangélicas conseguem aglutinar aspectos comunitários, valores, experiências afetivas e elementos tradicionais, sendo capaz de regular institucionalmente a religiosidade dos seus fiéis, de forma com que esses obtenham identificação, em primeiro lugar, com o mundo evangélico no geral<sup>44</sup>, mas também, em um segundo plano, com a Igreja e a denominação a qual pertencem. O caso da Assembleia de Deus, que tem uma maior tradição no meio evangélico brasileiro, práticas rituais com fortes elementos de avivamento, costumes mais rígidos e delimitados e uma vivência comunitária importante, inclusive a partir de uma relação com o próprio território em que os fiéis vivem, conforme procuraremos pontuar, pode ser considerado como um caso especificamente bem-sucedido dessa identificação dos fiéis com a denominação.

---

<sup>44</sup> Nos últimos levantamentos do quadro religioso brasileiro apareceram as figuras do evangélico não praticante e do evangélico sem denominação, correspondente aos grupos que se consideram evangélicos, mas não estão vinculados a uma denominação específica.

Além disso, as características de acirramento e polarização dos aspectos e valores religiosos perante o restante da sociedade, conforme descrito anteriormente por Smith (2003) é um dos aspectos definidores do grupo. A seguir, serão abordados alguns elementos importantes da construção a identidade religiosa que foram notados a partir da experiência etnográfica na comunidade.

### **2.3. A construção da identificação com a Assembleia de Deus Ministério Belém**

Conforme mencionado anteriormente, desde o início da pesquisa de campo que deu origem ao meu mestrado e ao presente trabalho, verificamos um forte sentimento de comunidade entre os fiéis, ao mesmo tempo em que esses se sentiam identificados pela instituição. Nesse tópico, serão abordados os aspectos observados, divididos por eixos que consideramos que estruturam e alimentam essa identificação.

#### *2.3.1. Igreja versus mundo*

A gente tem que trazer as pessoas do *mundo* para a Igreja.

(Rita, 59 anos, pensionista)

Um dos eixos centrais observados na interação entre os fiéis, entre os fiéis e pastores e nos seus discursos na Assembleia de Deus, tanto na sede do Campo Limpo quanto nas suas congregações, foi a oposição entre o evangélico e o indivíduo no “mundo”. Essa é uma visão, aliás, já presente na sociologia da religião que aborda o tema do ascetismo, desde Max Weber (2004).

No caso da manifestação dessa dicotomia no ambiente particular da Assembleia de Deus, o *mundo* era tido como o local do pecado e da desgraça. Nele estariam as drogas, a prostituição, os vícios e as condutas pecaminosas que

afastariam o indivíduo de Deus e dos planos divinos para a sua vida. Em oposição, o *mundo* da Igreja seria o reino das virtudes, da palavra bíblica e das condutas corretas que proveriam ordem e levariam o indivíduo ao plano divino para sua vida terrena e à salvação da sua alma. Essa visão era acionada não só para categorizar os sujeitos como evangélico, ou o “crente”, e o não evangélico, mas também para classificar as fases de vida do indivíduo, que muitas vezes não tinham uma trajetória linear de vinculação à Igreja. Foram recorrentes ao longo do trabalho de campo casos de sujeitos que nasceram em “berço evangélico” e depois foram “para o *mundo*” para depois se aproximarem novamente da Igreja, ou de figuras que se envolveram com “coisas erradas do *mundo*” e depois se redimiram ao encontrar a Igreja. Nesse sentido, os elementos atribuídos como pertencentes à esfera da Igreja, em oposição ao *mundo*, constituem um bom exemplo do que Daniele Hervieu-Léger denomina como dimensão comunitária da identificação religiosa, que são nesse caso muito bem regulados pela instituição assembleiana. E, também, dentro da visão de Smith (2003), são elementos que distinguem moralmente a comunidade e são utilizados para a intervenção na esfera pública, onde a comunidade procura espalhar seus valores religiosos. Esses pontos poderão ser bem visualizados a partir do relato da história de vida de um dos fiéis, Rafael, daqui a algumas páginas.

Esses pares de oposição podiam ser observados, inclusive, no próprio corpo dos fiéis, seja nas vestimentas, seja em algumas práticas do cuidar de si – que se configuravam como práticas de negar o *mundo*. Era comum observarmos mulheres evangélicas que adotam um ou mais dos costumes a seguir: não cortam o cabelo, que só usam saias compridas e blusas sem decotes, que não usam brincos ou maquiagem. Do lado masculino, era comum observarmos os homens com trajes sociais. Essas práticas e vestimentas, por vezes, eram mais incorporadas, e por vezes menos – em algumas pessoas, envolvia a roupa para ir para os cultos e atividades da Igreja, em outras, já fazia parte das vestimentas do cotidiano.

Essas condutas não são particularidade dessa Assembleia de Deus, e tampouco dessa denominação. No entanto, há também evangélicos que expressam uma visão menos dicotômica entre si e o mundo exterior. Uma das características centrais das igrejas neopentecostais, como por exemplo a Igreja Universal do Reino de Deus, segundo Ricardo Mariano (1999), é justamente a flexibilização dos costumes, o que envolve também a conduta com as roupas e práticas estéticas.

Além dessa distinção entre as denominações, mesmo dentro de uma única igreja podemos observar diferenças: geralmente os templos mais centrais ou as sedes são mais “liberais” que as igrejas de bairro ou menores – algo que Gedeon Alencar (2012) já aponta. Além disso, há um fator geracional, com as gerações mais jovens, adotando práticas menos diferenciadas com relação ao *mundo*. De qualquer forma, ainda que seja possível dizer que as novas igrejas imprimem menos práticas diferenciadoras de ordem estética, e que essas perdem força entre as novas gerações, essas práticas ainda estão presentes e são elementos que formulam distinção entre os evangélicos em relação aos demais segmentos religiosos, inclusive a ponto de surgir um segmento de mercado próprio voltado a esse público – à *moda gospel*<sup>45</sup>.

No caso da Assembleia de Deus e do Ministério Belém em particular, pudemos observar que o apelo de diferenciação do *mundo* é constantemente trabalhado nos cultos, pregações, discursos e na estética. Nas pregações, a defesa da conduta moral ligada aos preceitos da Igreja era feita em oposição à moral do *mundo*, e era vista como prerrogativa para a salvação da alma dos fiéis, além de uma conduta necessária para se ter as bênçãos de Deus, seja com relação ao sucesso financeiro ou à saúde e a problemas familiares. Com relação aos marcadores estéticos, pudemos observar a presença forte do estereótipo evangélico nas vestimentas, mesmo entre os mais jovens, tanto do sexo masculino quanto feminino.

Esse tema foi discutido por este autor em um evento social na casa de uma das fiéis na igreja, com outros membros. Na ocasião, em meio à conversa e às minhas perguntas sobre a igreja, indaguei a três mulheres sobre esse tema, sendo duas delas em torno dos 40 anos, e outra uma jovem há pouco tempo casada com outro membro da igreja. A resposta que obtive foi de que os pastores veriam com maus olhos o uso de brincos, maquiagem e roupas curtas. Elas também, no entanto, afirmaram que a preocupação com as vestimentas e a apresentação pessoal dentro dos costumes da Igreja seria o correto, pois o evangélico deveria marcar sua diferença em relação ao *mundo*. A separação estética em relação ao mundo era, portanto, um valor das próprias fiéis, e não uma simples imposição unilateral da instituição.

---

<sup>45</sup> Sobre moda gospel ver, por exemplo, artigo de Cunha, M (2004).

Dentro dessa clivagem Igreja *versus* Mundo, observou-se que a narrativa da conversão religiosa exercia um papel fundamental para a construção dessa dicotomia. Para os que não nasceram em “berço evangélico”, ela representava a transição entre os dois polos. Essa transição, conforme relatam os entrevistados que passaram por ela, era geralmente realizada de forma abrupta e radical, e em momentos de vida em que o indivíduo em questão se encontrava em condições de desespero e sofrimento, com a junção de problemas em diferentes esferas da sua vida.

O primeiro passo da conversão costuma se dar quando o indivíduo aceita em um culto, na presença de pastores e dos demais membros da igreja, Jesus como seu salvador. Após esse momento, a pessoa passa a seguir os ensinamentos pastorais e a realizar mudanças na sua vida, abdicando dos *pecados* que comete, ligados ao *mundo*, e passa a ter uma conduta voltada à salvação. Após algum tempo nesse processo, o indivíduo é convidado a se batizar, e finalmente, é *batizado no Espírito Santo*. Esse batismo, na Assembleia de Deus, é realizado em águas, isso é, na prática, em uma espécie de piscina voltada para esse fim, que simboliza as águas do Rio Jordão, onde segundo a Bíblia, Jesus foi batizado. O batismo é considerado como o momento em que o indivíduo recebe o Espírito Santo e, com ele, seus dons. A partir dele, considera-se que o Espírito Santo passa a agir na vida do indivíduo, reformando-a. Isso implica mudar os hábitos, os pensamentos e desejos, na direção das ações que levam à salvação. Na Assembleia de Deus, mais conservadora em termos de usos e costumes do que as igrejas neopentecostais, isso passa também por mudanças no próprio corpo, nas roupas e cuidados pessoais.

O caso de Rafael, um dos fiéis acompanhados por nós, é ilustrativo e emblemático. Para Rafael, a conversão é encarada como uma nova oportunidade de viver sobre outros modos. Após uma vida difícil, marcada por uma histórica de violência e abuso sofrido ainda quando criança, ele se converte e se batiza, deixando para trás, naquele momento, o que fora sua vida até então, e recomeçando um novo ciclo, com novos hábitos e rotinas. Sua história, por trazer de forma extrema os dois polos Igreja e *Mundo*, além de outros elementos importantes da sociabilidade religiosa, merece ser vista com atenção, por isso selecionamos alguns trechos excepcionalmente longos para retratá-la:

Com 6 anos de idade eu fui violentado. Eu não tive carinho de mãe, eu não tive carinho de pai. Eu tive carinho de uma pessoa que chegava pra mim, colocava a mão no meu corpo e eu comecei a gostar desse tipo de carinho (...). Era uma pessoa que morava do outro lado da rua. Tinha 16 anos e eu tinha 7 anos. Mas o toque do carinho, do jeito de conversar comigo foi me afeiçoando por esse lado. Não vou dizer pra ti que minha mãe teve culpa, ou meu pai, por serem pessoas agressivas comigo, muito pobres, sabe? O meu pai alcóolatra, ele bebia muito, e a minha mãe aquela mulher sofredora, então eu tenho na minha mãe a guerreira e eu tenho no meu pai, que já não está conosco, a ovelha negra da família. Eu tive que procurar ajuda pra poder entender esse meu lado infantil. Então, ao invés de me levar pra um lado, que realmente deveria acontecer, que é o lado hétero, eu fui levado pro lado homossexual. Coisa que eu não tive de mãe, de pai, eu tive de uma outra pessoa... (...) Ninguém sabia. Até que então um dia meu pai descobriu. (...) Eu não gostava de ficar com os meninos, de ficar jogando bola, meu pai me pressionava, então eu apanhava (...) Foi aí que, quando eu cheguei com 15 anos, 16 anos, eu decidi sair de casa. Eu fui morar com uma senhora, que hoje, pra mim, foi uma segunda mãe. (...) Eu não tive amor de mãe, eu não tive amor de pai, eu tive amor dessa senhora e da sua filha

(Rafael, 48 anos, Enfermeiro)

O caminho de Rafael para a Igreja se deu em meio a esse trauma pessoal, o qual, diz ele, o atormentou por muitos anos. A conversão é o momento chave nesse discurso, pois ela corresponde, nessa narrativa de vida, o início da transição entre os mundos, onde o batismo é, enfim, ponto de passagem da vida considerada profana para a vida dentro dos ditames divinos:

Tive assim comigo uma perturbação espiritual. (...) O caminho do Senhor já começou ali com 17 anos de idade. Foi quando eu tava deitado após o almoço, eu olhei assim tinha uma nuvem, tudo na imaginação da minha cabeça, e essa nuvem era a morte pra mim, eu era perseguido pela morte (...) Aí eu peguei a bicicleta, eu fui correndo pra igreja evangélica, Assembleia de Deus, e aquela nuvem me perseguindo. Não sei como eu

cheguei na igreja, foi num sábado(...) Eu caí na rua, levei 7 pontos na parte da perna aqui embaixo, levei mais 7 aqui em cima, mas eu cheguei na igreja sangrando. Quando eu fui recepcionado por um evangelista da igreja (...), primeira coisa que ela fez foi curar minhas feridas... limpou, e aí veio o evangelista... fez o curativo, precisou de ponto, tudo, depois me encaminharam lá (...) Eu lembro que ele abriu Efésios, cap. 6 vers. 10: "nos demais, queridos irmãos, estais firmes contra todas as ciladas do diabo, revestidos do poder de Deus, da couraça...", aquela coisa. Quando ele estava lendo o versículo, eu senti que saiu tipo um relâmpago de mim... fez: vuh! Naquele momento eu fui liberto pela palavra. Eu tinha 17 anos de idade. Bom, aí eu frequentei o culto da mocidade e eu tinha um desejo no meu coração de ser firme com Jesus. Não tive mais relacionamento com ninguém... Porém, eu tive um problema sério, quando o presidente da igreja chegou, eu falei: "Pastor, eu preciso me batizar nas águas, eu aprendi que pra entrar no céu tem que ser batizado nas águas...". Aí eu lembro que... "Ah, não, não vou te batizar nas águas", o pastor falou, "primeiro tu tem que falar grosso, segundo você tem que arrumar uma mulher", então ele queria colocar na minha mente o que realmente tem um hétero. (...) Aí chegou uma época, eu lembro, com 18 anos de idade, 1 ano após, eu tava num culto da mocidade, Jesus me batizou com o Espírito Santo. Eu não era batizado nas águas. Tava uma moça cantando um hino lindo. (...) quando ela começou a louvar esse hino eu vi, pelos olhos da carne espiritual falando, um vento, e esse vento andava pelos 4 cantos da igreja, e onde o vento ia eu observava e esse vento entrou por esse ouvido e fez: vuh! Quando o vento do Espírito Santo entrou dentro do meu coração e ficou circulando eu sentia o mover do Espírito dentro de mim, o Espírito falava comigo, muito forte dentro de mim: "Não minta", o Espírito falava. (...). Aí eu fiquei uns 3 dias flutuando na Terra. Falava de Jesus pra todo mundo, primeiro amor, né... Foi aí que o pastor da igreja decidiu me batizar nas águas. Se Jesus, que é o dono da vida, estava operando, quem é o homem pra impedir a obra de Deus? (Rafael, 48 anos, enfermeiro)

A conversão promove, portanto, esse momento individual e interno, em que o indivíduo abdica do *mundo* e realiza mudanças na sua própria vida. A característica da *ordem* presente no polo da igreja passa então a se manifestar também individualmente. O outro momento da conversão é quando o indivíduo passa a se integrar na comunidade religiosa, primeiramente frequentando os cultos e participando das atividades da igreja, ao mesmo tempo em que vai adquirindo sua

estética – com as roupas e práticas de cuidado pessoais –, o linguajar e as gírias. Com o tempo, o convertido pode também assumir funções nos grupos da igreja, pode dar seu testemunho pessoal de conversão no púlpito, sendo parte cada vez mais orgânica da comunidade religiosa.

Essa transição entre igreja e o *mundo* pode se dar no decorrer da vida dos membros da igreja. Nesse sentido, quando um membro se afasta dos cultos e do convívio com os fiéis, e passa a encarnar os comportamentos considerados mundanos, ele é considerado um evangélico que está desviado. Nesse caso, ele pode voltar à igreja sem que tenha que passar por todo o ritual de conversão. Ainda que existam pessoas que circulam com maior frequência entre os polos do *mundo* e da igreja, essas pessoas são exceções no universo que pesquisamos, composto por membros ativos mais fixos e engajados.

Rafael, por exemplo, chegou a ser um “desviado”, anos depois, quando se mudou para São Paulo, onde seu irmão já morava, para cursar o técnico de enfermagem. Seu depoimento, trazido de forma excepcionalmente longa por conta do conteúdo revelador, ilustra de forma primorosa essa separação entre os campos do *mundo*, onde há tudo o que é visto pelo fiel de ruim, e a Igreja, onde há as bênçãos. Em todo o relato, há uma ida e volta de Rafael por cada um desses polos, até que, enfim, ele se encontra no campo da Igreja.

Por ser uma pessoa que Jesus tava trabalhando na minha vida, foi aí que eu fiz o curso psicotécnico pra fazer auxiliar de enfermagem. Mas fui reprovado (...) Aí 6 meses após, fui reprovado de novo, então eu coloquei na minha cabeça fazer um curso aqui em São Paulo.(...) Quando eu cheguei em São Paulo, sempre fiel e adorando a Deus com o meu irmão, fui dirigente de conjuntos, fiz o auxiliar, eu fiz o técnico de enfermagem, no dia 31 de agosto de 94 eu estava formado, eu estava recebendo diploma. No dia seguinte, no dia 1 de setembro, do mesmo ano, de 94, eu tava trabalhando (...).

Eu sempre fui uma pessoa reservada, bem arrumada, sempre de blazer, e eu trabalhei à noite na clínica infantil do Ipiranga, foi meu primeiro emprego, aí o que aconteceu foi que chegou 2 meninos funcionários do hospital: "Ai, vamos num aniversário?", "Tá bom!"(...) Quando eu fui ver, eu tava numa boate (...) Cada passo que eu dava brotava uma fumaça, eu falei: "Jesus,

onde eu estou?". Quando eu subi que eu me deparei com o salão, que eu me deparei com a festa, eu enxerguei o inferno. (...). Não tinha como voltar pra casa, não sabia onde eu tava, eram 2 horas da madrugada. Quando eu abri o olho, a pessoa mais bonita daquele lugar tava na minha frente. Aí novamente veio me dar carinho. De repente, eu já estava um pouco sensível, não me excedi, mas quando eu fui ver, eu tava sendo agarrado com beijos e toque (...). Me levaram pra casa. Eu sou muito sincero, ou eu sou 8 ou 80, eu cheguei pro pastor da igreja: "Tô saindo da igreja". A igreja entrou em luto. "O que aconteceu?", "Aconteceu que eu tô indo pro mundo". E fui. Larguei tudo. Chorei demais, dei as costas pra Jesus... aí foi e voltou tudo novamente, e o vazio estava dentro de mim (...)

Eu queria brilhar na Terra, já que eu tô no mundo eu quero que alguém me enxergue. Foi aí, eu já tinha ido numa boate, comecei a fazer show, Drag queen. (...) Bom, aí eu trabalhava sempre em dois empregos e sexta e sábado e domingo em boates (...) No dia 29 de julho de 2013, meu pai morreu, eu fui pro RS, passagem de avião muito cara, eu fui de ônibus, eu e meu irmão mais velho, quando nós chegamos lá meu pai já tinha sido enterrado. Eu não consegui ver meu pai. Foi aí que eu fui na primeira congregação, onde eu me criei (...) eu fui sozinho, fui chorando, cheguei na igreja tonto, eu tava literalmente morrendo, tinha me tornado alcólatra (...) Cheguei literalmente morto naquela igreja, (...) o varão olhou pra mim e disse: "Ei, você aí, no último banco, venha aqui na frente", aí eu fui. "O Senhor Deus mandou te dizer que já era pra você ter morrido. Lembra, naquela cidade grande, que você tava subindo aquela Rua Consolação, 4 da manhã? Naquela noite era pra você ter morrido, sabe por que você não morreu? Porque eu, Jesus, estava contigo naquele momento".

Sabe aqueles carecas? Skinhead? Uma vez eles com duas armas na minha cabeça: "Agora você vai morrer", e eu bêbado na rua, sem destino, sozinho... eu falei: "Jesus, filho de Davi, tem misericórdia de mim", quando eu falei isso, eu lembro que eu acordei dentro da minha casa. Não me pergunta como eu cheguei que eu não sei. Foi logo antes de eu ter ido pro Sul, do meu pai ter morrido.

Ai quando eu cheguei aqui em São Paulo, como Jesus já tinha falado comigo lá no Rio Grande do Sul, eu queria mudar, mas eu não tinha força. Já tinha saído do meio artístico, eu tava frequentando beira de esquina, eu tava frequentando forró de esquina. (...) Não tô falando de pobreza, de nada... eu tô falando de PCC, tô falando de manos e povo que mexe com arma, com drogas. Eles frequentavam o meu apartamento (...) Eu levava eles pra minha casa, às vezes, não era nem pra orgia, era porque eu queria

preencher o vazio. A minha casa virou um prostíbulo(...), olha a decadência aonde eu fui parar. Aí eu acordei numa segunda-feira, sabe, ruim, não tinha um pão dentro da minha casa...o que tinha era água da torneira. Não era nem filtrada. Eu falei: "Não foi isso que a minha mãe me criou, não foi isso que a minha mãe colocou no mundo"(...) Aí eu falei: "Eu vou tomar uma posição"(...). Nessa mesma segunda eu liguei lá no Rio Grande do Sul, eu falei: "Eu estou morrendo. Se tu não orar por mim, eu vou morrer". Ele orou por mim(...). Jesus ouviu a oração. Foi aí que eu liguei no Belém, na sede do Belém, na secretaria da igreja (...). Aí eles: "Onde é que você tá?", "Eu tô no Campo Limpo, Zona Sul de São Paulo", "Vou te dar o telefone pessoal do Pastor", aí me passaram. (...). Aí o Pastor muito sábio, um homem inteligente, um homem de oração, ele me ouviu.

(...) Mas eu dei um perdido nesse pastor, eu ia no forró de novo (...). Aí a mesma coisa, aconteceu de beber... eu acordei na segunda-feira, aí quando foi terça-feira eu tomei uma posição. Ele me passou o endereço da igreja, eu fui (...). Cheguei bem na esquina da igreja e o Satanás falou pra mim: "Dobra a esquina e some daqui, porque tu não serás bem-vindo nessa igreja", literalmente o Diabo falou dentro da minha cabeça. Mas eu venci, eu atravessei a rua (...). Eu me deparei com a igreja, pronto-socorro espiritual. Deus usou a Irmã, a irmã mais velha da igreja. Ela estendeu a mão pra mim e falou: "Seja bem-vindo, abençoado, na casa do Senhor". Olha como é interessante uma recepção na vida de quem não tem Jesus. Quando eu cheguei na frente da igreja, que era o caminho pra eu ir pra Jesus, essa irmã me abençoou. (...). E eu no último banco, e a igreja não tava entendendo o que tava acontecendo. "Tem um moço chorando ali, tem alguém triste ali". Porém Deus começou a agir. Foi aí que ele me chamou: "Vem aqui", eu fui, "Abre a tua mão direita", eu abri a mão direita, "O Senhor Deus..." – aquele irmão missionário falou comigo – "está te entregando nesta noite uma chave de ouro, receba" [chave espiritual]. Eu fiz assim com a mão, e fechei. E não abri mais a mão. A igreja caiu numa glória só. Era um filho pródigo que tava voltando.

Naquela mesma noite eu tive libertação. Me livreí da bebida, do homossexualismo, me livreí das companhias erradas, me livreí de tudo que atrapalhava a minha vida diante de Deus e diante da igreja. (...) Eu orei a Deus, foi a primeira oração que eu fiz dentro daquele apartamento que Deus me deu. Tirei toda aquela imundície de gente que não presta, de demônios (...), orei ao Senhor e adormeci.

No relato de Rafael podemos ver vários elementos que são considerados profanos pela igreja, como a homossexualidade, o álcool, a conduta sexual com muitos parceiros, a presença em festas, etc. Tudo isso é associado a vida no *mundo* e, a partir daí, considerado um pecado. A Igreja traz uma norma de conduta de oposição a esses pontos, entre outros, e é a partir dessa construção moral que se dá a sociabilidade religiosa entre os fiéis, a construção de narrativas de vida que separam de forma estanque os períodos em que a pessoa está desviada ou “firme na fé”, e a própria separação entre o “crente” e o não crente. É também a partir dessa divisão moral do *mundo* que a Igreja constrói seus argumentos e sua atuação política – o que será melhor trabalhado nos tópicos seguintes.

O relato de Rafael também traz diversos elementos da sociabilidade religiosa: o acolhimento, o convívio entre os irmãos, que auxiliam para que ele continue “firme na fé”, além do elemento da salvação da vida “perdida”, que a igreja dá. Podemos ver, com relação a esse último ponto, que a fala de Rafael traz em todo o momento uma narrativa de sofrimento, associada à vida no *mundo*. A conversão e a vida na Igreja atuam a todo momento em oposição a esse sofrimento, e toda a comunidade religiosa é voltada para tal, desde o pastor que liga e recebe Rafael, até o membro que na porta da igreja o encoraja a entrar.

Esse discurso que narra o sofrimento fora da vida religiosa é muito comum entre os fiéis, compondo vários dos relatos aqui colhidos. Além disso, é muito comum que eles sejam narrados e reafirmados periodicamente pelos fiéis, seja nas interações entre eles fora do ambiente da igreja, seja nos próprios cultos, nos momentos dos chamados *testemunhos*, em que alguns dos membros da igreja relatam a todos, no púlpito, as suas histórias. Esse é também um momento que cumpre a função de reafirmar a escolha religiosa, reforçar a identidade e a vida que se leva dentro da igreja – e fora do *mundo*. Além disso, é um dos momentos que a Igreja penetra na esfera íntima e privada, do indivíduo, e as relaciona com um portar-se publicamente dentro dos ditames e normas que a Igreja postula. Conforme já mencionamos, essa capacidade da instituição penetrar e fornecer um discurso desde a esfera íntima até a pública e política é uma das características que a tornam tão importante.

### 2.3.2. A sociabilidade religiosa: cotidiano, convívio e sentimento de comunidade

A identidade religiosa, além de reforçada em cada ritual e evento religioso, nos seus próprios termos e símbolos, é também um elemento ligado à sociabilidade entre os membros da religião, o que se manifesta nos costumes e também na convivência diária entre os membros, tanto dentro quanto fora dos espaços e momentos estritamente religiosos. No que diz respeito aos evangélicos, se é verdade que a expansão do número de fiéis e de denominações ocorridas nas últimas décadas têm aumentado o fluxo do trânsito entre o próprio campo religioso, gerando também uma certa diversificação dos códigos e éticas de conduta normalizadas pela religião, é verdade também que ainda observamos um papel considerável de igrejas que funcionam como comunidades mais “fechadas”, funcionando com certas famílias que residem próximo a localidade dos templos e os frequentam de forma sistemática. Além disso, ainda que os códigos e a moral defendidos pelas denominações tenham se diversificado, as Igrejas que assumem posições mais liberais em relação à sexualidade (ver Weiss de Jesus, F. 2003; NATIVIDADE, M. 2010, 2013) e ao aborto são, de longe, muito minoritárias, e grande parte dos evangélicos compartilham e se reconhecem em valores mais conservadores e com marcação mais delimitada entre a ética do *mundo* e da igreja.

Na igreja pesquisada, pudemos observar um forte sentimento de comunidade e identificação entre seus membros e entre membros e pastores. As próprias características da igreja facilitam esse entrosamento: estamos falando de um templo que, apesar de ser sede de um setor administrativo do Ministério Belém, é um prédio pequeno, frequentado por cerca de 20 a 30 pessoas durante a semana, e entre 120 e 200 pessoas nos fins de semana. Esse público é composto em sua imensa maioria pelas mesmas pessoas em todos os cultos, e mesmo os membros diferentes e novos chegam geralmente pelo convite ou influência de algum membro antigo. Além disso, a grande maioria dessas pessoas mora no próprio bairro, nos arredores do templo, e grande parte desses vai e volta dos cultos a pé. Ao se analisar a história do templo, vimos que esse foi erguido pelas mãos dos próprios pastores e fiéis, em esquema de “mutirão”.

Esse tipo de Igreja é muito diferente do modelo padrão das denominações neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus. Conforme já discutimos, segundo Almeida e D' Andrea (2004) e Almeida (2004), o padrão de tais igrejas é caracterizado por templos muito grandes, em grandes avenidas em locais de grande circulação de pessoas e próximos a metrô e/ou terminais de ônibus. Tal disposição, segundo esses autores, corresponde à estratégia de *marketing* dessas instituições, que procuram conquistar visibilidade na cidade e atrair público de diferentes locais, seja pela proximidade do transporte público ou pela presença dessas pessoas no fluxo da cidade próximo ao templo. Podemos incluir ainda que tal disposição espacial funciona muito bem para o padrão de experiência religiosa centrada no chamado “pronto-socorro da fé”, no qual os fiéis não são necessariamente vinculados à instituição, e a frequentam somente em situação de emergência ou desespero, buscando uma graça específica.

Ao contrário desse padrão, as igrejas pentecostais clássicas – e especialmente a Assembleia de Deus – situam-se, ainda segundo Almeida e D'Andrea (2004) e Almeida (2004), em locais muito mais próximos às “franjas” da cidade. Isto é, nas periferias intermediárias e longínquas, mais próximas aos locais de residência do seu público, composto principalmente por moradores dessas localidades. Além desse padrão geográfico, os templos dessas igrejas são menores, sendo alguns deles muito pequenos, para pouco mais de uma dezena de fiéis. Tal disposição, podemos dizer, acaba não sendo favorável para a experiência religiosa unicamente nos termos de “pronto-socorro da fé”, pois funciona com membros mais fixos e que se conhecem. Ainda que, como o caso de Rafael exposto acima, essas igrejas também atendam pessoas em situação de desespero, elas são primordialmente lugares de convivência constante entre seus membros.

Abaixo selecionamos algumas falas que trazem esses aspectos da sociabilidade:

Eu adoro ir na igreja. Vou quinta e domingo, que são os melhores dias pra ir com a minha família. Isso na sede, né? Porque as vezes eu vou numa congregação também. Quem é Deus tem essa necessidade, não é a necessidade do bar, a necessidade do jogo. É da palavra (...) Gosto das pessoas de lá também. Tem os irmãos que viram amigos, porque tocam

junto, faz escola bíblica junto, apresenta alguma coisa e assim por diante. As mulheres mais ainda, porque trabalham mais nas coisas de organização, vamos dizer um jantar, uma decoração, um congresso. É uma sintonia só, por conta de Jesus, da fé que compartilha. (Armando, 38 anos, electricista autônomo)

Eu sou um velho [gargalhada]. O que eu faço é ir na igreja. Ali que eu sou conhecido, aqui na rua e na igreja (...). Eu diria que tem uma amizade. De congregar. Porque Jesus une as pessoas, eu não tenho o que falar pra um ateu, vou falar de Jesus pra ele, pra salvar a vida dele, porque é isso é dever, mas senão o que eu vou falar? (Clóvis, 69 anos, aposentado)

Eu vou na igreja no mínimo 1 vez por semana, mas a maioria vou duas (...). Quando tem retiro eu vou, quando tem viagem que o José organiza eu vou (...). As pessoas estão lá com o mesmo propósito, que é Jesus. É obrigado a ser amigo? Não é. Tem conflito? Tem, mas aonde que não tem? É coisa do homem isso, mas tem uma coisa acima que é Jesus. (Inês, 47 anos, diarista)

Como podemos observar nesses trechos, eles ressaltam uma convivência quase contínua, que se não gera amizades, cria uma identificação, dado que as pessoas estão lá com o objetivo comum – a fé. A existência de tarefas e atividades faz com que muitas vezes esse elemento comum se transforme em um laço pessoal. A própria existência dessa comunidade religiosa, composta por fiéis em sua grande parte fixos, e que, além de se encontrarem no templo religioso, convivem no mesmo espaço da cidade, já é um fator que aproxima e que cria certa identificação. Mas há ainda outros elementos que atuam gerando aproximação, como o aspecto de acolhimento presente nos templos religiosos, e a sensação aparente de ascensão social que a dinâmica religiosa propicia. Trabalharemos esses pontos nos tópicos seguintes.

### 2.3.3. *Acolhimento e pertencimento*

Na Igreja eu tenho muitos amigos, o pessoal da banda, dos grupos. Mas fora da Igreja eu não tenho muitos amigos, não. A maior parte dos meus amigos vem da Igreja, porque a escola eu já acabei e eu não tinha muitos amigos lá. (...) Em dificuldades a igreja já me ajudou. Hoje a Igreja me ajuda, pra manter os instrumentos, então são benefícios próprios meus, porque é meu estudo. A igreja ajuda nisso também, pra comprar as palhetas pro saxofone, que precisa, (...) a manutenção do instrumento também me ajudaram. Então eles vêm me ajudando sim. (...) Hoje eu sou músico por causa da Igreja. Eu comecei na Igreja e ela sempre me ajudou muito na parte da música. Se não fosse a igreja que eu tô tocando hoje eu nem seria músico (...) (Bruno, então com 23 anos, estudante)

Relatos como o de Bruno são muito comuns entre os fiéis, e mostram uma série de facetas da relação dos membros com a igreja e entre si, que envolvem práticas de acolhimento e assistência, e uma relação estabelecida de pertencimento dos membros com a instituição. Com relação ao acolhimento, as práticas são extensas e envolvem toda a dinâmica de sociabilidade do grupo religioso, desde o momento em que um indivíduo entra na igreja pela primeira vez. Desde a abertura dos portões cerca de uma hora antes de cada culto ou atividade, há um obreiro na porta do templo com a função de receber os membros que chegam, dando-lhes boas-vindas e, no caso de alguma pessoa nova, iniciando o primeiro contato, perguntando-lhe o nome, se é membro de alguma igreja, e o acompanhando até um assento vago. A seguir, ao se iniciar o culto, o pastor pede para que os novos membros se levantem e pede para que todos os fiéis presentes digam em uníssono: “seja bem-vindo em nome de Jesus”. No final, é comum que essas pessoas novas sejam abordadas por alguns dos fiéis, que iniciam uma primeira conversa e convidam para algumas atividades da igreja. Essa prática foi realizada, inclusive, comigo, na primeira vez que fui ao templo – e pude observá-la sistematicamente a cada novo frequentador.

A dinâmica de organização das atividades da igreja também conta com diversos aspectos que envolvem a criação de laços entre os fiéis. Institucionalmente, os fiéis se dividem em grupos que realizam diversas atividades religiosas. Esses grupos são formados conforme as diferentes fases da vida: grupo de crianças (até 12 anos), de adolescentes (de 12 a 15), de jovens (de quinze até o casamento), homens (a partir do casamento) e mulheres (a partir do casamento), além do grupo da banda. Cada um desses tem suas reuniões religiosas, podem acumular tarefas relativas a atividades da igreja, além de tratar de questões próprias desses momentos de vida, tendo sempre como base os preceitos religiosos. No grupo de mulheres, por exemplo, temas como a educação dos filhos, o casamento e o aborto são discutidos, de acordo com os preceitos da igreja. Com relação aos jovens e às crianças, há uma supervisão da Igreja, geralmente a pedido da família, em casos em que ocorrem conflitos ou problemas, sejam escolares ou com relação a algum comportamento específico. As atividades dos grupos também fazem com que os seus membros tenham que se reunir e cumprir funções, seja o ensaio de uma música para cantarem, seja para organizarem alguma festividade ou discussão. Essa dinâmica faz com que haja uma aproximação entre os membros do grupo, gerando ainda uma ocupação dos espaços da igreja para além dos momentos de culto – o que se dá de forma ainda mais forte entre os jovens e os membros da banda.

Outro aspecto que por diversas vezes presenciei foi a assistência material a membros com dificuldades financeiras ou desempregados. Não é raro que durante os cultos haja o recolhimento de alimentos e ofertas para tais ações. Tal atitude tem grande aprovação entre os fiéis, que inclusive reafirmam seu apego a essa denominação, comparando-a com outras que não possuem tal prática. O efeito, além do apego e aprovação gerados, é o reforço da percepção de acolhimento e segurança.

Além dessas questões materiais e palpáveis, muitas são as intervenções de cunho religioso e simbólico. Por exemplo, quando um membro da igreja está com problemas de saúde e informa isso aos pastores ou a algum obreiro, ele é chamado à frente do púlpito para que todos os presentes rezem em voz alta pela sua melhora. O mesmo se dá quando o enfermo é algum parente de um fiel, ou quando o problema envolve algum outro tópico de natureza não financeira, como o matrimônio

e questões familiares – basta levar a questão para o pastor para que ela seja divulgada e alvo de orações dos presentes no culto. Tais práticas, da mesma forma que os auxílios materiais, reforçam as relações de afeto e acolhimento dos fiéis entre si e com a própria instituição.

Todas essas características, unidas, ajudam a compor uma rede de relação entre os membros em si e entre a instituição religiosa e os fiéis. Isso entra em consonância com outras pesquisas, que mostram a importância e diversas facetas dessas redes comunitárias e de apoio. Almeida e D’Andrea (2004) e Almeida (2004), por meio de um estudo etnográfico realizado em Paraisópolis, São Paulo, já destacavam a existência e importância das redes entre os evangélicos. Os autores ressaltam que elas “Trabalham em favor da pessoa e das relações pessoais, gerando aumento de autoestima e espírito empreendedor no indivíduo, mas também fomentam a ajuda mútua por laços de confiança e fidelidade” (ALMEIDA E D’ANDREA, 2004, p. 103). Tais características seriam ainda mais contundentes entre pessoas em situação de vulnerabilidade, como é o caso, por exemplo, de migrantes nordestinos. Por tal motivo, ressaltam os autores, muitos dos migrantes que chegam às periferias de São Paulo acabam sendo atraídos por essas redes, tornando-se evangélicos. Almeida resalta que tais redes criam circuitos de trocas que envolvem desde dinheiro até recomendações de trabalho. O funcionamento dessas relações se dá na base da reciprocidade entre os fiéis, que se pautam pela lógica de ajudar “primeiro os irmãos de fé”. Essas redes têm como consequência a aproximação entre os fiéis e o forte sentimento de comunidade. Sua importância é ampliada na medida em que, na grande maioria de vezes, a Igreja é a única forma de associação experimentada pela população mais pobre. Lavallo, (2001), nesse sentido, a partir de levantamento quantitativo na Região Metropolitana de São Paulo, demonstra que entre a camada mais pobre da cidade que participa de algum tipo de associação, cerca de 70% participam de associação religiosa – na qual os evangélicos ocupam lugar de destaque.

É importante dizer aqui que constatar a existência e importância dessa rede e comunidade não significa dizer que tal sociabilidade seja a única vivenciada por todos os fiéis, nem que não haja outras redes e dinâmicas na periferia, e que essas não entrelacem entre si. A intenção é apenas constatar a importância e presença

dessa rede e sociabilidade religiosa, e destacar que ela tem um papel fundamental na vida dos fiéis.

#### 2.3.4. *Percepção de Ascensão*

A pessoa quando vê o crente, vê um homem de Deus. (Gerson, 41 anos, fotógrafo)

Jesus muda as pessoas, e todo mundo vê. Pega um menino que chega aqui, desses todo perdido, e dá a palavra de Deus pra ele e espera um ano. Tudo nele mudou, porque Jesus age na vida das pessoas. (Sueli, 36 anos, assistente social)

Outro aspecto da dinâmica religiosa que pode ser identificado ao longo do trabalho de campo e entrevistas consiste na percepção de ascensão social que a igreja passa para seus membros. A começar, a própria cosmovisão que diferencia a igreja e o *mundo*, ou o evangélico e o não evangélico é um dos fatores simbólicos que entram em cena nesse tipo de percepção. O evangélico é tratado e se vê não simplesmente como o “pobre”, ou o “trabalhador”, ou o “morador de periferia” ou das “quebradas”. Para além dessas e de outras características, ele se vê e é considerado um religioso, alguém com “o conhecimento da palavra de Deus” e, não raramente, alguém com uma conduta moral diferenciada, mais elevada. Por isso, não raramente ele é visto como uma referência na família (no caso de os demais pertencentes do núcleo familiar não serem evangélicos), no trabalho e na vizinhança. No ambiente da periferia, mais do que isso, por vezes, ele é visto como um exemplo, colado na figura do trabalhador em oposição à figura do bandido – ainda que por muitas vezes essas categorias sejam fluidas e os indivíduos circulem entre elas. O trecho a seguir ilustra o quadro:

Sempre vem gente falar comigo, pra você ver. É “tô com um problema, Armando”. E conta da vida. As pessoas vêm porque procuram algo da palavra que a gente que é crente sabe passar, sabe orientar. A Bíblia, vou te falar, tem resposta pra tudo da vida. Você abre e tá lá. A gente tem esse papel. Eu falo, procuro orientar na palavra quando me procuram, e falo também pra pessoa procurar uma igreja, porque é o que vai trazer paz.

(Armando, 38 anos, eletricista autônomo)

Outros fatores que permitem essa sensação vêm também da própria dinâmica interna religiosa. O funcionamento da Igreja e dos grupos que a constituem abrem porta para uma série de tarefas e responsabilidades que os fiéis podem tomar para si – e uma parte considerável deles toma. Desde tarefas mais importantes, como a de ser o regente do coral do grupo em certa festividade da igreja, até as mais simples, como ficar responsável por convidar membros específicos para o próximo encontro, são possíveis de serem tomadas. Há certo revezamento entre os membros para as tarefas mais importantes, enquanto as menores são amplamente delegadas. Entre os músicos da igreja, a responsabilidade é grande, visto que devem participar dos cultos e ensaios sistematicamente. Mas essa responsabilidade vem junto com a possibilidade de ganhar um instrumento e aprender a tocá-lo. Nesse sentido, as atividades da igreja desenvolvem habilidades que os fiéis não exercem ou reproduzem no ambiente externo a igreja, seja no trabalho, na escola ou demais áreas de atuação. A partir das responsabilidades e tarefas que a instituição disponibiliza, há a possibilidade de se seguir a cargos dentro da igreja, alcançando até o posto de pastor e estabelecendo uma carreira, *strictu sensu*. Esse é o desejo de alguns dos fiéis que conheci no Campo Limpo, como pode ser visto no depoimento a seguir, e por vezes tal desejo gerou inclusive disputas e conflitos.

Hoje, além de congregar aqui, sou presbítero no Jardim Satélite [uma das congregações do setor] (...). Quero poder estudar, virar pastor e servir a Deus cada vez mais. (Alberto, 39 anos, desempregado)

Todas essas tarefas e funções que estão abertas dentro da instituição, incluindo a carreira eclesiástica, dão aos fiéis posições, relações, habilidades e *status social* que contrastam com o cotidiano de suas vidas no bairro e no trabalho regular ou doméstico. Nesse sentido, muitas vezes dentro da igreja há uma subversão da subalternidade dos seus membros, que se no ambiente de trabalho cumprem funções mecânicas, precárias e pouco valorizadas, na igreja podem assumir comando sobre algum grupo ou alguma tarefa, além de obterem espaço e reconhecimento para estarem em um púlpito orando e discursando. No caso das mulheres, tanto as posições de comando como de voz contrastam, além da dinâmica do trabalho, com a estrutura familiar, na qual são subordinadas ao marido. No Ministério Belém, as mulheres não têm a possibilidade de serem pastoras, mas ainda assim há diversas pregações realizadas por elas, pois, ao menos no Campo Limpo, correspondem à maioria da Igreja. Com a exceção do cargo de pastor, as mulheres podem assumir quaisquer outras posições dentro da instituição.

Essa percepção de ascensão no ambiente religioso reforça ainda mais o sentimento de pertencimento e de identificação com o universo evangélico como um todo, ao mesmo tempo que aumenta a ligação com a instituição em si, gerando uma identidade dos fiéis com o campo evangélico e a Assembleia de Deus. A classificação de “assembleiano”, nesse sentido, abarca todas essas características aqui mencionadas, dando uma certa delimitação específica para a categoria de “crente”.

Com relação ao universo político eleitoral, como será exposto no decorrer dos próximos capítulos, foi possível identificar que é a partir dessa identidade que a instituição constrói seu discurso político e a propaganda de seus indicados para as eleições. É também por conta da questão comunitária e dos valores partilhados que os fiéis escolhem seus votos nos candidatos da Igreja. Isso se dá, como veremos nos capítulos a seguir, principalmente na eleição legislativa, que é vista pelos fiéis como a eleição em que eles devem manifestar seus valores e escolher candidatos próximos da sua comunidade e que atuem pelo seu grupo. Na eleição para o executivo, entretanto, a dinâmica comunitária e a defesa dos valores religiosos perdem força na definição do voto. Isso, conforme procuraremos argumentar, não se dá por discordância dos fiéis com relação à Igreja e suas pautas, mas sim por considerarem que a escolha para o executivo deve levar em conta não os valores

religiosos partilhados, mas sim as disputas socioeconômicas da sociedade. O voto religioso seria, nesse sentido, um voto legislativo. Essa interpretação será exposta com detalhes no capítulo 4, enquanto o próximo tópico tratará dos discursos e estratégias institucionais da Igreja para justificar e divulgar suas pautas políticas e candidatos.

#### **2.4. Da comunidade ao Estado: A igreja na política Institucional**

Conforme já abordado no capítulo 1, desde a Constituinte, a Assembleia de Deus dá atenção especial para a disputa política institucional. O livro *Irmão vota em Irmão*, de Josué Sylvestre, já defendia nas Assembleias de Deus a necessidade de que os evangélicos se organizassem na constituinte para fazer frente aos católicos e aos setores dos movimentos sociais. Tratando especificamente do Ministério Belém, o texto de Pierucci e Mariano (1992), que trata da mobilização dos evangélicos para a eleição de Fernando Collor (PRTB) para a presidência em 1989, já traz o depoimento do pastor presidente José Wellington Bezerra da Costa, em que ele reafirma o forte engajamento da sua parte – e portanto do Ministério Belém e da própria CGADB – para a eleição do político alagoano. Desde então o Ministério Belém se engaja eleitoralmente, tanto nos pleitos municipais, quanto estaduais e federais, lançando candidatos “oficiais” no legislativo e apoiando candidatos ao executivo, em sua maioria sem ligações com a Igreja<sup>46</sup>. É importante ter em mente que, conforme já abordado também no capítulo 1, a postura política do Ministério Belém é a mesma da CGADB, órgão também presidido pelo pastor José Wellington Bezerra da Costa. Por esse motivo, as indicações do Ministério Belém são também seguidas por outros ministérios menores da Assembleia de Deus – ainda que alguns deles possam ter seus próprios candidatos.

---

<sup>46</sup> Não foi possível observar todos os candidatos apoiados pelo – em todas as cidades que ele ou a CGADB estavam presentes, nem em todos os estados para afirmar com exatidão a existência de candidatos evangélicos. No entanto, segundo informações de um pastor e de uma assessora política da igreja, os candidatos que a igreja apoia no executivo em sua grande maioria não são evangélicos, porque ainda existiriam poucos políticos evangélicos com condições de disputa. Nos pleitos nacionais, somente em 2014 a Assembleia de Deus deu seu apoio para evangélicos: primeiramente na figura do Pastor Everaldo, do PSC, e posteriormente na candidata Marina Silva (PSB/Rede).

Interiormente na organização da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB) existe um conselho político, com as funções de escolher os representantes da instituição para concorrer as eleições legislativas nos estados, escolher os candidatos que as igrejas apoiarão para o executivo federal, fiscalizar, avaliar e atuar próximo aos deputados da instituição, e, inclusive, “propor a destituição de uma representação política quando a mesma não corresponder com os interesses das Assembleias de Deus no Brasil”<sup>47</sup>.

Os argumentos e justificativas que a Igreja utiliza no plano da política institucional se dão tanto a partir de um discurso teológico, que sustenta um conjunto de valores éticos e morais que são defendidos pelo grupo, quanto a partir da defesa dos valores comunitários, ligados à necessidade da comunidade religiosa ter um interlocutor próprio perante o Estado. Essas justificativas e discursos são veiculados pelos próprios pastores nos cultos, geralmente próximos a eleições e, também, conforme se pode conferir a partir da pesquisa de campo, fazendo parte do material e das aulas ministradas na igreja na escola bíblica dominical, que acontece semanalmente no templo religioso<sup>48</sup>. Parte desse material pode ser visto nas figuras abaixo.

---

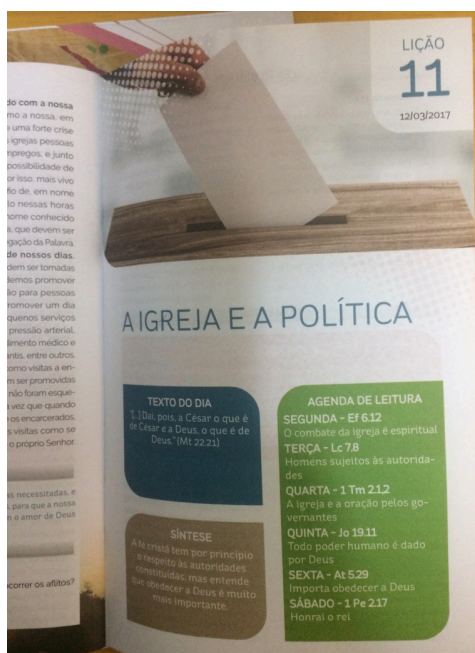
<sup>47</sup> Segundo o próprio site do conselho: <https://www.cgadb.org.br/site2017/index.php/cgadb/conselhos/escola-de-missoes-6> acessado em 3/5/2017

<sup>48</sup> Durante o final do primeiro semestre de 2016 e o início do primeiro semestre de 2017, frequentei as reuniões da escola bíblica dominical com frequência. A escola bíblica é frequentada por cerca de 30 a 60 fiéis (em datas especiais), que se dividem em grupos conforme a divisão de grupos da própria igreja: crianças, adolescentes, jovens, homens casados e mulheres casadas. Cada um dos grupos tem um professor responsável por ensinar a lição do dia. Os professores são geralmente fiéis mais assíduos que assumem essa responsabilidade por algumas semanas. Assim, há uma rotatividade entre os que assumem essa tarefa, que é vista como um símbolo de prestígio. Por não ser casado, me enquadro no grupo de jovens da igreja, e não no de homens adultos, e nesse grupo que assisti a maior parte das aulas – todas, com exceção de duas, que assisti no grupo de homens.

Figura 6 – Material Escola Bíblica 1



Figura 7 – Material Escola Bíblica 2



A discussão teológica sobre a atuação missionária constitui um discurso propriamente do alto clero e dos chamados intelectuais – no sentido gramsciano do termo – da igreja. No âmbito dos fiéis, as justificativas pragmáticas e a defesa dos valores, usos e costumes do grupo religioso que permeiam o discurso e fazem mais sentido dentro da sua ideologia.

Teologicamente, a igreja utilizou na escola bíblica o evangelho de Mateus,

que contem a passagem “Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mt 22.21). Esse trecho foi utilizado tanto para estabelecer uma divisão entre os preceitos da religião e a política, quanto para invocar a necessidade do fiel se atentar para os dois âmbitos, exercendo também a função de cidadão. Esse excerto foi utilizado para inaugurar a aula com a reflexão de que o homem é um ser político, que precisa se relacionar com outros homens e, portanto, precisa da política.

Outra passagem bíblica utilizada para reflexão sobre a política, presente no mesmo capítulo e na mesma aula, se encontra no livro de Romanos:

<sup>1</sup> Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus.

<sup>2</sup> Por isso quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação.

<sup>3</sup> Porque os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres tu, pois, não temer a potestade? Faze o bem, e terás louvor dela.

<sup>4</sup> Porque ela é ministro de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz de balde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o que faz o mal.

<sup>5</sup> Portanto é necessário que lhe estejais sujeitos, não somente pelo castigo, mas também pela consciência.

<sup>6</sup> Por esta razão também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo sempre a isto mesmo.

<sup>7</sup> Portanto, dai a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra.

Romanos 13:1-7

Essa passagem foi abordada tanto nas aulas quanto em materiais da escola bíblica a partir de três eixos. O primeiro deles diz respeito aos deveres das autoridades. Nesse ponto, é ressaltado que a autoridade existe para prover ordem para a sociedade, sem a qual a vida social se tornaria inviável. Além de prezar a ordem, é ressaltado que as autoridades devem atuar em prol do bem comum e agir com honestidade. As autoridades, cumprindo esses quesitos, seriam queridas pelo

povo – o que, dizia o livro, não aconteceria nos dias atuais, em que os governantes seriam objeto de vergonha para a população.

O segundo eixo de discussão é o da necessidade de oração para as autoridades. Essa oração se difere de um simples louvor aos governantes. O governante não tem nenhum elemento do universo do sagrado, e inclusive os governantes que são considerados adversários políticos da igreja devem receber orações. Em outro sentido, o que a aula e o material ressaltam é que os indivíduos que estão em posições de autoridade necessitam de orações, pois estariam expostas a situações que são tentadas pela corrupção, pelo dinheiro e pela manipulação do poder com finalidades diversas daquela a que foram chamados. Assim, as orações seriam para que as autoridades agissem de forma correta, para que não caíssem em tentações e governassem em prol do povo. Nesse ponto, outro trecho bíblico foi mencionado:

<sup>1</sup>Admoesto-te, pois, antes de tudo, que se façam deprecações, orações, intercessões, e ações de graças, por todos os homens;

<sup>2</sup>Pelos reis, e por todos os que estão em eminência, para que tenhamos uma vida quieta e sossegada, em toda a piedade e honestidade;

<sup>3</sup>Porque isto é bom e agradável diante de Deus nosso Salvador,

<sup>4</sup>Que quer que todos os homens se salvem, e venham ao conhecimento da verdade.

(1 Timóteo 2:1-4)

Por fim, o terceiro eixo corresponde ao dever de sujeição e obediência do povo para com suas autoridades. Novamente aqui, se reafirma o primeiro versículo do décimo terceiro capítulo do livro de Romanos (Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus. Romanos 13:1), interpretado como um mandamento bíblico que sujeita o povo às autoridades. Assim, há a invocação para que as autoridades sejam respeitadas e para que se respeite a ordem estabelecida no *mundo*. Nesse sentido, há um forte aspecto conservador no evangélico. No entanto, esse aspecto é permeado com outros elementos que

possibilitam um olhar crítico e contestatório diante dos governantes.

Uma das obrigações da ordem vigente, segundo o texto eclesial, é escolher aqueles que governarão a sociedade a partir das eleições. Essa escolha foi considerada muito importante, e deveria vir de uma profunda reflexão do crente, orientada também pela oração. O evangélico, dizia o professor, teria muitas responsabilidades nesse cenário, pois ele é detentor do conhecimento da palavra – e nesse ponto ele é visto em oposição ao *mundo*, em condição de superioridade política. Um excerto bíblico é utilizado para ilustrar a responsabilidade dos fiéis: “Quando os justos se engrandecem, o povo se alegra, mas quando o ímpio domina, o povo geme” (Pv 29:2).

O elemento que abre possibilidade de contestação às autoridades parte também de outro excerto bíblico, do *Atos dos Apóstolos*: “Mais importa obedecer a Deus do que aos homens”(At 5:29). Defende-se, nesse ponto que o evangélico, ainda que seja cidadão do *mundo*, é antes de tudo um “cidadão do céu”. Dessa forma, caso o evangélico tenha que escolher entre submeter-se às leis injustas ou obedecer a Deus, deve obedecer a Deus.

A igreja, mais uma vez, ganha muita importância: ainda que os pastores e fiéis afirmem que sigam a Jesus e não a uma instituição<sup>49</sup>, é justamente a instituição religiosa que detém a legitimidade e a prática de interpretar as palavras e as vontades divinas, com confiança dos fiéis e permeando suas rotinas. O discurso que coloca acima a “palavra de Deus” e não as leis e autoridades reconhecidas pelo Estado é utilizado por muitos pastores e fiéis para criticar grupos específicos – como os LGBTTs – e comportamentos sociais que são protegidos pela constituição e alvos de políticas públicas. Esse ponto será melhor abordado nos capítulos a seguir.

A aula e o material da escola bíblica ainda narram as histórias de dois personagens bíblicos, tidos como exemplos para os fiéis: a história de Daniel, presente no livro homônimo do antigo testamento bíblico, e a história de José, filho de Jacó e bisneto de Abraão, narradas no livro de gêneses, também no antigo testamento.

---

<sup>49</sup> A frase de que se segue a Deus e Jesus, e não a uma religião ou “placa de igreja”, ou pastor específico é comum nos discursos dos fiéis, e foi inclusive registrada em algumas das entrevistas realizadas.

Daniel é retratado como sendo, além de um profeta, um exímio homem público. Segundo a história bíblica, ele teria passado por três imperadores, se mantendo íntegro em seu trabalho político, mostrando ao mundo que seria possível ser um homem de Deus no mundo político. Daniel teria sido, nas palavras no material da escola bíblica, um conselheiro e também “gestor”, que não se furtava de ser usado por Deus para advertir os governantes ímpios. Por tal motivo, Daniel era visado por outros poderosos, que buscavam encontrar alguma falha que pudesse fazê-lo cair. No entanto, devido à integridade de Daniel, esses nunca puderam acusá-lo de nada. Na aula, esse caso foi usado como comparação com os políticos de hoje, que seriam “quase todos” comprometidos com irregularidades, o que faz com que o Brasil sofra com os problemas atuais.

A história de José, por sua vez, diz que esse foi vendido por seus irmãos para o Egito, onde fora escravo e presidiário. No entanto, por força da vontade de Deus, teria sido levado ao Faraó, onde foi colocado como segundo homem no comando do Egito. Nessa posição, José teria conseguido estocar alimentos para os períodos de fome na terra, e teria comprado terras para o Faraó. Posteriormente, José reencontrou seus irmãos, que tinham vindo para o Egito em busca de alimentos. Tendo a possibilidade de castigá-los pelo mal que lhe fizeram na infância, José teria optado pelo perdão. Mais uma vez, o caso de José era utilizado pelo professor para dizer que os governantes podem ser justos, desde que sejam homens de Deus, e que no Brasil, infelizmente, esses seriam a minoria.

#### *2.4.1 Pautas materiais e valores comunitários*

A justificativa bíblica para o engajamento político da igreja e dos fiéis ocupavam uma parte das aulas da escola bíblica e da fala dos pastores em cultos próximos aos pleitos eleitorais. No entanto, o que ocupava a maior parte do discurso eram os valores morais da igreja e as demandas materiais que ela tinha perante o estado. É principalmente a partir daí que o discurso toma maior materialidade na vida dos fiéis e, por isso, junta os aspectos políticos-eleitorais aos aspectos mais privados do plano dos discursos que a Igreja fornece para seus membros.

No plano dos valores, a atuação mais significativa gira em torno do que chamam, genericamente, como “os valores da família”. As questões aí envolvidas giram em torno das pautas sobre o uso de drogas, o aborto e os direitos e políticas voltadas à população LGBTTT.

O discurso sobre a questão das drogas vai ao encontro da realidade que as famílias evangélicas e pobres vivenciam. Vale lembrar que nas periferias o tráfico é uma força presente e sentida de forma ampla e geral. As famílias, mesmo as mais engajadas dentro da igreja, possuem vizinhos, amigos, conhecidos e até mesmo parentes que, de alguma forma, conviveram com problemas relacionados ao uso abusivo de álcool e narcóticos. O álcool e as drogas são vistos, nesse ponto, como uma força que “destrói as famílias”.

Nesse plano a atuação da igreja se dá em duas frentes. A primeira delas é por meio da associação com clínicas de recuperação. O templo que frequentei teve vínculo com 2 clínicas durante o tempo desta pesquisa. A primeira delas, visitada por nós, foi em parceria com um pastor de outro ministério da Assembleia de Deus, o Ministério Missão Resgatando Vidas, vinculado a CGADB. Essa casa de recuperação se localiza na zona rural do município de Embu das Artes, afastada de qualquer centro de comércio ou zona urbanizada da cidade. A própria clínica se assemelha a um sítio, com um “barracão” único que funciona como alojamento para os 70 internados que ali ficam, uma outra casa que comporta a cozinha e, do lado de fora, ainda na área coberta, uma grande mesa para refeições. Já na área descoberta, entre a casa e o alojamento, há um espaço para cultos. Há também uma horta, com legumes utilizados para alimentar os internados, e galinhas. No final do sítio há ainda um espaço chamado de “casa do oleiro”, que consiste num palco de madeira pequeno, de frente a lugares feitos de tábuas de madeira para as pessoas se ajoelharem e orarem. Essa casa servia para os internados, em momentos de abstinência, irem orar. Minha visita à clínica se deu em um domingo em que os parentes e pessoas da igreja podem ir visitar os internados, levar alimentos, e em que juntos, os visitantes e internos participam de um culto e almoçam.

Como pode ser percebido pela descrição do espaço, se trata de um lugar com poucos equipamentos e sem assistência de saúde especializada. Não há assistência e infraestrutura médica para o acompanhamento dos viciados, e o tratamento aos

internos se resume a, basicamente, afastamento da sociedade e oração. A própria comida seria dada em maior quantidade e qualidade apenas durante as visitas, segundo palavras dos visitantes consultados.

A clínica era sustentada com ofertas dos familiares e com o dinheiro recolhido pela Igreja do pastor responsável e pelo setor do campo limpo do Ministério Belém da Assembleia de Deus, que destinava as ofertas do primeiro domingo do mês para o estabelecimento. Além disso, havia uma ajuda dos políticos da instituição, que conseguiam manter a casa regularizada perante a lei, além de levar recursos para os detentos. A ajuda dos deputados da Assembleia de Deus era ressaltada nos cultos, e toda a comunidade religiosa parecia conhecer e apoiar a iniciativa.

A igreja, em um determinado momento da pesquisa, no final de 2014<sup>50</sup>, cancelou o vínculo com essa casa de recuperação, e se associou com outra. A alegação foi de que a nova clínica era muito mais estruturada, sem apresentar a precariedade da casa antiga. Nessa mudança, o apoio da igreja se deu nos mesmos termos, com ofertas no primeiro domingo do mês e a ajuda dos deputados da instituição.

Outra frente de atuação da Igreja perante a pauta de drogas se dá no discurso de condenação das iniciativas que visam descriminalizar o uso de entorpecentes – nas suas palavras “liberar as drogas”, ou, mais especificamente, “liberar a maconha”. Em jornais da Igreja, outros materiais informativos, e no discurso político da instituição, geralmente em período eleitoral, era ressaltado que havia projetos de leis em andamento no congresso que visavam liberar as drogas, e que tais medidas visavam à destruição da família. Os políticos evangélicos – em especial, os da Assembleia de Deus – deveriam estar presentes na estrutura do Estado para barrar essas iniciativas.

Ainda no plano do discurso de “defesa da família” estão as pautas referentes à sexualidade e, em menor grau, ao aborto. Nesse sentido, a posição da igreja é que haveria um movimento na sociedade que quer destruir a família, possibilitando a que homens pudessem casar com homens, mulheres com mulheres, e possibilitando a prática desenfreada do aborto, e que os defensores desse movimento querem que a

---

<sup>50</sup> Esse foi o momento em que, em campo, recebi a notícia. O desligamento pode ter se dado alguns meses antes.



Como pode ser percebido, todo esse discurso traz à tona o choque dos valores e da ética religiosa com a ética “do mundo”. Os representantes políticos evangélicos, e em particular os da instituição, teriam um duplo papel nesse quadro: de um lado, preservar os valores da instituição, garantindo a liberdade religiosa de afirmar que os relacionamentos homoafetivos são pecados e de negar a possibilidade de casamentos religiosos homoafetivos. De outro lado, os representantes deveriam garantir que os valores religiosos conquistassem a sociedade, construindo o que acreditam ser uma sociedade mais próxima da vontade divina.

Há também, em um plano ainda mais imediato, outro discurso sobre o papel dos representantes religiosos: o papel de garantir interesses materiais da igreja e da comunidade religiosa, sejam eles operacionais ou mais ligados a benesses tipicamente clientelistas, sejam para igreja como instituição, sejam para os fiéis.

Nesse ponto, tanto na escola bíblica quanto nas diversas falas políticas acompanhadas, é ressaltado que a igreja precisa do Estado para certas práticas e atividades. São citados nesse sentido as atividades ao ar livre, que envolvem desde a pregação em praças e locais públicos, até a realização das chamadas “cruzadas evangélicas”, que constituem em cultos nas ruas, que duram cerca de toda a tarde e necessitam de apoio das prefeituras com o palco, o fechamento da rua e o fornecimento de banheiros químicos. Essas atividades ao ar livre são tidas como fundamentais para igreja, pois são momentos em que a instituição é voltada para a sociedade em geral, buscando converter pessoas. Por fim, são citados ainda facilidades para a abertura e o funcionamento dos templos, como licenças para abrir novas igrejas, regularização dos templos abertos, alívios de multas e garantia de que a Igreja não seja atuada pelo volume dos hinos evangélicos e das pregações durante os cultos.

Os deputados e vereadores da igreja são vistos, nesse ponto, como interlocutores da instituição perante o poder público. Também com base nesses benefícios materiais, a igreja negocia com políticos e partidos apoios para candidatos que disputam o executivo, mesmo que não tenham filiação religiosa evangélica ou qualquer vínculo com a instituição. No caso do Ministério Belém, afirma-se nos cultos pré-eleitorais e no período de campanha política que os

políticos do PT seriam “inimigos da igreja”, que dificultam o funcionamento da igreja, impedindo e atrasando a construção de templos novos e de atividades públicas ao ar livre. Por outro lado, durante as eleições de 2012 (VALLE, 2013), 2014 e 2016, foi mencionado que os políticos do PSDB seriam aliados da instituição.

Por fim, existe o discurso de que os representantes da igreja são próximos à comunidade e podem servir de representantes dos fiéis perante o Estado. No meu trabalho de mestrado (VALLE, 2013), encontra-se o caso do testemunho de uma fiel, que trabalhava em uma feira livre, ocupando nela um espaço pequeno e mal localizado estrategicamente, por conta de não possuir a documentação necessária para um espaço melhor e maior, e que, por esse motivo, suas vendas estavam muito baixas e sua família estaria passando por dificuldades financeiras. A fiel contou que, buscando uma saída, procurou a vereadora da igreja, que conseguiu regularizar sua situação e garantiu um lugar melhor posicionado na feira. Tal testemunho, que retrata uma relação clientelista típica, aponta que os representantes da igreja ainda podem ser vistos como representantes dos próprios fiéis diante do Estado. Esse tipo de lógica, no entanto, passou longe de ser algo comum ou frequentemente observado.

Como síntese, temos que este capítulo mostrou um forte engajamento dos fiéis com a instituição a partir de diversas esferas da vida – e não apenas na esfera privada, como sugeria a teoria da secularização. A religião, em geral, e a Igreja, em particular, possuem um discurso que atinge a vida pessoal, a profissional e a política, engajando os fiéis das mais diferentes formas e veiculando uma visão de mundo que atinge uma vasta gama de comportamentos e espaços. No plano especificamente ligado à política institucional, o discurso da igreja que legitima sua atuação passa tanto por elementos teológicos, quanto pela defesa de valores morais para a sociedade e pela reivindicação de recursos materiais para a instituição e para os fiéis. Em um contexto em que os laços comunitários são fortes e os valores são compartilhados, constituem argumentos que atingem em cheio a visão de mundo daqueles que se engajam na instituição. Nos capítulos seguintes, será abordado como esse discurso é utilizado na prática, em meio às campanhas eleitorais.

### **CAPÍTULO 3 – AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS: A IMPORTÂNCIA DA IGREJA E DOS VALORES RELIGIOSOS**

O presente capítulo abordará a política em ação no momento eleitoral no interior do ambiente da Igreja, especificamente nas eleições legislativas. Conforme já assinalado, procurarei abordar tanto a estratégia de campanha da instituição por seus candidatos, quanto analisar as reações dos fiéis e a sua leitura da campanha durante as eleições gerais de 2014 e 2016. Serão, portanto, analisados tanto os votos e a campanha para deputados estadual e federal, em 2014, quanto para a vereança no município de São Paulo em 2016.

Durante a campanha, a instituição religiosa indica para os fiéis seus candidatos e, com isso, faz um discurso dotado de posição política-eleitoral e elementos religiosos. Os fiéis reagem à indicação e ao discurso e trocam ideias entre si. Em outras palavras, a política toma forma concreta. Tal momento compreende bem o termo "tempo da política" cunhado por antropólogos ligados à escola de antropologia política do Museu Nacional, como Moacir Palmeira, Beatriz Heredia e Claudia Guebel. Para Palmeira (1996), a política não seria uma atividade permanente, mas sim se manifestaria em um "tempo" determinado, em um momento em que "as facções são identificadas e que, por assim dizer, existem plenamente, em conflito aberto". Por tal motivo, trata-se de um momento rico para a análise.

As eleições de 2014 e de 2016 foram emblemáticas em vários sentidos. O lulismo passava por reconfigurações. O governo Dilma de 2010 a 2014 havia atravessado o fim do chamado *boom* das *commodities*. Houve a tentativa frustrada de adotar um modelo de desenvolvimento chamado por Singer de ensaio desenvolvimentista (Singer, 2015). No plano social, pela primeira vez, o lulismo enfrentara manifestações de massa contra si, nas manifestações de junho de 2013, e nas manifestações contra a copa do mundo em 2014. Essas mudanças todas acirraram um cenário de forte polarização social, que passou pela eleição de 2014 e adentrou os anos seguintes, estando em vigor sob diferentes formas e contextos. Em 2015, o segundo governo Dilma Rousseff (PT) iniciou com um novo ministro da economia, Joaquim Levy, que acentuou uma política econômica de ajuste fiscal, gerando críticas de setores de esquerda próximos ao lulismo. A eleição de Eduardo

Cunha (PMDB) para presidente da Câmara dos Deputados, também em 2015, inaugurou o início de relações conflituosas entre congresso e presidência da República. No plano social, as manifestações contra o governo se intensificaram ao longo de 2015 e 2016. No final de 2015, instaura-se um processo de *impeachment* contra a presidenta da República, que culmina no seu afastamento, em 2016, meses antes das eleições municipais. Essa conjuntura será analisada com maiores detalhes no capítulo 4, pois trouxe mais implicações para as eleições executivas do que para as legislativas, e também porque em tal capítulo trataremos especificamente do lulismo. As eleições legislativas, conforme pretendo argumentar no decorrer do presente capítulo, foram mais influenciadas pela confiança dos fiéis nos candidatos promovidos pela Igreja, pelo desejo de representação da comunidade perante o Estado e pela afirmação dos valores religiosos do grupo.

### **3.1. Eleições legislativas de 2014: A Campanha religiosa – A igreja como partido e a aposta na identidade religiosa**

O Ministério Belém da Assembleia de Deus manteve nas eleições de 2014 sua tradição de lançar e apoiar candidatos nas diferentes esferas e níveis em disputa. Conforme já observado no meu mestrado (Valle, 2013), os candidatos indicados que eram de fora da instituição não receberam a mesma energia e o mesmo engajamento por parte do ministério do que aqueles candidatos organicamente ligados à Igreja.

Podemos dizer, portanto, apropriando os termos nativos utilizados pelos pastores do templo do Campo Limpo, que o que balizou a atuação do ministério foi a divisão dos candidatos em dois grupos: os “candidatos da Igreja” de um lado, e os “apoiados”, por outro. No primeiro grupo estavam os candidatos ao legislativo, filhos do pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente do Ministério Belém e da CGADB: Marta Costa, candidata à deputada estadual pelo PSD, e Paulo Freire, candidato a deputado federal pelo PR. Ambos, como procurarei demonstrar adiante, foram candidatos que mobilizaram a estrutura e o engajamento da instituição, dos pastores e de alguns dos fiéis mais engajados dos templos do ministério. Já como

candidatos “apoiados”, podemos citar: Geraldo Alckmim, candidato a governador pelo PSDB; Marina Silva, conforme já mencionado, candidata a presidente da República pelo PSB/Rede; e posteriormente, no segundo turno, Aécio Neves, candidato a presidente da República pelo PSDB. Para o senado, a posição da Igreja foi ambígua: ao mesmo tempo que a figura de Kassab (PSD) compunha alguns dos materiais de campanha de Marta Costa – visto que ambos eram do mesmo partido – a Igreja teria uma proximidade com José Serra, já apoiado em pleitos anteriores, proximidade esta que era recordada pelos fiéis, e em nenhum tempo foi negada nos discursos da Igreja.

Uma hipótese para essa diferença entre apoio formal e engajamento de fato é a de que a Igreja apoiaria formalmente alguns candidatos com quem tem acordos e diálogo, mas que o objetivo dela, na prática, seria o de eleger seus próprios quadros que a representariam e intercederiam por ela no Estado, que estariam, na prática, no legislativo. De qualquer forma, o que fica claro é que o engajamento institucional é muito distinto entre os candidatos, se dá fortemente no plano das eleições legislativas, e é ligado à identificação e ao pertencimento que o candidato tem com a instituição. A seguir, podemos ver como isso se manifestou em alguns dos materiais de campanha distribuídos pelo ministério nos cultos próximos a eleição de 2014 nas portas das igrejas.

Figura 9 – Material de Campanha Marta Costa e Paulo Freire 1



Figura 10 – Material de Campanha Marta Costa e Paulo Freire 2



As figuras 9 e 10, correspondentes aos materiais de campanha de Marta Costa e Paulo Freire são exemplos representativos da forma e das prioridades eleitorais e de engajamento político do Ministério Belém. Nas imagens, o que vemos

é que os campos que representam as escolhas do senador, do governador e do presidente da República permanecem em branco, para serem preenchidos pelos candidatos da preferência dos fiéis. Esse fato ilustra que as prioridades da Instituição religiosa seriam os seus próprios candidatos, com ligação institucional com a Igreja. Os demais candidatos são os “apoiados” – Geraldo Alckmin (PSDB), Gilberto Kassab (PSD) e Marina Silva (PSB/Rede) –, os quais ainda que citados em alguns momentos nos cultos e conversas, não conquistaram o mesmo esforço da instituição na promoção de suas candidaturas.

Outro ponto relevante e ilustrativo presente nesses materiais é o fato de que neles os dois candidatos aparecem juntos, mesmo que estejam em partidos diferentes. Tal fato ilustra outro argumento sobre a atuação eleitoral desses candidatos, já presente na análise das eleições municipais de 2012 em São Paulo (VALLE, 2013) e nas eleições presidenciais de 2014 (BARBOSA, 2016), e que continuará válido na eleição de 2016: o argumento de que as siglas partidárias seriam, na prática, quase irrelevantes para a campanha e os discursos dos candidatos da Igreja. A organização da campanha se deu à regalia dos partidos políticos e de suas pautas. Seria o vínculo com a Igreja que une ambos candidatos, e é para a instituição que esses devem prestar contas e obediência. Esses materiais foram distribuídos nas igrejas do ministério nas semanas anteriores ao pleito eleitoral. No setor 104, no Campo Limpo, os pastores contavam com esses e outros materiais de campanha, os quais eram distribuídos sempre aos finais dos cultos, nas três semanas que antecederam o pleito eleitoral, no lado de fora do templo. Os templos, portanto, funcionavam, na prática, quase como comitês de campanha, onde os apoiadores se reuniam, os materiais eram guardados, distribuídos e os discursos políticos realizados. É a instituição, com seus templos e “militantes”, que faz o papel do partido político.

Outro ponto que ficou evidente por essa pesquisa por meio do acompanhamento das ações dos pastores e da conversa com os membros foi certa diferença de engajamento entre as campanhas de Marta Costa (PSD) e Paulo Preire (PR), sendo a primeira mais mobilizadora. Isso pode ser observado principalmente no templo em que a pesquisa mais se concentrou, na sede do setor 104. Podemos supor que houve alguma variação de engajamento entre os templos com alguns mais próximos de um ou de outro. O fato de Marta Costa (PSD) ter sido candidata

em 2012 para vereadora de São Paulo, e ter visitado muitos templos da capital paulista e conhecido fiéis e pastores nessas visitas podem ser elementos que expliquem um maior destaque a ela no templo observado. Essa hipótese vai ao encontro do argumento de que a identificação com a instituição e com os próprios fiéis que é o motor do engajamento eleitoral da Igreja. Ambos candidatos, no entanto, foram eleitos – Marta Costa com 101.544 votos, e Paulo Freire com 111.300 votos. A votação muito parecida entre eles indica que faz sentido supormos que advém da campanha conjunta e do voto casado entre os dois candidatos, ainda que existam diferenças de engajamento dos templos entre eles. As figuras, a seguir, que trazem a votação geográfica de ambos candidatos, mostram também que além da votação semelhante em termos absolutos, ambos candidatos tiveram o mesmo padrão geográfico de disposição dos votos: votos divididos por toda a cidade, sem se concentrar em uma única área ou zona do município, mas com o padrão de votação maior nas periferias e franjas da cidade. Esse seria também, conforme assinalamos anteriormente, o mesmo padrão da disposição de templos da Assembleia de Deus na cidade. Para além do mesmo padrão, os mapas mostram votações semelhantes em cada uma das seções eleitorais, indicando também o voto casado nas duas candidaturas.

Figura 11 – Disposição Geográfica dos Votos – Marta Costa (PSD) -2014

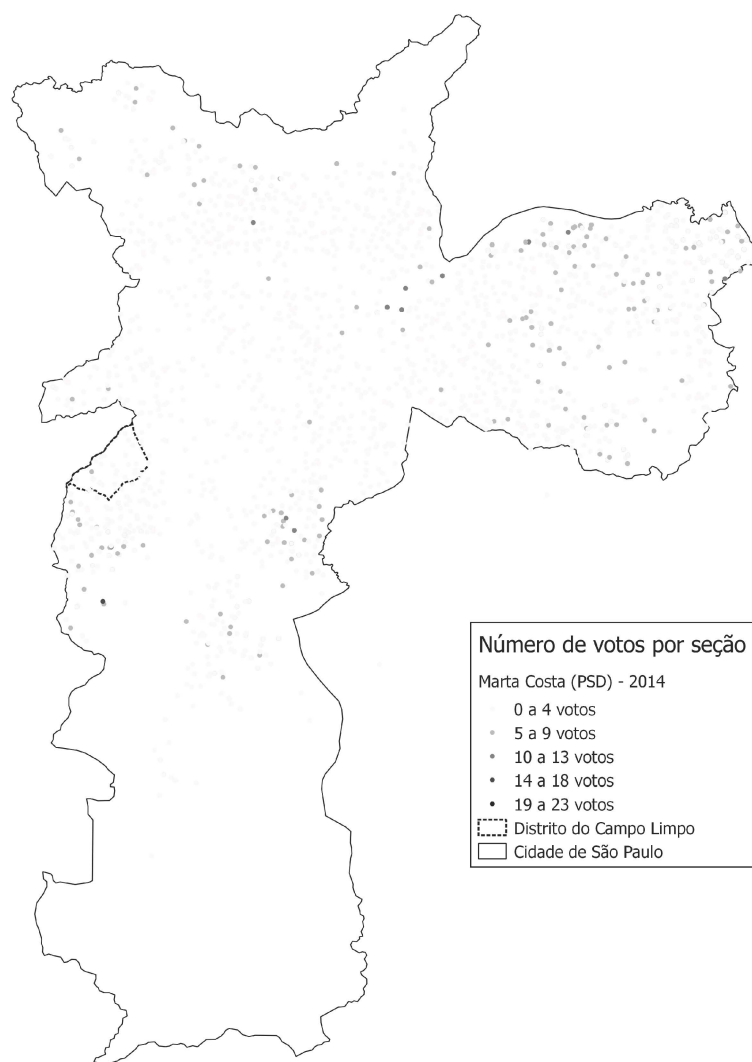
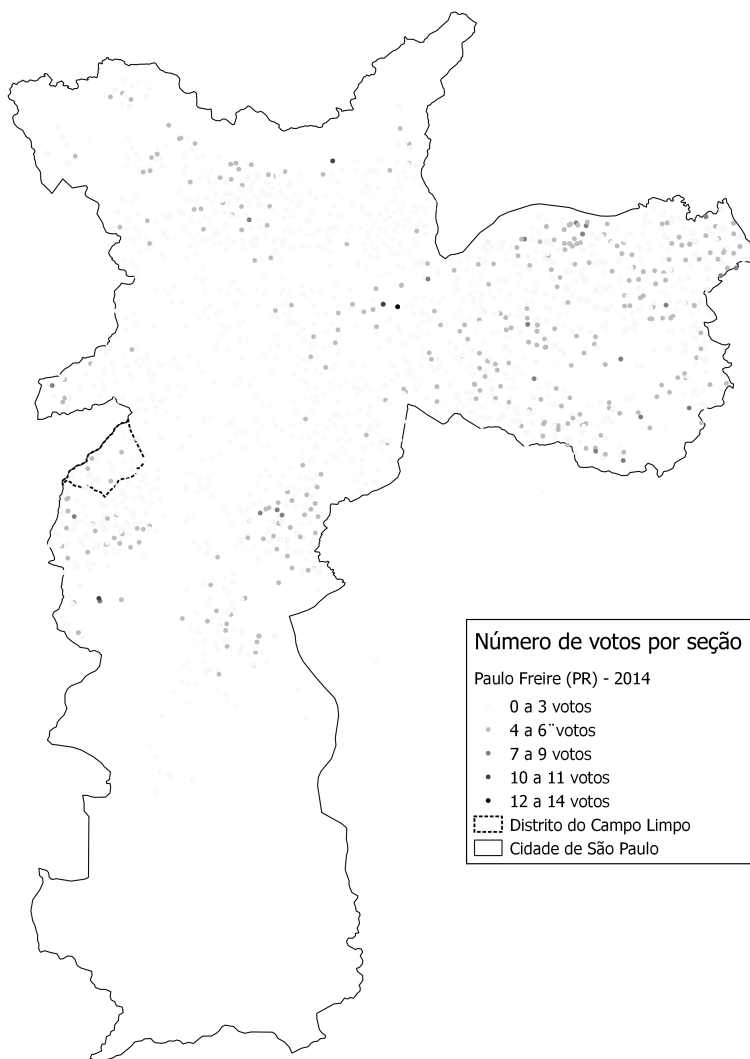


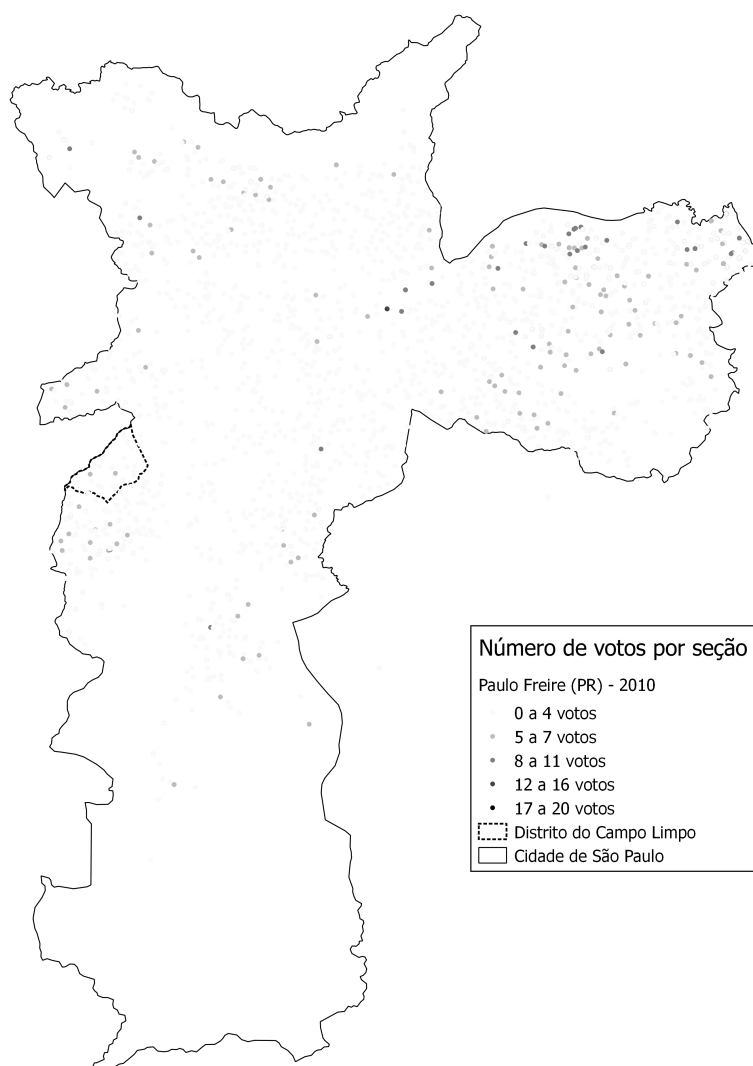
Figura 12 – Disposição Geográfica dos Votos – Paulo Freire (PR) – 2014



A disposição de votos de ambos candidatos também segue o mesmo padrão que Paulo Freire (PR) apresentou nas eleições de 2010, quando concorreu também a deputado federal, apoiado pelo Ministério Belém, também com outros Ministérios da Assembleia de Deus vinculados a CGADB. Nessa eleição, entretanto, Paulo Freire (PR) obteve 161.083 votos, um número consideravelmente superior que a eleição de 2014<sup>51</sup>. O Mapa eleitoral da sua votação nesse pleito pode ser visualizado abaixo.

<sup>51</sup> As causas dessa significativa queda no índice de votos de Paulo Freire (PR) vão além das possibilidades de explicação desta pesquisa, visto que não investigamos as eleições de 2010, o que

Figura 13 – Disposição Geográfica dos Votos – Paulo Freire (PR) – 2010



Com relação a Paulo Freire (PR), conferimos também que sua campanha em 2014 utilizou vínculos com outros candidatos evangélicos sem apoio de grandes Igrejas. É o caso de Serginho Matos (PR), candidato evangélico apoiado pelo pastor Silas Malafaia a Deputado Estadual, que se lançou sem o apoio de grandes denominações e sem fechar as chamadas “dobradinhas” com outro candidato

---

possibilitaria a comparação. No entanto, o relato de uma assessora política do ministério fornece uma pista: Segundo ela, na eleição de 2010, outras igrejas também encamparam a candidatura de Freire, e depois, nas eleições seguintes, lançaram candidatos próprios. Não foi especificado, entretanto, se essas igrejas pertenciam a outros ministérios da Assembleia de Deus, se eram de outras denominações, e tampouco os motivos para que tais Igrejas escolhessem lançar candidatos próprios.

específico a deputado federal. Nas figuras 3 e 4, abaixo, vemos que no seu material de campanha consta a indicação também de Paulo Freire (PR). Tal fato seria uma explicação possível para a maior votação de Paulo Freire em relação a Marta Costa (PSD), o que poderia compensar um menor engajamento de alguns fiéis com a campanha de Freire (PR).

Figura 14 – Material de Campanha de Serginho Matos 1



Figura 15 – Material de Campanha de Serginho Matos 2



É importante citar também que, de forma semelhante ao identificado durante o pleito de 2012 (VALLE, 2013), e em 2014 (BARBOSA, 2016), nas eleições de 2014, observei os candidatos Marta Costa (PSD) e Paulo Freire (PR) concentrando suas campanhas dentro das igrejas e entre os próprios membros do Ministério Belém e outros que fazem parte da CGADB. Tal fato não quer dizer que alguns fiéis não tenham entregado materiais de campanha a conhecidos ou vizinhos, mas sim que o foco e direcionamento das campanhas foi dirigido aos fiéis que vão aos cultos das igrejas do ministério. Nesse sentido, praticamente todas as atividades de campanha que pude conferir desses candidatos envolveram a presença em cultos, a visita a templos e a mobilização de pastores nas mais variadas cidades do estado de São Paulo. Isso é possível, conforme abordaremos no capítulo 5, por conta de que a

instituição possui grande número de fiéis e potenciais eleitores para eleger seus candidatos.

Também pudemos observar que a prática cotidiana da campanha seguia a mesma lógica da já observada durante as eleições em 2012 (VALLE, 2013): algumas das pessoas mais assíduas nos cultos e mais próximas dos pastores locais eram contratados para entregar materiais nos cultos e conversar sobre os candidatos apoiados pela Igreja com fiéis. Nesses espaços, aconteciam algumas conversas sobre a importância da presença de pessoas da Igreja na política e sobre a importância da “defesa da família” que esses políticos fariam. Tal fato também se conecta com a dinâmica de pertencimento e identificação existentes dentro da sociabilidade dos membros da Igreja: a campanha é feita de dentro da comunidade religiosa, voltada para as pessoas de dentro da comunidade religiosa, que defendem uma candidata da instituição, ou seja, da comunidade<sup>52</sup>.

### *3.1.1. Os conteúdos e elementos substantivos da campanha religiosa*

Os conteúdos substantivos da campanha eram baseados na defesa dos interesses da Igreja, da “família” e dos “valores caros para os evangélicos”. Dentro desse escopo, uma questão muito ressaltada e repetida tanto nos materiais de campanha quanto nas interações da campanha foi a relação de confiança que a Igreja tinha nos seus candidatos. Marta Costa (PSD) e Paulo Freire (PR) eram apresentados a todo o momento como filhos do pastor presidente do ministério, como pessoas engajadas e com funções dentro da Igreja, e como pessoas que não manchariam a instituição associando-a a escândalos da política. Nas fotos e materiais de campanha, sempre os dois candidatos apareciam em situações de culto ou ao lado do pastor José Wellington Bezerra da Costa. Na figura 5, reproduzida

---

<sup>52</sup> Houve a campanha do Horário Eleitoral Gratuito, em que Marta Costa e Paulo Freire tiveram inserções na televisão e no rádio e, portanto, foram expostos para o público geral. Nesses espaços, os candidatos não tiveram nenhum tipo de destaque, ficando apenas com os segundos destinados a cada candidatura do partido em questão. Nesse tempo, que era muito curto, diziam seu nome e o número correspondente, e ressaltavam lutar pela “família”. Marta Costa falava a frase que é utilizada nas suas campanhas – “Em Deus prosperamos e edificamos”. Nenhum dos entrevistados remetia a campanha na TV ou rádio durante as entrevistas, e tais inserções nos pareceram simplesmente protocolares.

abaixo, podemos ver que, além da foto ao lado de seu pai, são enumerados dez motivos para se votar em Marta Costa. Desses dez motivos, seis citam nominalmente funções ou ligações da candidata com a Igreja.

Figura 16 – Material de Campanha de Marta Costa

10 motivos para votar em Marta Costa para Deputada Estadual

1. É a candidata da Assembleia de Deus para todo o Estado de São Paulo
2. Representa tanto a capital quanto o interior.
3. Foi escolhida pela CONFRADESP - Convenção Fraternal Inter-Estadual das Assembleias de Deus no Estado de São Paulo
4. É a escolha pessoal do Pastor José Wellington. Ele conhece, por isso confia.
5. É política e focada no trabalho. Se dedica com muito empenho.
6. Firme na igreja, atuante e presente.
7. Defende os interesses da Assembleia de Deus, seus pastores e membros.
8. Já mostrou que dá resultado.
9. Faz história. Foi a primeira mulher a assumir a vice-presidência da Câmara Municipal de São Paulo.
10. Conhece as necessidades das igrejas e dos irmãos.

MARTA COSTA  
55.400

Tendo como terreno relações de proximidade e confiança, a indicação de que um candidato é membro da comunidade religiosa, a representa e tem dela a sua confiança torna-se um elemento de grande impacto para a escolha do voto dos membros da Igreja, principalmente para os cargos legislativos. Ao que parece, a atitude de voltar a campanha para os fiéis da instituição, e não para o público geral, parte da consciência de que a relação de confiança existente entre a membresia e a instituição constitui o aporte que faz com que os fiéis escolham o candidato da Igreja em relação a outros, tanto evangélicos ou fora da esfera religiosa. A campanha dirigida em termos gerais, ou mesmo dirigida ao grupo amplo de evangélicos, abrangendo outras denominações, perderia a especificidade das menções à comunidade a qual Marta Costa (PSD) e Paulo Freire (PR) se vinculam.

Outro ponto importante a ser destacado é que a estratégia de a igreja voltar a campanha para seus próprios membros é bem-sucedida na medida em que o ministério tem uma rede grande e com número suficiente de eleitores para a eleição de seus candidatos nos pleitos proporcionais. No entanto, esse número é grande suficiente apenas para o lançamento de um candidato em cada cargo proporcional. Dessa forma, o Ministério Belém teve que optar entre nomes possíveis de dentro da

sua comunidade para lançar as candidaturas. O deputado federal Paulo Freire (PR), nesse sentido, já era eleito pela Igreja na legislatura 2011-2014. Na assembleia legislativa do estado de São Paulo, o representante da Igreja nesse período era o deputado Adilson Rossi, até então no PSC. Na eleição de 2014, no entanto, o Ministério Belém resolveu não apoiá-lo, e lançar no seu lugar a candidatura de Marta Costa (PSD). Segundo uma assessora política da igreja, a mudança se deu pela necessidade da instituição exercer um controle maior e de ter mais confiança sobre seu representante – e nada melhor, nesse caso, do que a própria filha do pastor presidente.

No plano dos “valores cristãos” que as candidaturas defendiam, o ponto mais ressaltado foi a palavra de ordem da “defesa da família”. Conforme já discutimos, tal pauta se relaciona com questões como a regulação das drogas, do aborto, mas atinge, principalmente, a defesa de uma posição a respeito da sexualidade humana, posição esta que é contrária a qualquer comportamento que desvie do caráter estrito heteronormativo. Nesse sentido, há uma oposição sistemática às pautas LGBTT, principalmente ao casamento homoafetivo, à adoção por casais homossexuais e à discussão de gênero e diversidade sexual nas escolas. Além dessas questões, apareciam também o combate às drogas e ao “satanismo”. A respeito a este último ponto, vale citar o relato de um evento presenciado em um culto: em período de campanha eleitoral e, conseqüentemente, também próximo à data de comemoração do Dia das Bruxas, uma das lideranças<sup>53</sup> da igreja subiu ao púlpito e disse que o MEC – Ministério da Educação – estaria planejando distribuir nas escolas kits com chapéus de bruxo, potes com imitação de sangue, unhas plásticas e receitas de magia, para o Dia das Bruxas. Ela enfatizou que o dia 31 de outubro seria o dia em que satanistas do mundo inteiro se reuniriam contra a igreja e os cristãos, e que tal kit significaria, na verdade, um kit satanista. Segundo essa liderança, os deputados da Igreja e demais deputados evangélicos estariam tentando impedir essa distribuição e a doutrinação satanista às crianças, e ainda assim, afirmou, as mães e pais deveriam vigiar constantemente seus filhos, para não deixá-los ser envolvidos por tais intenções.

---

<sup>53</sup> Nesse caso, era uma das mulheres mais ativas do grupo das mulheres da Igreja, responsável por tarefas e líder de um dos corais do templo.

A partir desse evento relatado, podemos fazer algumas reflexões. Primeiramente, podemos observar que a interpretação sobre o que pode ser considerado uma doutrinação satanista é muito abrangente, podendo alcançar até mesmo eventos regulares do calendário escolar. Podemos também observar como o conteúdo das escolas e o que seria transmitido às crianças já gerava atenção por parte de religiosos, o que ficaria mais evidente nos anos seguintes com o projeto denominado Escola sem Partido<sup>54</sup>, com os esforços para retirar as discussões de gênero do currículo escolar<sup>55</sup>, e com a problematização do contato de crianças com obras de arte consideradas “promíscuas”<sup>56</sup>. Por fim, o evento descrito é revelador de como a confiança existente nesse espaço permite que certas narrativas, que possivelmente seriam tidas como absurdas em outros contextos, podem se tornar factíveis e críveis.

### 3.1.2. As falas oficiais

Outro evento importante a ser relatado é a “fala política”, realizada no domingo de véspera da eleição, pelo pastor dirigente do setor 104 e outro importante pastor do setor, em que se buscou passar a visão da Igreja sobre a eleição e orientar politicamente os fiéis de forma oficial. Tal momento já tinha sido observado nas eleições municipais de 2012 (Valle, 2013). Nessa fala, dois dos principais

---

<sup>54</sup> O projeto Escola Sem Partido passa a ganhar mais espaço na política e na esfera pública brasileira a partir de 2016 e, sobretudo, em 2017. Ele busca impedir que professores discutam conteúdos políticos em sala de aula, bem como possam transmitir suas supostas ideologias aos alunos. O projeto é encabeçado, sobretudo, pelo Movimento Brasil Livre (MBL), e possui apoio de setores evangélicos no congresso nacional. Ver BILENKY, T. Evangélicos fazem lobby com Temer por Escola sem partido. FOLHA DE SÃO PAULO, 28 de julho de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/07/1796402-evangelicos-fazem-lobby-com-temer-por-escola-sem-partido.shtml> acessado em 10/12/17. Para uma análise mais profunda das demandas conservadoras na escola, ver MACEDO, 2017.

<sup>55</sup> Ver <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/base-nacional-comum-curricular-e-alvo-de-grupos-religiosos/> acessado em 10/12/17.

<sup>56</sup> No ano de 2017 ocorreram diversos casos de grupos se manifestando contra obras de arte, performances e exposições, acusando-as de “incentivar à pedofilia” e de “corromper valores da família”. Os casos mais famosos foram o da exposição Queer museu, em Porto Alegre (Ver <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1917269-apos-protesto-mostra-com-tematica-lgbt-em-porto-alegre-e-cancelada.shtml> acessado em 10/12/2017) e da performance intitulada “La Bête” no Museu de Arte Moderna (MAM) em São Paulo ( ver <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/interacao-de-crianca-com-artista-nu-em-museu-de-sp-gera-polemica.ghtml> acessado em 10/12/17).

pastores fizeram discursos ressaltando a importância de os fiéis apoiarem os candidatos da instituição, que “brigam pela Igreja e pelos fiéis perante aos governos”. Os nomes e números de Marta Costa (PSD) e Paulo Freire (PR) foram falados, bem como a indicação para se pegar os materiais de campanha ao final do culto. Nessa fala, feita com grande ênfase, mais uma vez os pastores ressaltaram que, além de brigarem pela Igreja, os candidatos eram parte da instituição, filhos do pastor presidente, e que muitos dos fiéis já os conheciam. Ao fazer tais colocações, mais uma vez os pastores estavam batendo na tecla da identificação dos candidatos com a instituição religiosa, e tentando aproximá-los dos fiéis, colocando-os como parte da mesma comunidade. O discurso dos pastores citou também a candidata à presidente Marina Silva, na época do PSB. Segundo a fala de um dos pastores, ela que seria da mesma Igreja e mesmo ministério, só com a diferença de ser do setor de Brasília. Apesar desse apelo ressaltar o pertencimento de Marina à instituição e à comunidade, sua defesa foi muito mais curta e tímida que os a dos candidatos Marta Costa (PSD) e Paulo Freire (PR). Em nenhum momento dos discursos se tocou no nome Geraldo Alckmin (PSDB), candidato oficialmente apoiado pela instituição para os cargos de governador, tampouco no de Gilberto Kassab (PSD) ou José Serra (PSDB), candidatos ao senado.

### **3.2. A eleição de 2014 sob o olhar dos fiéis: ressonância das pautas comunitárias, mas diferentes engajamentos**

Considerando que o esforço maior da Igreja foi em eleger os candidatos que eram de dentro da instituição, e para isso ela se remeteu principalmente ao elemento da identificação desses candidatos com a comunidade religiosa, podemos dizer que os fiéis compreenderam e corresponderam às intenções da instituição. Assim, como em 2012 (Valle, 2013), constatamos um amplo apoio dos fiéis aos candidatos "da Igreja". A tabela 3, a seguir, mostra esse quadro:

Tabela 3 – Votação entrevistados Legislativo – 2012-2014

	2012		2014			
	Marta Costa (PSD)	Outro	Marta Costa (PSD)	Outro	Paulo Freire	Outro
Lourdes	X		X		X	
Lúcia	X		X		X	
Bruno	X		X		X	
Clóvis	X		X		X	
Eunice	X		X			X
Reginaldo	X		X		X	
Alberto	X		X		X	
Gerson		X	X		X	
Clarisse	X		X		X	
Rita	X		X		X	
Carlos	X		X		X	
Juliana	X		X		X	
Armando	-	-	X			X
Cesar	-	-	-		-	
Inês	-	-	X		X	
Eliana	-	-	X		X	
Renan	-	-	X		X	
Rafael	-	-	X		X	
Guilherme	-	-	X		X	
Sueli	-	-	X		X	

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas com os fiéis.

Marta Costa (PSD) aparecia nos discursos dos fiéis – tanto nas entrevistas como nas interações cotidianas analisadas – como uma candidata reconhecida, com qualidades e merecedora dos votos pessoais. Muitas vezes, os discursos atribuíam não só o reconhecimento da candidata como parte da comunidade religiosa, como até mesmo certa proximidade por parte dos fiéis com esta. Outro elemento presente nos discursos era a ideia de que Marta Costa (PSD) havia feito um bom trabalho como vereadora, e como deputada estadual poderia aprofundar esse trabalho. Alguns trechos das entrevistas compiladas a seguir ilustram essa interpretação:

A Marta é dez, né? Uma pessoa do bem, humilde, que se puder, ajuda todo mundo. A gente sabe que ela lá faz tudo o que pode e ajuda muito a igreja. Coisa burocrática, liberação, essas coisas.

(Lúcia, 49 anos, vendedora)

A Marta vir aqui é um presente, uma bênção. Ela trata todo mundo igual, do filho do mais pobrezinho ao mais rico. A gente vê que não tem diferença. Fala com os pais, fala da família, que é a coisa mais importante que a gente tem. Hoje em dia nesse mundo a gente não sabe o que esperar com violência, com droga. Nisso a Marta tá atenta, pra resgatar também, sabe? Toda a parte de clínica [de recuperação], essas coisas é com ela.

(Rita, 57 anos, pensionista)

Ela é uma pessoa boa, que ajuda muito o nosso [pastor] presidente, nossa igreja. As crianças estão muito bem com ela (...). Como vereadora ela faz as coisas que ela pode, junto com outros cristãos. Ajuda a igreja, e ajuda a barrar coisas que são contra a visão de Deus, e veja bem, isso é muito importante. Homossexualismo, bruxaria, drogas. Hoje o mundo tá muito perdido, você vê a vida das pessoas e fica triste. Bandidagem, droga, falta de valores.

(Alberto, 37 anos, segurança)

[voto na Marta] Por mais que a gente saiba que não vai mudar muita coisa, né? Não tem como, uma pessoa só, e mesmo com os outros cristãos. Os outros [políticos] são muitos, não pensam em nada, só no deles. Eu prefiro a

Marta que é da Igreja, que vem aqui, que trata as pessoas bem. Não dá pra fazer muita coisa, mas dá pra segurar alguma coisinha, pra não dificultar as igrejas. Não tá bom, mas já tá bom demais.

(Juliana, 30 anos, balconista)

Vereadora, ela cuidou de muitas coisas pra igreja e alguns irmãos, fez seu papel, ainda que seja uma só. Agora vamos colocar ela como deputada estadual, vai ganhar com certeza. É uma coisa a mais, mais importante do que o que ela faz hoje. Ela merece mais que esses outros que a gente vê. E vai fazer coisas mais importantes do que já faz.

(Gerson, 38 anos, fotógrafo)

Realmente, era possível observar a presença de Marta Costa (PSD) na Igreja com certa frequência, em torno de 2 vezes por ano, geralmente nas atividades mais importantes do setor 104, como os congressos e a festa do dia das crianças, em que ela mesma conduz uma atividade com as crianças do setor, em que estas oram, cantam e no final recebem doces e presentes da igreja. Esse é um procedimento regular da filha do pastor presidente do Ministério Belém, que como sua diretora do setor das crianças, passa uma parte considerável do tempo visitando templos na capital e outras cidades do Estado, e com isso estabelece contato direto com os fiéis. Essa relação é próxima com as pessoas mais assíduas e mais engajadas do templo, bem como os que possuem filhos e os levam para as atividades da igreja com crianças – e mais especialmente com as mães do que com os pais. Outro ponto a ser destacado das entrevistas é que a identificação pessoal com Marta Costa faz com que ela seja vista como merecedora do voto e do cargo, em uma interpretação que também envolve os atributos pessoais da candidata – o fato de ela “merecer” pessoalmente, e não só possuir atributos políticos-representativos. Nesse sentido, também o fato de ela abandonar a vereança para se candidatar à deputada estadual não é visto como um problema, e sim como uma trajetória de ascensão, que é pessoal, mas que também vai trazer benefícios representativos para a comunidade.

Já o caso do pastor Paulo Freire (PR) traz algumas diferenças com o de Marta Costa (PSD). Sua atuação é tida como mais impessoal e não envolve o contato direto e assíduo com os membros da igreja. Já sendo deputado federal e

passando a maior parte do tempo em Brasília, os fiéis do templo do Campo Limpo não o conhecem. Ou seja, ainda que seja também pastor e filho do presidente do ministério, sua principal atividade cotidiana era a política institucional, e não a relação direta com o ministério. Isso, no entanto, não teve um efeito negativo significativo na conquista dos votos dos fiéis, visto que a maioria dos indagados afirmaram apoiá-lo e terem votado nele – ainda que nem todos os votantes de Marta Costa (PSD) o fizessem. Ainda assim, as falas, quase unanimemente, o distinguem de Marta Costa (PSD) no quesito de proximidade e até mesmo de pertencimento. Em um caso, foi essa uma justificativa para o voto em outro candidato. Os trechos de entrevistas a seguir retratam esse quadro:

O Paulo é mais distante da Marta. Ela vem aqui, conversa com as pessoas, cuida das crianças. Ele, a gente sabe que é filho do [pastor] presidente, sabe que é de confiança, sério, mas não tem aquela coisa próxima. Também ele tá em Brasília já, tem outras coisas (...). Mas votei nele sim, por ser da igreja e ter essa relação.

(Juliana, 33 anos, esteticista)

A Marta, a gente tem um contato. Voto nela por ela mesmo. O Paulo Freire eu voto porque a Igreja pede .

(Eunice, 37 anos, empregada doméstica).

A Marta, eu gosto pelas coisas que ela faz na igreja. Voto nela porque conheço o trabalho, e isso hoje em dia é sem comparação. O Paulo eu gosto também, é da igreja também, mas é outra coisa, né? Pra falar a verdade não votei nele, votei num deputado que me falaram, mas que é cristão também.

(Rita, 59 anos, pensionista)

A Marta trabalha com o povo, com as crianças do ministério, e faz um bom trabalho na política também. O Paulo é homem, é o braço direito do pastor [José Wellington]. Cuida de coisas mais

complicadas, fica em Brasília. É outra função, muito importante, só com juiz, ministro, deputado. Não aparece tanto, mas é o defensor da igreja lá em cima. Precisa ter isso também.

(Rafael, 46 anos, enfermeiro)

Como podemos ver nos discursos, há um grande reconhecimento da diferença entre ambos, mas essa diferença acaba com pouca interferência prática. Ainda assim é alguma diferença, que implica em que há casos em que o voto é depositado em Marta Costa (PSD), mas não em Paulo Freire (PR). No caso de Rafael, podemos ver também que há um componente de gênero na sua fala, não só implícito, mas verbalizado, que dá justificativa para a diferença entre dois perfis: enquanto o homem trabalha com as questões importantes e com as pessoas mais importantes – e todos os cargos de importância mencionados são também sendo conjugados no masculino –, a mulher tem um posto também importante, mas inferior, e com suas atividades associadas ao contato e ao cuidado, tanto com as crianças quanto com os fiéis.

Outro ponto a ser destacado é que, apesar de nas justificativas dos fiéis para o voto aparecer principalmente a relação de pertencimento dos candidatos à Igreja, há também menções ao apoio das pautas morais que a Igreja defende, já discutidas anteriormente, as quais circulam a chave de “defesa da família” e dos “valores cristãos”. De certa forma, porém, o que está por trás, tanto da defesa de tais pautas, quanto do voto devido ao pertencimento à instituição da Assembleia de Deus, é juntamente a identificação dos fiéis com a comunidade evangélica, no geral, com os seus valores professados e com a Assembleia de Deus, no particular, o que envolve seus interesses materiais. Essa identificação parece ter sido fundamental para a escolha desses candidatos, que partem de dentro da instituição e disputam cargos legislativos levando as pautas das igrejas.

É interessante notar que o debate econômico e as pautas efetivamente materiais praticamente não aparecem nas justificativas e razões que dirigem o voto. Como mencionado, os fiéis associam a esfera legislativa à defesa de seus valores e da sua comunidade, enquanto as pautas econômicas são vistas como matérias do executivo. Esse ponto será discutido com maior profundidade no capítulo 4.

### 3.3 A eleição legislativa de 2016: a construção de uma nova candidata

Um primeiro aspecto a ser levantado sobre a eleição de 2016 é que, da mesma forma que no pleito eleitoral de 2014, houve em 2016 também uma grande diferença de engajamento entre a candidatura oficial da instituição, para o legislativo, e o candidato a prefeito apoiado pelo ministério. Na *candidatura oficial*, o Ministério Belém apoiou Rute Costa (PSD), filha do pastor presidente José Wellington Bezerra da Costa, e de sua mulher Wanda Costa, e irmã mais nova do Deputado Federal Paulo Freire (PR) e da Deputada Estadual Marta Costa (PSD). A candidatura de Rute Costa buscava preencher o papel ocupado anteriormente por Marta Costa (PSD) na câmara de vereadores, visto que ela, conforme vimos no capítulo anterior, havia abandonado sua função de vereança para tornar-se deputada estadual. Já como *candidatura apoiada* para o cargo de prefeito, o Ministério Belém apoiou o candidato João Dória (PSDB) – apesar de Rute Costa ser do mesmo partido que Marta Suplicy. Há, neste ponto, uma importante consideração a ser feita: Partidariamente, o PSD, partido no qual Rute Costa concorreu às eleições, saiu coligado com o PMDB, da candidata Marta Suplicy, ex-prefeita da capital paulista, a época pelo PT (2001 – 2005). Durante a pré-campanha eleitoral, o PSD havia abrigado ex-subprefeito paulistano Andrea Matarazzo, tradicional político do PSDB de São Paulo, lançando sua pré-candidatura. Matarazzo havia saído do PSDB após ter entrado em conflitos no interior do partido durante as prévias eleitorais, em que concorreu para ser prefeito com João Dória, sendo derrotado por este. O PSD, no entanto, acabou abdicando da sua candidatura e entrando em acordo com o PMDB, que por sua vez, havia poucos meses antes abrigado a ex-prefeita petista Marta Suplicy, recém-saída do PT após ser preterida como candidata por Fernando Haddad (PT). A relação do Ministério Belém com Marta Suplicy nunca fora boa. Conforme apontamos anteriormente (Valle 2013), os pastores da igreja diziam que durante a sua gestão, a prefeitura havia dificultado o funcionamento e a abertura de novos templos, gerando conflitos entre Igreja e prefeitura. Além disso, Marta Suplicy foi a relatora do projeto de lei PL 122, que buscava a criminalização de práticas homofóbicas, gerando grande conflito com as igrejas evangélicas, conforme já relatado no capítulo 1.

Nos panfletos oficiais e na propaganda no horário eleitoral gratuito havia, portanto, a menção que Rute Costa (PSD) estava na coligação de Marta Suplicy, enquanto no discurso prático a sua campanha era feita em conjunto com a de João Dória (PSDB). Quando indaguei uma assessora política da igreja sobre a coligação com a Marta Suplicy (PMDB), foi manifestado um constrangimento pelo fato, que era justificado como sendo “por conta da burocracia”. Esse desencontro entre a posição partidária e a ligação de fato entre a candidatura Rute Costa (PSD) e as candidaturas a prefeito é mais um elemento que mostra o ministério atuando como partido político e sendo mais importante no plano eleitoral que o próprio partido em si.

Um segundo ponto a ser destacado é que, ao contrário das eleições anteriores revistadas neste trabalho e no meu mestrado (VALLE, 2013), em que os candidatos apoiados pelo ministério já haviam concorrido em pleitos anteriores, a candidatura Rute Costa (PSD) estava concorrendo pela primeira vez. Além de não ter concorrido a nenhuma eleição anteriormente, Rute também não era amplamente conhecida nem detinha um cargo de grande visibilidade pelos fiéis<sup>57</sup>. Diferentemente de Marta Costa (PSD) e de Paulo Freire (PR), que já possuíam no mínimo um histórico de atuação em defesa da igreja e, no caso de Marta Costa (PSD), uma ligação direta com próprios fiéis proporcionada pelo sua atuação no ministério, a candidatura de Rute Costa (PSD) tinha o apelo somente da ligação com a instituição Ministério Belém e com a família do pastor presidente José Wellington. Isso torna sua candidatura especialmente interessante de ser analisada. Como procurarei demonstrar nesta seção, a campanha de Rute Costa foi baseada justamente na sua ligação com a instituição, e a falta de um histórico político não se mostrou um impedimento para as ações de campanha da igreja e tampouco para que os fiéis pudessem apoiá-la.

Tal como nas eleições de 2014 e 2012 (VALLE 2013), a campanha de Rute Costa (PSD) foi concentrada dentro das igrejas e entre os próprios membros do Ministério Belém e outros que fazem parte da CGADB. Conforme já afirmamos no capítulo anterior, tal fato não quer dizer que fiéis não tenham entregado materiais a conhecidos ou vizinhos, mas sim que o foco e direcionamento da campanha foi

---

<sup>57</sup> Apesar de líder dos Adolescentes do Ministério, Rute Costa não circulava sistematicamente entre os templos dos ministérios ao redor da cidade ou do estado. Sua atividade se dava basicamente na Igreja Sede do Ministério Belém. Quando indagados sobre o conhecimento acerca

dirigido aos fiéis que vão aos cultos das igrejas da Assembleia de Deus – Ministério Belém. As atividades de campanha que pude conferir envolveram a presença em cultos, a visita a templos e a mobilização de pastores dos setores do Ministério Belém e de ministérios próximos pertencentes a CGADB. Foi também feito um *site* e perfis da candidata nas redes sociais Facebook e Instagram.

No Horário Eleitoral Gratuito, Rute Costa (PSD) utilizou sua breve inserção para dizer o seguinte texto: “Nasci em um Lar evangélico da Assembleia de Deus, meu pai e minha mãe sempre me ensinaram o valor de Deus em nossa vida. É para isso que eu quero usar a política, como força motivadora que multiplique essa mensagem de Deus para os nossos jovens, para que eles saibam que existe um futuro melhor”, junto a apresentação de seu nome e número<sup>58</sup>. Já a prática cotidiana da campanha seguia a mesma lógica da já observada das eleições anteriores: algumas das pessoas mais assíduas nos cultos e mais próximas dos pastores locais eram contratados para entregar materiais nos cultos e conversar sobre os candidatos apoiados pela Igreja com fiéis. Nesses espaços, era apresentado Rute Costa (PSD) e sua ligação com Marta Costa (PSD), Paulo Freire (PR) e o pastor presidente José Wellington. Seguindo o roteiro de outras eleições, falava-se também na importância da presença de pessoas da Igreja na política e sobre a “defesa da família” que os políticos cristãos realizavam. Todo esse conjunto de ações se conecta com a dinâmica de pertencimento e identificavam existentes dentro da sociabilidade dos membros da Igreja: a campanha é feita de dentro da comunidade religiosa, voltada para as pessoas de dentro da comunidade religiosa, que defendem uma candidata da instituição, ou seja, da comunidade.

As figuras, a seguir, mostram alguns dos materiais de campanha oferecidos nesse contexto:

---

<sup>58</sup> O vídeo da inserção da campanha de Rute Costa (PSD) no horário eleitoral gratuito na televisão pode ser conferido no site: <https://www.youtube.com/watch?v=OkZrolq2bls> acessado em 7 de novembro de 2018.

Figura 17 – Material de Campanha – Rute Costa 1



Figura 18 – Material de Campanha – Rute Costa 2



As figuras 17 e 18 ilustram alguns dos elementos discutidos até aqui. Nelas vemos que as informações partidárias trazem apenas a coligação PSD/PMDB, sem mencionar a candidatura da prefeita de Marta Suplicy (PMDB). Vemos também a veiculação da imagem de Rute Costa (PSD) com sua família, no primeiro caso, seus pais, o pastor presidente do ministério e da CGADB, José Wellington Bezerra da Costa, com a sua esposa, e no segundo caso, a deputada estadual e sua irmã, Marta Costa (PSD). Outra versão do mesmo panfleto com o deputado federal Paulo Freire (PR), seu irmão, também existia e foi divulgado nos cultos e também nas redes sociais da candidata – no entanto, o seu uso foi menor. Esse fato corrobora o exposto no tópico anterior, de que enquanto a relação de Marta Costa (PSD) com os fiéis era mais presente, direta e próxima, a de Paulo Freire (PR) seria mais distante e versada institucionalmente pelo ministério. Nesse sentido, o uso maior de material de Rute Costa (PSD) ao lado de Marta Costa (PSD) teria um apelo de campanha

melhor. A frase bíblica “Estamos fazendo uma grande obra, não podemos parar (Ne 6:3)” foi o *slogan* de campanha, e esteve presente em todas as imagens, panfletos, figuras e textos divulgados tanto na internet quando fisicamente nos cultos. A frase marca, por um lado, a partir de uma citação bíblica, a identidade cristã da candidata, ligando-a a esse setor religioso. Por outro, também dialoga com o discurso do papel indispensável que a Igreja cumpre na política, que não poderia ser interrompido.

Com o objetivo de ressaltar a ligação de Rute Costa (PSD) com a comunidade religiosa, a sua campanha também fez imagens da candidata com dezenas de pastores responsáveis por setores do Ministério Belém ou de outros ministérios que compunham a CGADB e que também a apoiaram. Essas imagens foram compartilhadas nas redes sociais da candidata e em alguns casos foram panfletadas. Abaixo, temos o exemplo do pastor responsável pelo setor do campo limpo, onde esta pesquisa se concentrou.

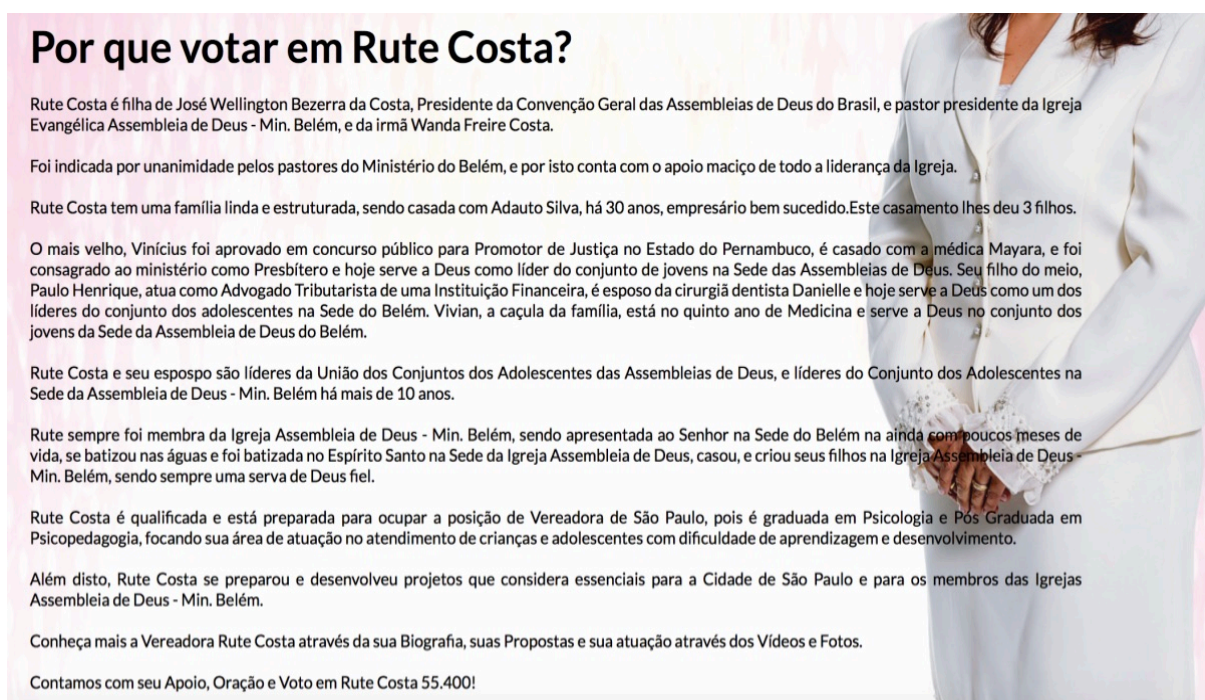
Figura 19 – Material de Campanha – Rute Costa 3



Dessa forma, tal como nas eleições anteriores analisadas, o conteúdo substantivo da campanha foi muito centrado nas marcas de pertencimento à comunidade religiosa. Imediatamente com a associação de Rute Costa (PSD) à Assembleia de Deus e ao Ministério Belém, vem também a defesa dos interesses da Igreja e dos seus valores, em que a “defesa da família” ganha centralidade. Como já discutido em diversos pontos deste trabalho, tal pauta se relaciona principalmente com a defesa de uma posição tradicional de família, composta por homem, mulher e filhos, e que é contrária a qualquer comportamento que desvie do caráter estrito heteronormativo, o que se traduz em uma oposição sistemática às pautas LGBTT, principalmente ao casamento homoafetivo, à adoção por casais homossexuais e à discussão de gênero e diversidade sexual nas escolas.

Todos esses elementos podem ser conferidos também em um panfleto distribuído aos fiéis e que também foi veiculado na internet, em que, seguindo o mesmo modelo e estratégia de campanha de Marta Costa (PSD) em 2014<sup>59</sup>, apontava as razões para que os fiéis votassem em Rute Costa (PSD) como vereadora. Ele pode ser conferido na imagem abaixo.

Figura 20 – Material de Campanha – Razões para se votar em Rute Costa



**Por que votar em Rute Costa?**

Rute Costa é filha de José Wellington Bezerra da Costa, Presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil, e pastor presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Min. Belém, e da irmã Wanda Freire Costa.

Foi indicada por unanimidade pelos pastores do Ministério do Belém, e por isto conta com o apoio maciço de toda a liderança da Igreja.

Rute Costa tem uma família linda e estruturada, sendo casada com Aduino Silva, há 30 anos, empresário bem sucedido. Este casamento lhes deu 3 filhos.

O mais velho, Vinícius foi aprovado em concurso público para Promotor de Justiça no Estado do Pernambuco, é casado com a médica Mayara, e foi consagrado ao ministério como Presbítero e hoje serve a Deus como líder do conjunto de jovens na Sede das Assembleias de Deus. Seu filho do meio, Paulo Henrique, atua como Advogado Tributarista de uma Instituição Financeira, é esposo da cirurgiã dentista Danielle e hoje serve a Deus como um dos líderes do conjunto dos adolescentes na Sede do Belém. Vivian, a caçula da família, está no quinto ano de Medicina e serve a Deus no conjunto dos jovens da Sede da Assembleia de Deus do Belém.

Rute Costa e seu esposo são líderes da União dos Conjuntos dos Adolescentes das Assembleias de Deus, e líderes do Conjunto dos Adolescentes na Sede da Assembleia de Deus - Min. Belém há mais de 10 anos.

Rute sempre foi membra da Igreja Assembleia de Deus - Min. Belém, sendo apresentada ao Senhor na Sede do Belém na ainda com poucos meses de vida, se batizou nas águas e foi batizada no Espírito Santo na Sede da Igreja Assembleia de Deus, casou, e criou seus filhos na Igreja Assembleia de Deus - Min. Belém, sendo sempre uma serva de Deus fiel.

Rute Costa é qualificada e está preparada para ocupar a posição de Vereadora de São Paulo, pois é graduada em Psicologia e Pós Graduada em Psicopedagogia, focando sua área de atuação no atendimento de crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizagem e desenvolvimento.

Além disto, Rute Costa se preparou e desenvolveu projetos que considera essenciais para a Cidade de São Paulo e para os membros das Igrejas Assembleia de Deus - Min. Belém.

Conheça mais a Vereadora Rute Costa através da sua Biografia, suas Propostas e sua atuação através dos Vídeos e Fotos.

Contamos com seu Apoio, Oração e Voto em Rute Costa 55.400!

As razões apontadas no panfleto, além de comporem uma síntese de todos os elementos presentes na campanha e já ressaltados, trazem também pontos da história de vida e diversas características pessoais da candidata. Nesse retrato, a relação familiar de Rute Costa (PSD) é exposta como exemplo de conduta e de formação familiar dentro dos parâmetros defendidos pela instituição: É casada, com filhos e toda a família se encontra unida professando a mesma fé e frequentando a igreja. Seus filhos estudaram e se tornaram bem-sucedidos. Há a construção, portanto, de uma família ideal que se enquadra na concepção de “valores da família”

<sup>59</sup> A semelhança entre as campanhas de 2014 e 2016 não é por acaso. Segundo conferi com a assessora de campanha de Marta e Rute, a equipe que coordenou as campanhas era basicamente composta pelas mesmas pessoas, e houve a interpretação que as ações de 2014 de Marta Costa deveriam ser repetidas em 2016, e que seria interessante mostrar as duas juntas para os fiéis – já que Marta Costa seria uma pessoa benquista e, ao mesmo tempo, muito próxima da irmã.

que a igreja defende. Poderíamos dizer também que a caracterização de Rute Costa (PSD) traz também um modelo de mulher cristã bem-sucedida – casada com evangélico, estudada, boa mãe e com atuação reconhecida na Igreja. Sua imagem traz todo a vestimenta e a composição estética associada aos evangélicos, com cabelos compridos, roupas sociais e longas, cobrindo colo e braços, ausência de maquiagem aparente e adereços corporais. Toda a composição, portanto, é ajustada aos parâmetros morais, familiares e de gênero defendidos pela instituição.

### *3.3.1. A fala oficial pré-eleição de 2016*

Como as demais eleições acompanhadas, em 2016, também observamos a “fala política” do pastor há uma semana do pleito. Essa fala seguiu o modelo das anteriores presenciadas, em que dois dos principais pastores fizeram discursos ressaltando a importância de os fiéis apoiarem os candidatos da instituição, que “brigam pela Igreja e pelos fiéis perante aos governos”. Foi ressaltado que os candidatos da Igreja, no geral, brigam pela instituição, conseguem ajudar a espalhar a sua doutrina e a barrar projetos que são contrários a Igreja. Em seguida, foi falado o nome e número de Rute Costa, ressaltando que ela é filha do pastor presidente José Wellington e irmã de Marta Costa. Foi também indicado para que os fiéis pegassem materiais de campanha ao final do culto.

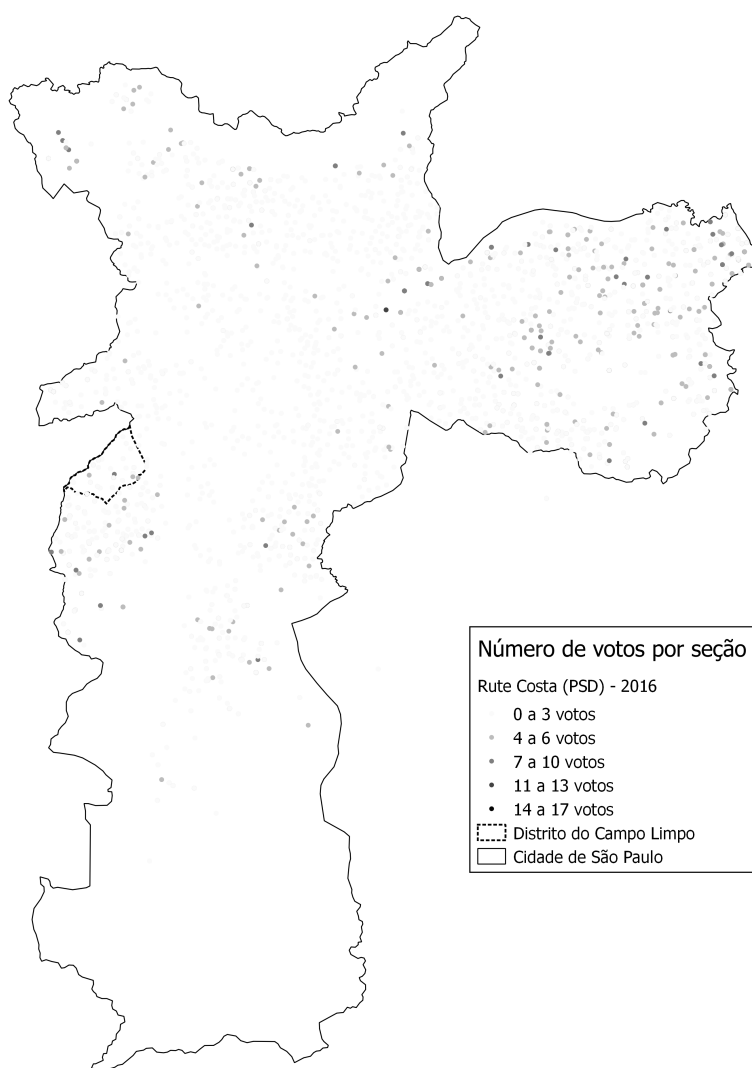
Nessa fala também foi falado que a Igreja apoia o candidato João Dória (PSDB). No seu discurso, o pastor disse que Dória era um trabalhador, e que tinha mostrado que era alguém que não atrapalharia a Igreja, e que talvez até ajudasse nas obras para Deus. Além disso, ele foi tido como o candidato que iria “vencer o PT”. O pastor dizia que a igreja estava fazendo o possível para ajudar os irmãos necessitados, mas que os próprios fiéis precisavam se ajudar, votando melhor, o que naquele contexto claramente significava votar em Rute Costa (PSD) para o legislativo e não votar no PT para a prefeitura<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> A discussão sobre a relação antipetista da instituição será melhor detalhada e abordada no capítulo 4.

Como resultado da campanha, Rute Costa (PSD) foi eleita com 33.999 votos, sendo a 29ª eleita da capital. Tal votação foi bem próxima dos 32.914 votos recebidos por Marta Costa (PSD) para vereadora no ano de 2012. A figura 21, abaixo, mostra a disposição geográfica desses votos no município.

Figura 21 – Disposição geográfica dos votos Rute Costa (PSD) – 2016.



Conforme podemos observar, o mapa é muito semelhante aos apresentados de Marta Costa (PSD) e Paulo Freire (PR) nas eleições de 2014 e 2010: ele mostra uma votação espalhada por toda a cidade, mas concentrada principalmente nos

bairros periféricos. Essa votação é coerente com a disposição dos templos do Ministério Belém na Cidade, e estes, por sua vez, são dispostos próximos aos locais de moradia dos seus fiéis. A semelhança entre os mapas eleitorais de Rute Costa (PSD), Marta Costa (PSD) e Paulo Freire (PR) também mostra que há um padrão de voto desses candidatos da instituição, o que sugere, quando olhamos para o quadro geral das campanhas, – ainda que não possamos afirmar – que são em parte dos mesmos eleitores. A tabela 4 deste capítulo traz a votação dos entrevistados ao longo do tempo para as eleições legislativas e também corrobora com essa hipótese.

### 3.4. O comportamento dos fiéis na eleição legislativa de 2016: votação na candidata oficial, mas com mudanças subjetivas

O comportamento dos fiéis nas eleições de 2016 trouxe mudanças consideráveis quando comparamos com as eleições anteriores. No plano legislativo, assim como nas eleições de 2014, analisada no capítulo anterior, e a eleição municipal de 2012, analisada anteriormente (Valle 2013), constatamos uma votação ampla dos fiéis à candidata oficial da instituição, Rute Costa (PSD). No entanto, a despeito do quadro de votos, aconteceram mudanças subjetivas no plano identificação de um grupo de fiéis com os políticos da igreja.

Em termos de votação, o quadro de escolha dos fiéis permaneceu com poucas mudanças, conforme pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 4 – Votação dos entrevistados para candidatos ao Legislativo – 2012-2016

	2012		2014				2016	
	Marta Costa (PSD)	Outro	Marta Costa (PSD)	Outro	Paulo Freire (PR)	Outro	Rute Costa (PSD)	Outro/ nulo
Lourdes	X		X		X		X	
Lúcia	X		X		X		X	

Bruno	X		X		X		X	
Clóvis	X		X		X		X	
Eunice	X		X			X	X	
Reginaldo	X		X		X			X
Alberto	X		X		X		X	
Gerson		X	X		X		X	
Clarisse	X		X		X		X	
Rita	X		X		X			X
Carlos	X		X		X		X	
Juliana	X		X		X		X	
Armando	-	-	X			X	X	
Cesar	-	-	-		-			X
Inês	-	-	X		X		X	
Eliana	-	-	X		X		X	
Renan	-	-	X		X		X	
Rafael	-	-	X		X		X	
Guilherme	-	-	X		X		X	
Sueli	-	-	X		X		X	

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas em profundidade.

Conforme podemos conferir, apesar de os dados confirmarem um grande apoio dos entrevistados à candidatura de Rute Costa (PSD), a despeito de ela não ser conhecida pelos fiéis antes da eleição, reafirmando assim o cenário de apoio dos fiéis aos candidatos oficiais da instituição, há algumas mudanças a serem assinaladas. Como pode ser visto, Reginaldo e Rita, que antes votavam em Marta Costa (PSD) e em Paulo Freire (PR), acabaram por anular o voto, rompendo com o quadro de unanimidade dos fiéis para a candidatura oficial. César, que votou pela primeira vez, também não o fez em Rute Costa (PSD). Conforme pretendo apontar,

esse fenômeno poderia ter sido ainda maior, dada a insatisfação com os políticos da Igreja mostrada por outros fiéis nas entrevistas em profundidade realizadas.

Conforme assinalamos no início do capítulo e veremos com mais profundidade no capítulo 4, o ano de 2016 contou com um alto nível de conturbação política, com diversas manifestações, *impeachment*, e diversas crises, ao mesmo tempo em que a situação econômica e o desemprego aumentavam. Nesse quadro, ainda que os fiéis demonstrassem apoio e respeito à campanha política eleitoral da igreja durante os cultos, as falas e a entrega de materiais, nos momentos de entrevistas – mais reservados – as queixas gerais à política e aos políticos, que sempre estiveram presentes, foram ainda mais contundentes e atingiram também os políticos evangélicos, inclusive os da Assembleia de Deus e do Ministério Belém. Os trechos de entrevistas selecionados abaixo ilustram esse quadro.

Na nossa política tá tudo dividido e vai ficar cada vez mais, a bancada de evangélicos, outra bancada não evangélica. Os evangélicos, em si, votam a favor do evangelho, mas a corrupção tá tão grande que nota que... não é que se deixam convencer... eles se deixam vencer, se corrompem. Se corrompem, eu vou lhe ser sincero, a maioria se corrompe.

– *O senhor gosta dos candidatos que a igreja apoia? A Ruth Costa, a Marta Costa, o Paulo Freire...?*<sup>61</sup>

Não. Não é que eu não goste... Ruth Costa, Marta Costa, Paulo Freire, todos eles foram colocados lá. O José Wellington colocou, que é o cabeça de todos... colocou lá todos eles. Vou lhe dizer uma coisa, a Marta Costa, a Rute Costa. A Ruth, que foi a última que foi eleita, quem diria que ela um dia fosse?

– *O senhor votou neles?*

Vou te ser sincero, Vinicius, como evangélico, temos que votar. Não é temos... mas vamos votar em quem? É uma causa que eles têm, outros não têm nenhuma.

(Clóvis, 69 anos, aposentado)

---

<sup>61</sup> Nas entrevistas as partes em itálico representam as falas do entrevistador.

Tem muitos políticos lá dentro, evangélicos. Mas tudo caladinho, debaixo do pano, não falam nada. E tem muitos evangélicos lá, tem muito, quer dizer, dá pra se unir e ajudar e fazer umas leis legais. "Vamos fazer uma reunião? Vamos chamar o presidente da República?", eu não posso, você não pode, mas eles podem, eles estão lá dentro. "Vamos falar com o presidente da República que as leis tão ruins pro brasileiro, a lei não tá boa, vamos ajudar de qualquer forma, nós estamos aqui...". Engraçado, que eles se elegem e falam assim "não é pra ajudar a igreja, é pra ser a porta-voz de vocês", só que você não vê falar um. O Magno Malta se levanta, que eu já vi ele em debates feio e chamando eles de corruptos, chamando eles de cachorro, eu já vi. Marcos Feliciano também, tentaram denegrir a imagem dele, ele foi lá, provou a inocência dele, uma vadia lá que falou que teve um caso com ele, nos mesmos horários que ele tava trabalhando. Então, eu tiro o chapéu pra esses caras. Os únicos, porque os outros é tudo de biquinho calado, sabe?

– *Os candidatos da igreja, por exemplo? Você diz o Paulo Freire, a Marta Costa?*

É isso que eu tô falando. Os candidatos da igreja mesmo, tudo caladinho. Ganhando o deles e o resto que se dane. Tudo calado, você não vê um comentário deles lá. Você já procurou?

– *Tão muito quietos, você acha?*

Já procurou ver? Vê no Facebook (...) Não tem nada. Agora procura Magno Malta, procura, os debates dele lá na câmara. Procura. Eu não vejo nenhum desses falar que vai ajudar os brasileiros, que vai ter uma reunião na câmara, tudo de boca calada. Eu fico irritada com isso.

– *Você me falou que você achava importante esses candidatos da igreja. Dessa vez você chegou a votar na Rute?*

Não votei em ninguém.

– *Dessa vez não?*

Eu fiquei com tanta raiva e eu não votei, porque eles não faz nada... Então, diz eles que lá dentro, eu não sei, eu nunca vi, debates deles lá. Eu vejo dos outros deputados, eu vejo os corruptos falando, mas eles eu nunca vi. Nessa bagunça que as coisas estão era pra eles aparecerem.

(Rita, 59 anos, pensionista)

Eu já não gostava dessa campanha tão forte, nunca gostei. Agora a gente tá vendo toda essa corrupção, pegando todo mundo, todos os partidos. Não é só o PT, o Lula, é todo mundo. Parece que o Paulo Freire caiu numa dessas coisas<sup>62</sup>... da Lava Jato, não sei. Dessa vez eu sei que não quis votar nele não, e não votei em ninguém também. Anulei tudo.

(Reginaldo, 29 anos, confeccionador de roupas)

Eu não conheço. Elas [Marta Costa, Rute Costa] entraram agora porque eles têm apoio da igreja, então sei lá. Por exemplo, elas nunca fizeram nada, falam que vão fazer, mas... Até então, quando eu vejo elas é só quando tá nas épocas de eleições, como todo político...

(César, 20 anos, estudante e estagiário)

[Votei na Rute Costa] Porque eu quis mesmo, não por força de nada não, até porque eu tenho a minha própria opinião.

– *Você teve uma confiança?*

Não, não confio não. Eu nem sei quem é. Mas não confio em nenhum político também. A gente vê... Mas dessa última vez eu votei porque às vezes a gente fica sem um candidato também, né?

– *Foi por falta de candidato que você votou?*

É por falta, sim.

(Eliana, 44 anos, técnica de enfermagem desempregada)

Esses discursos, é preciso assinalar, não representam o total dos entrevistados, tampouco, o total das conversas e interações acompanhadas ao longo da pesquisa de campo nessa fase eleitoral. A maior parte das falas reproduziam o já apontado nas eleições anteriores: a confiança nos candidatos da

---

<sup>62</sup> Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, Paulo Freire (PR) teria aparecido em uma tabela associada ao ex-ministro Antonio Palocci (PT), como receptor de 400 mil reais, para que esse candidato apoiasse Dilma Rousseff na eleição de 2014. Essa pesquisa, no entanto, não encontrou qualquer ato de apoio de Paulo Freire (PR) ou da Assembleia de Deus – Ministério Belém à candidatura petista. Ver: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,jbs-manteve-contas-para-as-campanhas-de-dilma-e-serra,70001800885>

igreja, que diferem dos demais políticos, tendo valores morais superiores, ajudando a igreja e sustentando os valores morais religiosos perante o Estado e ao mesmo tempo ajudando os fiéis. Os trechos abaixo reproduzem esse lado de apoio aos candidatos da Igreja:

Por que eu voto na Marta Costa? Por que eu voto na Rute? Por que eu voto no Paulo Freire? Porque eu conheço a família, eu sei quem são, eu sei o que eles podem fazer por mim. Por exemplo, o menino lá do serviço enfartou, a Marta conseguiu pra ele no Dante, ele tá lá se tratando lá, desde a época que ele se enfartou, tem mais de um ano, ele passa no Dante dois, três meses, toda vez. Eu vi essas coisas. Eu vejo o que ela faz em favor da igreja, não que seja muito, mas coisas que fazem diferença pra gente.

(Renan, 33 anos, segurança)

Votei na Rute Costa por influência da Igreja, tão somente. Eu não sou muito de pesquisar vida de político, não era pelo menos. Algum tempo atrás, embora com o que o povo brasileiro vem vivendo, eu passei a ser um pouquinho mais, digamos, então eu acho importante essa indicação da igreja, porque muita gente como eu não tem esse hábito. Não só os evangélicos, os brasileiros já não têm esse hábito, de ver a vida pregressa do candidato dele, e a igreja indicando é porque ela conhece o candidato. A Rute é da família do pastor José Wellington. É pra ter uma confiança.

(Bruno, 25 anos, policial)

Se não houvesse essa bancada evangélica dentro do senado, dentro da câmara, com certeza muitos projetos [iriam passar]. Eu digo isso não é contra a igreja, é contra a ética moral, vamos dizer, familiar. Há muitos projetos aí pra denegrir a imagem da família, os padrões morais, éticos, então é fundamental uma bancada evangélica dentro de qualquer repartição do poder público (...). [Os candidatos da igreja] já têm uma formação formada bíblicamente, são pessoas que têm visões com os padrões bíblicos e são pessoas de Deus.

(Alberto, 39 anos, segurança)

Eu confio na Rute Costa, como confio nos outros [Marta Costa e Paulo Freire]. Porque quem conhece a Bíblia só se corrompe se quiser, porque se você conhece a palavra de Deus, você sabe o que Deus quer, e Deus quer o melhor pro povo. Então, quando a gente tava falando em religiões, lá tem gente de todo o jeito, onde o presidente tá, onde tem o povo ao redor dele, tem gente de todo o jeito. Tem gente católica, tem gente espírita, tem budista, mas tem um povo aí, a minoria do povo que é cristão, que é com essa minoria que Deus está. Porque muita coisa ainda não aconteceu [por conta dos evangélicos], porque tem muitas leis que querem fazer, que não têm nada a ver. Tem muitas leis que querem fazer para as crianças, para ensinar as crianças errado, a lei não foi feita [por causa deles]. (...) [Os deputados e vereadores da igreja] ajudam a igreja. Como? Se você for pedir pra esse povo que não conhece Jesus, não conhece Bíblia, se você for pedir a eles um negócio pra fazer um evento no meio da rua, eles não vão dar, mas Marta Costa já liberou muitas vezes pra você pregar no meio da rua, igual o Pastor Roberto faz. Ela fala com a prefeitura, então ela libera, então é mais uma coisa pro povo ouvir Jesus, porque quando você faz assim no meio da rua o som vai muito longe. Então ela já liberou pra nós fazermos cruzada no meio da rua. Se você for pedir pra esse prefeito, ele não vai dar, porque pra ele não vai ser bom, mas se você pedir pra fazer um pancadão, um negócio assim que já é coisa do mundo ele já abre a mão.

(Eunice, 39 anos, empregada doméstica)

Como podemos ver, tanto o discurso reticente e desacreditado, quanto o discurso exaltador foram vinculados e conviveram no mesmo espaço. Não encontramos uma explicação sociológica para que alguns exaltassem e outros criticassem os candidatos oficiais: ambos os discursos foram encontrados tanto em jovens quanto em adultos e idosos, tanto entre os mais engajados na igreja quanto nos menos, tanto entre os com condição de renda um pouco acima quanto abaixo da média dos fiéis. Ao que parece, a título de hipótese, a forma de lidar de alguns fiéis com o desgosto advindo da crise política foi com o descrédito contra até mesmo os políticos da igreja.

É possível também que já existisse algum desconforto por parte dos mesmos fiéis em relação às candidaturas do ministério, e que esse desconforto só foi

expresso nesse momento da pesquisa, em que os laços criados com o pesquisador estavam mais fortes devido ao tempo de convivência<sup>63</sup>. De qualquer forma, o fato de surgir um desconforto e até mesmo uma pequena oposição às candidaturas oficiais do ministério é um dado importante. Esse fenômeno ter surgido na pesquisa na eleição de 2016 torna esse pleito significativo dentre os demais pleitos eleitorais pesquisados.

### **3.5. Síntese: Campanhas engajadas e fiéis dispostos a defender as pautas da Igreja**

A análise das eleições legislativas por dentro da comunidade religiosa trouxe elementos importantes que merecem ser retomados. Em primeiro lugar, observamos tanto nas eleições de 2014 quanto nas eleições de 2016 que a instituição priorizou as candidaturas para o legislativo, lançando candidatos com vínculos fortes com a denominação – todos os filhos do pastor presidente do ministério, José Wellington Bezerra da Costa. O apoio e engajamento oferecidos destoam com relação aos demais candidatos que a igreja apoia – praticamente, todo o esforço institucional vai para a eleição desses quadros legislativos.

Como conteúdo, o que vimos foi a campanha vincular a imagem dos candidatos à própria instituição, investindo nos laços e sentimentos comunitários dos fiéis. Também pudemos observar a veiculação da ideia de que os políticos evangélicos defendem e representam a Igreja perante o Estado, tanto nas pautas materiais, ligadas a questões como a regularização de templos e liberação de ruas e espaços públicos para cultos, até a defesa dos valores religiosos partilhados. Esses valores seriam, conforme já mencionado, relacionados ao que a Igreja chama de “defesa da família” – pauta que abarca a autoridade paterna, a crítica ao consumo de drogas e entorpecentes, mas principalmente a defesa da ideia de um núcleo familiar composto por homem, mulher e filhos, e a oposição a qualquer comportamento que se desvie do caráter estrito heteronormativo, o que gera críticas sistemáticas às pautas LGBTT, principalmente ao casamento homoafetivo, à adoção

---

<sup>63</sup> O que seria, por si só, um dado interessante e um ganho deste desenho de pesquisa.

por casais homossexuais e à discussão de gênero e diversidade sexual nas escolas.

No que diz respeito ao posicionamento dos fiéis, o que conferimos foi um amplo apoio aos candidatos da instituição. Tanto em 2014 quanto em 2016 os entrevistados e consultados durante a pesquisa declararam quase unanimemente votar nos candidatos promovidos pela igreja. Houve, no entanto, algumas diferenças a serem assinaladas entre os pleitos e entre os candidatos. Em 2014, apesar da ampla votação em Marta Costa (PSD) e Paulo Freire (PR), percebemos uma diferença de apoio entre ambos. Marta Costa (PSD) era considerada alguém mais próxima pelos fiéis, e estes demonstravam que, além de votarem nela pelos seus atributos políticos na representação da comunidade religiosa, votavam também pelas suas características pessoais, as quais diziam conhecer. Já Paulo Freire (PR) era visto como um político distante, fora do cotidiano da igreja, mas que merecia o voto por representar a Igreja. É importante notar que dois dos fiéis entrevistados que votaram em Marta Costa (PSD) não o fizeram em Paulo Freire (PR). Esse fato mostra que para alguns fiéis o elemento da proximidade com o candidato conta mais do que a representação da instituição.

Já no que diz respeito ao pleito eleitoral de 2016, observamos que a conjuntura de descrença nos políticos não poupou sequer os candidatos religiosos. Alguns dos fiéis – um grupo pequeno nos entrevistados – acabou não votando na candidata da Igreja, Rute Costa (PSD), manifestando desacordo com todos os políticos, inclusive os da Igreja. Já outros fiéis, dentre os quais a maioria dos entrevistados, continuaram a votar na candidatura promovida pela instituição e a manifestar sua confiança política na Igreja. Esse fato, por um lado, mostra que a Igreja também é atingida pelos escândalos e a degradação do sistema político, mas por outro, mostra também que apresenta uma capacidade grande de resistência à crise política, mantendo parte importante dos fiéis consigo mesmo em um momento de forte turbulência política.

## **CAPÍTULO 4 – AS ELEIÇÕES EXECUTIVAS DE 2014 E 2016: AS PAUTAS MATERIAIS E A DERROCADA DO LULISMO**

O presente capítulo, tal como o anterior, abordará a política em ação no momento eleitoral no interior do ambiente da Igreja. Aqui, entretanto, focaremos especificamente nas eleições executivas. Abordaremos tanto a estratégia de campanha da instituição por seus candidatos, quanto à análise das reações dos fiéis e a suas leituras do momento político e da campanha religiosa durante as eleições de 2014 e 2016. Serão, portanto, analisados tanto a eleição para a presidência da República, em 2014, quanto para a prefeitura do município de São Paulo, em 2016.

Ao tratarmos de eleições executivas, vamos ao encontro a um fenômeno central da política brasileira nas últimas décadas: o fenômeno do lulismo. É importante, neste ponto, retomarmos o que consideramos ser os principais fatos políticos da conjuntura nacional e municipal no período ao redor do pleito eleitoral. É importante salientar que o objetivo dessa reconstrução não é oferecer uma interpretação original ou uma análise detalhada do período, mas sim poder dar ao leitor subsídios para entender o contexto político e os fatos e discussões que compunham aquele período e o momento eleitoral. Mais especificamente, a intenção de retornar aos fatos políticos busca retratar uma característica que se mostrou muito importante nessas eleições: a construção de um momento antipetista na sociedade, que atingiu inclusive os setores que compunham a base eleitoral do PT.

### **4.1. A conjuntura política dos pleitos eleitorais e o fortalecimento do antipetismo**

Conforme Singer (2013) aponta em seus trabalhos, o lulismo foi ancorado, no seu início, pela conjuntura econômica internacional, com o chamado *boom* das *commodities*, que deu ao Brasil uma condição de recursos que tornou possível distribuir renda entre os setores da base da pirâmide social brasileira, ao mesmo tempo em que se mantinham os ganhos do topo da pirâmide. Mesmo com a crise

econômica internacional estourando no ano de 2008, em um primeiro momento o país conseguira manter as taxas de crescimento, apostando no mercado interno e mantendo a mesma lógica política de implantar reformas graduais que incluíam socialmente a base da pirâmide. Nas palavras de Singer:

Lula aproveitou a onda de expansão mundial e optou por caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior – que tinha agravado para próximo do insuportável a contradição fundamental brasileira – e ao reformismo forte que fora o programa do PT até as vésperas da campanha de 2002. O subproletariado, reconhecendo na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara – um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem –, deu-lhe suporte para avançar, acelerando o crescimento com redução da desigualdade no segundo mandato, e, assim, garantindo a vitória de Dilma em 2010 e a continuidade do projeto ao menos até 2014. (Singer, 2013, p. 21)

Dessa forma, as taxas de crescimento elevadas eram uma condição necessária para que o lulismo pudesse realizar a façanha de, ao mesmo tempo, distribuir renda<sup>64</sup> e garantir ganhos para os setores mais favorecidos. Esse programa seria o responsável por garantir o apoio eleitoral das classes baixas para o projeto lulista, garantindo sua continuidade no poder. O ápice do quadro de conjuntura econômica e social favorável teria sido durante as eleições nacionais de 2010, ano em que o Brasil crescerá 7,5%, e o lulismo, por sua vez, teria garantido mais um mandato presidencial com a eleição de Dilma Rousseff (PT), superando as dúvidas sobre sua continuidade, sob a imagem de outra figura que não a do ex-presidente Lula (PT). No pleito eleitoral de 2012, mesmo em fase de menor taxa de crescimento econômico – o crescimento do PIB nacional foi 3,97% em 2011 e 1,92% em 2012 –, em São Paulo, que teve uma eleição com forte caráter de disputa nacional entre o campo político lulista e o antilulista, o estreante Fernando Haddad (PT) venceu o candidato veterano do PSDB José Serra (2012). Conforme mencionado, essa eleição específica foi estudada por nós em trabalho anterior (VALLE, 2013). Identificamos, na mesma comunidade religiosa, um grupo de fiéis com inclinação e

---

<sup>64</sup> Conforme já discutido, Economistas como Neri (2010) e Pochmann (2012) mostram dados de que mostram esse ganho de renda em todas as camadas de renda do país, com destaque para as mais baixas. Pochmann (2012) mostra também como há um aumento do peso relativo da renda que advém dos salários sobre a renda nacional.

identificação com o projeto político lulista, que considerava que as condições de vida e do país estavam melhorando, e viam na figura do ex-presidente Lula uma referência política, e por conta da sua indicação e dessa identificação com o projeto lulista, optaram pelo voto em Fernando Haddad (PT). Também encontramos um grupo de fiéis que misturava o conteúdo moral-religioso, o antipetismo e a boa avaliação das gestões Serra (PSDB), e acabaram por votar no candidato do PSDB à prefeitura.

A queda das taxas de crescimento a partir de 2011, entretanto, já preocupava o estreante governo de Dilma Roussef (PT). O segundo semestre daquele ano trazia uma nova etapa da crise econômica mundial iniciada em 2008, com o epicentro na Europa, que diferentemente da etapa anterior, atinge o Brasil. Diante desse quadro, o governo Dilma muda a condução da política econômica, iniciando o que Singer (2015) chama de “ensaio desenvolvimentista”, buscando elevar o crescimento para dar continuidade ao programa lulista, levando em conta que, pelos cálculos do governo, o Brasil precisaria de um crescimento anual próximo de 5% para continuar as reformas graduais do lulismo<sup>65</sup>. Há nos dias de hoje um importante debate e pesquisas acontecendo acerca desse período e dos motivos de tal empreitada não ter gerado o resultado esperado<sup>66</sup>. O fato é que o crescimento esperado não veio e, além disso, os índices econômicos passaram a piorar. Em 2013, em meio a esse quadro, uma onda de manifestações toma o país.

As manifestações de 2013 começam com protestos contra o aumento das passagens de ônibus e metrô em São Paulo. Organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), esses protestos até o dia 13 de junho ainda não estavam massificados quanto ao período posterior, e tinham como demanda clara a revogação do aumento das tarifas de transporte. Posteriormente, na segunda fase dos protestos, esses massificaram, chegando a ter dezenas e até centenas de milhares de participantes, e também se espalharam por diversas cidades do país, desde capitais até cidades

---

65 Sobre o número de 5%, ver Singer, 2013 p. 160.

66 A saber, o artigo de Singer “Cutucando onças com varas curtas” (2015) procura explicar as medidas adotadas e levanta a hipótese de que os empresários teriam deixado de apoiar a empreitada. Para Rugitsky (2015), também a explicação sobre o fracasso seria política: para ele, o pleno emprego diminuiria o controle dos empresários sobre os empregos, reduzindo a mão de obra disponível, aumentando os salários e implicando o aumento de greves. Já Carvalho (2015) aponta uma explicação puramente econômica, argumentando que o governo Dilma abria mão do investimento público direto, optando, em vez disso, por desonerações ao setor privado. Bastos (2015), também na linha das explicações econômicas, aponta como causas do fracasso a desaceleração da demanda, o aumento das importações e estabilidade da capacidade ociosa.

menores<sup>67</sup>. Muitas são as interpretações sobre esse período. Ruy Braga (2013) enxerga um forte caráter contra a ordem nessas manifestações, as interpreta como um levante político do que chama de *preariado* perante as suas condições de vida. Outros, como Armando Boito (2013), interpretaram tais protestos como uma reação da classe média tradicional contra os governos do PT.

Para Singer (2013) e Alonso (2017), as manifestações tiveram diferentes fases, com diferentes pautas políticas e composições sociais. Singer (2013) divide as manifestações em 3 fases distintas, associa a cada uma delas com uma preponderância ideológica: (i) a primeira fase, com liderança do MPL e circunscrita em São Paulo, de caráter fortemente de esquerda; (ii) a segunda fase, com a massificação e o espalhamento geográfico dos protestos, que seriam compreendidos por setores sociais diversos, indo desde a classe média tradicional até o que chama de *novo proletariado*, teria concentrado desde pessoas de extrema esquerda até pessoas de extrema direita, mas com predominância do que chama de centro pós-materialista, com o elemento novo do oposicionismo. Singer (2013) ancora o conceito de centro pós-materialista das teses de Ingleheart, que dizem que conforme as sociedades vão resolvendo seus problemas materiais, elas vão mudando de valores, passando a se importar mais com elementos ligados à qualidade de vida do que às pautas materiais. Nas manifestações, isso seria expresso no discurso anticorrupção e nas pautas antiestado; (iii) Por fim, haveria uma terceira fase das manifestações, em que os grupos que estavam juntos se separaram. Nessa fase diversas manifestações diferentes aconteceram, com pautas específicas e compostas por setores ideológicos específicos.

Angela Alonso (2017), com algumas semelhanças à classificação de Singer (2013), também divide as manifestações em períodos: (i) o primeiro seria o de eclosão dos protestos, tendo o Movimento Passe Livre (MPL) como aglutinador e dirigente; (ii) o segundo seria o de diversificação, com a chegada de movimentos tradicionais, como o movimento estudantil, movimentos feministas, negros, bem como sindicatos e partidos (PSTU, PSOL e PCO), e pouco depois movimentos neófitos, identificados por hashtags como #vempruarua; (iii) a terceira fase seria a de massificação, quando o movimento ganhou as massas, se espalhou por diferentes

---

<sup>67</sup> Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, foi quase um protesto por hora, atingindo 353 cidades. Ver <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,epidemia-de-manifestacoes-tem-quase-1-protesto-por-hora-e-atinge-353-cidades,1048461> , acessado em 4/12/2017.

idades e também passou a encampar todo o tipo de pauta e palavras de ordem. Houve cartazes de “fora Dilma”, contra a corrupção, contra o sistema político e por melhores serviços públicos; e por fim (iv), os protestos foram declinando.

As manifestações causaram um forte abalo na imagem do governo. O índice de popularidade da presidenta Dilma, que em março de 2013, tinha batido o recorde de aprovação para um governo em primeiro mandato na Nova República, em apenas 3 semanas caiu 27 pontos percentuais<sup>68</sup>. No Rio de Janeiro, o aumento do transporte foi revogado. Em São Paulo, o então prefeito Fernando Haddad (PT) anunciou, com o então governador Geraldo Alckmin (PSDB), a revogação dos aumentos de ônibus e metrô da capital. Dias depois, a presidenta Dilma Rousseff (PT) fez um pronunciamento em rede nacional propondo 5 pactos nacionais: (i) Responsabilidade fiscal e controle da inflação; (ii) Plebiscito para a formação de uma constituinte exclusiva para fazer uma reforma política; (iii) investimentos na saúde, contando também com a contratação de médicos estrangeiros ; (iv) investimentos e exonerações no setor de transportes; (v) um projeto para a destinação de 100% dos *royalties* do pré-sal para a educação<sup>69</sup>. A lançamento desses pactos, no entanto, não tornaram as manifestações mais simpáticas à ex-presidenta, tampouco resultou na reversão imediata da queda de sua popularidade.

Somado aos protestos de rua, 2013 inaugurou uma nova etapa de relação entre trabalhadores e patrões. O número de greves, segundo Ruy Braga (2016), apoiado no Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG-DIEESE), aumentou 134% em 2013 em relação ao ano anterior. Foi um total de 111.342 de horas paradas, 28% a mais que em 2012, em 2.050 greves, diante de 877 greves do ano anterior – o que representa um recorde da série histórica de acompanhamento de greves do SAG-Dieese, que se inicia em 1978. Ruy Braga (2016) interpreta essa conjuntura como sendo o momento de convergência entre a luta política do precariado urbano – manifestada nas manifestações de 2013 – e a luta econômica da classe

---

<sup>68</sup> Ver <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml> acessado em 4/12/2017.

<sup>69</sup> A realização desses pactos é alvo de controvérsias, dado o caráter genérico de algumas proposições, bem como diferentes critérios possíveis de mensuração de algumas das propostas. Ainda assim, é possível fazer certas afirmações: a ideia do plebiscito para a reforma política foi abandonado pelo governo; a proposta de se trazer médicos estrangeiros entrou em vigor com o programa Mais Médicos; os *Royalties* do petróleo foram divididos em 75% para a educação e 25% para a saúde.

trabalhadora mobilizada sindicalmente. Essa combinação, para o sociólogo, representaria o colapso do lulismo como estratégia de pacificação social e, ainda mais profundamente, uma tensão tanto no modo de regulação quanto no regime de acumulação que sustentaria a reprodução do modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

Em 2013, apesar de não ser ano eleitoral, realizamos visitas etnográficas à igreja sede do Ministério Belém do Campo Limpo durante o período de manifestações. Apesar do assunto estar sendo exaustivamente discutido na mídia, ali as pessoas viviam suas vidas conforme o habitual, não falaram a respeito e, quando indagadas sobre, mostravam espanto com o ocorrido, mas sem envolvimento pessoal algum. Não encontramos nenhum fiel que tenha participado da manifestação, nem mesmo entre os mais jovens, o que mostra a existência de uma barreira de classe, religiosa ou ambas combinadas no alcance das manifestações. Ainda assim, conforme abordaremos neste capítulo, o fato auxiliou na desestabilização do país politicamente, e com outros fatores deu a sensação em parte dos fiéis de que o governo estava perdendo o controle político e econômico do país.

O ano seguinte, 2014, era um ano central para o governo, justamente por conta das eleições e pelo receio que as manifestações de 2013 fossem reeditadas (Romão, 2014). No plano das mobilizações de trabalhadores, houve greves marcantes, como a greve dos garis do Rio de Janeiro em março, realizada com a oposição do sindicato da categoria, com movimentos semelhantes em Santo André, Belo Horizonte e Curitiba. Em maio, também no Rio, os trabalhadores rodoviários realizaram uma série de protestos e paralizações, também com a oposição do sindicato, sendo seguidos pelos metroviários de São Paulo, que entram em greve em junho (Braga, 2016). Esses movimentos de trabalhadores aconteceram na véspera de o Brasil sediar a Copa do Mundo de 2014, tida como uma das conquistas do ex-presidente Lula (PT) para o país. Uma nova onda de protestos aconteceu tendo como norte justamente a oposição à realização da copa. O movimento #nãovaitercopa foi organizado a partir de comitês populares nas cidades que sediaram o evento (Romão 2013) e teve suas discussões realizadas, sobretudo, a partir da rede social Facebook (Kleina, 2014). O movimento conseguiu reunir um número considerável de pessoas, principalmente nos jogos da seleção brasileira no

decorrer do evento, e também foi marcado pela forte repressão estatal, com vários episódios de confronto entre manifestantes e forças de segurança, contando com um grande número de ativistas presos<sup>70</sup>. Mais uma vez, não encontramos fiéis da igreja que participaram ou apoiaram os protestos.

Quanto à aprovação da ex-presidenta Dilma (PT), após o auge das manifestações de 2013 – quando sua aprovação despenca 27 pontos percentuais em 3 semanas, atingindo o ponto mais baixo do seu primeiro mandato – seus índices vão lentamente melhorando. Já no final de 2013, ela recupera 11 pontos percentuais dos 27 perdidos. Durante todo o decorrer de 2014, seus índices oscilam entre 32 e 42% de ótimo e bom, 33 e 39% de regular, e 21 a 29% de ruim ou péssimo<sup>71</sup>. Tais índices, ainda que apresentem recuperação diante do seu pior momento no primeiro mandato, ficam longe da popularidade do lulismo de outrora, e mesmo da popularidade da própria presidenta pré-junho de 2013. São com esses índices nada extraordinários, e em meio a esse turbilhão de movimentações políticas, que enterraram o período de estabilidade política anterior, que Dilma (PT) concorre à reeleição em 2014.

As eleições presidenciais de 2014 tiveram como protagonistas, além da então presidenta Dilma (PT), o então senador Aécio Neves (PSDB), O ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos (PSB), em aliança com a ex-ministra Marina Silva (PSB/REDE), como vice de sua chapa, além do pastor de uma assembleia de Deus, o pastor Everaldo (PSC).

Apesar de toda a situação política incerta, a campanha presidencial de 2014 nos seus primeiros meses trouxe como uma das suas principais características o bom desempenho de Dilma (PT), que de acordo com as pesquisas de intenção de voto, até poucos meses antes da eleição, poderia vencer o pleito ainda em primeiro

---

<sup>70</sup> Ver, por exemplo: GLOBO. Com mais de 20 protestos, 1ª semana de Copa tem 180 detidos em atos". Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/06/com-mais-de-20-protestos-1-semana-de-copa-tem-180-detidos-em-atos.html> ou AMORIM, B. BERTHONI, R. Manifestantes policiais entram em confronto em ato contra copa do mundo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/manifestantes-policiais-entram-em-confronto-em-ato-contra-copa-do-mundo-12872177>. Ambos acessados em 5/12/17.

<sup>71</sup> Para análise detalhada dos índices de aprovação da ex-presidenta Dilma, ver DATAFOLHA. Avaliação da presidente Dilma Rousseff. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/04/11/avaliacao-presidente-dilma.pdf> acessado em 5/12/2017.

turno<sup>72</sup>. No entanto, a situação mudou muito, principalmente após um dos fatos mais importantes daquele ano: o acidente de avião que provocou a morte do candidato Eduardo Campos (PSB). O acidente ocorreu no dia 13 de agosto de 2014, quando Eduardo Campos (PSB), mais 4 passageiros e 2 tripulantes, viajavam do Rio de Janeiro, tendo como destino a base aérea de Santos, para atividades de campanha na baixada santista. A menos de 2 meses das eleições, o caso deu uma reviravolta no processo eleitoral. Político experiente, Campos (PSB) já havia sido deputado federal (1995, 1999-2002, 2003-2004), ministro (Ciência e Tecnologia, 2004-2006) e governador de Pernambuco por duas vezes (2007-2014). Um dos governadores mais bem aprovados do país<sup>73</sup>, Campos deixou o governo de Pernambuco para concorrer à presidência, e tinha no momento de sua morte 9% das intenções de voto.

Com a morte de Eduardo Campos, sua candidatura é assumida por sua vice, Marina Silva (PSB/Rede). Na primeira pesquisa após sua entrada no lugar de Campos (PSB), Marina (PSB/Rede) já apareceu com 21% das intenções de voto, mudando de forma radical a configuração da eleição até aquele momento. Conseguindo penetração no eleitorado desde setores evangélicos até os progressistas, Marina Silva (PSB) logo assume o segundo lugar nas pesquisas, chegando até mesmo a aparecer na frente de Dilma (PT) nas projeções de um segundo turno entre as duas<sup>74</sup>. Aécio Neves (PSDB), por sua vez, após a entrada de Marina (PSB/Rede), vai de 20% para 14% nas intenções de voto, ficando por semanas em terceiro lugar no pleito. Por fim, pastor Everaldo (PSC) que chegou a ter 4% de intenções de voto, diminui esse índice para apenas 1%<sup>75</sup>.

Após duas semanas da sua entrada no pleito, no entanto, Marina (PSB/Rede) passa a cair nas pesquisas, enquanto seu adversário direto pelo segundo lugar,

---

<sup>72</sup> Ver, por exemplo, G1. Pesquisa Datafolha mostra Dilma com 38 pontos, Aécio 20 e Campos 9. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/07/pesquisa-datafolha-mostra-dilma-com-38-aecio-20-e-campos-9.html> acessado em 7/12/2017. Para um levantamento mais detalhado das pesquisas sobre as eleições de 2014, ver infográfico elaborado pelo portal UOL, em UOL. Pesquisas Eleitorais. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/pesquisas-eleitorais/brasil/1-turno/> acessado em 7/12/2017.

<sup>73</sup> VER G1. Governo Campos é aprovado por 58% e reprovado por 11%, diz ibope. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-de-eduardo-campos-e-de-58-aponta-ibope.html> . Acessado em 8/12/2017

<sup>74</sup> Ver: TALENTO, Aguirre. Dilma empata com Marina no segundo turno em pesquisa. Folha de São Paulo. 9 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1513229-dilma-empata-com-marina-no-segundo-turno-em-pesquisa-cntmda.shtml>

<sup>75</sup> Para mais discussão sobre a candidatura do pastor do PSC, ver Valle, 2014 op. cit.

Aécio Neves (PSDB) passa a subir. Esse movimento persistiu durante todo o primeiro turno, fazendo com que Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB/Rede) chegassem empatados tecnicamente – com o candidato tucano já ocupando o segundo lugar nominalmente – na semana da eleição. Com o abrir das urnas, o resultado confirmou a tendência do período, mostrando Marina Silva (PSB/Rede) em terceiro lugar, com 21,32% dos votos válidos, atrás de Aécio Neves (PSDB), com 33,55% dos votos, e Dilma Rousseff, em primeiro lugar, com 41,59% dos votos válidos, configurando mais uma vez o segundo turno entre os candidatos do PT e do PSDB.

O segundo turno da eleição trouxe no seu início, pela primeira vez, o candidato do PSDB, Aécio Neves, que pôde contar com o apoio formal de Marina Silva (PSB/Rede), nominalmente à frente da petista Dilma Rousseff (PT), com 51% das intenções de voto, contra 49% de Dilma (PT), tanto no levantamento do Datafolha quanto no do Ibope. Nesse segundo turno, as campanhas tomaram caminhos mais acusatórios, alimentando e reforçando a polarização social que já habitava o cenário político nacional desde 2013 e que iria ser radicalizado nos anos seguintes. Aécio Neves (PSDB) subiu o tom contra o petismo, o desempenho econômico do governo e os escândalos de corrupção, assumindo também um discurso mais liberal no plano econômico, reforçando as pautas de responsabilidade fiscal e de controle da inflação, e apresentando Armínio Fraga, ex-ministro de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), como sua indicação para o ministério da fazenda. Dilma Rousseff (PT), por sua vez, se aproximou de movimentos sociais, realizando grandes atos de rua em diversas capitais, e investiu na comparação de seu governo com os governos tucanos, ressaltando seus compromissos sociais e as políticas públicas realizadas em seu governo.

Como resultado, Dilma (PT) venceu as eleições pela menor margem da história, com 51,64% dos votos válidos, contra 48,36% dos votos. Em termos nominais, Dilma (PT) obteve 54.501.118 votos, enquanto Aécio (PT) obteve 51.041.155, ou seja, uma diferença de apenas pouco mais de 3 milhões de votos.

Um fato novo após a eleição de 2014, e que foi importante para o decorrer dos eventos seguintes foi o anúncio do nome de Joaquim Levy para o ministério da fazenda a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff (PT). Levy já havia

trabalhado no FMI, no Banco Central Europeu, e tinha passagens nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e de Lula (PT), ocupando cargos no Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e no Tesouro Nacional, entre os anos de 2000 e 2006. Antes de sua posse, era diretor superintendente do Banco Bradesco.<sup>76</sup>

A escolha de Levy poderia ser vista como um gesto ao centro político e uma tentativa de pacificação social, a partir da indicação de um nome próximo à oposição e ao seu ideário econômico. No entanto, a partir de uma visão dos movimentos sociais, foi tida como um gesto contrário à biografia e, principalmente, à campanha que Dilma Rousseff fizera para chegar ao planalto<sup>77</sup>. Na mesma semana da nomeação, Singer dizia:

Dilma Rousseff, a heroína da resistência à ditadura de direita, a mãe do PAC, a condutora do ensaio desenvolvimentista de 2011-2012, nomeia ministro da Fazenda um liberal duro, da área do PSDB e hoje dirigente de grande banco. Na escolha de Sofia, escolheu o credo do capital financeiro, relegando aos arquivos universitários a linguagem de esquerda utilizada na eleição.<sup>78</sup>

Dessa forma, Dilma (PT) passou a sofrer críticas da esquerda por parte da base de movimentos sociais que alavancou sua eleição e a qual, no período eleitoral, ela havia se aproximado. Por conta disso, vários setores políticos ligados a movimentos sociais e à esquerda acusaram o governo de realizar um “estelionato eleitoral”<sup>79</sup>.

---

<sup>76</sup> Para um perfil detalhado do ex-ministro da fazenda, ver ABRANTES, Talita. Quem é Joaquim Levy, o mais cotado para a fazenda. EXAME, 21 de novembro de 2014. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/quem-e-joaquim-levy-o-mais-cotado-para-a-fazenda/> acessado em 20/12/2017

<sup>77</sup> O MST junto a outros movimentos sociais e um conjunto de intelectuais lançou, ainda no final de novembro de 2014, um manifesto contra a indicação de Joaquim Levy e de Katya Abreu para os ministérios do segundo governo Dilma. Ver BRASIL DE FATO. “Manifesto rechaça indicação de Kátia Abreu e Joaquim Levy para ministérios”, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/30638/> acessado em 20/12/2017.

<sup>78</sup> Singer, A. Beijando a cruz, parte 2. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2014/11/1555178-beijando-a-cruz-parte-2.shtml> acessado em 20/12/2017

<sup>79</sup> Sobre a discussão de estelionato eleitoral, ver por exemplo, Singer, A. Virada Conservadora? Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2015/07/1651632-virada->

Ao mesmo tempo, apesar do gesto de aceno do governo ao outro lado do espectro político, as ruas e os políticos adversários não abaixaram o tom ou diminuíram as críticas ao governo petista. Após as eleições de 2014, o cenário de forte mobilização contra o governo foi intensificado, tanto da parte dos agentes políticos quanto de setores sociais que emergiram do cenário das manifestações pós 2013. Nas palavras de Alonso:

Na virada para 2015, gravetos na fogueira: o PSDB pediu ao TSE a cassação do mandato de Dilma, alegando fraude nas apurações. O STF encarcerou lideranças petistas, e Eduardo Cunha, novo presidente da Câmara, instalou a CPI da Petrobrás.

A sequência tornou o tema da corrupção onipresente e reanimou os protestos. Em 15 de março, o setor patriota protestou em todas as capitais. Na Paulista, multidão de verde e amarelo saudou a Polícia Militar que, lisonjeada, contabilizou 1 milhão de presentes, enquanto o Datafolha estimava 210 mil. (Alonso, 2017 pp. 54-55)

Nesses protestos, principalmente dois movimentos tiveram importante centralidade: Os denominados Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL). Segundo Firmino (2016), o VPR teria surgido em setembro de 2013, enquanto o MBL surgiria apenas em novembro de 2014. Ambos os movimentos, com o Revoltados On Line, correspondem aos líderes que Alonso (2017) chama de “ciclo patriota” – período que, segundo Alonso, ocorreu durante o ano de 2015, e é marcado por manifestações massivas dirigidas contra o governo Dilma Rousseff. Em comum, esses movimentos teriam o patriotismo e o apelo anticorrupção no seu discurso. Além disso, foram grupos que se revoltaram contra o desfecho das eleições presidenciais, e a partir daí, buscaram incessantemente derrubar o governo. Em consonância com esse movimento da sociedade civil, o PSDB já havia feito no

final de 2014 um pedido ao TSE para a cassação da chapa de Dilma (PT), alegando uso de dinheiro oriundo de corrupção na campanha petista<sup>80</sup>.

As principais manifestações desse período foram a de 15 de março e a de 16 de agosto de 2015. Ambas ocorreram em todas as capitais e outras diversas cidades no interior do Brasil. A primeira, segundo o Datafolha, reuniu 210 mil pessoas em São Paulo, na Avenida Paulista. Segundo a Polícia Militar do Estado de São Paulo – que fora saudada pelos manifestantes com hinos, *selfies*, aplausos e continências – esse número chegou a 1 milhão de manifestantes. Já a manifestação de 16 de agosto reuniu, segundo o Datafolha, 135 mil pessoas em São Paulo, mas aconteceu também em outras 204 cidades<sup>81</sup>. Nas manifestações de março e nas que ocorreram também em abril não foram registrados discursos de políticos de escala nacional. Já nos protestos de agosto, pela primeira vez, na cidade de Belo Horizonte, o senador e candidato derrotado nas eleições de 2014, Aécio Neves (PSDB), fez um discurso em cima de um trio elétrico, no qual disse que o governo Dilma (PT) não detinha “mais autoridade, nem credibilidade”<sup>82</sup>. O perfil desses manifestantes, tomando como base as pesquisas realizadas pelo Datafolha durante os protestos de março, abril e agosto na cidade de São Paulo era composto por maioria de homens (61% nos protestos de agosto), média de idade de 45 anos (Uma parcela de 11% tinha até 25 anos, 19%, de 26 a 35 anos, 30%, de 36 a 50 anos, e 40%, 51 anos ou mais, também nas manifestações de agosto), grande maioria de brancos (75%, *idem*), e de pessoas com ensino superior (76%), e composição de renda com 14% dos manifestantes com rendimento familiar mensal de até 3 salários-mínimos, 13%, de 3 a 5 salários-mínimos, 25%, de 5 a 10 salários-mínimos, 25%, de 10 a 20 salários-mínimos, e 17%, de 20 salários ou mais. Todas essas características permitem dizer que esses manifestantes socioeconomicamente situam-se acima das características médias da população brasileira. Não seria, predominantemente, até esse momento, a base social lulista que estava nas ruas.

---

<sup>80</sup> Ver PASSARINHO, N. PSDB pede a TSE cassação de Dilma e Posse de Aécio. G1, 18 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html> acessado em 20/12/2017

<sup>81</sup> Ver G1. Todos os estados e o DF tem protestos contra o governo Dilma. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/manifestantes-protestam-contra-o-governo-dilma-em-cidades-do-brasil.html> acessado em 20/12/2017

<sup>82</sup> Ver G1. Belo Horizonte tem novo ato contra presidente Dilma e o PT. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/08/belo-horizonte-tem-novo-ato-contra-presidente-dilma-e-o-pt.html> acessado em 20/12/2017.

Ao mesmo tempo em que essas manifestações contrárias ao governo aconteciam, também um setor à esquerda do governo realizou protestos durante o ano de 2015. No dia 20 de agosto, o PT, com o PSOL, MTST, UNE, bem como outros grupos e coletivos de esquerda realizaram manifestações, se posicionando contra o *impeachment* e a favor da permanência de Dilma (PT). Esses protestos continham várias críticas a figuras políticas, como Eduardo Cunha (PMDB) e Michel Temer (PMDB), mas continham, também, fortes críticas ao governo e pediam o fim do ajuste fiscal<sup>83</sup>. Esses protestos, tais como o do chamado setor patriota, aconteceram ao redor de todas as regiões do país, mas foram substancialmente menores do que os protestos contrários ao governo<sup>84</sup>.

Em meio a essas manifestações puxadas pela esquerda e pela direita, ocorriam as divulgações de escândalos de corrupção acontecidos durante os governos petistas, principalmente o chamado Petrolão – escândalo que ganhou esse nome devido a envolver propinas e desvios de recursos da Petrobrás. Esse caso foi investigado pela polícia federal na chamada operação Lava Jato, que está em vigor até o momento da escrita deste texto, e a cada novo fato divulgado, mais os grupos VPR, MBL, Revoltados Online, entre outros menores, nas suas páginas virtuais, enfrentavam o governo e pediam o seu fim.

Conforme abordaremos nos tópicos posteriores, os entrevistados por nós, bem como os demais fiéis com quem interagimos no ambiente da igreja, não chegaram ir a nenhuma manifestação, nem da direita e nem da esquerda. Manifestavam, contudo, um grande descontentamento com a política e com os políticos que estavam no poder, em geral, e contra o PT, em particular – até mesmo aqueles fiéis próximos ao lulismo. Para além da sensação de que o país estava sem controle político, muitos fiéis também sofriam com a crise econômica, vendo as vendas dos estabelecimentos que trabalhavam cair, colegas de trabalho – quando

---

<sup>83</sup> Ver G1. Estados registram manifestações a favor e contra governo Dilma. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/08/estados-registram-manifestacoes-favor-e-contra-o-governo-dilma.html> acessado em 20/12/2017.

<sup>84</sup> Em são paulo, os atos de 20 de agosto contaram com 40 mil pessoas, segundo a polícia militar, perante 135 mil de manifestantes do ato contrário ao governo do dia 16 de agosto. Ver SENRA, Ricardo. Gritos de 'Fica Dilma' e duras críticas ao governo marcam protesto ambíguo em SP. BBC Brasil, 20 de agosto de 2015. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150817\\_protesto\\_vermelho\\_rs](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150817_protesto_vermelho_rs) Acessado Em 20/12/2017

não, eles próprios – sendo demitidos e, no caso dos autônomos, vendo o volume de trabalho e de vencimentos diminuir.

No dia 2 de dezembro de 2015, Eduardo Cunha (PMDB) presidente da Câmara, aceita o pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff (PT). Estava instaurado o processo de *impeachment* e a corrida por votos contra e a favor da presidenta na câmara dos deputados. A relação entre Dilma Rousseff (PT) e Eduardo Cunha já era há anos baseada em conflitos, e a aceitação do *impeachment* se deu após uma barganha aberta nos jornais, na qual o deputado peemedebista exigia que o PT votasse contra o pedido de abertura de processo contra Cunha no conselho de ética da Câmara. O papel de Cunha (PMDB) para o *impeachment* foi na análise de cientistas políticos, como Fernando Limongi, central para o *impeachment* de Dilma (PT) (Limongi, 2016).

Poucos dias após o pedido de *impeachment*, as ruas se encheram novamente. Puxadas por grupos como Endireita Brasil, MBL, VPR e Revoltados Online, São Paulo assistiu a manifestações no dia 13 e no dia 16 de dezembro. À esquerda, os movimentos sociais se uniram em frentes como a Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular, lançando a campanha #naovaitergolpe (Alonso, 2017). Os passos da operação Lava Jato também não cessaram, e em 4 de março de 2016, Lula (PT) sofre condução coercitiva e é obrigado a depor ao juiz Sérgio Moro em uma sala do aeroporto de Congonhas. Dia 16 do mesmo mês, Dilma (PT) anuncia Lula (PT) como ministro da Casa Civil, fato que foi veiculado por setores da imprensa e pelos grupos pró-*impeachment* como sendo uma estratégia para fazer com que Lula (PT) não fosse investigado pela Lava Jato na primeira instância do poder judiciário. Como reação, mais uma manifestação na Paulista, com bonecos do ex-presidente vestido de presidiário e ampla cobertura dos meios de comunicação. Como resultado da pressão, em apenas 2 dias, a nomeação de Lula (PT) foi suspensa pelo ministro do STF Gilmar Mendes, gerando novos plantões televisivos e reportagens, discutindo a condição do ex-presidente, do governo, da ainda presidenta Dilma Rousseff (PT) e as possibilidades do *impeachment*.

No meio desse turbilhão de acontecimentos, manifestações e escândalos, a popularidade de Dilma (PT) caiu ainda mais: em março de 2016, 69% da população

achavam seu governo ruim ou péssimo e 68% apoiavam seu *impeachment*<sup>85</sup>. Com a popularidade pessoal da presidenta, a identificação partidária com o PT também sofreu queda. No segundo turno da eleição de 2014, segundo o Datafolha, o PT detinha a preferência partidária de 18% dos brasileiros<sup>86</sup>, enquanto em abril de 2016 esse número havia sido reduzido a 11% da população<sup>87</sup>.

Nesse contexto, no dia 11 de abril, a comissão especial do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados aprova uma relatoria a favor do impedimento da presidenta, relatório que é aprovado pelo plenário da Câmara no dia 17 de abril por 367 votos favoráveis e 137 contrários. Em 12 de maio, por 55 votos a 22, o Senado confirma a abertura do processo de *impeachment* e o afastamento temporário da presidenta até a conclusão de todo o processo, o que se deu em 31 de agosto de 2016, tornando o *impeachment* completo e o vice-presidente Michel Temer presidente definitivo.

Todo esse processo resultou não só no afastamento de Dilma (PT) do poder, mas também no acirramento de uma postura antipetista, que se refletiu muito além da queda do índice de preferência partidária dos eleitores no PT. Nos meses subsequentes, o PT sofreu com alguns de seus quadros mudando de legenda para disputar as eleições em outros partidos<sup>88</sup>, e, nas eleições municipais, teve um resultado muito inferior às eleições seguintes, conquistando 256 prefeitos no primeiro turno e apenas 1 em capital, um resultado 60% inferior ao das eleições de 2012, o que talvez fora o auge do lulismo. Em São Paulo, o então prefeito Fernando Haddad (PT) contou com apenas 16,7% dos votos, perdendo para João Doria (PSDB) no primeiro turno. Além da derrota na capital paulista, o PT viu sua base eleitoral nas periferias diminuir drasticamente<sup>89</sup>.

---

<sup>85</sup> Ver CANZIAN, F. Apoio a impeachment de Dilma cresce e chega a 68%, diz Datafolha. FOLHA DE SÃO PAULO, 19 de março de 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751950-apoio-a-impeachment-de-dilma-cresce-e-chega-a-68-diz-datafolha.shtml> acessado em 2 de janeiro de 2018.

<sup>86</sup> Pesquisa disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/10/1537506-dilma-53-assume-lideranca-da-disputa-presidencial-aecio-tem-47.shtml> acessado em 2 de janeiro de 2018.

<sup>87</sup> Pesquisa disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/10/1537506-dilma-53-assume-lideranca-da-disputa-presidencial-aecio-tem-47.shtml> acessado em 2 de janeiro de 2018.

<sup>88</sup> Ver ROXO, S. Crise no PT afasta prefeitos, que deixam sigla para disputar reeleição. O GLOBO, 14 de abril de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/crise-no-pt-afasta-prefeitos-que-deixam-sigla-para-disputar-reeleicao-19054014> acessado em 2 de janeiro de 2018.

<sup>89</sup> Apesar de o candidato tucano ter maiores índices de votação nos bairros centrais da capital – justamente do candidato petista – ele venceu em todos os distritos da cidade, com exceção de Parelheiros e Grajaú, onde a ex-prefeita Marta se saiu vitoriosa.

Conforme procurarei demonstrar nos tópicos a seguir, essa conjuntura antipetista influenciou fortemente o contexto eleitoral no interior da comunidade religiosa aqui estudada, desde os pastores até aqueles fiéis que anteriormente tinham em Lula e no PT uma referência.

#### **4.2. A eleição de 2014: antipetismo e lulismo desconfiado**

Conforme assinalado no capítulo 3, na eleição de 2014, além dos candidatos que a própria Assembleia de Deus – Ministério Belém lançou para o legislativo, ela também apoiou candidatos para o executivo: Geraldo Alckmim, candidato a governador pelo PSDB; Marina Silva, candidata a presidente da República pelo PSB/Rede; e posteriormente, no segundo turno, Aécio Neves, candidato a presidente da República pelo PSDB. Para o senado, a posição da Igreja, conforme também assinalamos, foi ambígua: ao mesmo tempo em que a figura de Kassab (PSD) compunha alguns dos materiais de campanha de Marta Costa – já que ambos eram do mesmo partido – a Igreja teria uma proximidade com José Serra, já apoiado em pleitos anteriores, o que era recordado pelos fiéis. Conforme também assinalamos, houve uma grande diferença de engajamento da instituição entre os candidatos “oficiais”, isto é, Marta Costa (PSD) e Paulo Freire (PR), que concorriam respectivamente à Deputada Estadual e a Deputado Federal, e os candidatos simplesmente apoiados.

##### *4.2.1. As ações da Igreja diante da eleição executiva de 2014: baixa mobilização e o discurso antipetista*

Conforme mencionamos no capítulo anterior, tanto a eleição de 2014 quanto a eleição de 2016 tiveram uma “fala política”, realizada no domingo de véspera de eleição, feita pelo pastor dirigente do setor 104. No primeiro turno da eleição de 2014, dois dos principais pastores fizeram discursos ressaltando a importância de os fiéis apoiarem os candidatos da instituição, que “brigam pela Igreja e pelos fiéis

perante aos governos”. Citaram os nomes e números de Marta Costa (PSD) e Paulo Freire (PR) e indicaram para os fiéis que pegassem e repassassem materiais de campanha ao final do culto. Com relação aos candidatos para o executivo, o discurso dos pastores citou a candidata a presidente Marina Silva, na época do PSB, ressaltando que ela seria da mesma Igreja e mesmo ministério, mas do setor de Brasília. A fala e a defesa da candidatura de Marina (PSB) foram muito mais curtas e tímidas que as dos candidatos Marta Costa (PSD) e Paulo Freire (PR). Com relação aos outros candidatos apoiados, tanto Geraldo Alckmin (PSDB) quanto Gilberto Kassab (PSD) ou José Serra (PSDB) sequer foram mencionados.

O único gesto de apoio observado às candidaturas de Geraldo Alckmin (PSDB) e José Serra (PSDB) aconteceu no plano da alta cúpula da igreja, em evento que merece ser relatado. Foi em um sábado, dia 27 de setembro, no culto de aniversário do pastor presidente do Ministério Belém e da CGADB, José Wellington Bezerra da Costa e de sua esposa, Wanda Costa, na nova igreja sede do ministério, na Avenida Radial Leste. O templo é grande, com capacidade para muitas pessoas e chama atenção tanto externamente quanto internamente. Na ocasião, a Igreja estava lotada e haviam fiéis, pastores de todos os estados da federação, bem como as lideranças políticas e candidatos José Serra (PSDB), Geraldo Alckmin (PSDB), Adilson Rossi (PSB), Marta Costa (PSD), Paulo Freire (PR) e Walter Feldman, que estaria representando a candidata à presidência Marina Silva (PSB). O culto foi conduzido por um dos filhos do casal homenageado, que é pastor de uma Assembleia de Deus nos Estados Unidos, e foi composto por depoimentos em homenagem feitos a José Wellington e Wanda Costa. Primeiramente, falaram os representantes da Assembleia de Deus de todos os estados da federação e, em seguida, falaram os políticos e candidatos presentes. Em todas as falas dos candidatos, foi ressaltada a importância do trabalho que Assembleia de Deus conduz no Brasil e, em especial, os pastores presidentes, que estariam na frente da instituição. Geraldo Alckmin (PSDB) chegou a afirmar que José Wellington seria também o “seu” pastor, fato que foi comentado por alguns dos presentes após o culto em tom irônico. Após as falas de homenagem, José Wellington e sua esposa discursaram por alguns minutos agradecendo as falas e abordando também pontos

da história deles próprios e da Assembleia de Deus<sup>90</sup>. No encerramento, agradeceu os candidatos presentes de forma especial e disse que a “Igreja estava com eles”.

Esse evento evidenciou que os políticos ali presentes consideram a Assembleia de Deus Ministério Belém um canal importante de diálogo, uma aliada a se preservar e uma instituição que pode dar-lhes dividendos eleitorais e políticos. No entanto, mesmo em um encontro da alta cúpula da Igreja, em que poderíamos esperar um engajamento mais contundente da instituição, o que vimos foi uma menção simples de apoio e de agradecimento. Em outras palavras, os candidatos presentes eram apenas convidados, e passaram longe de serem as estrelas do encontro. Mesmo entre os fiéis, não foi observado nenhum tipo de interesse especial que passe os meros olhares de curiosidade em relação àquelas figuras.

A partir do final do primeiro turno das eleições, com os candidatos Marta Costa (PSD) e Paulo Freire (PR) já eleitos, o assunto eleitoral e a mobilização da Igreja tiveram grande baixa, o que mais uma vez vai na direção do já exposto anteriormente: que o engajamento eleitoral da Igreja é quase inteiramente voltado para a eleição de seus representantes legislativos. No entanto, no culto anterior ao segundo turno, também observamos outra “fala política”.

Nela, o pastor fez um discurso se posicionando duramente contra o PT, considerando-o um adversário da igreja. Durante seu discurso, disse que seria fácil saber em quem votar, pois seriam só duas opções: o PT e o PSDB, sendo o PT o que “não gosta da Igreja”. Ele afirmou que esse partido sequer permitiria que se orasse para eles, e acusou seus governos de dificultarem a construção dos templos evangélicos e de dificultarem seus cultos. O pastor ainda disse que sabia que algumas pessoas da igreja votavam no PT, mas alertou que votar nesse partido seria como “dar comida para a cobra, para que ela te morda depois”. No decorrer do seu discurso, comparou o PT com o PSDB, e disse que este, ao contrário daquele, facilitava o funcionamento e o cumprimento de regas burocráticas da instituição, sendo sempre um aliado. Ressaltou também que nem todos os tucanos seriam

---

<sup>90</sup> Tanto os discursos dos políticos e candidatos presentes quanto os feitos pelo pastor presidente José Wellington e Wanda Costa usavam sempre o termo “Assembleia de Deus”, no singular, e sem especificar qualquer um de seus segmentos. Interpretamos esse fato como a tentativa de legitimar aquele segmento específico como o representante legítimo da denominação, e não apenas uma parte dela.

evangélicos, mas mesmo os que não eram respeitavam a igreja e o pastor presidente José Wellington Bezerra da Costa.

Em todo o seu discurso, que possui um conteúdo partidário que até então eu não havia presenciado nos cultos anteriores, ficou bem claro que o pastor se sentiu muito confortável para criticar o PT para os fiéis. Tal confronto não havia sido observado durante as eleições municipais de 2012 (VALLE, 2013), em que o momento econômico estava melhor e o lulismo contava com maior popularidade. Além disso, o pastor demonstrou que tem conhecimento que o PT ainda exerce influência em alguns dos seus fiéis, e que estes não seguiam a indicação da Igreja. O pastor, ao contrário de outrora, fez questão de criticar abertamente esses fiéis e essa postura, inclusive associando o PT com a figura de uma cobra, que pode ser associada religiosamente ao demônio<sup>91</sup>.

É importante reafirmar que a relação do Ministério Belém e da CGADB com o PT e o lulismo sempre foi conflituosa. Conforme já relatado no capítulo 1, Mariano e Pierucci (1992) mostram que já na eleição de 1989, o Ministério Belém teria sido um dos que mobilizaram os evangélicos para o voto em Fernando Collor, contra Lula, a ponto do próprio José Wellington Bezerra da Costa declarar que “quem elegeu o Collor foram os evangélicos” (MARIANO, R. PIERUCCI, A. 1992). A relação antipetista se manteve por todos esses anos até os dias atuais, tanto no nível federal quanto no nível municipal, em São Paulo.

Podemos dizer também, reafirmando o que dissemos no primeiro capítulo, que a posição antipetista do Ministério Belém não é estranha no meio evangélico, principalmente entre os pentecostais – a bibliografia sobre os evangélicos destaca o alinhamento político majoritário do segmento com setores conservadores da sociedade, o que vem desde antes da redemocratização, com o apoio a ditadura militar<sup>92</sup>, até os dias atuais, com o antipetismo. Com relação ao antipetismo, o mencionado estudo de Flávio Pierucci e Ricardo Mariano (1992) relata uma ampla mobilização dos setores evangélicos contra a eleição do então candidato Lula (PT),

---

<sup>91</sup> No livro de Genesis da Bíblia há a história da fundação do mundo, da criação do homem e da sua expulsão do paraíso. Nele, a cobra é o animal que representa o demônio, que seduz e induz Eva a convencer Adão para que eles comam o fruto proibido, fazendo com que ambos sejam expulsos do paraíso e deem início ao mundo como conhecemos.

<sup>92</sup> Ver Alves (1979) e Freston (1999).

em 1989, e tal posição veio se repetindo nos pleitos posteriores<sup>93</sup>. Após a chegada do PT ao governo federal, alguns setores e partidos compostos por evangélicos passaram a compor a base aliada. No entanto, principalmente após o lançamento da terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em 2010, o governo atraiu a oposição pública e ativa de amplos setores evangélicos, com destaque para o Pastor Silas Malafaia, Marco Feliciano, entre muitos outros. Após esse momento, a oposição pública dos evangélicos ao PT é amplamente difundida e conhecida pelos fiéis<sup>94</sup>.

O fato que se torna novo para esta pesquisa é a disposição dos pastores de realizar um discurso de enfrentamento com o PT também para eleitores que compõem a base eleitoral petista. Se é verdade que já podíamos encontrar vieses e discursos antipetistas em diversos pastores e lideranças evangélicas, estas, em termos gerais, compunham o alto clero das instituições<sup>95</sup>. Conforme mencionado, o trabalho anterior realizado por nós mostrou que no setor do Campo Limpo do Ministério Belém da Assembleia de Deus, em São Paulo, nas eleições de 2012, o discurso contrário ao PT era muito atenuado, visto a presença de fiéis de classe baixa, alguns beneficiários ou ex-beneficiários de programas sociais, que de alguma forma mantinham uma identificação com o PT ou a figura de Lula (Valle, 2013). Mesmo não podendo fazer generalizações a partir do caso, em termos lógicos, podemos pensar que esse quadro estava presente também em outros templos, visto que não seria interessante para os pastores uma postura forte e frontalmente contrária às opiniões políticas de seus fiéis. O fato de em dois anos a situação ter mudado a esse ponto pode significar que o petismo havia perdido certo respaldo entre os fiéis, seja em termos da intensidade da identificação ou em termos de número de membros identificados com o partido, a ponto de permitir que o discurso da instituição ganhasse uma ênfase mais antipetista, sem que tal postura tivesse gerado mal-estar ou conflitos entre a instituição e seus fiéis. No próximo tópico, abordaremos as visões políticas dos fiéis e a sua posição perante o lulismo.

---

<sup>93</sup> Ver Pierucci e Prandi (1995), Bohn (2004), entre outros.

<sup>94</sup> A análise mais detalhada da relação dos evangélicos com o petismo pode ser vista no capítulo 1

<sup>95</sup> No auge da popularidade do lulismo, mesmo pastores do alto clero, que no momento posterior se tornaram antipetistas tinham discursos aproximatórios com o lulismo. É o caso, por exemplo do Pastor e deputado Marco Feliciano (PSC), ou mesmo do pastor presidente José Wellington. Ver MAGALHÃES, J. C. Feliciano quer tirar proveito da situação, diz líder de sua Igreja. FOLHA DE SÃO PAULO, 13 de abril de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/04/1261988-feliciano-quer-tirar-proveito-da-situacao-diz-lider-de-sua-igreja.shtml> acessado em 12/12/2017 e <https://www.youtube.com/watch?v=ESvL-ln4mk> acessado em 12/12/2017.

#### 4.2.2. O posicionamento dos fiéis na Eleição executiva de 2014

Com relação à eleição majoritária para a presidência da República, uma primeira observação a se fazer é a de que há uma notável manutenção dos padrões básicos encontrados durante a eleição de 2012 em São Paulo relatados no mestrado de autoria deste autor (VALLE, V). Com pequenas exceções, as mesmas pessoas que em 2012 haviam votado em Haddad (PT) por considerar as políticas lulistas e a melhora das suas condições de vida, votaram em 2014 em Dilma Rousseff (PT). Nesse grupo, tanto em 2012 quanto em 2014, a identificação com figura e a confiança em Lula era ressaltada como um fator relevante.

De forma análoga, o grupo que em 2012 havia votado em José Serra (PSDB) pela proximidade com a Igreja e pela defesa de suas pautas morais, as quais haviam sido, na visão deles, atacadas por Fernando Haddad (PT), em 2014, votou em Marina Silva (PSB/REDE) e em Aécio Neves (PSDB), respectivamente, no primeiro e segundo turno da eleição, ou então, havia votado em Aécio Neves nos dois turnos. Essas informações podem ser vistas na tabela 4:

Tabela 5 – Votação Entrevistados Executivo – 2012-2014

	2012		2014		
	Fernando Haddad (PT) 1º e 2º turnos	José Serra (PSDB) 1º e 2º turnos	Dilma Rousseff (PT) 1º e 2º turnos	Aécio Neves (PSDB) 1º e 2º turnos	Marina Silva 1º turno / Aécio Neves 2º turno
Lourdes	X		X		
Lúcia	X		X		
Bruno	X		*	*	*
Clóvis	X		X		
Eunice	X		X		
Reginaldo	X		*	*	*

Alberto	X		X		
Gerson		X			X
Clarisse		X		X	
Rita		X		X	
Carlos		X		X	
Juliana		X			X
Armando	-	-	X		
Inês	-	-	X		
Eliana	-	-	X		
César	-	-			X
Renan	-	-			X
Rafael	-	-		X	
Guilherme	-	-		X	
Sueli	-	-		X	

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas. Legenda: X = declaração de voto. \* = voto nulo.

Conforme podemos conferir, dos doze entrevistados em profundidade durante as eleições de 2012, cinco declararam ter votado em José Serra – Gerson, Clarisse, Rita, Carlos Juliana e Armando. Desses, em 2014, Gerson e Juliana declararam ter votado em Marina Silva (PSB/Rede) no 1º turno e Aécio no 2º turno, e os demais, Clarisse, Rita e Carlos votaram em Aécio Neves (PSDB) em ambos os turnos. Quanto aos sete que declararam ter votado em Fernando Haddad (PT) em 2012, cinco votaram em Dilma Rousseff (PT) – Lourdes, Lúcia, Clóvis, Eunice e Alberto – enquanto dois, Bruno e Reginaldo, anularam o voto.

Apesar de não podermos encarar esses números estatisticamente, podemos fazer algumas ponderações. A primeira delas diz respeito à coerência encontrada entre os grupos, o que mostra certa estruturação da preferência partidária e entre os fiéis. Em outras palavras, podemos ver que os entrevistados observam a existência de diferentes blocos políticos, e se localizam frente a eles de forma coerente ao longo das duas eleições. Esses blocos políticos são, de um lado, o bloco lulista, e de outro um bloco antilulista, no qual aparece tanto Aécio Neves (PSDB) quanto Marina Silva (PSB/Rede). A seguir, procurarei trabalhar esses pontos de forma mais

aprofundada, a partir tanto do discurso antipetista quanto do discurso lulista, que já obtinha traços de desconfiança.

#### *4.2.2.1. O aumento do discurso antipetista*

Se, em 2012, os discursos não envolviam tanto os partidos políticos e falavam mais sobre a figura política de Lula, em 2014, encontramos a questão partidária verbalizada por uma oposição a um partido político – o PT. O antipetismo invocado pelo pastor do setor na fala que antecedia ao segundo turno das eleições, relatado anteriormente neste mesmo capítulo, se fez presente também nas palavras dos fiéis. Isso ajuda a explicar, portanto, a liberdade que o pastor obteve para criticar o PT de forma tão veemente, visto que parte dos fiéis também encampava tal discurso. Antenados com a conjuntura do país e os fatos que estavam sendo noticiados no período, esse grupo de fiéis criticavam o PT e seus políticos a partir tanto das questões morais – principalmente as pautas relativas aos direitos LGBTs e a criminalização da homofobia – quanto também do discurso mais difundido socialmente, que associava o PT à corrupção. Alguns trechos a seguir ilustram esse quadro:

A gente tem que mudar. Essa Dilma e o PT estão querendo acabar com o país. É homofobia, é corrupção, é mensalão, é tudo de ruim. Não sei como tem gente que ainda acredita nesses aí. (Clarisse, 43 anos, balconista)

Vou votar na Marina. Ela é crente, é honesta, diferente desses que estão aí. A Dilma, vou te falar, não sei o que você já ouviu, mas ela quer punir as igrejas com essa questão de homofobia, quer que a gente não possa ter a fé da gente, que não possa falar o que é certo e é errado mais. E pra quem serve isso? Se for ver é pra quem quer acabar com o país como o PT tá fazendo. (Gerson, 38 anos, fotógrafo)

Votei no Aécio não por ele, sabe? Mas porque acho que o PT já deu. Teve suas coisas [boas], mas se tornou uma coisa destrutiva para o país. Muita corrupção, copa do mundo, roubalheira. Olha o Haddad que porcaria, não fez nada. Já deu. Trocar é importante, não dá para ficar um sempre no comando (Carlos, 38 anos, operador de empilhadeira).

A gente tá vendo quase todos os dias uma coisa associada com o PT, não é verdade? Não tô falando mentira para você. Eles estão dominando tudo e olha como tá ficando. É baderna demais, é roubalheira demais, enquanto o povo tá sofrendo e começa também a se revoltar. Eles estão no bem-bom, e nós? Política é muita roubalheira, mas esses aí tão abusando demais. (Renan, 31 anos, Segurança)

Vai num posto de saúde ver, numa escola ver. Vai ver a segurança... Tudo ruim. Tá bom? Não tá. O pobre tá sofrendo. E onde tá o dinheiro? É muita roubalheira. Tudo tem imposto, se quisesse melhorar dava pra melhorar bem, mas é muita roubalheira. Essa Dilma, Haddad, Lula, etc. tá mais que provado que é tudo pilantras. Tem que tirar eles daí. (Guilherme, 18 anos, estudante)

Conforme podemos notar, boa parte desses discursos trazem, mais do que uma mera insatisfação, um elemento nítido de revolta com a situação política. Vários elementos distintos são misturados – questões morais, econômicas, éticas, micro e macropolíticas – e todos esses pontos voltam-se contra o PT ou suas figuras mais proeminentes. Uma possível interpretação alternativa a essa poderia invocar a existência de um sentimento popular antipoder, antiestado, de forma próxima a que Pierre Clastres desenvolve em *Sociedade Contra o Estado* (1978)<sup>96</sup>. No entanto, mesmo nessa interpretação, essa revolta contra o Estado e o Poder teriam um alvo específico e concreto, que seriam as gestões petistas e a figura do PT ou seus políticos.

---

<sup>96</sup> O antropólogo Pierre Clastres traz em seu livro *A Sociedade Contra o Estado* (1978) uma coletânea de textos elaborados a partir de sua experiência de campo com populações indígenas nas Américas. O autor busca desconstruir o pensamento evolucionista que diz que as sociedades num determinado estágio de sua civilização formariam um Estado. Ele busca mostrar como há uma resistência à ideia de um poder centralizado que aplicaria a coerção na sociedade.

A corrupção aí aparece também com uma grande centralidade: ela é vista como causa dos problemas encontrados na sociedade. Nesses discursos, a ideia que se sobressai é a de que, se não houvesse a corrupção, os problemas nos serviços públicos que atendem os cidadãos poderiam ser resolvidos. Além do trecho da entrevista com Guilherme acima, no qual esse pensamento está bem nítido, a frase de Carlos colhida em entrevista traz verbalizado exatamente essa ideia:

É muito imposto, é muito dinheiro. Daria pra ter escola boa sim, polícia, hospital, médico. Não tem porque roubam. Eles não pensam nos outros, pensam só neles. Assim, o Brasil é desse jeito, sempre foi... era pra ser outra coisa? Era, mas não deixam porque pensam só neles.

(Carlos, 38 anos, operador de empilhadeira).

Outro ponto a ser destacado é a mudança com relação ao encontrado em 2012. Por mais que os serviços públicos lá já fossem alvo de queixas com relação à sua qualidade, o pensamento de que o país estava mal não era dessa forma verbalizado. Ao contrário, a ideia predominante era de que a vida estava melhorando, mesmo entre aqueles que votaram no candidato do PSDB, José Serra (PSDB). Em 2014, ainda que esse discurso não estivesse difundido entre todos os fiéis – como, conforme veremos nos tópicos a seguir, foi o caso das eleições de 2016 – o sentimento exposto é o de que as condições de vida eram ruins. É preciso ter em mente, conforme já mencionado, que tal noção estava totalmente em consonância com a conjuntura política do período, os assuntos políticos e o noticiário de então. Vale lembrar que o crescimento econômico do período havia diminuído, os protestos haviam tomado conta do país tanto em 2013 como em 2014, tendo como alvo justamente a questão dos serviços públicos, da corrupção e dos gastos nos grandes eventos esportivos.

É importante reafirmar que não identificamos nenhum fiel, mesmo entre os mais jovens, que tenha participado dos protestos de junho de 2013, seja os da primeira etapa, caracterizada pela reivindicação da suspensão do aumento das passagens de ônibus em São Paulo, seja os da segunda etapa, na qual as pautas se tornaram difusas e dispersas, seja da terceira etapa, caracterizada pela

fragmentação em mobilizações específicas<sup>97</sup>, nem mesmo dos protestos contra a copa do mundo, naquele mesmo ano. Isso mostra, por um lado que mesmo com a magnitude que esses protestos tiveram, existiram barreiras para a adesão a eles – barreiras que podem ser de classe, região da cidade ou mesmo religiosa. Ao mesmo tempo, mostra também que os protestos influenciaram um círculo maior de quem neles participou, sendo capaz de mudar a percepção desses fiéis.

#### 4.2.2.2. O lulismo insatisfeito

Uma das grandes evidências da mudança de conjuntura, entre 2012 e 2014, foi que os próprios simpatizantes ou identificados com o PT ou com Lula manifestaram sinais de insatisfação com a condução política do país. Esse grupo de pessoas já havia, em 2012, votado em Fernando Haddad (PT) para prefeito. Dessa vez, continuaram votando em Dilma Rousseff (PT), mas com ressalvas, críticas e insatisfações. Dois dos antigos eleitores de Haddad, entretanto, conforme vimos na tabela 3, resolveram anular o voto. Os trechos de entrevistas a seguir ilustram esse lulismo insatisfeito:

Com o Lula era melhor... Ele governou para os mais carentes, no Nordeste e no Norte, aqui.... Ele sente a carência, já viveu isso, é nordestino também. A Dilma ela começou bem, mas não foi igual. Ela não é a mesma coisa, não passou pelo que ele passou, entendeu? Eu votei nela sim, acho que desde antes, mas não acho ela grande coisa. (Lúcia, 49 anos, vendedora)

O Lula pensava nos pobres. A Dilma é uma mulher forte, que fala, que não tá pra brincadeira, isso a gente percebe. Eu não acho que ela foi melhor que o Lula, foi pior, tá pior... mas ainda votei nela, até porque não gostei dos outros, acho que eram muito fracos, não passavam aquela confiança. (Alberto, 37 anos, segurança)

---

<sup>97</sup> Para tratar dos protestos de junho, tomamos como base a periodização e tipificação elaborada por Singer (2013, op. cit.).

No começo eu gostei dela, viu? Tinha um respeito que ela passava. Ainda passa pra mim, mas acho que as coisas foram ficando mais difíceis, por conta de gente em volta dela, entende? Ela tem que recuperar isso que ela tinha, eu acho (...). Eu votei nela sim. Falam muito do PT, mas com o PT e o Lula melhorou as coisas sim. Tava melhorando, né? Agora não sei. (Clóvis, 67 anos, aposentado)

A Dilma é isso, né? Não tem essa coisa de ter vivido o que o Lula viveu, não sabe da pobreza, da dificuldade. É outra coisa sim. É que como ela tem o Lula de aliado isso ajuda. Ele não é o presidente, mas pra apoiar ela, ela tem que fazer alguma coisa, porque é do grupo dele e tudo funciona assim. Se o Lula falasse pra não votar nela ninguém votava, então ela tem que fazer alguma coisa que ele quer também. Mas mesmo assim não é a mesma coisa... é que a gente que é pobre sabe que com os outros são piores ainda, então vota nela mesmo. Sabe, [quando] eu falo, [é] deveria saber, né? Muitos não sabem não. (Lourdes, 61 anos, aposentada)

Um elemento bem claro nesses discursos, além da ideia de que a situação havia piorado – o que muitas vezes era afirmado de forma genérica – é o peso da figura e do apoio do ex-presidente Lula (PT) à candidatura Dilma (PT). Ainda que Dilma (PT) tenha características pessoais exaltadas (“mulher forte”, que “não está para brincadeira”, “que fala”, que “começou bem” e que “passava respeito”), a sua característica positiva mais ressaltada era a detenção do apoio do ex-presidente Lula (PT). Além do período de governo do líder petista ser considerado melhor, é ressaltado o fato de ele próprio ter tido uma vida pobre, de ter vindo do Nordeste e de isso o trazer uma consciência social diferente da dos outros políticos. Esse elemento, de certa forma, já estava presente nas eleições de 2012, na qual Haddad (PT) foi eleito como prefeito de São Paulo. No entanto, em 2014, os fiéis desse grupo lulista, além de apresentarem pessimismo com a situação e declararem que as coisas haviam piorado, também estavam em um número menor. Abaixo seguem

as declarações dos fiéis que antes haviam votado em Haddad (PT) e em 2014 anularam o voto:

Cansei de política e de políticos. Não tem um que preste, essa é a verdade mesmo. Votei no Haddad e olha só... praticamente não fez nada... Não votei em ninguém dessa vez. (Reginaldo, 29 anos, confeccionador de roupas)

Sei que falam que anula a eleição e é mentira, mas bem que poderia ser verdade, viu? Assim cancelava esses candidatos e tinham que por outros, quem sabe não vinha alguém melhor, com valores certos, porque vou te contar... (Bruno, então com 23 anos e estudante)

Um ponto interessante de ser ressaltado também é que, quando indagados sobre o que havia piorado na situação política, econômica e social do país entre 2012 e 2014, os entrevistados em todas às vezes tinham dificuldade inicial de explicar – tanto os que votaram em Dilma quanto os que não votaram, com a diferença desses últimos ressaltarem a questão da corrupção. Com um pouco mais de conversa, no entanto, eram unânimes em ressaltar os preços altos, principalmente dos alimentos, e também a questão das manifestações. Essas eram vistas negativamente pelos fiéis e eram consideradas um sinal de que algo estava errado no país. Além desses pontos, também percebemos algumas menções à questão da segurança e do aumento da criminalidade. Abaixo segue alguns trechos de entrevistas que trazem esse quadro.

Mais ou menos tudo [foi piorando]. Não que fosse bom antes, né? Mas você vê o preço das coisas subindo e dá uma coisa na gente. Vai no supermercado, volta com nada para casa e foi seu dinheiro embora.

(Alberto, 37 anos, segurança)

Olha, não é uma coisa que piorou. É tudo que vem sendo difícil, né? O caminho do mundo é esse, é o da perdição, do pecado. Cada dia tá mais perigoso sair na rua, para o jovem e para o velho, cada dia o jovem entra pro crime e pra droga mais cedo (...) Está tudo ficando mais caro sim, isso a gente percebe. É só olhar o jornal, todo dia aumenta o preço de alguma coisa.

(Inês, 45 anos, diarista)

Tá tudo mais difícil. Vê os hospitais, a educação, a falta de respeito... corrupção pra tudo que é lado, dinheiro na cueca (...) Até quando melhora de um lado piora no outro. O ônibus, melhorou com o corredor, só que agora você pega dois ônibus e não um só (...) O país explodiu, não era assim. É manifestação toda hora, trânsito, revolta, isso não tinha desse jeito.

(Gerson, 38 anos, fotógrafo)

Perdeu o controle, né? O que foi aquilo o ano passado... a polícia fazer o que fez, depois aquele bando todo. Diminuiu, mas tá assim até agora, (...) os preços todos, a roubalheira generalizada. Assim, o país perdeu o controle, a gente vê no Facebook, na TV. Sodoma e Gomorra.

(Carlos, 38 anos, operador de empilhadeira)

Não é que está ruim, mas deu uma piorada. Sempre foi difícil, para o pobre nada cai do céu. A gente vê que deu uma piorada. Agora espero que melhore de novo, estamos orando.

(Lúcia, então com 49 anos, vendedora)

Conforme podemos observar, apesar das falas trazerem diferentes graus de insatisfação, elas ressaltam a percepção negativa do quadro social brasileiro de então, abordando diversos temas, desde econômicos, como a subida de preços, até os que envolviam a moralidade, segurança pública e a corrupção. Para o grupo

antipetista, essa situação – principalmente as queixas de corrupção – somado a elementos religiosos, foi utilizada pra justificar o voto nos candidatos Marina Silva (PSB/Rede) e Aécio Neves (PSDB), tanto no primeiro quanto no segundo turno da eleição presidencial. Para o grupo lulista é interessante ressaltar que, ainda que manifestando críticas à Dilma Rousseff (PT) e declarando que a situação do país estava piorando, houve uma persistência na opção lulista representada por Dilma (PT). Essa persistência, conforme já mencionado, se deve à presença do ex-presidente Lula (PT) ao seu lado, e a visão de que os adversários seriam candidatos ainda piores para os pobres. Em outras palavras, esses ainda estavam sob a ótica lulista.

Pudemos perceber a partir do acompanhamento dos cultos e do contato com a comunidade ao longo de todo o período entre 2012 e 2016, que com o decorrer do tempo, conforme o segundo mandato de Dilma foi caminhando, a insatisfação com o seu governo foi aumentando, e as reclamações atingiram também quesitos como o emprego, além dos serviços públicos, como a saúde, que passou a ser mais criticada. Esses pontos ficaram mais claros principalmente no momento da eleição de 2016, e serão vistos com detalhes nos tópicos a seguir.

Antes mesmo do ano eleitoral e da discussão sobre política tomar conta do país, a crise e a piora da situação econômica dos fiéis foi objeto de uma fala do pastor durante um dos cultos observados no ano de 2015, no dia 23 de agosto. Na sua fala, o pastor ressaltou que no período de crise seria ainda mais importante que o fiel fosse à igreja. Disse que o fiel não poderia desanimar caso perdesse o emprego, como estaria acontecendo com alguns. Afirmou também que alguns dos membros da igreja estavam com problemas financeiros e que seria preciso orar por eles e pelo país. Para os que têm emprego, ressaltou que precisariam orar para agradecer. Sobre a igreja, argumentou que na fase de crise a instituição precisa mais dos fiéis, porque a área social atenderia mais irmãos e daria mais cestas básicas. Por fim, ressaltou que a igreja já teria passado por muitas épocas de dificuldades, mas que as crises a teriam deixado mais forte. Encerrou sua fala dizendo que quem estaria passando por dificuldades deveria lembrar não no dinheiro, mas na salvação, e que a igreja serviria para isso.

Após a fala do pastor, na saída da igreja, durante o período de tempo em que os fiéis se cumprimentam e falam entre si, alguns dos membros comentavam sobre conhecidos que passavam por dificuldades, e muitos elogiaram a fala do pastor, ressaltando o ânimo que a igreja os daria. No meio da conversa, comentários sobre os fatos de corrupção divulgados na época. Nesse contexto, as falas contra o governo se destacavam, mesmo entre fiéis que, no momento eleitoral, defendiam Lula (PT) e Dilma (PT). Esses fatos mostraram que tanto a crise econômica havia chegado fortemente aos fiéis, quanto o lulismo teria sofrido um grande impacto. Esses pontos serão melhor trabalhados no tópico seguinte, que tratará do momento político em torno das eleições de 2016.

Outro ponto que ficou evidente a partir dessa fala do pastor é de que a Igreja trabalha com seus membros questões sobre o mundo e a política mesmo fora do período eleitoral. Conforme assinalamos no capítulo 2, a Igreja é uma instituição que fornece aos fiéis um discurso sobre os mais diversos aspectos da vida e do mundo, o que inclui a política institucional, mesmo fora do período das eleições, em que a instituição religiosa promove seus políticos.

#### **4.3. A eleição executiva de 2016: a crise do lulismo toma forma**

Conforme já assinalado, durante as eleições de 2016, além do Ministério Belém da Assembleia de Deus lançar uma nova candidata para o cargo de vereadora da capital paulista, ela apoiou também o candidato a prefeito João Dória. Esse apoio, entretanto, seguiu o padrão da eleição anterior: foi um apoio tímido, presente nos materiais de campanha e em poucas falas cotidianas, e a campanha maciça e diária foi resguardada para a candidatura de Rute Costa (PSD), também filha do pastor presidente do Ministério Belém e da CGADB, José Wellington Bezerra da Costa.

#### *4.3.1. A atuação da Igreja diante da eleição executiva de 2016: a “fala política” antipetista*

Conforme assinalamos no capítulo anterior, como nas demais eleições acompanhadas, em 2016, também observamos a “fala política” do pastor há uma semana do pleito eleitoral. Essa fala seguiu o modelo das anteriores presenciadas, e dois dos principais pastores fizeram discursos ressaltando a importância de os fiéis apoiarem os candidatos da instituição, que “brigam pela Igreja e pelos fiéis perante aos governos”. Foi ressaltado que os candidatos da Igreja, no geral, brigam pela instituição, conseguem ajudar a igreja a espalhar a sua doutrina e a barrar projetos que são contrárias à igreja. Em seguida, foi falado o nome e número de Rute Costa (PSD), reafirmando que ela é filha do pastor presidente José Wellington e irmã de Marta Costa (PSD).

Nessa fala também foi falado que a Igreja apoiava o candidato João Dória (PSDB). No seu discurso, o pastor disse que Dória era um trabalhador, e que tinha mostrado que era alguém que não atrapalharia a igreja e que talvez até ajudasse nas obras para Deus. Além disso, ele foi tido como o candidato que iria “vencer o PT”. E novamente, como em 2014, foi feito um discurso forte contra o petismo. Foi ressaltado que o Brasil virou uma “grande bagunça”, com manifestações políticas, desemprego, pobreza e crise econômica, e que o PT tinha sido responsável por isso. De forma mais direta, foi dito que haviam irmãos que estavam em situação difícil, de desemprego, dificuldades, e que as pessoas viam essas dificuldades nas suas vidas e na vida dos irmãos. O pastor dizia que a igreja estava fazendo o possível para ajudar os irmãos necessitados, mas que os próprios fiéis precisavam se ajudar, votando melhor, o que naquele contexto claramente significava votar em Rute Costa (PSD) para o legislativo e não votar no PT para a prefeitura. Diferentemente da eleição de 2014, o pastor não citou que havia fiéis próximos ao PT na igreja.

#### 4.3.2. A eleição para prefeito entre os fiéis: Antipetismo e desilusão com a política

A eleição para a prefeitura de São Paulo trouxe uma grande mudança no padrão de votação dos fiéis encontrado até aqui, que mostrava a convivência de um perfil que sempre votava nos candidatos lulistas e outro perfil que assumia um discurso antipetista e votava nos candidatos que polarizavam com os lulistas, em certo equilíbrio de forças. A tabela 5 abaixo traz esses dados:

Tabela 6 – Votação dos Entrevistados para candidatos ao Executivo – 2012-2016

	2012		2014			2016	
	Fernando Haddad (PT)	José Serra (PSDB)	Dilma Rousseff (PT)	Aécio Neves (PSDB)	Marina Silva 1º turno / Aécio Neves 2º turno	Fernando Haddad (PT)	João Doria (PSDB)
Lourdes	X		X			X	
Lúcia	X		X				X
Bruno	X		*	*	*		X
Clóvis	X		X				X
Eunice	X		X				X
Reginaldo	X		*	*	*	*	*
Alberto	X		X				X
Gerson		X			X		X
Clarisse		X		X			X
Rita		X		X			X
Carlos		X		X			X
Juliana		X			X		X
Armando	-	-	X			X	
Inês	-	-	X				X

Eliana	-	-	X				X
César	-	-			X	X	
Renan	-	-			X		X
Rafael	-	-		X			X
Guilherme	-	-		X			X
Sueli	-	-		X			X

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas em profundidade.

Legenda: X = voto depositado; X = Nulo; – = não se aplica

O que podemos ver com esses dados é que o grupo lulista, que em 2014 era composto por 8 pessoas e em 2012 por 7, agora se restringiu a apenas 3 fiéis entre os entrevistados. Outros 4 fiéis que compunham o grupo lulista em 2014 – Lúcia, Alberto, Clóvis e Eunice – acabaram votando em João Dória (PSDB) para prefeito. Ainda 2 fiéis, que assumiam um discurso que exaltava o PT e o ex-presidente Lula e votaram em Haddad (PT) em 2012, reproduziram o comportamento de 2014 e votaram nulo. É interessante observar que outros candidatos com votação considerável na eleição, como Marta Suplicy (PMDB) e Celso Russomano (PRB) não tiveram nenhum voto observado entre os entrevistados. No caso de Marta Suplicy (PMDB), mostro nesta pesquisa e em trabalho anterior (VALLE, 2013) que há uma rejeição dos evangélicos à sua figura. A sua migração do PT para o PMDB, em meados de 2015, fez com que ela perdesse os possíveis votos oriundos da campanha petista/lulista sem que tenha ganhado simpatia do outro lado do espectro político. Já quanto a Celso Russomano (PRB), poderíamos pensar que o fato da sua conhecida aproximação com a Igreja Universal do Reino de Deus – apesar do mesmo se declarar católico – traria algum impacto para os fiéis. Tal fato poderia, de um lado, associá-lo ao universo dos candidatos evangélicos, mas por outro suscitar as rivalidades e discordâncias entre as duas igrejas. Ao fim e ao cabo, Russomano (PR) acabou simplesmente não povoando os discursos dos fiéis antilulistas, os quais preferiram imediatamente, quando o assunto eleições tomou forma<sup>98</sup>, o candidato João Dória (PSDB), que além de apoiado pelo Ministério Belém, era já nesse

<sup>98</sup> Na eleição de 2016, a campanha eleitoral foi diminuída de 60 dias para apenas 45 dias, tornando o início do período de discussão política mais curto. Dentro da igreja e entre os fiéis, a eleição só tomou as discussões nas últimas 2 semanas antes do pleito, quando Dória (PSDB) já era um fenômeno eleitoral.

momento um grande fenômeno eleitoral, conforme procuraremos abordar nos tópicos seguintes.

Para além da questão numérica, que aqui não é o ponto relevante, dado que a amostra de fiéis não é selecionada por critérios estatísticos, o interessante é abordar as mudanças e as razões que as explicam para esses fiéis. Os tópicos a seguir avançam nesse sentido.

#### *4.3.3. O crescimento e o conteúdo do antipetismo*

Se em 2014 pudemos observar um forte discurso antipetista de parte dos fiéis, em 2016, esse discurso se intensificou em alguns casos, se manteve em outros e também ganhou mais adeptos. De forma antenada com os acontecidos no país, com os debates e matérias que eram vinculados na imprensa no período, os discursos dos fiéis criticavam todo o sistema político, mas focavam no PT e seus membros a culpa pela situação do Brasil e de si próprios. As críticas associavam o PT à corrupção do estado brasileiro, e associavam essa corrupção com a falta de dinheiro e de serviços públicos para a população. Também criticavam a crise econômica e o desemprego, que eram vistos como consequência dos governos petistas. Diferentemente das eleições anteriores, as questões morais – seja as pautas relativas aos direitos LGBTs, às mulheres ou a educação das crianças – foram pouco tocadas, perdendo grande protagonismo para as questões relativas ao plano econômico. Como produto dessa crítica ao PT, os fiéis defendiam e votavam no candidato do PSDB, João Dória. Os trechos de entrevistas a seguir tocam essas questões:

Empresas falindo, porque não têm dinheiro pra pagar o 13º, você vai pra rua, porque não tem dinheiro. Na rua onde eu moro, do Campo Limpo, as lojas falidas, todo mundo parado, de braço cruzado... tá chegando o 13º aí... Natal pobre. Então eu acho que o Temer tá tentando levantar o Brasil, dando uma prioridade pros empresários. O que a Dilma fez não estava escrito... foi uma coisa destruidora, pra todos os lados, triste de ver. Acabaram com tudo(...). Antes achavam que estava bom, mas estava? Se

a trilha levou pra o lugar que estamos é porque ela não estava certa desde antes, se desviou. Então pra mim o PT levou a isso. (Rafael, 48 anos, enfermeiro)

Olha o que se tornou o Brasil, que crise, que coisa triste de ver. Eu ainda tenho trabalho, graças a Deus, a misericórdia do grandíssimo. Mas tanta gente perdeu... as pessoas estão se virando como podem. Achavam que ia melhorar depois de tirarem a Dilma, mas foi uma coisa tão profunda, tanta sem-vergonhice, que vai demorar mais ainda pra que tudo se ajeite, se é que vai se ajeitar(...) Eu não gosto desse aí que entrou também [Temer (PMDB)], é tudo safado se você for ver. Eu acho que tem que pegar pessoas de fora. O Dória ganhou por isso (...) Votamos nele por isso (...) espero que a moda pegue. (Juliana, 33 anos, esteticista)

A gente precisa de gestores, de gente que saiba, tenha estudo e competência. Pra tudo na vida a gente tem que se preparar. Deus prepara as pessoas, mas as pessoas também têm que ir atrás, procurar por si. Não pode chegar só com boa vontade. A política já tá cheia de pilantra, olha o que aconteceu, essa pouca vergonha da Dilma. E não é a Dilma, começou lá atrás, desde o Lula, essa corrupção vinha de antes, todo mundo sabia, todo mundo que quer ver, que via o tratamento à família, a pouca vergonha que queriam implantar. Eu gosto de ler as coisas, eu leio coisas no Facebook (...) Então eu acho que o Dória é um pouco isso, claro que ele quer se dar bem também, mas ele é empresário, sabe fazer as coisas andarem, é rico porque as coisas dele ele sabe fazer. Espero que melhore a cidade, que tá abandonada. (Guilherme, 19 anos, recruta do exército)

Esse [Dória] eu até fiz campanha. Fui eu que fiz a Eliana votar nele, falei para os vizinhos, fiz tudo. Tinha que tirar esse pessoal do PT, esse Haddad que era um pau mandado do Lula, e tirou, porque a população tá cansada, agora sofrendo (...). Ele vai ter interesse em fazer a coisa funcionar, porque ele não é político, é empresário, ele vai olhar pra população e não agradar os políticos. (Rita, 59 anos, pensionista)

Como podemos conferir, são discursos que demonstram uma rejeição expressiva, e que, tal como em 2014, apesar de atingirem “os políticos”, no geral,

quando essa expressão ganha nomes, rostos e siglas, esses são figuras do PT como Lula, Dilma, Haddad, além do PT em si, enquanto partido político. Nesse sentido, parece haver uma identidade comum nos políticos petistas, que não aparece quando outros políticos são mencionados. Dória (PSDB), por exemplo, não é associado ao PSDB, tampouco às suas principais figuras, como Aécio Neves, José Serra e Geraldo Alckmin<sup>99</sup>.

Dória (PSDB), conforme observamos, teve apelo eleitoral a partir da sua caracterização como um não político em meio a política. A ideia de que seria um empresário, bom gestor, que traria para o Estado a eficiência da iniciativa privada, foi absorvida e conquistou os fiéis. Antes de analisarmos com mais atenção a identificação com João Dória, é importante constar que as falas acima transcritas foram selecionadas de fiéis que já tinham se manifestado como antilulistas. No entanto, como procurei demonstrar, as falas dos fiéis que anteriormente votavam no PT pouco destoaram desse quadro. Além disso, os discursos trazem uma importante mudança desses fiéis quanto à avaliação que manifestavam do Brasil.

#### *4.3.3.1. Antigos lulistas: pessimismo, críticas e decepções*

Tão ou mais marcante que a intensificação do discurso antipetista no decorrer das eleições, foi a conversão de antigos fiéis identificados com Lula e o PT em posições agora críticas e opostas a estes. Eunice, por exemplo, que tem 41 anos e é empregada doméstica há 13 anos em uma casa de família, em 2012, mostrava otimismo em relação às novas gerações, salientando as melhoras do país, as oportunidades e as possibilidades de atenção que a geração de seus filhos teria. Nas suas palavras:

[os filhos têm] o que a gente não teve. Hoje eles têm mais facilidade. Hoje é mais fácil para comprar, pra aprender. A vida deles vai ser bem melhor.

---

<sup>99</sup> Geraldo Alckmin, inclusive, mesmo sendo governador do estado de São Paulo, não pocoa os discursos de forma relevante e passível de ser analisada.

(Eunice, na época com 35 anos e empregada doméstica). (VALLE, V. 2013. Op. Cit. p. 88)

Destoando da própria avaliação feita em 2012, no momento do auge do lulismo, em 2016, Eunice agradecia a Deus por continuar no mesmo trabalho, o que ela via como uma raridade nos dias de hoje. Ao observar o mundo e falar suas impressões sobre o Brasil de 2016, ela relatava a dificuldade de as pessoas conseguirem emprego e de terem ascensão social, e temia pelas jovens gerações. O trecho a seguir traduz esse cenário:

– Eu tô naquele trabalho ainda da Rebouças. Vai fazer 13 anos já.

– *É o que você queria, continuar lá?*

– Aham, Continuar ali. Claro que a gente gostaria de mais, né. Mas é muito bom a gente ter uma coisa só. Mantém um vínculo também, uma coisa mais certa. Você passar muitos anos hoje em dia é difícil, ainda mais com essa crise aí, olha o caso do meu marido, desempregado, então tenho que agradecer (...) [a crise] foi grande. Você vai fazer uma entrevista, aí você pensa que é só você, quando vê tem 100, 150, 200 pessoas na sua frente. Só por Jesus pra você entrar. Às vezes, você acha que é muita vaga, mas é só 4, 5... Se for sua, você entra, porque Deus conhece, né?

– *Está complicado...*

– E para o jovem também, mais ainda. Tem que estudar, mas estudar também não garante, se tem qualquer coisa tem que manter, agradecer. E como vai estudar se o pai não trabalha, não ajuda? É triste. Precisa de Jesus, porque o jovem sem sonho, sem Jesus no coração é oficina do diabo.

(Eunice, 39 anos, empregada doméstica)

No trecho podemos observar também como a religião ocupa um papel central perante a visão de Eunice e a sua forma de lidar com a crise. A todo o momento, sua fala remete à fé em Deus e em Jesus como saídas e refúgios para a situação de dificuldade na vida terrena. Merece destaque quando o assunto entra na perspectiva dos jovens. Eunice argumenta que para os jovens a situação seria ainda mais difícil,

principalmente para aqueles de classe baixa, que não tem ajuda dos pais. Até mesmo o estudo – que necessita de algum aporte familiar – não mais é suficiente para conseguir um emprego e tentar a ascensão social. Nesse cenário, a religião seria ainda mais importante, porque sem ela e sem os sonhos de ascensão, a cabeça dos jovens seria a “oficina do diabo”. À sua forma, Eunice se soma às análises que compõem estudos sociológicos, como o de Pavez (2015), que mostram a juventude entre a trajetória do trabalho precário, repetitivo e mal remunerado (a “vida de zé”), e o mundo do crime (a “vida loka”). Pavez (2015) ressalta que uma das saídas desse dilema vivenciado pelos jovens é justamente por meio da conversão religiosa, feita em igrejas evangélicas. Também nessa linha, Feltran (2011) também destaca a religião como uma das portas entre o mundo do crime e do trabalho. Conforme veremos no tópico seguinte, Eunice e os demais casos trazidos neste tópico, com base nessa avaliação sobre a situação política do país, abandonaram o campo político lulista e votaram em João Dória (PSDB) para prefeito.

O caso de Bruno, de 25 anos, que hoje é policial militar e músico, também é interessante. Ele foi entrevistado pela primeira vez em 2012. Nessa época, com 21 anos, era ainda um estudante de música e fazia parte da banda da igreja sede do setor do Campo Limpo do Ministério Belém, e ressaltava sua identificação com o ex-presidente Lula (PT), principalmente por conta dos programas sociais e pelo fato de sua família ter recebido, por um período, o benefício do programa Bolsa Família:

Nós já fomos beneficiados pelo Bolsa-Família e ajudou bastante, pra comprar as coisas pros filhos, o material escolar (...) isso foi quando o presidente Lula estava no governo. Eu acho que foi por causa dele. (...) Me ajudou bastante e continua ajudando bastante gente. É um fato desse que me levaria a votar no presidente Lula, porque esses custos beneficiaram e beneficiam muitos brasileiros. Eu gostei do governo Lula por causa dessas mudanças.

(Bruno, na época com 21 anos de idade e estudante) (VALLE, V. 2013 p. 89. Op. Cit.)

Em 2012, Bruno votou em Haddad (PT), por conta da indicação de Lula, com quem se identificava, e pela identificação com o PT. Em 2014, no entanto, sua

avaliação do Brasil já havia mudado, e achava que as coisas não estavam bem. Nessa época, havia entrado para o exército, como recruta temporário. Conforme vimos no capítulo anterior, votara nos candidatos da igreja, com quem compartilhava os valores, mas quando indagado sobre os candidatos a presidente, demonstrou uma grande rejeição a todos, anulando seu voto. Conforme vimos, disse que

Sei que falam que anula a eleição e é mentira, mas bem que poderia ser verdade, viu? Assim cancelava esses candidatos e tinham que por outros, quem sabe não vinha alguém melhor, com valores certos, porque vou te contar... (Bruno, na época com 23 anos, estudante)

Em 2016, entretanto, a visão do país de Bruno estava negativa, e seu olhar para o futuro do Brasil não carregava qualquer otimismo. Politicamente, também tinha passado a se identificar com a direita, e via no PT um adversário político:

Achei que o governo Lula bom no sentido de ações sociais... ele fez muitas coisas boas, só que acho que é obrigação, e a gente precisa mudar também. Eu jamais votaria nele ou em alguém do PT também (...) Aí de lá pra cá muita coisa mudou e mudou pra pior, o que a gente tem visto aí mudou pra pior, e eu acho que tá... ainda tá um pouco longe pra começar a melhorar. A Dilma acabou com o Brasil, não sei se veio de antes, mas ela acabou. Hoje você vê que a pobreza que voltou, vê as pessoas sem trabalho, como a minha mulher, procurando. É por Deus que a gente consegue as coisas, que eu consegui esse concurso agora (...) o Brasil tá num momento muito crítico, politicamente falando, eu acho. Corrupção... tá difícil. Existe um excesso de manifestação, porque perdeu a ordem social, perdeu o respeito. Manifestação é direito, mas não é uma coisa sempre boa, sempre certas as razões. Às vezes é uma coisa não pacífica também.

– *Você foi a favor do impeachment?*

O *impeachment*? Eu acho que não mudou muita coisa não... Pra mim não mudou muita coisa não, mas o *impeachment* para mim, por eu já me considerar na época de direita eu fui a favor sim. Assim, não generalizando, porque precisa ver sempre, mas geralmente o que é contra o PT assim eu sou a favor. (Bruno, 25 anos, já policial)

Quando indagado sobre sua autoidentificação à direita, Bruno não sabia explicar o seu significado ou de que fato ou interpretação ela veio. Quando insistido, ele disse “se o PT e o PSOL são de esquerda, eu sou de direita”. A origem desse posicionamento pode ter a ver com suas convicções religiosas e o fato de os evangélicos estarem se diferenciando cada vez mais da esquerda e do PT, conforme apontado no capítulo 1. Pode também vir da sua experiência no exército ou a polícia militar, instituições com viés político mais conservador. Pode ainda ser resultado do crescimento da direita nas redes sociais, conforme aponta o estudo em andamento de Camila Rocha<sup>100</sup>, ou ainda de uma somatória de alguns ou todos esses pontos. De qualquer jeito, o fato é que Bruno aderiu ao momento de antipetismo na sociedade, indo até o ponto de se definir no campo ideológico opositor, o que indica uma mudança profunda. Ainda assim é interessante que Bruno, apesar de ter apoiado o *impeachment*, diz que não viu diferenças entre os governos Dilma (PT) e Temer (PMDB). Outro ponto a ser destacado é que, como no caso de Eunice, a religião também é vista por Bruno como refúgio para as mazelas do mundo, sendo Deus o responsável por ele ter conseguido sua vaga na Polícia Militar, que lhe permite uma situação de vida sustentável.

Já Alberto, por sua vez, não se encontrava em uma situação de vida confortável, pois, em 2016, foi despedido do estabelecimento em que trabalhava como segurança. Voltando alguns anos atrás, para 2012, quando foi realizada a primeira entrevista com ele, suas palavras eram de otimismo com o Brasil, que na sua opinião, com Lula e Dilma, vinha reduzindo as desigualdades e fornecendo oportunidades, principalmente para a geração de jovens que, diferentemente da sua, teria acesso aos estudos. Alberto também queria, ele próprio, cursar uma faculdade, na área de tecnologia, sonho que acabou não se realizando. Nas suas palavras:

(...) Como eu disse do Lula e da Dilma, deu uma boa melhorada. Acho que deram um grande passo. Você vê preto fazendo faculdade, pessoas da classe C, D. Eu acho que melhorou bastante isso daí (...) As coisas têm se

---

<sup>100</sup> Camila Rocha apresentou resultados preliminares de seu doutorado oralmente no I Simpósio Direitas Brasileiras.

tornado mais fáceis. Dá pra prestar vestibular e entrar na faculdade, e tem outros meios de fazer curso. Prouni.

– *E você tem perspectiva de fazer?*

Com certeza, na área de informática. Eu sou muito vidrado nessas coisas, mesmo celular, em tecnologia.

[mas] esses acontecimentos de corrupção que a gente vê no dia a dia, a gente fica indignado com algumas coisas, né? O Lula, pelos noticiários, pela Veja e pelos meios de comunicação, [vemos] que esse mensalão aí tem o maior roubo de toda nossa história, da política brasileira.

(Alberto, então com 35 anos, profissional de segurança) (VALLE, 2013 op. Cit. p. 91)

Como podemos ver, já em 2012, o assunto da corrupção povoava o discurso de Alberto. Ainda assim, sua identificação com Lula e o PT eram maiores do que essa ressalva, por conta dos avanços sociais que Alberto observava e vivenciava. Em 2012, Alberto votou em Haddad (PT) para a prefeito de São Paulo. Em 2014, votou em Dilma (PT) para a presidência, no entanto, já via naquela época diferenças entre ela e Lula, e sua visão sobre o país também havia mudado, manifestando certas dificuldades e preocupações. Conforme vimos anteriormente, dizia:

O Lula pensava nos pobres. A Dilma é uma mulher forte, que fala, que não tá pra brincadeira. Eu não acho que ela foi melhor que o Lula, foi pior, tá pior, mas ainda votei nela, até porque não gostei dos outros, acho que eram muito fraquinhos. (...)

Mais ou menos tudo [foi piorando]. Não que fosse bom antes, né? Mas você vê o preço das coisas subindo e dá uma coisa na gente. Vai no supermercado, volta com nada para casa e foi seu dinheiro embora. (Alberto, 37 anos, profissional de segurança)

Em 2016, sua condição material havia mudado. Estando desempregado, com a ajuda da mulher pagava um aluguel com desconto para um dos pastores que conhecia, em um apartamento dentro de uma construção maior, térrea, que abrigava

outros apartamentos e famílias. Encontrando refúgio na religião, nesse período também se tornou presbítero, e por diversas vezes falava nos púlpitos da igreja sede e de outras congregações do setor do Campo Limpo do Ministério Belém. Entrevistado nesse período, seu discurso mostra mudanças significativas na sua visão de mundo e na análise que fazia da política. Nas suas palavras:

Muitas coisas pioraram, a economia, a política. Como eu te disse eu estou desempregado ainda. E não sou só eu, junto comigo foram mais 2. E aonde você vê tá assim. Vai quase 12 milhões de desempregados... e o governo tá tentando ajustar as coisas, mas é um prazo, de longo prazo, então tá aí, as pesquisas mostram que as coisas estão assim para todos. Fizeram muitas coisas erradas, a gente viu toda essa corrupção. Quando os governantes se corrompem a população é quem sofre. A gente vê que a Dilma saiu, mas ela não sofre, o Lula não sofre. Eles estão sendo varridos, porque a população uma hora acordou, mas é a população que sofre. Ainda tão soltos.

– *Você foi a favor do impeachment?*

Claro. A gente viu, todo mundo foi

(...) Mas é assim, os nossos olhos nos vales das crises que o país atravessa, os nossos olhos há esperança que está em Cristo, nossa perspectiva de verdade é em Cristo, que governa tudo e tem o controle de tudo. Em meio a toda essa crise, nós que temos essa fé em Cristo, nós enxergamos que mesmo que esteja ruim, que vai melhorar. (Alberto, 39 anos, desempregado).

Como pode ser visto, de forma oposta a 2012, Alberto via que a situação das pessoas estava ruim e tinha piorado. Sua própria condição de vida é vista em meio a esse cenário pouco animador, em que não restam mais planos de faculdade e grandes aspirações materiais de curto prazo. Mais uma vez, é a religião que dá a esperança de dias melhores. Um ponto a ser destacado é que, além de ser por via da Igreja que Alberto tenha conseguido sua moradia a um valor possível de ser pago nas condições da sua família, o fato de ter virado presbítero teve impacto notável na expansão do seu vocabulário e também na sua forma de falar.

Temos ainda o caso de Lúcia, que também é emblemático e mostra a mudança de opinião quanto aos rumos do país e de visão sobre os políticos petistas. Natural do interior da Bahia, Lúcia alternava a vida profissional entre caixa, vendedora de lojas e alguns períodos de desemprego. Anteriormente, era apontada como “petista” pelos amigos da igreja, e costumava manifestar apoio aos governos de Lula e Dilma e aos candidatos indicados por eles. Quando entrevistada em 2012, dizia que boa parte da sua identificação com o partido vinha do que as gestões petistas haviam feito no Nordeste. Nas suas palavras:

Fernando Henrique foi um bom presidente, mas o Lula controlou a inflação e no Nordeste, pros nordestinos, ele ajudou muito essas áreas. Então ele governou para os mais carentes. Eu acredito que o Norte e o Nordeste do Brasil tem muita carência. E o Lula, ele tem trabalhado bem nessas partes. Talvez por ser nordestino, mas ele sente a carência, sabe da carência e ele tem trabalhado muito nesses lugares. Eu achei ele um bom presidente.

(Lúcia, então com 47 anos, vendedora em loja) (VALLE, 2013, op. Cit. p.90)

Já em 2014, Lúcia fazia parte do grupo de fiéis que votavam em Dilma e a defendia, mas também via uma grande diferença entre o seu governo e o governo Lula. Nas suas palavras:

Com o Lula era melhor. Ele governou para os mais carentes, no Nordeste e no Norte, aqui... Ele sente a carência, já viveu isso, é nordestino também. A Dilma começou bem, mas não foi igual. Ela não é a mesma coisa, não passou pelo que ele passou, entendeu? Eu votei nela, mas não acho ela grande coisa. (Lúcia, então 49 anos, vendedora)

Finalmente, em 2016, a única diferenciação dentro da política presente no seu discurso era entre os deputados da igreja e os demais políticos, os quais eram vistos

como todos iguais. Com um tom pessimista, a política não era mais vista como um canal de mudanças ou ações para a sociedade, mas somente um plano no qual os políticos usurpam a sociedade. Além disso, ela destaca uma decepção específica com o PT, partido no qual ela diz que acreditava, e que hoje se sente em parte arrependida. Nas suas palavras:

Vou te contar, você não sabe mais quem é quem, não tem mais ninguém honesto dentro da política, não tem mais nenhum substitutivo sobre política, são tão poucos os honestos ali dentro que tá difícil. Eu só confio nos da igreja que tem um trabalho que eu conheço e acompanho, e olhe lá. Mas assim, esses últimos tempos eu vejo as coisas e fico triste, porque eu gostava. Nunca fui fanática, mas na igreja o pessoal sabe que eu votei na Dilma, por exemplo.

– *E você se arrependeu?*

Foi muito ruim, né? Eu fiquei decepcionada com o pessoal do Lula. Não tem como ver o povo sofrer e defender. Eu fui, eu fui a favor do *impeachment*, que tirasse a Dilma na expectativa de melhorar alguma coisa, mas acho que não melhorou, e que a tendência é piorar, cada vez mais. É só Deus.

Como pode ser visto, Lúcia manifesta tristeza pelos acontecimentos e pelo fato de Dilma, Lula e os petistas terem a decepcionado. Chegou, inclusive, a apoiar o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. No entanto, acredita que afastar a ex-presidenta não melhorou a situação do país, e considerou que a tendência seria o país piorar ainda mais. Mais uma vez, a saída para a situação não é política, mas religiosa, a partir da conexão com Deus.

É importante constar que essa saída religiosa manifestada por praticamente todos os fiéis, ao abordarem a situação difícil em que o país ou eles mesmos se encontram, não significa automaticamente e necessariamente que eles pedem uma intervenção da Igreja no governo nacional, para que essa instituição tome as rédeas e moralize o país. É, além de uma força de expressão comum, principalmente entre os evangélicos, uma crença que a conexão individual com Deus pode produzir

milagres nas vidas das pessoas, inclusive livrando-as de situações materiais difíceis. Conforme explica Alberto:

É claro que quando um governante é do senhor o senhor unge, e essa pátria prospera, supera todas as dificuldades, se o povo se manter unido no senhor. A Bíblia em todo momento mostra isso. Mas você se conecta com Deus sem governante, você e o senhor, e o senhor produz bênçãos na sua vida. O salmista falou: "Eu sou pobre, e necessitado, porém o Senhor cuida de mim." É a questão que eu te falei... "tu és o meu amparo e o meu libertador, não te detenhas, ó Deus." (Alberto, 39 anos, desempregado)

#### 4.3.3.2. *Ex-lulistas votam em Dória (PSDB)*

Diante dessa nova avaliação que faziam do país em 2016, vendo o cenário nacional com uma grande piora das condições de vida, o que por vezes atinge as suas próprias vidas, os antigos lulistas converteram seus votos em João Dória (PSDB). Os excertos a seguir mostram suas falas e justificativas:

Eu não gostava dele não [Haddad (PT)]. Tinha alguma coisa que não batia, ele era meio estranho. Ficou muito nessa coisa de ciclovias, não foi nada além disso, sabe? Pra gente daqui não foi grande coisa não. A gente esperava mais dele, por tudo que foi falado. Mas político é assim também, né? Na época de campanha... Agora esse daí, o Dória. Votei nele, mas votei por ele mesmo, porque é bom colocar alguém de fora. Quando uma coisa não tá dando certo a gente troca, né? Pegar alguém que sabe administrar também é importante.

(Eunice, 39 anos, empregada doméstica)

Com ele [Haddad] algumas coisas foram boas, né, em várias outras nem tanto. Eu achei que não valia meu voto. E acho que tem que mudar, tirar o pessoal do PT, tentar outras coisas. O Dória está entrando agora na

política, e tem que mostrar serviço pra crescer. Pessoalmente ele ficou rico com a administração dos negócios dele, se ele aplicar isso na prefeitura dá pra melhorar bastante a cidade.

(Alberto, 39 anos, desempregado)

Eu votei nele pela pessoa dele. É alguém de direita né, mais uma vez eu apoiando a direita, contra a esquerda. Acho que essa alternância em São Paulo é boa, porque dá a chance de novas pessoas investirem na cidade. Assim, eu não ando de bicicleta, eu não vi melhoria com o Kassab<sup>101</sup> [Haddad]. O Dória quer trazer empresas pra investir, pra melhorar a cidade. Já está fazendo isso um pouco. Acho que é um caminho.

*– E você acha que pode ter alguma coisa em troca para essas empresas que não seja boa para a cidade?*

Não acho. Tem muita gente que quer ajudar, que quer melhorar a cidade porque mora aqui. Tem gente que faz por amor ao próximo, até por questão de fé. Pode ter coisa errada também, sempre pode ter, né? Mas a gente não pode julgar uma boa atitude assim.

(Bruno, 25 anos, policial)

Eu gostei dele ter ganho... porque votei nele. Achei que iria ter segundo turno e nem teve, porque o pessoal gostou dele. E porque queriam tirar o outro, né?

*– O Haddad?*

Isso (...) Eu não gostei. Votei nele como você lembrou, mas na expectativa que viesse pra fazer alguma coisa, melhorar a cidade, olhar para os pobres (...). O Dória pode fazer isso, porque ele tem uma história de vir de baixo, né? Acho que ele não era pobre, mas também não era rico como é, ele chegou lá. Espero que ele faça alguma coisa diferente.

(Lúcia, então com 51 anos, vendedora)

---

<sup>101</sup> A troca dos nomes entre Kassab e Haddad foi comum nas entrevistas. Tal fato, para além da semelhança dos nomes, pode indicar uma falta de presença e circulação do nome de Haddad entre os setores mais pobres.

Em comum, essas entrevistas mostram que a rejeição a Haddad e o desejo de se tirar o PT do poder na capital paulista se fez presente também entre os antigos identificados com o lulismo. Mostra também que a imagem de Dória (PSDB) como alguém de fora da política realmente foi incorporada pelos fiéis. Por fim, mostra que esses fiéis ligados anteriormente ao lulismo não possuem uma rejeição ao fato de um candidato ser um empresário, com uma figura construída de gestor bem-sucedido – ao contrário, essa característica era considerada positiva. Esse ponto é importante e, podemos dizer, que corrobora com a conceitualização do lulismo feita por Singer (2013), a qual afirma que, apesar de o lulismo trazer em si uma busca por igualdade e conter um caráter de classe, ele é composto por um elemento de respeito à ordem, ausência de mobilização e desincentivo ao conflito. Nesse sentido, o empresariado não necessariamente é visto como um adversário para as classes subalternas.

Os discursos de Bruno e de Lúcia merecem considerações especiais. O primeiro deles, de Bruno, traz uma defesa da prática utilizada por Dória (PSDB) de doações e parcerias entre marcas e empresas privadas com a prefeitura de São Paulo<sup>102</sup>. Além de não ver problemas com tais relações entre empresas e poder público, quando questionado sobre os possíveis interesses das empresas, Bruno defende a política usando um argumento religioso: o empresário pode, por desejo de ajudar ao próximo e por convicções religiosas, oferecer benefícios e doações para a prefeitura. Dentro dessa perspectiva, a caridade religiosa se aliaria ao mundo político.

Já o discurso de Lúcia traz um elemento importante sobre a trajetória individual de Dória (PSDB). O prefeito paulistano do PSDB é visto como alguém que veio de baixo e alcançou o seu lugar com trabalho próprio. Para além da discussão se tal narrativa sobre Dória corresponde à verdade ou é produto do marketing eleitoral, o fato é que esse perfil de quem veio de um lugar modesto e alcançou sucesso é visto como um modelo, e fez de Dória (PSDB) um candidato mais atrativo. De certa forma também, esse perfil é semelhante ao que Lúcia traça do ex-

---

<sup>102</sup> Uma das plataformas políticas de João Dória era a parceria entre empresas e a prefeitura. Tal política foi alvo de controvérsia e críticas na imprensa, conforme mostra, por exemplo, a reportagem veiculada pelo portal G1 de 17/11/2017: FERREIRA, V. Prefeitura de São Paulo concretizou 88 das doações recebidas, diz vice do TCM. G1, 17 de novembro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/prefeitura-de-sp-concretizou-88-das-doacoes-recebidas-diz-estudo-do-tcm.ghtml> acessado em 26/01/2018.

presidente Lula (PT). Essa semelhança entre ambos políticos já fora apontada em pesquisa da Fundação Perseu Abramo, e vinculada em reportagem do Estado de São Paulo<sup>103</sup>.

Em síntese, considerando tanto o grupo de antilulistas há mais tempo, quanto os que eram lulistas e se decepcionaram entre 2014 e 2016, de acordo com nossa interpretação, a figura de Dória conquistou os apoios e votos a partir de três pilares: (i) ao fato de conseguir se desvincular da política tradicional, apresentando-se como um empresário, no momento em que a operação Lava Jato associava a classe política à corrupção<sup>104</sup>; (ii) ao fato de se apresentar como um “bom gestor”, com carreira de sucesso, que iria levar aos serviços públicos a eficiência da gestão privada, isso em meio a um momento de ajuste fiscal e contenção de verbas públicas, e em que, desde 2013, os serviços públicos essenciais estavam sendo fortemente criticados pela população; (iii) ao discurso antipetista expressado na sua campanha, em consonância ao momento imediatamente após o *impeachment*, em que a popularidade do PT se encontrava baixa e até mesmo, conforme essa pesquisa mostra, antigos simpatizantes petistas atacavam o partido.

#### 4.3.4. Os remanescentes do lulismo

Apesar da mudança sobre os caminhos do Brasil, a presença de oportunidades e o futuro do país, com um amplo crescimento do antilulismo, a eleição de 2016 também mostrou a persistência de um grupo, ainda que pequeno, de lulistas. Conforme mostra a tabela 5, os fiéis Armando, César e Lourdes votaram em Fernando Haddad (PT), até então prefeito de São Paulo, tentando a reeleição pelo PT. Conforme procuraremos demonstrar, mais do que o voto em Haddad (PT),

---

<sup>103</sup> Ver GALHARDO, R. Pesquisa poe em xeque discurso do PT. Estadão, 4 de abril de 2017. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-poe-em-xeque-discurso-do-pt,70001725545> acessado em 26/01/2018.

<sup>104</sup> É verdade que a operação Lava Jato, bem como as demais operações em vigor que buscavam combater a corrupção no país mostraram uma ligação clara de políticos e empresários nas atividades ilícitas identificadas. No entanto, a percepção expressada pelos fiéis – e possivelmente para a população no geral – é de que o problema central seriam os políticos, e não os empresários. Ao menos, a revolta social expressada nos discursos era dirigida exclusivamente à classe política.

esses fiéis apresentaram toda uma visão de mundo e uma narrativa sobre a política e os acontecimentos recentes do Brasil que os localizam no campo político lulista.

Um primeiro ponto em comum nesses discursos é que eles também avaliam a situação do Brasil como ruim ou até mesmo desastrosa, mas, diferentemente dos demais fiéis, eles não veem nos governos petistas a razão das mazelas sociais e econômicas brasileiras. Ao contrário, seria a oposição ao governo petista que teria paralisado o país e dificultado a melhora da economia. Há também uma valorização das figuras de Lula e mesmo de Dilma, e a forte ideia de que ambos realizaram mudanças importantes do país, que seriam continuadas caso o governo não tivesse sido boicotado. Os discursos a seguir vão nesse sentido:

O Brasil de hoje por ele tá passando por esse período que é dificultoso pra todos, porém... o povo brasileiro, na verdade, ele já é sofrido faz tempo, né? Aí quando acontece essas situações... o país deu essa decaída pra todo mundo, de trabalho (...) Uns anos atrás tava bem. Infelizmente, veio acontecer o que aconteceu, desse Lava Jato, dessa roubalheira toda aí.

– *Antes as coisas estavam melhores?*

Tavam, eu acho que as coisas tavam melhores. Tem conhecidos meus, exemplo assim, de ônibus, sempre ônibus, aquela coisa... o cara tem um carro bom, o cara comprou um terreno, o cara não tinha nada. Então, eu vou falar pra você, nessa situação, se tava lá atrás do muro, eu não posso falar que tava roubando que eu não sei, então se eu falar eu tô mentindo. Se atrás do muro tava acontecendo alguma coisa, aqui do outro lado tava abrindo as portas de trabalho, muito trabalho. Muito. Então, se tem serviço na casa do Vinicius, o Vinicius tava me indicando pro outro que tem dinheiro. Então, o electricista amanhã vai movimentar, ele vai ter condição de fazer. A minha obra eu parei, eu parei... Tá lá a minha casa parada, e eu tô pagando aluguel.

– *E pra você o que foi que aconteceu pra piorar?*

Olha, eu vou falar pra você, eu não discuto religião e política. Porém, eu vou falar pra você, foram muitas coisas esplanadas, que a pessoa roubou, que a Dilma roubou, Lula roubou. Mas eu vou falar, se houve mesmo roubo, se houve, por que não tá preso? Eu só queria saber isso, essa é a minha questão. Ela roubou, fez tanto isso? Por que não tá preso? Então, pra mim, foi um golpe. As coisas tavam bem antes, e começaram a

boicotar o governo, porque não queriam que o PT governasse. Ninguém tirava o PT, toda eleição eles ganhavam. O povo gostava porque tava melhorando, porque o Lula é do povo, por causa dessas coisas. E aí os outros não deixaram... eles também queriam ganhar, aí começou a boicotar. Você vê o Cunha, o que fez. E olha que é evangélico, hein? Eu falo isso e o pessoal fica louco, mas é ou não é?

(Armando, 38 anos, Eletricista autônomo)

Eu acho que o Brasil é um país difícil e sempre foi... antes as coisas tavam melhorando, mas não deixava de ser difícil. A história da minha família não é fácil. Eu sou o primeiro a fazer faculdade. E sou do prouni. Então assim, as coisas tão difíceis pra todo mundo, mas eu ainda sinto que a gente melhorou. É que a política é um ponto que tá piorando muito esses tempos, porque é um país que teve um *impeachment*, aí veio presidente, aí o outro presidente

– *Você foi a favor do impeachment?*

Na verdade, não, porque aqui é democracia, então você foi contra não sei quantos milhões de votos. Então, o certo era "beleza, você não está gostando do partido da Dilma, mas espera quando o dela acabar pra eleger um melhor, porque se você não pensar bem, o próximo que vai vir é também alguém que você não gosta", aí o que adianta você tirar um e colocar outro pior?

– *Então você acha que piorou?*

Muito. Acho que com a Dilma e o Lula era melhor. Apesar que quando era Lula eu era mais distraído com as coisas, eu era mais jovem também. Eu tenho 20 anos, então quando eu lembro do Lula eu lembro dele que ele tava em época de eleição. Mas meu pai é superpetista, vamos dizer, gosta muito do PT. Eu acho que eles foram bons para os pobres, e pra quem é do Nordeste também, que nem minha família que tá lá, tudo petista. Aí começa aquelas rixas, né? Aí começa o pessoal daqui, Sudeste contra o pessoal do Nordeste(...) Eu sinto que as pessoas falam [em São Paulo]... ainda mais que a maioria falava mal do PT, né? Porque parece que nos últimos tempos ouviu muito disso, né? PT, fora PT, fora Dilma, fora Temer. Eu acho que isso que aconteceu foi uma revolta dos ricos, não só dos ricos, mas de quem não é pobre mesmo, ou é pobre e acha que é rico, e do pessoal de São Paulo contra o Nordeste. E acho que foi piorando pra todo mundo.

(César, 20 anos, estudante e estagiário em empresa de publicidade)

A Dilma trabalhou bem no primeiro mandato, a gente esperava que ela fizesse a mesma coisa no segundo... E sem contar que como nós somos do Nordeste, a gente vai pra lá e a gente vê o trabalho que ela fez lá. Ela fez um trabalho muito bom na Bahia, então, nos interiores. Mas lógico que eu não apoiei essa sem-vergonhice, mas se você para pra pensar uma coisa: o PT fez muita coisa errada também, mas ele fez muita coisa boa. Antigamente quem via um político ser preso? Tá sendo preso agora, depois da era Lula. Tá sendo preso agora, porque eles tão querendo tirar o Lula do foco, porque se o Lula se candidatar em 2018 ele ganha de novo. Tenho certeza, ganha. Eu fui pro Nordeste no ano da eleição, não tinha essa palhaçada contra Lula de fazer o que foi feito. Aí quando eu fui lá o povo "Lula, se candidate e se sente, não faça comício, nós te colocamos lá novamente"(...). Tá vendo o povo já bravo com o Michel? E tão falando que a Dilma é honesta, falam que ela não fez nada de errado. As coisas da Dilma não deu certo, filho, mas ela não fez falcatrua.

– *O que a senhora achou do impeachment?*

Eu acho que ela não fez falcatrua, foi coisa deles. O que foi feito foi pra enganar o povo mesmo. E cai que nem patinho. Você vê gente que cai igual patinho, pq falam muito mal do Lula, do PT, e o povo não para e pensa, acredita. Tava já a crise com a Dilma e o pessoal aí acredita mesmo (...). Eu acho que a crise é uma coisa que pode acontecer. Quantas eu já não vi? Já vi de tudo. O mundo não tem só bonança. Mas como o pessoal tem raiva de Lula, principalmente aqui que até pobre tem raiva de Lula, aproveitaram e tiraram ela. Antes não deixaram ela tentar arrumar, boicotaram era, fizeram passeata, aí depois tiraram ela.

(Lourdes, 61 anos, aposentada)

A despeito da narrativa comum, esses três fiéis não têm valores políticos contrários a princípios como a igualdade social, a legitimidade de manifestações públicas, greves, o papel do Estado e do governo, etc. Este é um ponto digno de nota: na realidade, as perguntas sobre tais temas, em abstrato, quando eram feitas, traziam respostas pouco reveladoras, que mudavam entre uma entrevista e outra com o mesmo fiel, e que não possibilitavam, a partir delas, a delimitação de

clivagens consistentes e explicativas entre os fiéis. Tal fato já era esperado, e por isso as entrevistas se baseavam mais na discussão dos fatos concretos, nos termos que faziam sentido e compunham sua reflexão. Dessa forma, o que estruturou a clivagem entre os fiéis foi a visão sobre os governos petistas na sua capacidade de atender às demandas dos mais pobres, a visão sobre a corrupção e o *impeachment*, e sobre os “culpados” da crise brasileira que tinha, seja mais ou menos de perto, os afetado em suas vidas.

Somado à visão sobre os governos Lula e Dilma (PT), o *impeachment* e os responsáveis pela crise, esses três fiéis demonstraram a filiação a um projeto político encabeçado por Lula (PT), mas o qual Dilma (PT) também fazia parte, e em São Paulo, Fernando Haddad (PT). A justificativa para o voto em Haddad (PT), nesse sentido, compunha essa identificação com o lulismo, conforme os trechos a seguir demonstram.

O Dória não me convenceu com o discurso dele... Eu fui de Haddad mesmo. Achei uma pena... foi tão por pouco né? Quer dizer, foi por pouco que os dois não ficam entre eles [no segundo turno] (...). Olha, eu acho que se falou tão mal das coisas, do Lula e da Dilma, que o pessoal nem votou vendo a cidade, sabe? Eu gostei de algumas coisas que o Haddad fez, no transporte, o passe livre que eu tenho, por exemplo. Assim, foi uma época ruim que a gente tá passando, né? Mas eu vejo que ele, todo o pessoal do PT, tem essa preocupação com o social, de uma coisa mais justa, que os outros não têm, sabe? Mesmo com todos os problemas que têm

(César, 20 anos, estudante e estagiário).

Eu votei no ex-prefeito [Haddad], porque eu sou contra os que tão aí, que foi esse pessoal que tirou Dilma e é contra Lula. Eu acho que se eles são ruins, os outros são é pior. Eu vou lá acreditar em político que fala que não é político? Eu hein... (...) Olha [a gestão de Fernando Haddad] não foi ruim... ele fez o que pôde com tanta barbaridade acontecendo. Fez hospital, fez corredor. As pessoas exageram porque tá nessa coisa de culpar o PT, isso que aconteceu.

(Lourdes, 61 anos, aposentada)

Eu votei no Haddad sim, apesar de eu ver que não gostavam dele. Mas eu não gostei do outro. Não fui com a cara do outro... não sei (...) Eu acho que se criou uma conspiração no Brasil, um golpe, como te falei. E eu não fui a favor, não sou a favor. Isso é uma coisa séria. Acho que minha forma de demonstrar isso foi votando no Haddad. E eu também não achei ele foi ruim, acho ele inteligentíssimo, um cara que a cidade precisaria por mais tempo, pra implantar as coisas que ele queria, que o Lula botou ele pra fazer, mas que não deixaram fazer direito, até o fim, por causa disso que te falei. É uma pena porque o povo às vezes é escravo do próprio povo. Se deixa enganar, não pensa nas coisas. O que eu tô vendo é isso, o povo cavando a própria sepultura. Eu não gosto de discutir política assim... nem religião, porque eu não gosto que me critiquem, e porque eu acho que falta pensar um pouquinho. As pessoas hoje se acham entendidas. Mas quando eu posso devagarzinho eu falo “mas olha lá isso que aconteceu”. Acho que é igual religião, se eu perceber uma abertura com você eu falo de Jesus, da minha igreja. Te convido numa boa “vai ter um culto lá, não quer ir comigo?”, e agir como um exemplo também, pra pessoa ver. Mas se você fala toda hora, ou quando a pessoa não quer ouvir, às vezes ela briga com você, e se afasta mais de Deus. É a mesma coisa.

(Armando, 38 anos, eletricista autônomo)

Como podemos ver, os três discursos também trouxeram uma rejeição ao candidato João Dória (PSDB), que acabou vencendo a eleição. A ideia de um “político que não era político” foi criticada por Lourdes, enquanto que Armando e César mostraram apenas que não simpatizaram com o candidato tucano e que ele não os convenceu, não deixando claro exatamente quais os pontos da sua personalidade ou do seu programa político eles rejeitaram. O mais importante, no entanto, parece ser que os três percebiam Dória (PSDB) como o opositor direto ao PT e ao projeto lulista. Isso indica uma interpretação dos campos políticos nacionais a partir da clivagem lulismo e antilulismo, e essa compreensão fazia com que se posicionassem no polo que consideravam ser o polo popular, que tem a “preocupação com o social, que os outros não têm”, segundo as palavras de César. Esses fiéis também manifestavam saber que o posicionamento deles tinha se tornado minoritário, e não era mais dominante entre os seus meios sociais. Nesse sentido, eles reclamam da falta de visão das outras pessoas, que haviam sido iludidas pelo discurso antipetista.

Um outro ponto a ser mencionado é que os três também manifestaram, em diferentes graus, simpatia pelo candidato e pela gestão petista de Fernando Haddad (PT), ainda que reconhecessem as dificuldades da sua gestão. No discurso de Armando, Haddad (PT) aparecia como um governante “inteligentíssimo”, que precisaria de mais tempo para implantar suas ideias e “as coisas que o Lula botou ele para fazer”. Lourdes, por sua vez, citou que o ex-prefeito paulistano fez corredores de ônibus e hospitais. Disse ainda que ele fez “o que pôde” em meio a uma conjuntura desfavorável, em que o seu partido era atacado. Para ela, o povo não teria percebido essas ações devido ao momento político, que fazia com que as pessoas culpassem o PT pelas mazelas sociais. Já César, por sua vez, mencionou o passe livre estudantil, que ele mesmo possuía, como uma boa medida do governo petista municipal. Ele também, como os outros, considerava que o momento político não era o mais favorável ao ex-prefeito. O mais importante parece ser que os três fiéis, dentro da avaliação de cada um, viam Haddad (PT) como um representante do projeto político lulista, extraindo daí tanto as suas características que consideravam positivas – o olhar pelo social – quanto as negativas – a falta de reconhecimento ou mesmo a perseguição por uma parte da população.

#### **4.4. A conjuntura socioeconômica prevalecendo nas eleições para o executivo: a lógica do voto e o papel da Igreja**

A análise da eleição de 2016 traz um quadro que já era possível de ser verificado tanto nas eleições de 2014, analisadas no capítulo 4, quanto nas eleições de 2012, analisadas em trabalho anterior (VALLE, 2013): enquanto a igreja tem grande influência sobre o voto dos fiéis nas eleições legislativas, as eleições para o executivo funcionam em uma lógica distinta. Ainda que parte dos fiéis vote no candidato apoiado pelo ministério, e que essa parte dos fiéis tenha crescido em cada uma das eleições analisadas, as motivações e a lógica da escolha do voto por parte dos fiéis estão relacionadas aos elementos socioeconômicos e a sua variação conforme a conjuntura política nacional.

Assim, recapitulando, temos os seguintes cenários: tanto em 2012, quanto em 2014 e em 2016, os fiéis apoiaram em peso os candidatos indicados pela Igreja – Marta Costa (PSD), Paulo Freire (PR) e Rute Costa (PSD) – com apenas algumas críticas identificadas no pleito específico de 2016, sem que essas tenham se convertido em grande perda eleitoral. Para o executivo, as eleições trazem mudanças importantes, porém dentro de um padrão em que existem dois grandes grupos, sendo um deles o de fiéis próximos ao lulismo e outro de fiéis antipetistas. Dessa forma, em 2012, uma parte dos fiéis votou em Fernando Haddad (PT), pela influência de Lula e Dilma, e por considerar que o país estava no rumo certo sob os governos lulistas. Enquanto isso, um grupo de fiéis, com um discurso de cunho mais moral, somado a um discurso antipetista e simpático ao candidato José Serra (PSDB) acabou votando na opção do PSDB. Já em 2014, a crítica à situação do país fez com que o grupo dos antilulistas crescesse, com o discurso antipetista. Conjuntamente, um grupo de fiéis – menor do que na eleição de 2012 – permaneceu votando nos candidatos petistas, ainda demonstrando confiança em Lula (PT) e Dilma (PT) e ainda não abandonando a identificação com o projeto lulista de diminuição das desigualdades que viam sob essas lideranças. Mesmo assim, entretanto, esse grupo de fiéis já fazia críticas à gestão Dilma (PT) e tinha dela uma imagem distinta de Lula (PT), menos favorável. Em 2016, por fim, o discurso antipetista se intensificou ainda mais, e muitos dos fiéis que vivenciaram e viram a crise de perto acusavam o PT de responsável pela situação do país. O grupo lulista se viu reduzido a apenas 3 pessoas, entre os entrevistados, que votaram em Haddad (PT), enquanto o grupo antipetista cresceu – não só entre os entrevistados, mas também entre outros fiéis que conversavam sobre política nos eventos da Igreja.

Esse cenário nos abre algumas questões a serem exploradas: o que faz a Igreja conseguir pautar os fiéis politicamente, colocando seus interesses e seus termos políticos na eleição para os legislativos, e não conseguir o mesmo com as eleições para o executivo? Essa pergunta nos abre outra: Até que ponto a igreja é importante para a definição do voto?

Para responder a essas indagações é importante retomarmos e a eleição legislativa e fazermos algumas ponderações sobre esta. As informações trazidas por esta pesquisa mostram um quadro de ampla votação dos fiéis nos políticos da Igreja,

tanto para o cargo de vereança quanto para os de deputado estadual e federal. No entanto, o que temos no quadro legislativo é uma quase onipresença dos políticos da Igreja na referência dos fiéis. Não há nos relatos transcritos nas entrevistas e tampouco nas conversas presenciadas durante o trabalho de campo menções a movimentos sociais presentes no cotidiano dos membros da igreja, e nem mesmo de políticos de quaisquer vertentes ideológicas realizando algum tipo de trabalho de base junto a eles. A Igreja, nesse sentido, faz o trabalho político-eleitoral praticamente sozinha para as eleições legislativas, enquanto as eleições executivas tomam o debate público e a campanha eleitoral de forma muito mais profunda.

Ainda assim, mesmo quase sozinha, em meio ao quadro de crise política em torno das eleições de 2016, alguns dos fiéis entrevistados manifestaram descontentamento com os políticos associados ao ministério – o que mostra que mesmo dentro da quase onipresença da Igreja, há espaço para desconfiança e disputa política. Ainda assim, apesar dessa ressalva ao vigor eleitoral da instituição religiosa, a sua força fica evidente quando vemos que as pautas e os termos que a instituição lança politicamente pautam os argumentos dos fiéis, seus motivos e sua visão para a escolha eleitoral. A discussão que permanece, nessa linha de raciocínio, é sobre o porquê de os termos da igreja balizarem as razões do eleitor para as eleições legislativas e não para as executivas.

É preciso, antes de tudo, ressaltar que a pesquisa mostrou que a própria instituição não atua politicamente com tanta ênfase nas eleições executivas. A falta de engajamento da Igreja, no entanto, não deve ser vista como a causa da diferença entre cada uma das eleições, visto que não é só a ação da Igreja e do ministério determinando o voto, mas sim toda uma forma de ver a eleição e definir a escolha eleitoral, que podemos pensar que não se dá simplesmente pela incitação da igreja em um contexto específico – o da eleição legislativa –, para desaparecer em outro – o da eleição para o executivo. É preciso, a esse ponto, examinar as diferenças e incentivos institucionais entre os diferentes planos eleitorais.

O sistema eleitoral brasileiro funciona nas eleições para as câmaras estaduais, federais e municipais de acordo com o sistema proporcional de lista

aberta<sup>105</sup>. De forma breve, podemos dizer que nesse arranjo os partidos e candidatos não necessitam de maiorias para se elegerem. Os partidos concorrem às eleições com uma multiplicidade de candidatos, e cada candidato compete com os demais para conseguir votos e, conseqüentemente, eleger-se. Os candidatos podem se voltar a nichos eleitorais, sejam eles concentrados por região ou por pautas específicas que atraiam ativistas ou, no caso religioso, um grupo específico de fiéis – não necessitam, portanto, fazerem sua campanha e seu discurso político vinculados a questões nacionais, nem necessariamente pautar uma pauta material/econômica. Os partidos podem fazer coligações, mas estas não necessariamente são as mesmas no plano nacional e estadual. Dessa forma, um partido como o PSD, de Marta Costa e Rute Costa, pode estar associado no plano nacional com o PT, com o bloco lulista, e no plano estadual com o PSDB, que era oposição ao governo federal petista. Mas, para além da questão das alianças, os próprios partidos se tornam pouco importantes na arena legislativa no ponto de vista do eleitorado (PEREIRA, C; MULLER, B. 2003). As campanhas dos candidatos ao legislativo têm caráter personalista – ou seja, são geralmente centradas nos atributos individuais dos candidatos, em detrimento dos atributos do partido político (NICOLAU, J. 2002; SAMUELS, D. 1997).

Ao contrário, as eleições para o executivo – como as para prefeito, governador e presidente da República – funcionam segundo o sistema majoritário. As eleições majoritárias incentivam que os candidatos se voltem para toda a população, buscando a conquista de uma maioria, sem a qual o candidato não será eleito. Por tal motivo, os candidatos nesse tipo de eleição não podem se voltar a um único nicho, mas têm que se dirigir a população como um todo, e para tal precisam tratar dos mais diversos temas nacionais. Nesse sentido, podemos pensar que ao se associar fortemente a um segmento que não é a maioria da população – como é o caso dos evangélicos, ou mais especificamente, de uma única denominação religiosa – o candidato de uma eleição majoritária pode perder pontos com outros setores.

---

<sup>105</sup> Para uma boa explicação e síntese do Sistema eleitoral brasileiro, ver NICOLAU, J. M. Sistema Eleitoral e reforma política. Rio de Janeiro: Foglio, 1993.

No caso da instituição Assembleia de Deus Ministério Belém, podemos ver que a campanha política segue fielmente esses incentivos institucionais. Os candidatos ao legislativo, conforme abordamos, são da própria instituição e dirigem sua campanha para os seus fiéis, apostando nos fortes vínculos existentes entre seus membros e na confiança da relação entre membros e pastores. As pautas relativas à economia nacional, distribuição de renda, política econômica e políticas públicas gerais não são alvo de discussão, e os principais temas abordados retratam os interesses objetivos da instituição e a defesa de valores morais que a igreja defende. Além disso, como vimos, há a sugestão de relações clientelistas típicas entre os políticos da igreja e os fiéis, envolvendo troca de favores, etc. Ao mesmo tempo, para a eleição executiva, a igreja apoia um candidato não evangélico, sem se envolver no mesmo nível, ao mesmo tempo que os próprios candidatos apoiados também não manifestam sua prática religiosa e nem centram seu discurso em termos religiosos. Isso acontece pois, como os evangélicos do Ministério Belém não compõem a maioria do eleitorado na cidade, pelo lado da instituição, não seria possível lançar candidatos próprios competitivos. Já do lado dos candidatos, não seria possível optar por um tipo de discurso restrito a esse nicho religioso.

Verificar a existência da lógica de apoio institucional e da forma com que os candidatos fazem campanha não soluciona, entretanto, nossa questão. Batendo na mesma tecla, o problema que permanece é o fato de que o eleitor traduz as pautas religiosas eleitoralmente na eleição legislativa, indo de acordo com a indicação de voto feita pela instituição religiosa, ao mesmo tempo que, para a eleição executiva, as questões religiosas, morais e comportamentais, desaparecem do plano discursivo e da justificativa dos votos, ao passo que as questões socioeconômicas ganham destaque.

A resposta dada por esta pesquisa – que não se pretende definitiva e universal – é que os próprios fiéis, ou seja, os eleitores possuem uma compreensão sobre o sistema eleitoral que permite que as pautas lançadas pela Igreja sejam captadas e se tornem indispensáveis na eleição legislativa ao mesmo tempo em que não valem para a eleição executiva, majoritária. Nesse sentido, os fiéis consideram que nas eleições legislativas eles devem votar de acordo com interesses específicos do grupo que fazem parte, levando em conta a defesa de seus valores, e buscando até mesmo uma relação com o candidato – e depois, representante. As questões

relativas à política econômica, administração pública e distribuição de renda não foram vistas como prerrogativas dos deputados e vereadores, e não compunham razões ou motivos para a escolha do voto. Já os cargos executivos, ao contrário, eram vistos como os responsáveis pelas questões relativas a emprego, economia, distribuição de renda e políticas públicas, e não como lócus das pautas morais, da defesa de valores e da representação de setores específicos da sociedade. Esse tipo de formulação apareceu em algumas entrevistas, e fez com que refizéssemos novas consultas aos fiéis para tratar especificamente sobre o assunto. Os depoimentos a seguir mostram essa formulação nas palavras dos próprios.

As pessoas que estão lá dentro tão pra representar, né? Então assim, a Igreja tenta mesmo atuar ali [nas câmaras legislativas], que é o lugar certo. Falamos sobre isso, têm muitas leis que eles querem aprovar, que a bancada evangélica, como eles chamam, não permite. É muito importante pra gente. Por exemplo, Paulo Freire tomou um murro na cara dentro da câmara dos deputados. Ele tomou um murro na cara, porque ele foi contra aquela lei das escolas, você lembra? Eu não sei muito bem de artigo assim, não conheço muito, mas era um livretinho que eles queriam criar sobre o gênero e tal. E aí ele foi contra e aí o que acontece? Tomou um murro. Acertaram ele em cheio lá, caiu pra trás. Quer dizer, não aceitou, não foi aprovada. Então, é assim, nós temos representantes lá pra isso, pra defender os nossos valores, pra ajudar a Igreja na sua operação, pra de repente ajudar um fiel, ajudar o próximo. Isso é diferente de governo. Eu acho que o governo deveria sim seguir a lei de Deus, a Bíblia diz que quando um governante é do Senhor, há prosperidade. Mas são coisas diferentes, entendeu? Porque o governante, o governo mesmo, é pra todo mundo, pro evangélico, católico, até pra quem não acredita em Deus. E ele tem que cuidar de outra coisa, de salário, de saúde, educação. Ele que bota a mão na massa mesmo, não é o deputado. Então são coisas diferentes e o voto é diferente também. (Renan, 33 anos, segurança)

Olha, são coisas diferentes, né? Eu quando vou votar pra vereador, pra deputado, o que eu penso? Eu quero alguém que represente os meus valores, que eu acho que não vai entrar em esquemas de roubalheira, que não vai deixar alguns absurdos acontecer, pq tem gente muito mal intencionada, então temos que colocar alguém lá pra combater, pra segurar. A gente sabe que os nossos representantes da Igreja estão lá pra

isso, pra isso que tem os evangélicos. Já pra votar pra presidente, prefeito, é diferente. Tem que ter a questão social pra mim, olhar o pobre. É o presidente que governa, que faz os programas, essa parte que é a importante, assim, não que a outra não seja, é claro que é, porque se fosse passar o que alguns querem iria ser desastroso. Mas é a parte de governo mesmo. (Lúcia, então com 51 anos, vendedora)

Eu quero que todo mundo seja temente a Deus, na política, na vida. Mas a gente sabe que não é assim. Tem o demônio no mundo, e ele desvirtua as pessoas. Mesmo na igreja, não é todo mundo da igreja que anda conforme a palavra. Mas a pessoa está buscando (...) Na política eu queria que todo mundo fosse temente a Deus, mas a pessoa que governa tem que governar para todos. Pensar na educação, na saúde, construir coisas que o país precisa. Já quando a gente fala assim, em deputado, vereador, é outra coisa. É outra função. Eles que vão cuidar do que cai nas escolas, eles que vão fazer a representação das ideias, vamos dizer assim. Então pra mim é importante ser temente a Deus em todo lugar, mas pra deputado é mais importante, porque ele que me representa, que leva meus valores morais pra ajudar nas coisas, mas não é ele que faz. (Guilherme, 19 anos, servidor do exército)

Pra mim o presidente faz o salário, faz a parte de diplomacia, faz os programas mesmo... o programa bolsa família, por exemplo. Ele que trabalha com essa coisa prática do país, com o dinheiro, administração. Os deputados faz esquema pra conseguir uma boquinha ali, a gente sabe, ou melhor, não sabe, mas sabe que tem coisa errada. Mas quem segue a Deus não poderia fazer isso. Mas o certo não é isso, é o deputado pensar nas leis, não é? É ele trazer as partes morais da sociedade, o que pode e o que não pode. Se ele tem Deus ele tem orientação sobre o que fazer. Mas não é assim que acontece, então o que se faz? As igrejas pra não deixar a coisa se desvirtuar, a família ser atacada, coloca gente dela lá. Por isso que a gente vota. Mas ninguém vota pensando que vai subir o salário, por exemplo, porque isso não é ele que cuida(...) O vereador é isso também, só que na cidade. Ele é importante por causa dos templos por exemplo, que isso ele ajuda a liberar. (Carlos, 38 anos, operador de empilhadeira)

Os depoimentos jogam luz sobre um elemento pouco discutido quando tratamos das instituições eleitorais, que é a *percepção e do eleitor sobre o sistema eleitoral, e a forma como ele interage e atribui significados para cada uma das esferas governamentais e cargos em que deposita seus votos*. E, como podemos perceber, essa atribuição de significados aos poderes e cargos é distinta daquela elaborada por Montesquieu (2000), no seu clássico *O espírito das leis*, que serviu de fundamentação teórica para a divisão de poderes presente nas democracias ao redor de todo o mundo, e também é distinta do que são as relações e o funcionamento concreto das esferas legislativas e executivas no Brasil, retratadas por Limongi e Figueiredo (1999), ainda que faça sentido em algumas das atribuições do legislativo brasileiro. O que podemos observar em todas as falas é a ideia de que os deputados e vereadores são eleitos e devem representar os eleitores em relação a seus valores, nos seus ideais. Nesse sentido, é como se o voto no legislativo fosse a expressão da identidade dos fiéis, enquanto cristãos e membros de uma comunidade religiosa organizada.

Enquanto representantes da identidade evangélica, da Assembleia de Deus Ministério Belém e dos seus valores, esses deputados e vereadores não deixam de ter suas funções. Cabe a eles barrar as leis e iniciativas de outros políticos que possam ferir os princípios religiosos e morais dos evangélicos – o que envolve, mais uma vez, principalmente a questão dos direitos da comunidade LGBT, questões relativas a criminalização da LGBTfobia e a discussão sobre gênero nas escolas. Cabe também liberar facilidades para a construção de templos e outros bens materiais, além de, nas palavras de Renan expostas acima, “de repente ajudar um fiel”. É interessante também a ideia exposta nos discursos, que aparece especialmente nas palavras de Carlos, de que os evangélicos são destacados pelas igrejas para fazerem um contraponto aos demais políticos. É como se, nesse sentido, a Igreja fosse um contraponto à política tradicional – e isso justamente no momento em que a política institucional ganha descrédito da população por conta dos escândalos de corrupção. A Igreja, como instituição que o fiel convive, confia e tem relações fortes fica, nessa construção de pensamento, em oposição à política corrupta e que não segue os valores de Deus. Por isso, ela atua politicamente para enfrentar a política tradicional, corrompida, e para resguardar os valores morais da comunidade religiosa diante dos ataques dos políticos tradicionais.

Por outro lado, os cargos executivos são vistos como praticamente isentos de disputa de valores morais. Por mais que os fiéis manifestem que gostariam de que os governantes fossem tementes a Deus – entenda-se, evangélicos –, invocando inclusive a Bíblia para justificar essa intenção, eles afirmam também que os governos devem zelar e olhar para todos, independentemente da filiação ou não filiação religiosa. É uma interpretação laica do mandato executivo. Nesse raciocínio, os cargos de prefeito, governador e presidente servem para tratar de questões econômicas, distributivas, salariais, e também para a criação de políticas públicas. Ou seja, toda a parte material da sociedade.

Por conta dessa visão sobre o sistema eleitoral e a função de cada cargo no Estado brasileiro, a presença dos valores e da lógica religiosa para as eleições legislativas, e a sua quase total ausência nas eleições executivas não deve ser visto como uma contradição, tampouco como uma ressalva da importância da religião – e por consequência, da Igreja – no processo eleitoral: a Igreja é fundamental na sua esfera, a legislativa, enquanto as questões materiais são as que balizam a escolha dos candidatos aos cargos executivos.

Nesse sentido, também o lulismo não pode ser visto como contraditório com o voto religioso, do ponto de vista dos fiéis. Por mais que a relação entre os políticos lulistas e as lideranças eclesiais, em especial da Assembleia de Deus Ministério Belém, seja de oposição e com a presença de constantes atritos, na base dos fiéis o apoio aos dois adversários não necessariamente é colocado como contradição. Vejamos, por exemplo, o caso de Lúcia. Lúcia vota nos candidatos da Igreja por conta da sua demanda pela defesa das pautas morais no legislativo, onde é o lugar das pautas morais, e Lúcia votou em candidatos do campo lulista no executivo, porque considerava que é o lulismo que implanta medidas que favorecem os mais pobres, e é a partir do executivo que essas medidas são implementadas.

É preciso constar que essa interpretação aqui exposta se sustenta em algumas entrevistas dentro do universo de pesquisados e, portanto, deve ser lida como uma hipótese, com evidências deste estudo de caso, de que uma parte do eleitorado pense e estruture a política nacional e o sistema eleitoral dessa forma, e a partir disso escolhe o seu voto. Para a confirmação dessa hipótese e a sua devida quantificação, novos estudos seriam necessários, inclusive quantitativos. Ainda

assim, tal interpretação surge de camadas mais profundas da visão de mundo que os fiéis – o que só pode ser acessado via esse tipo de pesquisa, de caráter etnográfica, que procura justamente acessar essas camadas menos superficiais do pensamento e visão de mundo dos fiéis – e traz pistas novas que podem ajudar a explicar questões importantes sobre o voto religioso, seu lugar e a sua combinação diante de outros aspectos do mundo que compõem a ideologia e as visões de mundo de evangélicos de classe baixa no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou explorar a dinâmica política-eleitoral por dentro de uma instituição religiosa, a Assembleia de Deus – Ministério Belém, a partir principalmente de um de seus templos, na Zona Sul da capital paulista. Procuramos identificar, de um lado, qual dinâmica de interação ali dentro possibilitava a existência de voto orientado religiosamente. Também procuramos abordar a forma como a instituição religiosa atua eleitoralmente, no período das eleições de 2014 e 2016, tanto para as eleições legislativas quanto para as executivas, para que seus membros elejam seus candidatos. Além disso, procuramos também observar e indagar os fiéis sobre o que pensam a respeito tanto das posições da instituição religiosa, como dos acontecimentos do mundo fora do ambiente da igreja.

Para localizar nosso objeto de estudo, delimitá-lo e informar o leitor, no primeiro capítulo, inicialmente, apresentamos as características dos evangélicos e da Assembleia de Deus na sociedade e na política brasileira. Dentro da discussão sobre a Assembleia de Deus, procurei localizá-la no tempo, em suas diferentes fases, bem como dar conta da sua fragmentação. Nesse sentido, discutimos como o Ministério Belém se localiza dentro de tal fragmentação, bem como quais das suas características podem ser encontradas em outros ministérios, o que possibilita que pensamos os achados aqui de forma mais ampliada do que simplesmente relacionados ao templo, ao ministério ou à denominação observada. Na discussão sobre os evangélicos, buscamos mostrar o crescimento desse segmento religioso nas últimas décadas, que vem acompanhado do crescimento da sua atuação política. Ao mesmo tempo, também mostramos as diferenças internas políticas desse campo. Dessa forma, argumentamos que apesar dos setores evangélicos não constituírem um bloco único politicamente, há uma forte preponderância conservadora no interior desse segmento, o que progressivamente fez com que se posicionassem em oposição ao lulismo.

Posteriormente, ainda no capítulo 1, traçamos as principais características socioeconômicas dos fiéis pesquisados. Procuramos mostrar que os frequentadores da igreja poderiam ser caracterizados sociologicamente como pertencentes a uma fração da classe trabalhadora urbana que, que ainda que esteja acima do que

Singer (2012) chama de *subproletariado*, constitui um setor menos abastado, que convive com privações, reside na periferia e não possui acesso a serviços privados de saúde e educação. Os entrevistados por nós, para termos de referência, situavam-se todos abaixo do limite superior da chamada Classe C. Tratamos também, além da caracterização macro em termos de classe social, das características mais micro, acerca do bairro e da relação que estabelecem com a cidade. Da mesma forma que realizado acerca dos aspectos religiosos, também discutimos as características políticas associadas aos elementos de classe e locais em que os fiéis integram. Esse capítulo, então, trouxe a situação politicamente contraditória dos aspectos sociais que envolvem os fiéis, que do lado religioso, inclinam o grupo para uma postura política conservadora e antipetista, e do lado econômico, inclinam o grupo para a identificação com o lulismo. Essa situação, conforme argumentamos, não é exclusiva desse grupo religioso, mas está presente de forma ampliada entre os evangélicos, visto que são o segmento religioso com maior presença de famílias em situação de baixa renda.

No segundo capítulo, buscamos expor a forma com que a Igreja e a religião compõem a vida e a visão de mundo dos fiéis, criando uma ligação que, a partir dela, cria elementos para serem explorados politicamente pela instituição religiosa. Iniciamos o capítulo com uma discussão teórica sobre a secularização nas sociedades ocidentais e, especialmente, no Brasil, para tratar como que a questão da religião e do engajamento religioso nas sociedades recentes e modernas é tratado na bibliografia. Argumentamos que, independentemente da posição em relação à teoria da secularização, há espaço para observar a existência de grupos religiosos fortes atuando socialmente e politicamente nas sociedades modernas.

Na segunda parte do capítulo, procuramos descrever, a partir da etnografia, o papel da Igreja para os fiéis pesquisados. Um dos pontos centrais encontrados foi a clivagem Igreja *versus* Mundo, que perpassa toda a visão dos membros da instituição de forma central, balizando suas visões de mundo e seus discursos pessoais. Observamos também que os elementos do acolhimento, da percepção de ascensão e do oferecimento de uma ordem pessoal constituem características importantes da vivência e da sociabilidade evangélica, e que todos esses pontos são explorados institucionalmente, gerando uma identificação dos membros com a instituição religiosa. Nesse sentido, argumentamos que é a partir desses elementos

que os fiéis se orientaram para a eleição de quadros religiosos promovidos pela Igreja nas eleições pesquisadas. Posteriormente, ainda no segundo capítulo, analisamos a ação política da Instituição Assembleia de Deus Ministério Belém. Baseados na etnografia, na pesquisa de documentos e materiais da igreja e em entrevistas com pastores, procuramos explicar a organização e as lógicas do discurso da instituição que visam à sua atuação política. Nesse sentido, também descrevemos as estruturas institucionais que a Igreja criou para atuação política, como elas funcionam e quais são seus principais desafios. No plano discursivo, tratamos tanto dos argumentos teológicos que justificam a atuação da Igreja em relação ao Estado, bem como suas principais bandeiras políticas, quanto aos argumentos ligados à representação e ao favorecimento material da comunidade religiosa. Dessa forma, o capítulo traz a tese de que os aspectos comunitários e identitários existentes entre o grupo religioso constituem o combustível da força política da igreja – e que esse combustível é sistematicamente e planejadamente utilizado pela instituição para render resultados eleitorais, com base tanto em interesses próprios institucionais, quanto em uma visão de mundo que disputa a sociedade.

No terceiro capítulo, inauguramos a discussão específica sobre eleições, a partir da análise das eleições legislativas observadas por dentro da instituição, tanto no pleito eleitoral de 2014 quanto no de 2016 – ou seja, analisamos a eleição para deputado estadual e federal, em 2014, e para vereador, em 2016. Retratamos, primeiramente, a forma como a instituição religiosa atua para promover seus candidatos. Procuramos mostrar a Igreja fortemente mobilizada em torno de seus próprios quadros, realizando sua campanha voltada para os fiéis, a partir da sua estrutura de templos e das pontes construídas pelas relações de sociabilidade dos membros entre si, e dos canais entre a própria instituição e os membros. Como conteúdo substantivo da campanha, vimos a própria reafirmação sistemática do pertencimento dos candidatos à comunidade religiosa, tanto nos discursos quanto nos materiais distribuídos, além da defesa dos interesses da Igreja e dos "valores da família". Os fiéis, em todos os casos observados, apoiaram fortemente os candidatos da instituição.

Demonstramos que há, no entanto, distinções importantes entre os candidatos e pleitos analisados. Em 2014, percebemos diferença de engajamento

entre a candidatura de Marta Costa (PSD) e a de Paulo Freire (PR) – as duas candidaturas promovidas pelo ministério – e a primeira foi apoiada de forma mais enfática e com maior confiança por parte dos fiéis, enquanto a segunda acabou angariando os votos sem que houvesse alguma relação de identificação com o candidato em si, sendo esses votos depositados apenas por conta da relação institucional do candidato com o ministério. Já com relação à eleição de 2016, tivemos o fato de que a Igreja lançou uma candidata nova e relativamente desconhecida da maioria dos fiéis: Rute Costa (PSD). Rute conseguiu um apoio de grande parte dos fiéis à sua candidatura, seguindo o que já havíamos observado nas eleições anteriores. Ainda assim, pela primeira vez, observamos também alguns fiéis que não votaram na indicação da instituição, e, indo além, mostraram falta de confiança em Rute Costa (PSD) e nas indicações da igreja, isso envolto a um discurso que desqualificava e desacreditava todos os políticos. Esse achado significou uma mudança importante dentro do quadro do voto religioso encontrado por nós, pois pela primeira vez víamos um discurso de descrédito e de oposição convivendo ao mesmo tempo com o discurso que enaltece a presença dos evangélicos na política. Isso nos indica que a Igreja também não seria uma instituição que passou incólume pela conjuntura de descrédito na política e nas instituições. Ela também é uma instituição vulnerável e sujeita à rejeição dos seus fiéis em momentos de crise política. No entanto, é preciso reafirmar, mesmo com a presença das críticas e do não acolhimento da indicação política da igreja por parte de alguns fiéis, a grande maioria deles continuou manifestando apoio e votou na candidata indicada.

No quarto capítulo abordamos as eleições executivas – ou seja, a eleição para presidente de 2014 e a eleição para prefeitura de São Paulo em 2016. Posteriormente fizemos uma reflexão sobre as posições e forma de ver a política por parte dos fiéis ao longo de todo o período acompanhado por nós. Como os pleitos eleitorais foram fortemente marcados pela conjuntura político-econômica do período, iniciamos o capítulo revendo os principais fatos que marcaram o país na época. Retratamos, então, a conjuntura em volta das eleições, composta pelo momento de instabilidade política causado, principalmente, por conta das manifestações de junho de 2013, que foram seguidas pelas manifestações de 2014 contra a copa do mundo.

Nesse contexto, retratamos o pleito de 2014 como uma eleição em que os

fiéis, no geral, demonstravam incertezas e desconfianças sobre o futuro e sobre o momento em que o país atravessava. Trouxemos relatos e interpretações dos fiéis, que ressaltavam que o governo Dilma Rousseff (PT) não era interpretado como bom, mesmo para aqueles fiéis que eram identificados ao lulismo. Nesse sentido, demonstramos que, apesar de considerarem o governo Dilma (PT) pior do que os governos Lula (PT), ainda assim, a maior parte dos fiéis identificados com o lulismo continuou apoiando a sua continuidade no governo. Esse fato nos mostrou uma resistência forte do lulismo nesse momento de crise inicial, em que a conjuntura política e econômica já não o favorecia como anteriormente. Mostramos também a existência dos fiéis do campo antilulista, que por sua vez, tiveram sua posição política contrária ao PT exacerbada, construindo um discurso frontalmente crítico e que culpabilizava esse partido pelos males do país, principalmente aos escândalos de corrupção que começavam a ser expostos no período. Essa eleição pode ser vista a partir da clivagem dos polos lulista e antipetista dividindo os fiéis. Nessa polarização, entretanto, o polo lulista já apresentava insatisfação com o seu campo político. Ao mesmo tempo, o polo antipetista manifestava tons de radicalização que não havíamos observado anteriormente (VALLE, 2013).

Quanto à eleição de 2016 para a prefeitura, podemos dizer que ela foi marcada pela desilusão dos fiéis lulistas com o PT e pelo aumento do antipetismo entre a grande maioria dos entrevistados e contatados durante a pesquisa. Mostramos como, mesmo entre os fiéis que até a eleição de 2014 declaravam o voto em candidatos petistas e manifestavam certa identificação com esse partido e com as indicações do ex-presidente Lula (PT), o discurso predominante era o que associava o PT aos escândalos de corrupção e à crise econômica, fenômenos que também eram associados entre si – ou seja, na interpretação dos fiéis, a crise econômica era resultado da corrupção dos anos petistas. Os discursos desses fiéis não se distinguiram daqueles que, desde o início da pesquisa, manifestavam oposição ao PT ou mesmo um discurso antipetista. Por conta disso, podemos dizer que o que aconteceu nessa eleição não foi o surgimento de um terceiro grupo, composto por “ex-lulistas”, mas sim o crescimento do grupo já existente anteriormente, o de antipetistas, que incorporou antigos fiéis lulistas. Esse grupo, agora composto por quase a totalidade dos fiéis entrevistados, votou em João Dória (PSDB) para prefeito.

João Dória (PSDB) foi visto pelos que votaram nele não como um “trabalhador”, como sua campanha induziu, mas sim como um empresário de sucesso e um *outsider* político – nesse ponto, sim, como sua campanha enunciou. Ambas categorias eram vistas como positivas pelos fiéis. O fato de ser um empresário bem-sucedido foi visto como a sinalização de que poderia ajudar a melhorar os serviços públicos, vistos como muito deficientes pela população. Por sua vez, o fato de ser um *outsider* da política era visto como vantajoso a partir do momento que os políticos eram vistos com desconfiança, envolvidos a esquemas de corrupção e presos à lógica de uma política que eles não concordavam. Com esses elementos juntos, muitos fiéis viram em Dória a soma da vontade de fazer algo – vindo do fato de alguém de fora da política tendo a intenção de entrar para esse mundo – com a capacidade para tal – e vinda do lado do empresário bem-sucedido.

O crescimento do grupo antipetista, contudo, não eliminou totalmente o grupo de pessoas identificadas ao lulismo. Dos oito fiéis que havíamos classificado como identificados ao lulismo na eleição de 2014, três mantiveram a mesma posição em 2016, votando em Fernando Haddad (PT), que tentava a sua reeleição. Apesar de não podermos tratar essa variação em parâmetros estatísticos, por conta da própria forma com que este trabalho é estruturado metodologicamente, podemos dizer que essa foi uma oscilação importante dentro do quadro geral. O discurso desses remanescentes lulistas detinha várias características comuns: esses fiéis discordaram do *impeachment* da ex-presidente Dilma (PT), culpabilizaram os setores de oposição ao governo do PT pela crise econômica e a piora da situação de vida, e acreditaram que o país piorou muito após a saída da ex-presidenta do poder. No plano municipal, manifestaram que não confiaram na candidatura de João Dória (PSDB), não acreditaram na ideia de que ele não seria um político e creditavam o apoio que assistiam ao candidato tucano ao antipetismo que havia se instaurado na sociedade. Dessa forma, votaram em Fernando Haddad (PT), manifestando a oposição ao *impeachment* e ao governo Temer, que havia tomado posse posteriormente no país, e reafirmando a posição de que o PT (ou “a turma do Lula”) trabalhava para os mais pobres.

Na análise sobre a trajetória do comportamento político dos fiéis durante o período acompanhado por nós, identificamos certos padrões e formas de agir que merecem ser destacados e refletidos. Percebemos que, ao mesmo tempo em que a

dimensão da identificação religiosa gerou nos fiéis o apoio aos candidatos da igreja no legislativo, sem que questões econômicas ou materiais entrassem em conta, no plano das eleições executivas o debate e as razões para o voto se deram justamente pela conjuntura econômica e pelas condições materiais que os fiéis vivem, com poucas e quase irrelevantes menções a padrões morais ou filiações religiosas. Para explicar tal quadro, discutimos as diferenças institucionais entre as eleições legislativas e executivas, mas trouxemos também como elemento explicativo a própria visão dos fiéis sobre o sistema eleitoral brasileiro, as funções de cada cargo representativo e as razões que levantavam para justificar seus votos em cada uma das esferas governamentais.

Dessa forma, identificamos que o legislativo era visto pelos fiéis como uma arena de representação e de defesa dos seus valores, onde é possível conseguir algum benefício coletivo ou individual da relação entre representante e representado, mas sem que as pautas materiais da sociedade em geral estejam em jogo. O voto legislativo era visto, dessa forma, como uma expressão da identidade dos fiéis, enquanto cristãos e membros de uma comunidade religiosa organizada. Nessa visão, cabe aos deputados e vereadores evangélicos a prerrogativa de barrar as leis e iniciativas de outros políticos que possam ferir os princípios religiosos e morais dos evangélicos. Cabe a eles também liberarem facilidades para a construção de templos, além da prerrogativa de, ocasionalmente, “ajudar” os membros da igreja individualmente, a partir de relações clientelistas tradicionais.

Quanto ao executivo, por outro lado, identificamos que ele é visto como o espaço em que as decisões materiais da sociedade, como os salários, a economia, a geração de emprego e a gestão das políticas públicas são tomadas. As questões morais da sociedade e a representação de setores específicos, como os religiosos, nesse sentido, ficariam de fora desse escopo governamental, sendo prerrogativas do legislativo. Dessa forma, por mais que os fiéis manifestem que gostariam de que os governantes fossem “tementes a Deus”, eles afirmam também que os governos precisariam zelar e olhar para todos, independentemente da filiação ou não filiação religiosa. Essa visão, segundo interpretamos, traz para o executivo a prerrogativa da laicidade do Estado.

A partir dessa visão manifestada pelos fiéis sobre o sistema eleitoral e a função de cada cargo no Estado brasileiro, argumentamos que a presença dos valores e da lógica religiosa para as eleições legislativas e a sua quase total ausência nas eleições executivas não deve ser vista como uma contradição, tampouco como uma ressalva da importância da religião – e por consequência, da Igreja – no processo eleitoral. O lugar da religião e a influência da igreja estariam fortemente presentes, mas marcados na arena legislativa. Por conta disso, também argumentamos que o lulismo, por sua vez, não pode ser visto como contraditório oupositor ao voto religioso, no ponto de vista dos fiéis. Se no alto escalão entre os políticos lulistas e as lideranças eclesiais, a relação seja de oposição e conflitos, na base dos fiéis, por sua vez, a relação entre religião e apoio ao lulismo pode coexistir a ponto de serem fenômenos, inclusive, complementares.

A identificação de todos esses pontos, como podemos ver, traz respostas e interpretações sobre o voto evangélico, o lulismo, a relação entre ambos e sobre o próprio caráter do voto religioso para uma parcela de fiéis. A partir delas abrem-se, também, alguns questionamentos e abre novas perguntas, questões e hipóteses a serem exploradas. Podemos dizer que essa pesquisa reafirmou a força das instituições religiosas para a sociabilidade e as posições políticas dos fiéis, ainda que essa influência política esteja limitada ao legislativo. Ao mesmo tempo, no entanto, a eleição de 2016 e a conjuntura que reafirmava o sentimento antipolítico dos fiéis fez com que mesmo a instituição religiosa tivesse sua influência questionada. Esse é um fenômeno que mostra também a desconfiança presente dos fiéis com suas denominações, o que poderia ser estudado e analisado por outras pesquisas.

Também acerca do lulismo, várias questões se abrem. Os fatos políticos entre os anos de 2014 e 2016 fizeram com que boa parte dos fiéis antes identificados com o lulismo deixassem de sê-lo. No entanto, com os acontecimentos posteriores, como o escândalo de corrupção envolvendo diretamente o presidente Michel Temer (MDB)<sup>106</sup>, a baixa popularidade de seu governo<sup>107</sup>, somado com a queda da

---

<sup>106</sup> Ver FOLHA DE SÃO PAULO. “Temer é gravado por dono da JBS em conversa sobre Cunha” disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884926-audio-mostra-temer-dando-avala-compra-do-silencio-de-cunha-diz-jornal.shtml> acessado em 20/2/2018.

<sup>107</sup> Ver DATAFOLHA. “Temer é Reprovado por 70%”, disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/01/1954759-governo-temer-e-reprovado-por-70.shtml> acessado em 20/2/2018.

aprovação do prefeito paulistano João Dória (PSDB)<sup>108</sup> podem ter algum impacto positivo para o lulismo? Em outras palavras, seria a derrocada da identificação e do voto em candidatos lulistas em 2016 um produto da conjuntura política de então, ou o sinal de uma ruptura mais profunda nas clivagens políticas nacionais?

Com relação aos papéis atribuídos pelos fiéis às eleições legislativas e executivas, bem como as razões que levantam para a decisão do voto em cada uma delas, podemos pensar que refletem uma visão de mundo que é compartilhada por setores mais amplos da sociedade? Teria a participação em uma comunidade religiosa alguma influência sobre essa visão acerca do sistema político brasileiro? Qual o efeito de uma possível reforma política sobre essa visão dessa parcela do eleitorado? Ela poderia mudar a configuração do voto religioso conforme observamos aqui?

Todas essas questões, além de outras, podem ser levantadas a partir dos pontos que esta pesquisa tratou. Para respondê-las, novos estudos, de diferentes vertentes e metodologias seriam necessários<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> Ver. DATAFOLHA. Reprovação a dória sobe para 39% e supera índice de aprovação (29%) Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/12/1940721-reprovacao-a-doria-sobe-para-39-e-supera-indice-de-aprovacao-29.shtml> acessado em 20/03/2018.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Novos estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 86, mar. 2010.

ALENCAR, G. F. **Assembleias de Deus: origem, implantação e militância** (1911-1946). São Paulo: Arte Editorial, 2010.

ALMEIDA, R. & D'ANDREA. Pobreza e Redes Sociais em uma Favela Paulistana. Novos Estudos, nº 68. Março de 2004.

ALMEIDA, R. Religião na Metrópole Paulista. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19 nº 56. Outubro de 2004.

ALVES, R. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo, Ática. 1979.

AMARAL, Oswaldo E. do; RIBEIRO, Pedro Floriano. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , v. 23, n. 56, p. 107-123, Dec. 2015.

ARANTES, Pedro Fiori. **Em Busca do Urbano**. Novos Estudos nº 83, março de 2009.

ASAD, Talal. (2003) **Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity**. Stanford University Press.

AZAIS, C.; KESSKER, G.; TELLES, Vera S. **Ilegalismos, cidade e política**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BAIOCCHI, Gianpaolo. CONNOR, Brian T. **The Ethnos in the Polis: Political Ethnography as a Mode of Inquiry**. Sociology Compass 2/1, 2008: 139-155

BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. **Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 a 2006**. Opinião pública, Campinas, vol. 13, n.2, novembro, 2007, p. 283-306.

BARBOSA, Caio Marcondes Ribeiro. **A cruz e o lulismo: um estudo de caso na periferia de São Paulo com fiéis da Igreja Universal nas eleições de 2014**. 2016.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BASTOS, Pedro. Austeridade permanente? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz; BASTOS, Pedro. **Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff**. São Paulo: Carta Maior e Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

BECKFORD, James A. **Social theory and religion**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma sociologia da religião**. São Paulo, Paulinas, 1985.

BOHN, S.: **Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral**. Opinião Pública, vol.10, número 2, p. 288-338, 2004.

BOHN, Simone R. **Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais (2002-2006)**. Opin. Pública, Campinas, v. 13, n. 2, p. 366-387, nov. 2007 .

BRAGA, RUY. **A Política do precariado: do populismo à hegemonia Lulista**. São Paulo, Boitempo, 2012.

BRASIL (2001). Câmara dos Deputados – Projeto de Lei 5003/2001. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=31842>. Vários acessos entre 2012 e 2016.

BRASIL (2011). Câmara dos Deputados – Projeto de Decreto Legislativo 243/2011. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>. Acesso em 2013.

CABANES, R; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V.S. **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CALDEIRA, T. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp; Ed. 34. 2000.

CAMPOS, L. S. Os políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, J. A; MACHADO, M. D. C. **Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

CARDOSO, Adauto L. et al. **Habitação social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Coleção Habitare: Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, Laura. O bebê, a água e a bacia. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 7 ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2015/08/1665542-o-bebe-a-agua-e-a-bacia.shtml>>. Acesso em: 19 set. 2017.

CASANOVA, J. **Reconsideración de la Secularización**: una perspectiva comparada mundial. Revista Académica de Relaciones Internacionales. UAM-AEDRI 7:1-20.

CASANOVA, José. (1994). **Public Religions in the Modern World**. Chicago: Chicago University Press.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. **Determinantes do Comportamento Eleitoral**: A Centralidade da Sofisticação Política. Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1994.

CERVellini, Silvia; GIANI, Malu; PAVANELLI, Patrícia. **Economia, religião e voto no Brasil**: A questão do aborto na eleição presidencial de 2010. *Paper* apresentado no IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da Wapor – World Association Of Public Opinion Research. Belo Horizonte, Brasil, 2011.

Clastres, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**: Pesquisas de antropologia política; trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves (1978).

COHEN, Eliézer. **História da Igreja Assembleia de Deus no Estado de São Paulo**. São Paulo, s.e., 1991.

CONDE, Emílio. **História das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro, CPAD, 1960.

CONVERSE, P. **Belief systems in mass publics em D. Apter** (org.) Ideology and discontent, New York, The Free Press, 1964.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Vinho novo em odres velhos. Um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DIEESE. **Estudos e Pesquisas**. Balanço das greves em 2013, n. 79, dez. 2015.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo. Ed. UNESP. CEM Cebrap. 2011.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo**. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social 1.1 (2008): 93-148.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo**. Cad. CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, dez. 2014.

FERNANDES, Rubem; SANCHIS, P.; VELHO, C.; PIQUET, L.; MARIZ, C.; MAFRA, C. **Novo nascimento: os evangélicos em casa, na política e na igreja**. Rio de Janeiro, ed. Mauad, 1998.

FIRMINO, Gustavo. Conservadorismo liberal e classes médias: uma análise do “Vem Pra Rua” e do “Movimento Brasil Livre”. In: **X Seminário do Trabalho. Trabalho, crise e políticas sociais na América Latina**. 2016, Marília/SP. Anais X Seminário do Trabalho. Trabalho, crise e políticas sociais na América Latina, 2016.

FONSECA, A. **Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política.** São Paulo. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2002.

FORJAZ, Lourdes Cecília Spina. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 12, n. 35, out. 1997.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 12, n. 35, out. 1997.

FRESTON, P. **Protestantes e Política no Brasil:** Da Constituinte ao Impeachment. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. 1993.

FRESTON, Paul. **Protestantismo e democracia no Brasil.** *Lusotopie*, pp. 329-340, 1999.

FRESTON, Paul. Breve histórico do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIOZZI, Alberto et al. **Nem anjos nem demônios:** interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

GIAMBIAGI, F. Prefácio a NERI, M. **A Nova Classe Média:** o lado brilhante da base pirâmide. São Paulo, Editora Saraiva, 2011.

HIRATA, D.; TELLES, V.S. Illegalismos e jogos de poder de São Paulo. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, nº 22, vol. 2, dezembro 2010, pp. 39-59.

HUNTER, W. & POWER, T. (2007) Recompensando Lula: poder executivo, política social e as eleições brasileiras de 2006 in M. ALCÁNTARA SÁEZ & C. R. MELO. **A democracia brasileira:** balanço e perspectivas para o século 21, Belo Horizonte, Editora UFMG.

HUNTER, W.; POWER, T. J. Rewarding Lula: executive power, social policy, and the Brazilian election of 2006. *Latin American Politics and Society*, vol. 49, n. 1, 2007.

Hunter, Wendy. The Normalization of an Anomaly: The Workers' Party in Brazil. *World Politics*, Volume 59, Number 3, April 2007, pp. 440-475.

Hunter, Wendy. **The transformation of the Workers Party in Brasil, 1989 – 2009**. Cambridge University Press, 2010.

IBGE. Censo Demográfico 1982. IBGE, 1982.

IBGE. Censo Demográfico 2010. IBGE, 2010.

Keck, Margareth. *PT, a lógica da diferença*. São Paulo: Ática, 1991,

KECK, ME. **PT – A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KEINERT, Fábio Cardoso. SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política Brasileira. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 22, n. 1, June 2010.

KESSLER, G.; TELLES, V. S. Ilegalismos na América Latina. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, nº. 22, vol. 2, dezembro 2010.

KLEINA, Nilton César Monastier. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014.

KOWARICK, L & MARQUES, E. **São Paulo: Novos Percursos e Atores**. Editora 34, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo, Paz e Terra, 1983.

LAMOUNIER, B. **O voto em São Paulo, 1970-1978**. – Voto de Desconfiança em São Paulo, Vozes/CEBRAP, pp. 15-80..

LAMOUNIER, B. **Voto de Desconfiança**. São Paulo; Vozes/CEBRAP, 1980.

LAMOUNIER, B. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente In Cardoso, F. H. & Lamounier, B., eds. **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

LAVALLE, A. Espaço e vida públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro. Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de Ciência Política, FFLCH-USP.

LIMOGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

LIMONGI, F.; MESQUITA, L. Estratégia partidária e preferência dos eleitores – As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004 In *Novos Estudos*, n. 81, julho de 2008.

LIPSET, S. *O Homem Político*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967.

MACEDO, Elisabeth. **As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum**. In *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n.º. 139, p. 507-524, abr.-jun., 2017.

MACHADO, Lourdes das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. In *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.º 7, Brasília, janeiro – abril de 2012, pp. 25 a 54.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e Religião: a Participação dos Evangélicos nas Eleições**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. A consolidação dos partidos conservadores In S. Mainwaring, R. Meneguello e T. Power. **Partidos conservadores no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. **Partidos conservadores no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo – Centro de Estudos da Metrópole – 2004 in <http://www.centrodametropole.org.br/>

MARIANO, Ricardo; HOFF, Marcio; DANTAS, Toty Ypiranga de Sousa. Evangélicos sanguessugas, presidenciaíveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. *Debates do NER*, n. 10, 2007.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARICATO, Ermínia. **A política habitacional durante o regime militar.** Petrópolis: Vozes, 1987.

MARQUES, E. **Redes Sociais, Segregação e Pobreza em São Paulo.** Editora UNESP, São Paulo, 2010.

MAUTNER, Yvone. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: SCHIFFER, Sueli Ramos & DEÁK, Csaba (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil. São Paulo.** EDUSP/FUPAM, 1999.

MCALLISTER, R. **A Experiência Pentecostal: A base Bíblica e Teológica do Pentecostalismo.** Rio de Janeiro, Nova Vida, 1977.

MENEGUELLO, Rachel. **PT, a formação de um partido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MONTERO, P. & ALMEIDA, R. O campo religioso brasileiro no limiar do século: problemas e perspectivas. In: RATTNER, H. (org.). **Brasil no limiar do século XXI. Alternativas para a construção de uma sociedade sustentável.** São Paulo: EDUSP & FAPESP, 2000.

MONTERO, P. O Campo Religioso, Secularismo e a Esfera Pública no Brasil. In Boletim CEDES – outubro-dezembro 2011.

MONTERO, Paula. **Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil.** Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 74, p. 47-65, Mar. 2006.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil, Etnográfica [Online], vol. 13 (1).

MONTESQUIEU. **O espírito das leis.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORATO R, KAWAKUBO, F.; LUCHIARI, A. Geografia da desigualdade ambiental na Subprefeitura de Campo Limpo Município de São Paulo/SP. In Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil 16-21 abril 2005, INPE, p. 2.281-2.288.

MOYA, Lourdes Encarnación. Os estudos sobre a cidade: quarenta anos de mudança nos olhares sobre a cidade e o social. In KOWARICK, L & MARQUES, E. São Paulo: Novos Percursos e Atores, Editora 34, 2011.

NATIVIDADE, M. T. A homossexualidade como pecado ou como bênção divina: entre discursos hegemônicos, mediações e dissidências. *História Agora*, v. 14, p. 228-241, 2013.

NATIVIDADE, M. T. **Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal.** *Religião & Sociedade (Impresso)*, v. 30, p. 90-120, 2010.

NERI, M. **A Nova Classe Média: o lado brilhante da base pirâmide.** São Paulo, Editora Saraiva, 2011.

NERI, M. C. (Coord.). **A nova classe C** – Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

NICOLAU, J. Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº2, 2002, pp. 219 a 236.

NICOLAU, J. Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 2, 2002, pp. 219 a 236.

NICOLAU, J. M. **Sistema Eleitoral e reforma política.** Rio de Janeiro: Foglio, 1993.

NOVAES, R. A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista da USP*. São Paulo, 49, p. 60-81, março-maio, 2001.

NOVAES, R. A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista da USP*. São Paulo, 49, p. 60-81, março-maio, 2001.

NOVAES, R. Os Escolhidos de Deus. Trabalhadores, Pentecostais e Cidadania. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1985. Apud BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, vol. X, nº 2. Outubro 2004.

Novo Mapa das Religiões. FGV. Disponível em <http://www.fgv.br/cps/religiao/>

ORO, Ari Pedro. "Podem passar a sacolinha": um estudo sobre as representações do dinheiro no neopentecostalismo brasileiro. *Cadernos de Antropologia*, 9, p. 7-44. Programa de pós-graduação em antropologia social da UFRGS, 1992.

PALMEIRA, M. GOLDMAN, M (orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.

FIORI, Pedro. Em Busca do Urbano. *Novos Estudos* nº 83, março de 2009.

PEIXOTO, Vitor; RENNO, Lucio. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opin. Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 304-332, nov. 2011

PEREIRA, Carlos and MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados* [online]. 2003, vol. 46, n. 4, pp. 735-771.

PIERUCCI, A F. O. Linguagens autoritárias, voto popular In Evelina Dagnino (org.) **Os anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

PIERUCCI, A. F. O. & MARIANO, R. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, 34, p. 92-106, novembro, 1992.

PIERUCCI, A. F. O. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos Estudos Cebrap*. Nº 89. Março de 2011.

PIERUCCI, A. F. O. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, 11, p. 104-32, 1989.

PIERUCCI, A. F. O.; PRANDI, J. R. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. *Opinião Pública*, 3 (1), p. 20-43, junho, 1995.

PIERUCCI, Antônio Flávio & LIMA, Marcelo Coutinho de. (1991). A Direita que flutua. *Novos Estudos Cebrap*, n.º 29: 10-27.

PIERUCCI, Antônio Flávio & LIMA, Marcelo Coutinho de. (1993). São Paulo 92, a vitória da direita. *Novos Estudos Cebrap*, nº35: 94-99.

PIERUCCI, Antônio Flávio. (1987) As bases da nova direita. *Novos Estudos Cebrap* n.º 19: 26-45.

PIERUCCI, Antônio Flávio. (1989) A Direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 4(10): 44-65.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, 2003.

PRANDI, R. **Um Sopro do Espírito**. São Paulo: Edusp. FAPESP, 1998.

QUADROS, W. A evolução recente da estrutura social brasileira. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 148, nov. 2008.

RIBEIRO, Luiz C. de Q. Segregação, desigualdade e habitação: a metrópole do Rio de Janeiro. In: 9º ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2001.

ROLNIK, Raquel (Coord.). **Reestruturação urbana da metrópole paulistana: análise de territórios em transição**. São Paulo, PUCCAMP/Instituto Pólis, 2000

ROMÃO, Wagner de Melo. #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. *Agenda Política* v. 1, n. 2, 2013.

RUGITSKY, Fernando. Do Ensaio Desenvolvimentista à austeridade: uma leitura Kaleckiana. In: BELLUZZO, Luiz; BASTOS, Pedro. **Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff**. São Paulo: Carta Maior e Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

SAMUELS, D. A Evolução do Petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, vol. 14, n. 2, nov. 2008.

SAMUELS, D. **Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato**: Evidências sobre o Brasil. In *Dados* vol. 40 nº 3, Rio de Janeiro, 1997.

SAMUELS, D. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. In Dados vol. 40 nº 3. Rio de Janeiro, 1997.

SECCO, L. **A História do PT**. 1978-2010. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SIMÃO, A. O voto operário em São Paulo. In Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 1, 1956.

SINGER, A. V. Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo, Edusp, 2002.

SINGER, A. V. Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 97, p. 23-40, 2013.

SINGER, A. V. Raízes sociais e ideológicas do lulismo In Novos Estudos, n. 85, novembro de 2009.

SOUZA, A. LAMOUNIER, B. A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF, CNI, 2010.

SOUZA, Jessé. **A Ralé brasileira, quem é e como vive**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2011.

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte, Editora UFMG. 2012.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. **Da controvérsia às práticas: conjugalidade, corpo e prosperidade como razões pedagógicas na Igreja Universal**. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Social (Antropologia Social), 2012.

TELLES, V. HIRATA, D. Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. In KOWARICK, L & MARQUES, E (orgs.). **São Paulo: Novos Percursos e Atores**, Editora 34, 2011.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

TELLES, V. S. Ilegalismos urbanos e a Cidade. *Novos Estudos*, Cebrap, nº 84, 2009, pp. 152-163.

TELLES, V. S.; CABANES, R. **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TELLES, V.S. **Nas dobras do legal e ilegal**: ilegalismos e jogos de poder. *Revista Dilemas*, no. 5-6, 2009, pp. 97-126.

TORRES, Haroldo. A fronteira paulistana. In: Marques, E.; Torres, H. (Org.). **São Paulo**: segregação, pobreza e desigualdade. São Paulo: Editora Senac, 2005.

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães do. **Pentecostalismo e lulismo na periferia de São Paulo**: estudo de caso sobre uma Assembleia de Deus na eleição municipal de 2012. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VALLE, Vinicius. **Partidos Cristãos do Brasil recente: o caso do PRB e do PSC**. Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (2015).

VENTURI, G. PT 30 anos: Crescimento e Mudanças na Preferência Partidária. Impacto nas Eleições de 2010. in *Revista Perseu* Nº 5, Editora Perseu Abramo, São Paulo, 2010.

VINGREN, Ivar. **Despertamento apostólico no Brasil**. Rio de Janeiro, CPAD, 1987.

VITAL CUNHA, Christina. 2008. Traficantes evangélicos: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. *Plural*, v. 15, p. 23-46.

WEBER, Max, **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o espírito do Capitalismo**. Cia. das Letras: São Paulo, 2004.

WEFFORT, F. **Classes populares e política** (Contribuição ao estudo do “populismo”). Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1968.

WEFFORT, F. **Raízes sociais do populismo em São Paulo**. Revista Civilização Brasileira, Ano 1, nº 2, maio de 1965, pp. 39-60.

WEISS DE JESUS, F. **A Cruz e o Arco-íris**: Refletindo sobre gênero e sexualidade a partir de uma "igreja inclusiva" no Brasil. Ciências Sociales y Religión (Online), v. 12, p. 131-146, 2010.

ZALUAR, A. A máquina e a Revolta. São Paulo, Editora Brasiliense, 2000.

ZUCCO, C. **Cash Transfers and Voting Behavior**: Electoral Impacts of Brazil's Bolsa Família Program. 2013.

## ANEXO 1 – FICHA DOS ENTREVISTADOS

### Cesar

César foi entrevistado com 20 anos de idade e tem 22 anos no momento da finalização deste trabalho. É de família evangélica – tanto por parte de pai quanto por parte de mãe, todos da Assembleia de Deus, Ministério Belém. Era da banda da Igreja, mas quando começou a cursar a faculdade decidiu continuar só como um membro comum. César se vê como um religioso mais “cabeça aberta”, que convive com pessoas de outras religiões, valores e orientações sexuais. César diz que tenta se manter sempre informado do que acontece politicamente, e tenta também ter uma opinião própria em meio a influência da Igreja, dos amigos e do pai, que considera “petista”. Em 2014, na primeira eleição que votou, escolheu para presidente Marina Silva (PSB/Rede) no primeiro turno e Aécio Neves (PSDB) no segundo. Em 2016, para a prefeitura de São Paulo, escolheu Fernando Haddad (PT). César foi um dos fiéis que mostrou desconfiança em relação aos candidatos da Igreja ao legislativo.

### Guilherme

Guilherme possui 20 anos na entrega deste trabalho. Até o último contato que tivemos, servia ao exército, e gostava muito do que fazia. Sua família é bem engajada na Igreja e ele também assume uma posição de destaque no grupo de jovens – costuma participar muito da escola bíblica, além de compor a banda e ser um dos que mais se manifesta entre os jovens da instituição. Diz que não se incomoda se é chamado de “fundamentalista”, pois segundo ele, a palavra de Deus é o seu fundamento. Não gosta de política, mas diz apoiar os candidatos cristãos, principalmente da instituição. Se diz antipetista e antiesquerdista.

Bruno

Bruno tem 25 anos. Nasceu em Abaetetuba, no Pará, mas a maior parte de sua vida viveu em Garapereri, no mesmo estado. Está em São Paulo, com sua família, desde o início de 2010. Conta que durante um período, sua família passou por grandes dificuldades financeiras, quando ainda moravam no Pará. Nessa época, sua família chegou a ser beneficiada pelo programa Bolsa-Família. Em São Paulo, chegou a receber cestas básicas da Igreja. Há algum tempo, porém, a situação financeira da família apresentou grande melhora. Bruno cursou música na EMESP e foi saxofonista da banda da Igreja. Seu instrumento musical foi um presente de um dos pastores, que durante um tempo ajudava também na manutenção do instrumento. Bruno serviu ao exército por um período, e em seguida prestou concurso para ser policial militar. Politicamente, no plano legislativo diz que acompanha os candidatos ligados à Igreja, e tende a apoiá-los. Já no plano executivo, após votar em Haddad em 2012, Bruno não gostou de nenhum candidato e anulou seus votos.

Reginaldo

Reginaldo tem 29 anos, é de família cearense e é casado com outra fiel da Igreja. Quando o conheci, sua mulher estava grávida. Hoje tem um filho de quase 4 anos. Reginaldo fez um curso de corte e costura no Senai, e trabalhava sem carteira registrada confeccionando roupas, ganhando R\$ 1.400,00 por mês. Já sofreu dois acidentes de moto, tendo que se afastar do trabalho e ficando algum período sem renda. Reginaldo sempre alternou momentos em que estava desempregado com períodos que trabalhava como confeccionador de roupas. Mora com sua mulher na casa de sua mãe e vai à Igreja sem a mesma frequência que outros fiéis, sendo mais assíduo em momentos de dificuldades. Durante alguns cultos que presenciei, a Igreja realizou orações coletivas destinadas a ele. Sua conversão se deu há 7 anos, por influência de sua mulher. Politicamente, Reginaldo se diz simpatizante do PT. Também diz que tem discordância com algumas concepções da Igreja, principalmente com relação à conduta relacionada à questão da homossexualidade.

Juliana

Nasceu em Mutuípe, no estado da Bahia. Tem 33 anos. Na primeira entrevista, trabalhava como balconista em uma lanchonete na Cidade Universitária, ganhando R\$ 800,00. Posteriormente, se tornou esteticista e trabalhava atendendo pessoas a domicílio, trabalhando principalmente como manicure. É casada com outro membro do setor 104 da Assembleia de Deus Belém. Não tem filhos, mas pretende tê-los em breve. A família da sua mãe era católica, enquanto a de seu pai era do candomblé. Diz que, aos poucos, sua família foi se convertendo em igrejas evangélicas, até que chegou sua vez. De início, se converteu na Igreja Batista, ainda quando morava na Bahia. Se mudou para São Paulo em 2006, e desde 2009 frequenta a Assembleia de Deus, no setor 104 do Ministério Belém. Hoje, é uma das pessoas que comanda os ensaios do coral de adolescentes da Igreja. Quando fala de seu dia a dia, o resume entre trabalho – casa – igreja. Em termos políticos, diz que na época que morava na Bahia, gostava do Antonio Carlos Magalhães e simpatizava com seu partido, o PFL. Hoje, diz que não tem mais simpatia por nenhum partido, mas afirmava ter rejeição ao PT. Na primeira entrevista, considerava que o Brasil vinha melhorando desde que o PT havia entrado no governo federal, mas no decorrer do tempo incorporou um discurso antipetista. Vota nos candidatos religiosos no legislativo, e no executivo em candidatos antipetistas.

### Renan

Renan tem 34 anos. É muito próximo ao pastor da igreja, pois coordena a banda e o som do templo. Tem um filho. É segurança de um colégio particular de São Paulo. Se tornou evangélico aos 8 anos, quando sua mãe, católica, se converteu. Passou pela Igreja Deus é Amor, mas se batizou na Assembleia de Deus, em um templo em Taboão da Serra, onde viveu por alguns anos antes de se mudar para o distrito do Campo Limpo. Passou sua adolescência e início da vida adulta indo com menos regularidade à igreja, até que se casou com uma evangélica e se engajou profundamente na instituição. Politicamente, apoia os candidatos da igreja e se considera antipetista.

Carlos

Carlos trabalha em uma empresa como operador de empilhadeira, ganhando por volta de R\$ 1.200,00 por mês. Com 38 anos, é filho de migrantes e nascido em São Paulo. Morou também em Taboão da Serra. É de família evangélica, mas se “desviou” da Igreja na adolescência, quando foi para o “mundo” para, segundo ele, aproveitar algumas coisas, como mulheres, bebidas e “farras”. Voltou para a Igreja, pois considera que aquela vida não lhe renderia futuro nenhum. Hoje é casado com uma evangélica da mesma igreja – o setor 104. Lá, Carlos chegou a ser um dos coordenadores do grupo de jovens da igreja, e nessa época pensava em seguir a carreira eclesial. Posteriormente, mudou de ideia, por achar que não estava crescendo do jeito que gostaria na Igreja. Talvez por isso, ele também frequenta A Assembleia de Deus Ministério Brás, também no Campo Limpo. No que diz respeito à política eleitoral, Carlos dizia que não gostava da época do governo FHC. Apesar de considerar o Plano Real importante, relata ter havido dificuldades para se conseguir empregos. Na primeira entrevista, disse também que havia gostado do governo Lula, pelo que foi feito na região Nordeste e para os pobres, no geral. Depois, porém, passou a associar o PT a escândalos de corrupção. Apesar de dizer que não gostava do ex-governador e ex-prefeito José Serra (PSDB), nem do seu sucessor na prefeitura, Gilberto Kassab (PSD), Carlos acabou votando em Serra (PSDB) na eleição de 2012. Posteriormente, passou a votar no que identificava ser os candidatos contra o PT. Ainda na questão eleitoral, diz que costuma apoiar os candidatos da Igreja, que levam as pautas cristãs para o Estado.

Sueli – 38 anos, assistente social

É assistente social e trabalha na Igreja. Tem 38 anos e um filho. Era muito ativa na organização de tarefas e na ajuda aos membros que passavam por necessidade, seja econômica ou de ordem familiar ou espiritual. Se afastou dos cultos nos últimos meses da pesquisa, por conta de problemas pessoais, mas sempre esteve próxima dos fiéis. Politicamente, se considera antipetista, e apoia fortemente a atuação de parlamentares evangélicos, no geral, e da instituição em particular.

### Armando

Armando tem 39 anos no momento da entrega deste trabalho. É eletricitista autônomo, e no momento da entrevista estava relatando uma grande queda da procura por seus serviços. Se converteu quando era jovem servindo ao exército, por influência de um colega, mas só passou a frequentar assiduamente os cultos anos depois, já na Assembleia de Deus Ministério Belém. Mora no Campo Limpo, muito próximo à divisa com o município de Taboão da Serra. Politicamente, apoia os candidatos da igreja para o legislativo, mas para o executivo vota sempre nos candidatos do PT, fazendo também um discurso muito próximo ao que faz esse partido.

### Eunice

Eunice tem 40 anos na entrega desta tese, é casada, se considera parda, e trabalha de empregada doméstica em uma casa de família. Nasceu em Fortaleza e vive em São Paulo desde os 19 anos. É uma frequentadora assídua dos cultos da Igreja, tendo amizade com muitos dos seus membros. Ressalta que as condições de vida melhoraram muito nos últimos anos, e considera que seus filhos terão muitas possibilidades que ela não teve. Considera que os anos do governo FHC foram ruins. Gostou muito do Governo Lula e vem gostando do governo Dilma. Posiciona-se a favor de movimentos sociais que postulam a distribuição da propriedade tanto

no campo quanto na cidade, e considera que a pessoa que tem propriedades ociosas e não aceita a distribuição dos seus bens é “avarenta”. Por outro lado, é contra a possibilidade de casais homossexuais firmarem uma relação perante a lei. Gosta da atuação dos políticos evangélicos no sentido de se posicionar contra os direitos da população LGBTT.

### Alberto

Alberto tem 40 anos no momento de entrega desta tese. Se considera pardo. Foi segurança em uma loja, recebendo em torno de R\$ 1.200 por mês, durante a maior parte desta pesquisa. Em 2016, no entanto, foi demitido, ficando desempregado até o último contato estabelecido. Nasceu em Sobradinho, na Bahia, e está em São Paulo já há 21 anos. Era católico, e se converteu à Igreja Batista. Só em São Paulo entrou para a Assembleia de Deus. Vai à igreja, no setor 104, todas as semanas, e é casado também com uma fiel da mesma Igreja. Não tem filhos, mas pretende ter em breve. Acabou se tornando presbítero de uma congregação do setor 104, e vê na vida eclesiástica um grande sentido para sua vida. Na primeira entrevista, se dizia satisfeito com as possibilidades e oportunidades que considerava que a cidade de São Paulo oferecia, e tinha planos de fazer uma faculdade, na área de informática. Mudou de posição e de planos, no entanto, com o chegar da crise econômica. Na última entrevista, associava o PT mais aos escândalos de corrupção do que à redução da pobreza. Como outros entrevistados, acha importante a ação da Igreja na política eleitoral, e costuma apoiar os candidatos evangélicos no legislativo.

### Gerson

Gerson tem 41 anos e nasceu em Fortaleza. Há 12 anos mora em São Paulo. É solteiro e mora com um primo em casa alugada no Campo Limpo. É graduado em Gestão de Projetos em Tecnologia de Informação, tendo feito graduação pelo ProUni, na UNIP. Atuou por um tempo no campo da profissão que foi formado, mas hoje trabalha na área de fotografia. A mudança de área de atuação se deu porque Gerson considerava que ganhava pouco trabalhando no campo de TI. Como tem

interesse por fotografia e diz que ganha o equivalente ao que ganhava anteriormente, trabalhando períodos menores, decidiu mudar de profissão. Era católico e se converteu na adolescência à Assembleia de Deus, em Fortaleza. Hoje, além de frequentar o Ministério Belém, no setor 104, vai também a uma Igreja do Ministério Brás, também no Campo Limpo. Faz parte também de um movimento evangélico interdenominacional que atua com universidades, buscando converter jovens. Quando se mudou para São Paulo, Gerson não tinha onde morar. Quem o ajudou foi o pastor da Igreja, do setor 104, acolhendo-o nos cômodos na parte de baixo do templo, por alguns meses. Gerson diz que gosta de políticos do PSDB, e que não tem afinidade com o PT. Para o legislativo, vota nos candidatos apontados pela Igreja.

### Clarisse

Clarisse tem 43 anos, é separada e possui duas filhas. Nasceu em São Paulo. Trabalhava como vendedora em uma ótica, quando entrevistada, e seus rendimentos variavam, dependendo do volume de venda do estabelecimento. Afirmava que, em alguns meses, recebia mais de R\$ 1.500,00. Quando criança, sua mãe passou a levá-la a igrejas evangélicas da Assembleia de Deus, no Ministério do Brás. Lá, se batizou, foi regente do grupo de “mocidade” e de adolescentes. Também fez um curso interno da igreja, para ser professora de escola dominical. Passou a frequentar o Ministério Belém quando se mudou para São Miguel Paulista, pois nesse local não havia nenhuma igreja ligada ao Ministério do Brás. Hoje, morando próximo ao terminal Campo Limpo, frequenta o setor 104, mas com pouca frequência. Afirmava que, durante os anos, foi flexibilizando seus costumes, passando a vestir calças, a pintar o cabelo e as unhas, e usar maquiagem. Na primeira entrevista, ressaltava que enfrentava um “grave problema” na sua família, pois sua filha havia “se tornado” homossexual. Nas interações posteriores, não retornou ao assunto. Durante todo o tempo, emitia opiniões conservadoras no campo da moral, dos costumes e também no campo político/econômico. Acha que todo político é corrupto, exceto aqueles que “servem a Deus”, e vota nos candidatos da Igreja e em candidatos que considera que são “de direita”.

Eliana

Eliana tem 45 anos na entrega deste trabalho. Nasceu no município de Santo Agostinho, em Pernambuco e está em São Paulo há 23 anos. Se tornou evangélica em São Paulo, na Assembleia de Deus Ministério Belém, e diz que a Igreja a ajudou muito na adaptação à cidade. É técnica em enfermagem, e na última vez que foi entrevistada estava desempregada. É mãe de dois filhos e separada do marido, que também é evangélico. Costuma ir à igreja duas vezes por semana, e participa assiduamente do grupo de mulheres. Politicamente, sempre apoiou os candidatos da igreja para o legislativo. No executivo, votava nos candidatos do PT, mas entre 2014 e 2016 se decepcionou com o partido, e na eleição municipal de 2016 votou em Dória (PSDB).

Inês

Inês tem 48 anos. Nasceu em uma família católica, mas suas irmãs foram aos poucos se convertendo na igreja Adventista, até que ela também se converteu, na cidade de Recife, aos 14 anos de idade. Quando veio para São Paulo, entrou na Assembleia de Deus, que era perto do seu local de residência. Mesmo se mudando algumas vezes, continuou frequentando a Assembleia e o Ministério Belém. É casada, possui um filho e toda a família frequenta a Igreja, mas ela é a mais assídua. Politicamente, votou em Dilma Rousseff em 2014, ainda que achasse que seu governo não estava satisfatório. Já em 2016, decepcionada com o PT, votou em Dória (PSDB). Para o legislativo vota nos candidatos da Igreja.

Rafael

Rafael, que no momento da entrega deste trabalho tem 49 anos, é enfermeiro de um hospital na Zona Sul da capital paulista. Possui uma história de abuso sexual na infância, e atribui a esse episódio o fato de ter se tornado homossexual. Rafael

possui uma trajetória de idas e vindas à Igreja, sempre na Assembleia de Deus. Durante um período longo de sua vida, ficou fora da religião, abusando das coisas que ele diz ser do “mundo” – bebida, promiscuidade. Chegou a ser uma *drag queen* conhecida em São Paulo. Voltou à religião há alguns anos e desde então se dedica muito à Igreja. Segundo ele, abandonou a homossexualidade. Politicamente, vota nos candidatos antipetistas ao executivo e, para o legislativo, apoia os candidatos da Igreja.

### Lúcia

Lúcia é vendedora em uma loja e possui 51 anos. É separada e tem dois filhos. Nasceu no estado da Bahia, no município de Conceição do Coité. Hoje está no segundo casamento. Seu marido não é evangélico, e esse fato, segundo ela, é causa de alguns problemas de relacionamento dentro da família. Lúcia se tornou evangélica no ano 2000. Pouco tempo depois, entrou para a Assembleia de Deus, setor 104, que é bem próxima da sua casa. Politicamente, disse que costumava votar nos candidatos do PT, por influência do ex-marido. Posteriormente, apesar de dizer que não mais se direcionava por partidos políticos, na eleição de 2012 e 2014, acabou votando nos candidatos do PT por conta da indicação de Lula. Ao mesmo tempo, também dá muita importância para os candidatos da Igreja que “defendem a ética cristã”.

### Rita

Nascida em Itapajé, no Ceará, hoje tem 59 anos. É viúva, e recebe pensão do marido de um salário-mínimo. Tem dois filhos e alguns netos. Sua casa fica próximo da divisa entre o Campo Limpo e Taboão da Serra, num local onde aconteciam muitas enchentes. Já vem de família evangélica, e sempre foi da denominação Assembleia de Deus. É uma das frequentadoras assíduas dos cultos, não só da igreja sede do setor 104, como também de algumas das suas congregações. Veio para São Paulo em 1978, há 34 anos. Já teve uma irmã que foi ligada ao PT e candidata à vereadora, “pelo sindicato”. Diz que fazia campanha para essa irmã e

pelo PT, nessa época. Hoje, não tem afinidade com nenhum partido, mas diz ter raiva do PT. Costuma apoiar “os candidatos da Igreja” para o legislativo e votar em candidatos que considera antipetistas para o executivo.

### Lourdes

Nascida em Vitória do Santo Antão, no interior do estado de Pernambuco. Tem 61 anos. Filha de pais espíritas, converteu-se à Assembleia de Deus aos 17 anos. Sobre a conversão, afirma que não era feliz na religião dos pais – hoje, crê que praticavam magia negra. Nos primeiros anos de conversão, diz que sofreu muito preconceito pela nova filiação religiosa. Seus pais a expulsaram de casa, e a sociedade do local, segundo ela, a discriminava e chamava os evangélicos de “bodes”. Depois de quatro anos da sua conversão – período em que afirma que passou por grandes provações – diz que sua vida começou a melhorar. Casou em 1977, teve filhos. Hoje, aposentada, complementa a renda de um salário-mínimo com trabalhos de costura e venda de doces. Eleitoralmente, votou em Dilma Rousseff em 2010. Gosta muito de Lula e diz que votaria nele de novo. Não gosta da ex-prefeita Marta Suplicy. Apoia os candidatos da Igreja, principalmente a vereadora Marta Costa, e gosta de José Serra devido à sua ligação com a Igreja. Apesar de votar nos candidatos religiosos para o legislativo, é talvez a mais “petista” de todos os entrevistados, votando sempre em candidatos do PT para o executivo, e fazendo um discurso que aproxima esse partido aos pobres.

### Clóvis

Clóvis tem 69 anos no momento de entrega deste trabalho. Nasceu na cidade de Caxambu, em Minas Gerais. Mora em São Paulo há algumas décadas, e trabalhou durante por muitos anos em fábricas de madeira. Em uma dessas madeireiras, sofreu um acidente, quebrando uma das pernas. Após esse acidente, possui uma perna menor do que a outra. Devido a essa sequela, perdeu o emprego. Não teve direito à aposentadoria, mas recebe um auxílio, inferior ao salário-mínimo, do INSS,

referente a seu estado físico. Também vive com a ajuda financeira de um irmão. Antes de se converter para a Assembleia de Deus, era umbandista e alcoólatra. Converteu-se e abandonou o álcool pouco depois de se divorciar de sua ex-mulher. Tem duas filhas, e não as vê desde o divórcio. Relata que seu sonho de vida é reencontrá-las, e que tem certeza de que Deus proporcionará esse encontro. Clóvis mora sozinho e, quando se sente só e a Assembleia de Deus do Campo Limpo está fechada, costuma ir a outras Igrejas – geralmente vai a uma da denominação Deus é Amor. Eleitoralmente, votou em candidatos do PT para o executivo em 2012 e em 2014 – Fernando Haddad e Dilma Rousseff – e em João Dória, do PSDB, em 2016. Também costuma apoiar os candidatos evangélicos no legislativo.